

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DOUTORADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS  
(DICH)

IZABELA LIZ SCHLINDWEIN

**OS NATAIS DA LIVRE PENSADORA ALEMÃ JULIE ENGELL-  
GÜNTHER: RELAÇÕES DE GÊNERO E INTERÉTNICAS NO  
BRASIL DO SÉCULO 19**

Tese submetida ao Programa de  
Doutoramento Interdisciplinar em  
Ciências Humanas (PPGICH), da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, para obtenção de Grau de  
Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: professora doutora  
Miriam Pillar Grossi

Co-orientadora: professora doutora  
Janine Gomes da Silva

Florianópolis  
Dezembro de 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schлиндwein, Izabela Liz

Os Natais da livre pensadora alemã Julie Engell-Günther  
: relações de gênero e interétnicas no Brasil do século 19  
/ Izabela Liz Schлиндwein ; orientadora, Miriam Pillar  
Grossi ; coorientadora, Janine Gomes da Silva. -  
Florianópolis, SC, 2015.

274 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

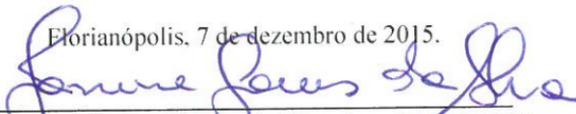
1. Ciências Humanas. 2. Feminismo. 3. Etnicidade. 4.  
Antropologia da viagem. 5. Imigração alemã no Brasil do  
século 19. I. Grossi, Miriam Pillar. II. da Silva, Janine  
Gomes . III. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências  
Humanas. IV. Título.

Izabela Liz Schindwein

**Os Natais da livre pensadora alemã Julie Engell-Günther: relações de gênero e interétnicas no Brasil do século 19**

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor(a) em Ciências Humanas* e aprovada, em sua forma final, no dia 7 de dezembro de 2015, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Florianópolis, 7 de dezembro de 2015.



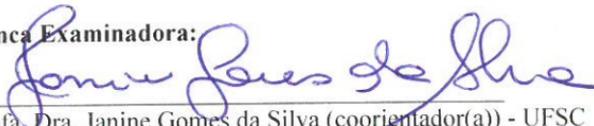
Profª. Dra. Janine Gomes da Silva (coorientador(a))



Profª. Dra. Teresa Kleba Lisboa

Coordenador (a) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

Banca Examinadora:



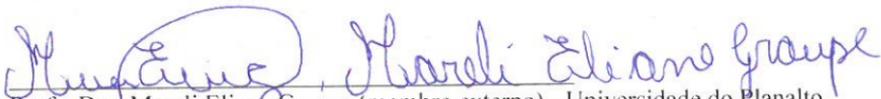
Profª. Dra. Janine Gomes da Silva (coorientador(a)) - UFSC



Profª. Dra. Caterina Alessandra Rea (membro externo) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



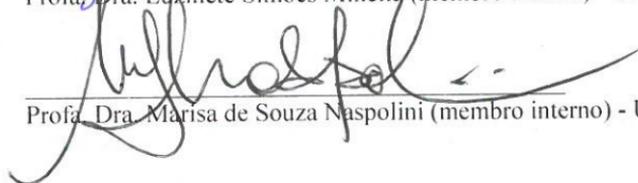
Profª. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto (membro externo) - Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE



Profª. Dra. Mareli Eliane Graupe (membro externo) - Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC



Profª. Dra. Luzinete Simões Minella (membro interno) - UFSC



Profª. Dra. Marisa de Souza Naspolini (membro interno) - UFSC



Os movimentos femininos, atualmente, estão em um turbilhão nunca antes verificado, uma vez que a necessidade leva à ação, apesar dos órgãos públicos, principalmente na Alemanha, estarem fazendo de tudo para refreá-los. Eu nem preciso dizer como os novos feitos de Bismarck me entristecem. Todas as medidas arbitrárias contra as melhores cabeças do partido me desagradam (Julie Engell-Günther em carta a Karl Kautsky, Zurique, 2 de fevereiro de 1887, Doc. K.DX 239).



## AGRADECIMENTOS

Muitas mulheres, de muitas idades e muitos lugares ajudaram a construir este projeto. Gostaria de agradecer publicamente a Eliana Terezinha Viana Moser, do Arquivo Histórico de Joinville, por ter me falado pela primeira vez no nome de Julie Engell-Günther.

Assim como Eliana, outro apoio, nesta fase inicial, veio da professora Silvia Sell Duarte Pillotto, orientadora do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), que arriscou comigo, por muitas vezes, em caminhos completamente novos.

Agradeço, ainda, a minha orientadora no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Miriam Pillar Grossi, que transformou a paixão pelo meu objeto de estudo em pesquisa científica a partir de minha própria transformação em quatro anos de leituras.

À historiadora Letícia Borges Nedel, que me proveu de instrumentos para que eu me tornasse uma pesquisadora crítica no campo da arquivística. Não menos importante foi a participação de Janine Gomes da Silva, que assumiu a co-orientação, a sete meses da defesa da Tese, contribuindo com seus estudos sobre memória, identidades e relações de gênero também em Joinville.

Às professoras membras da banca de qualificação: Caterina Alessandra Rea (Unilab), pelo aporte teórico e indicação de leituras na fase de delimitação do projeto de pesquisa, e Zahidé Muzart (UFSC), pela imensa contribuição, lamentando profundamente o seu falecimento a poucas semanas da defesa desta Tese.

Aos colegas do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da UFSC, que me proporcionaram aprendizados e vivências incríveis. Ter me engajado nos inúmeros projetos do NIGS de forma tão intensa me levou a ganhar muitas amigas, que devem continuar existindo. Nomeio, aqui, duas pesquisadoras feministas que ajudaram a também compor com as minhas próprias identidades de gênero e subjetividades: Tânia Welter e Mareli Graupe.

Tânia Welter, pelos aprendizados “do trajeto” entre Florianópolis e São Bonifácio (para as reuniões de organização do Centenário de Egon Schaden, em 2013) ou entre Florianópolis e Pouso Redondo (para as aulas do GDE naquele polo da UFSC, também em 2013). No último caso, eram 222 quilômetros de prosa. Foi com Tânia que participei de inúmeros projetos e trabalhos, na relação entre teoria-prática.

Mareli Graupe, pela doçura e empenho na execução de tarefas do dia a dia na academia. E, principalmente, pelas trocas com as teorias da pedagogia, nas atividades do GDE, e questões de germanidade.

Assim como as presenças amigas de toda a equipe foram fundamentais: André Luis Rosa, Bruna Carolina Bernhardt, Emília Dutra, Everson Fernandes, Isabela Cantarelli, Isis Mendonça Beckhouser, Jhonatan Augusto Ribeiro, Luiza Frediani Oxley, Natalia Maia, Nauana Antonello Ramos de Aguiar, Sophia Caroline Samenezes de Jesus, Susana Morelo Costa, Vinícius Augusto Bressan Ferreira, Alessandra Ghiorzi

Jefferson Virgílio, Lino Gabriel Nascimento dos Santos, Virgínia Nunes, Anna Carolina Horstmann Amorim, Anahi Guedes de Mello, Carmelita Silva, Crishna Correa, Jainara Oliveira, Jimena Maria Massa, Marinês da Rosa, Melissa Barbieri de Oliveira, Marcos Sardá Vieira, Maurício Pereira Gomes, Marisa de Souza Napolini, Pedro Magrini, Arthur Leo Costa Novo, Diogo França, Emília Ferreira e Gabriela S. Sagaz.

À equipe do projeto Avaliação do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no Brasil (Secretaria de Políticas para as Mulheres), coordenado pela professora Miriam Pillar Grossi, com a qual trabalhei de abril a setembro de 2015 na análise de redações pré-selecionadas do Prêmio, pesquisa qualitativa em uma das escolas veedoras e contato com as coordenadorias municipais da Mulher, Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Sexual.

Aos colegas do DICH (turma 2012): Elisângela Santos de Amorim, Fábio Eduardo de Giusti Sanson, João José Veras de Souza, Larissa de Lima Trindade, Marcelo Grimm Cabral, Maria Olandina Machado, Maria Teresa Muraca, Mayco Morais Nunes, Patrícia Luiza Bremer Boaventura, Renata Guimarães Reynaldo, Rodrigo Augusto Kovalski e Simone Lolatto.

E aos que me ajudaram, durante o estágio de um ano e seis meses, no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität-Berlin. A este grupo enorme de mestras e colegas, incluo as professoras Martha Zapata Galindo e Teresa Orozco, por terem confiado na pesquisa. À amiga Liviana Bath, com quem aprendi a ser ainda mais brasileira (obrigada, também, pela tradução do “Zusammenfassung”, Livi!). E à professora Eva Schöck-Quinteros, da Universidade de Bremen, a quem devo a trilha segura dos passos de uma historiadora experiente.

Às “irmãs” do grupo de teatro de mulheres Madalena Berlim (formação 2014): Andrea Gacitua, Adriana Sydney, Bárbara Santos,

Carla Moscoso, Débora Ramos, Eva Gloria Perez, Julia Guerra, Liviana Bath, Mariana Jaramillo, Marta Baltar, Sydneide Gonçalves e Viktoria Hofer.

Às companheiras do grupo de teatro de mulheres *As Desintegradas*: Andrea Kurmann, Bárbara Santos, Dábora Ramos, Jana Burger e Mariana Jaramillo.

Às agências de fomento, pelo suporte financeiro para a realização da pesquisa. Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) – pela bolsa recebida durante o doutorado no Brasil e estágio no exterior (Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Processo nº: 9608/13-3). Deutscher Akademischer Austausch Dienst (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – DAAD) – pelo curso de alemão. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – pelo apoio a viagens para congresso no projeto *Teoria Feminista, Teoria Queer ou Teorias Sociais Contemporâneas? O campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil*. Processo nº 402545/2010-9. Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc) – pelos recursos recebidos por meio da equipe do NIGS.

À secretaria do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas: coordenadores/as Joana Maria Pedro, Selvino Assmann e Teresa Kleba Lisboa. E aos secretários Jerônimo Ayala e Cristina Eberhardt Francisco.

À professora Julia Guivant e ao amigo Luciano Guivant Viola, pelo suporte material, conselhos e carinho na fase final de escrita da Tese.

À amiga Indianara Hungen, que me viu sonhar em estudar em uma universidade pública. Aos amigos e amigas Talita Silveira, Ana Paula Kliass Machado, Alexandre Medina: vocês ouviram a Tese em muitas versões e esquinas de Florianópolis.

Finalmente, a todas as mulheres da minha família, começando pelas avós: duas Elzas que me mostraram na prática o que é pertencimento. Ao meu pai, que me ensinou a amar e a respeitar a própria cultura, seja qual for.

A minha mãe, que leu minhas redações na escola e em casa, quando foi minha professora.

Às companheiras que me cederam o alimento, uma cama e tanto carinho nas horas de aperto: Maria Helena Pedrosa, Giovana de Barros e Selma e Gert Esser. Ao meu querido noivo Daniel Moser Tralamazza, que acreditou nos meus projetos como se fossem dele e contribuiu inúmeras vezes com a pesquisa, incluindo o suporte na redação do

“Abstract” da Tese. Obrigada pelas horas de conversa, cuidado, respeito e amizade, pela aprendizagem alegre de todo dia (mesmo a distância, nos últimos sete meses).

E para finalizar a lista de instituições e pessoas a quem homenageio neste trabalho, cito o nome de uma grande interlocutora. Elke Dislich se interessou seriamente pela vida de Julie Engell, traduzindo textos cruciais para a pesquisa. E mais ainda, de maneira generosa, concedeu-me tantas entrevistas eu solicitasse, respondeu quantos e-mails fossem necessários, emprestou todos os livros e documentos que pedi, leu as primeiras versões da Tese, analisou, contestou... Sua proposta de me receber em casa sempre envolvia toda a família e tantas histórias sobre quem não estava mais lá. Nesses momentos, Elke parecia sentir uma mistura de saudade com uma vontade de ficar ali no sofá um pouco mais, conversando, mostrando fotos, folheando papéis, apontando objetos pela parede, pegando em porta-retratos na mesa, revolvendo o velho baú. Assim, Elke contou a quem mais pode sobre seus amores.

## RESUMO

A partir do estudo dos textos escritos em alemão, em particular do livro “Noites de Natal no Brasil”, da jornalista livre pensadora do século 19, Julie Engell-Günther, analiso como ela levou ao público alemão uma imagem particular do Brasil, diferente da produção mais conhecida de outros viajantes. A análise de sua trajetória e de seus escritos apresenta algumas pistas sobre as relações interétnicas e de gênero no Brasil, principalmente no campo da educação para meninas no século 19. A tese mostra também os contextos sociais onde viviam e produziam teoricamente as revolucionárias livres pensadoras alemãs do século 19. Com base em uma metodologia interdisciplinar e na perspectiva feminista pós-colonial, buscamos entender o papel dessas escritoras, suas tradutoras informais e os arquivos onde a história da imigração alemã é construída. Fazendo parte de uma rede de mulheres tradutoras da obra de Julie Engell-Gunther, dirigidas por Elke Dislich, trabalhamos na edição do livro “Noites de Natal no Brasil”, lançado originalmente em 1862, e sua publicação em português é parte desta Tese. Neste livro, Julie narra suas experiências como professora no Rio de Janeiro e imigrante na Colônia Dona Francisca, no Sul do Brasil. Fundamentadas na leitura deste material, foi possível fazer uma análise das experiências sociais de uma estrangeira que atuou de forma peculiar nos processos de colonização do Brasil. A participação das mulheres na vida pública, a Abolição da Escravatura e a chegada da República são pano de fundo para a narrativa do cotidiano brasileiro. Desta maneira, este estudo visa contribuir para a constituição de novas memórias latino-americanas, construídas a partir de visões femininas.

**Palavras-chaves:** Feminismo. Etnicidade. Antropologia da Viagem. Imigração Alemã no Brasil. Século 19. Livre pensadora. Educação.



## ABSTRACT

This thesis analyzes how journalist freethinker Julie Engell-Günther brought the German public a particular image of Brazil in the 19<sup>th</sup> Century that was different from other established texts. The analysis was based on her texts – written in German – in particular her book “Christmas nights in Brazil”. This made it possible to comprehend the inter-ethnic and gender relations in 19<sup>th</sup> Century Brazil, mainly in the field of education for girls. Furthermore, this study shows the social contexts where German revolutionary freethinkers lived and produced. Based on an interdisciplinary methodology and a postcolonial feminist perspective, we seek to understand the role of these writers, their network of informal translators and the archives where the history of German immigration is built. During the period of research we integrated the network of women that translated “Christmas nights in Brazil”, coordinated by Elke Dislich. The book was originally released in 1862 and its publication in Portuguese is part of this thesis. Here, Julie narrates her experiences as a teacher in Rio de Janeiro and as an immigrant in Dona Francisca’s settlement, in the south of Brazil. Moreover, we are able to analyze the social experience of a foreigner who participated in a peculiar way in the Brazilian colonization process. Women’s participation in public life, the abolition of slavery and the beginning of the Republic serves as background to Julie Engell-Günther narrative on Brazilian daily life. Therefore, this study aims at contributing to new latin-american memories.

**Keywords:** Feminism. Ethnicity. Anthropology of Travel. German immigration to Brazil. 19th century. Freethinker. Education.



## ZUSAMMENFASSUNG

Ausgehend von dem Studium der Texte von Julie Engell-Günther, eine freidenkerin, im 19. Jahrhundert, wird hier, durch die deutsche Immigration in Brasilien, versucht zu verstehen, wie das eigene Bild Brasiliens konstruiert ist, anders als die, eher bekanntere Produktion anderer Reisende\_r. Diese hier vorliegende Arbeit lässt uns durch die Texte von Julie Engell-Günther und anderen Artikeln erkennen, wie in Brasilien Genderbeziehungen im 19. Jahrhundert gelebt wurden, insbesondere im Bereich der Bildung für Elite-Mädchen. Das Verständnis über soziale Kontexte, wo im 19. Jahrhundert Revolutionen von Freidenker\_Innen gelebt und produziert wurden und durch die Systematisierung und Erforschung des physischen und virtuellem Archivs identifiziert werden können. Basierend auf eine interdisziplinäre Methodologie und feministisch-postkolonialer Perspektive, suchen wir hier die Rolle von informellen Übersetzungen und Archiven zu erkennen. Gleichzeitig nehmen wir Teil an dem Netzwerk, dass wir in der Bearbeitung des Buches „Weihnachtsabende in Brasilien“ (ENGELL-GÜNTHER, Julie, 1862), übersetzt von Elke Dislich (2015), in welchem Julie Engell-Günther ihre Erfahrungen über ihrem Aufenthalt von über zehn Jahren in Brasilien erläutert. Durch die Leseerfahrungen dieses Materials, war eine Analyse der sozialen Erfahrungen einer Ausländerin, die in den Prozessen der Kolonisation in Brasilien sich aufhielt, möglich. Die Teilnahme einer Frau im öffentlichen Leben, die Abschaffung der Sklaverei und die Anfänge der Republik schaffen den Boden für eine Erzählung über den brasilianischen Alltag. Dieses Studium trägt zu der Konstruktion neuer lateinamerikanischen Memoiren bei.

**Schlüsselwörter:** Feminismus. Ethnizität. Anthropologisch reisen. Deutsch Einwanderung nach Brasilien. 19. Jahrhundert. Freidenkerin. Erziehung.



## LISTA DE IMAGENS

|   |     |
|---|-----|
| Imagem 1: Cartaz da apresentação de As Desintegradas. ....  | 25  |
| Imagem 2: Da esq. para a dir.: Bárbara Santos, Mariana Jaramillo, Débora Ramos, Izabela Liz e Jana Burger. ....   | 26  |
| Imagem 3: Captura de tela do site do laboratório de Eye Tracking. ....  | 28  |
| Imagem 4: Sede do TO em Berlim. ....  | 29  |
| Imagem 5: "Frauenshule" ("Escola para Mulheres"): Viktoria Hofer, Sydneide Gonçalves, Adriana Sidney, Julia Guerra e Marta Baltar (como professora). ....   | 32  |
| Imagem 6: Captura de tela da página do Instituto Martius-Staden. ....   | 50  |
| Imagem 7: Baú da avó (imigrante) de Elke Dislich. ....  | 56  |
| Imagem 8: Grupo de pesquisa informal convocado por Elke Dislich no Martius-Staden. ....   | 61  |
| Imagem 9: Elke Dislich em sua casa. ....  | 62  |
| Imagem 10: Caixa de papel onde está guardado "Noites de Natal no Brasil". ....  | 62  |
| Imagem 11: Reprodução da capa do livro que será relançado, assinada pelo ilustrador Pablo Mayer (Brabos Comics – Dublin/Irlanda – 2015)63   | 63  |
| Imagem 12: Cabeçalho do jornal "Livre Pensador": Bertha von Suttner (à esquerda) e Julie Engell-Günther (à direita). ....   | 80  |
| Imagem 13: Panorâmica do Grande Hotel Giessbach, em Brienz, na Suíça. ....  | 86  |
| Imagem 14: Charge de Günther (à esquerda). ....   | 90  |
| Imagem 15: Reprodução de uma das cartas a Kautsky. ....   | 96  |
| Imagem 16: Capa original do livro "Noites de Natal no Brasil" (edição 1862) ....  | 135 |
| Imagens 17, 18, 19 e 20: ilustrações das páginas internas. Da esq. para a dir. (segundo as legendas originais): Igreja Nossa Senhora da Glória (porto do Rio); "Palácio Thionville"; Quinta de São Cristóvão (Rio) e a primeira casa da colônia (D. Francisca) .... | 136 |



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| ADF      | Allgemeine Deutsche Frauenverein (Associação Geral de Mulheres)                          |
| AHILA    | Associação Europeia de Historiadores Latinoamericanistas                                 |
| AHJ      | Arquivo Histórico Municipal de Joinville   |
| AN       | A Notícia  |
| ANPOCS   | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais                      |
| BGB      | Bürgerliches Gesetzbuch (Código Civil)   |
| CAPES    | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                              |
| CFH      | Centro de Filosofia e Ciências Humanas   |
| CIM      | Conselho Internacional de Mulheres   |
| CNPQ     | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico                            |
| CROLAR   | Critical Reviews on Latin American Research  |
| DAAD     | Deutscher Akademischer Austauschdienst   |
| DICH     | Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas   |
| FAPESC   | Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina                     |
| FBPB     | Federação Brasileira pelo Progresso Feminino   |
| FU       | Freie Universität  |
| FURB     | Universidade Regional de Blumenau  |
| GDE      | Gênero e Diversidade na Escola   |
| IAI      | Iberoamerikanisches Institut   |
| IAW      | International Alliance of Women  |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  |
| ICW      | International Council of Women   |
| IISG     | International Institute of Social History  |
| JSC      | Jornal de Santa Catarina   |
| LAI      | Lateinamerika-Institut   |
| MMM      | Marcha Mundial de Mulheres   |
| MISEAL   | Medidas para Inclusión Social y la Equidad en la Educación Superior en la America Latina |
| NIGS     | Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades   |
| PNAD     | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  |
| PDSE     | Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior  |
| RBS      | Rede Brasil Sul  |
| RELLIBRA | Relações Linguísticas e Literárias Brasil-Alemanha                                       |

|          |  |
|----------|--|
| SPD      | Sozialdemokratische Partei Deutschlands            |
| TO       | Teatro do Oprimido                                 |
| UFSC     | Universidade Federal de Santa Catarina             |
| UNE      | União Nacional Estudantil                          |
| UNESP    | Universidade Estadual Paulista                     |
| UNICAMP  | Universidade de Campinas                           |
| UNIVALI  | Universidade do Vale do Itajaí                     |
| UNIVILLE | Universidade da Região de Joinville                |
| USP      | Universidade de São Paulo                          |
| WILPF    | Women's International League for Peace and Freedom |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. NOTAS INTRODUTÓRIAS</b> .....                                    | <b>25</b> |
| 1.1 O QUE SIGNIFICA SER “ICH”? .....                                   | 25        |
| <b>1.1.1 Teatro do Oprimido</b> .....                                  | <b>29</b> |
| <b>1.1.2 Hallo, feminismo!</b> .....                                   | <b>31</b> |
| <b>1.1.3 O encontro com Julie Engell-Günther</b> .....                 | <b>32</b> |
| 1.2 ESTÁGIO NO INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS .....            | 37        |
| 1.3 ESTRUTURA DA TESE.....   | 41        |
| <br>   |           |
| <b>2. PERCURSOS METODOLÓGICOS: ARQUIVO, MEMÓRIA E TRADUÇÃO</b> .....   | <b>43</b> |
| 2.1 INTERDISCIPLINARIDADE E GÊNERO .....                               | 43        |
| 2.2 ARQUIVO .....  | 45        |
| 2.3 MEMÓRIA .....  | 52        |
| <b>2.3.1 Família de imigrantes</b> .....                               | <b>55</b> |
| 2.4 TRADUÇÃO .....   | 57        |
| 2.5 MEMÓRIA E TRADUÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE REDES                          | 58        |
| 2.6 MANUTENÇÃO DE IDENTIDADES GERMANO-BRASILEIRAS.....                 | 60        |
| 2.7 DÁDIVA E RECIPROCIDADE .....                                       | 63        |
| 2.8 “NOITES DE NATAL NO BRASIL” COMO MATERIAL EMPÍRICO CENTRAL .....   | 64        |
| <br>   |           |
| <b>3. CONTORNOS DA PESQUISA</b> .....                                  | <b>69</b> |
| 3.1 PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: FEMINISMOS PÓS-COLONIAIS ..... | 69        |
| 3.2 DELIMITANDO O PROBLEMA: RELAÇÕES DE GÊNERO E INTERÉTNICAS .....    | 71        |
| 3.3 ETNICIDADE .....   | 74        |
| <br>   |           |
| <b>4. A LIVRE PENSADORA JULIE ENGELL-GÜNTHER</b> .....                 | <b>79</b> |
| 4.1 REDE DE MULHERES .....   | 79        |
| 4.2 FAMÍLIA DE EXILADOS.....   | 83        |
| 4.3 A CHEGADA DE JULIE AO BRASIL .....                                 | 86        |
| <b>4.3.1 O casamento com Hermann Günther</b> .....                     | <b>88</b> |
| 4.4 CARTAS A KARL KAUTSKY .....  | 91        |
| <b>4.4.1 Primeiros diálogos com os legisladores</b> .....              | <b>99</b> |
| 4.5 TRÂNSITOS DE UM “FEMINISMO INTERNACIONAL DE PRIMEIRA ONDA” .....   | 102       |

|  |            |
|--|------------|
| <b>5. A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇOS DE LUTAS NO BRASIL.</b>  | <b>107</b> |
| 5.1 UMA HISTÓRIA DA ESCOLA .....   | 107        |
| <b>5.1.1 Dona de escola no Brasil .....</b>  | <b>111</b> |
| <b>5.1.2 O paradigma da educação civilizadora .....</b>  | <b>113</b> |
| <b>5.1.3 Europeias em oposição às brasileiras .....</b>  | <b>118</b> |
| 5.2 COR E GÊNERO NO OLHAR DE ESTRANGEIRAS.....   | 123        |
| <b>5.2.1 Cumplicidades .....</b>   | <b>130</b> |
| <br>   |            |
| <b>6. LIVRO DE UMA MULHER VIAJANTE .....</b>   | <b>135</b> |
| 6.1 APRESENTAÇÃO DO LIVRO “NOITES DE NATAL” .....  | 135        |
| <b>6.1.1 Autoria e alter-ego.....</b>  | <b>138</b> |
| 6.2 PERSONAGENS.....   | 143        |
| 6.3 GRUPOS ÉTNICOS.....  | 151        |
| 6.4 CENÁRIOS .....   | 155        |
| 6.5 O NATAL COMO MARCADOR DO TEMPO.....  | 160        |
| <br>   |            |
| <b>7. TRÊS NOITES DE NATAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE ...</b>  | <b>165</b> |
| 7.1 PRIMEIRO NATAL: A EXPERIÊNCIA COMO PROFESSORA MATHILDE .....   | 165        |
| <b>7.1.1 O trabalho escravo na visão das alunas.....</b>   | <b>171</b> |
| <b>7.1.2 Sociedades secretas.....</b>  | <b>175</b> |
| 7.2 SEGUNDO NATAL: MARTHA MONTA A ÁRVORE NA COLÔNIA DONA FRANCISCA .....   | 181        |
| <b>7.2.1 O encontro de Martha com os nativos.....</b>  | <b>188</b> |
| <b>7.2.2 O disfarce de “pobre criado” .....</b>  | <b>192</b> |
| <b>7.2.3 Sobre cabanas e palácios.....</b>   | <b>195</b> |
| <b>7.2.4 Sobre ser mulher e valentia .....</b>   | <b>197</b> |
| 7.3 TERCEIRO NATAL: ELISABETE E OS COLÓQUIOS AO REDOR DA MESA DA CEIA.....                                       | 202        |
| <b>7.3.1 Classes e liberdade .....</b>   | <b>207</b> |
| <b>7.3.2 Abolição.....</b>   | <b>209</b> |
| <b>7.3.3 Justiça para quem? .....</b>  | <b>215</b> |
| <br>   |            |
| <b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>221</b> |
| <br>   |            |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>225</b> |
| <b>FONTES .....</b>  | <b>225</b> |
| <b>a) Textos acessados pela Internet: .....</b>  | <b>225</b> |
| <b>b) Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão, São Paulo:.....</b> | <b>225</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>Obras nas quais Julie Engell-Günther é citada .....</b>                                       | <b>231</b> |
| <b>Correspondência.....</b>  | <b>235</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>  | <b>235</b> |
| <b>Sites consultados .....</b>   | <b>258</b> |
| <b>APÊNDICE.....</b>   | <b>261</b> |
| <b>APÊNDICE 1.....</b>   | <b>261</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>271</b> |
| <b>ANEXO A.....</b>  | <b>271</b> |
| <b>ANEXO B - BIBLIOTECAS DIGITAIS QUE DISPÕEM DE<br/>    OBRAS DE JULIE ENGELL-GÜNTHER .....</b> | <b>272</b> |



## 1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

### 1.1 O QUE SIGNIFICA SER “ICH”?

Um palco. Quatro mulheres. Todas de preto. Naquela noite, a casa estava cheia, embora eu não eu conseguisse ver ninguém por trás daquele breu intencional e cheio de suspense e expectativa. Aos 34 anos, aquela era a minha primeira apresentação de teatro. De olhos fechados, a três segundos de tudo começar, eu tinha mil coisas na cabeça: a sequência de passos, a sequência da música, a hora certa de fazer cada coisa. Ah, e o chapéu. Eu não podia deixar cair o chapéu. Será que estava torto?

Mas a maior preocupação ainda era outra. A certa altura, eu tinha de saber falar um “Ich” perfeito. Qualquer pessoa que comece a aprender a falar alemão depois da fase adulta vai entender quais são essas dificuldades.

A primeira palavra que se aprende em qualquer língua é a primeira pessoa do singular: “Eu”. Não à toa, aquele vocábulo sustentava algo que ia muito além da pronúncia ou mero som. Ele carregava as minhas identidades (HALL, 2005; LACLAU, 1996; BHABHA, 1998). Ich bin (eu sou)... Ou “Icke” bin (como fala o berlinense).

Não era assim só comigo. Acontecia da mesma forma com as outras três companheiras de palco, a também brasileira Débora Ramos, a colombiana Mariana Jaramillo e a eslovena Jana Burger. Esta era a equipe de As Desintegradas. O grupo foi formado por Bárbara Santos, uma ativista carioca, militante pelos direitos das mulheres, que atua na formação de jovens e adultos/as com dois produtores culturais alemães na parte Oriental de Berlim, Christoph Leucht e Till Baumann.

Imagem 1: Cartaz da apresentação de As Desintegradas.



Fonte: Acervo Kuringa

Imagem 2: Da esq. para a dir.: Bárbara Santos, Mariana Jaramillo, Débora Ramos, Izabela Liz e Jana Burger.



Fonte: Acervo Kuringa

Como coordenadora do Centro do Teatro do Oprimido (BOAL, 1975) desde 2008, depois de ter trabalhado com Augusto Boal por mais de 20 anos e passado pelo processo de internacionalização deste movimento, Bárbara também desenvolveu o Laboratório Madalena – Teatro das Oprimidas, que designa como “uma experiência estética sobre diferentes formas de opressões enfrentadas pelas mulheres”<sup>1</sup>.

Nós já havíamos passado por todas as dificuldades possíveis no aprendizado da língua. As experiências no cotidiano eram as mais repressoras possíveis. Fosse na hora de falar o endereço para o taxista ou no próprio curso de alemão para iniciantes.

Nosso palco, naquela noite, era o Centro Intercultural Fórum Brasil<sup>2</sup>, na Berlim-Kreuzberg dos *hipsters* e descolados. O espaço abre suas portas para expressões culturais brasileiras na música, dança, teatro, cinema e artes visuais. Mas, sobretudo, aquele é um lugar de prática de religiosidades de matrizes afro-brasileiras.

Era, então, no templo sagrado do Candomblé, que eu, Débora e Bárbara nos preparávamos para compartilhar as angústias de sermos brasileiras em um país como aquele. O caso de uma de nós era bem particular. Depois de morar boa parte de sua vida na Alemanha, agora, sem emprego, os funcionários do Ausländerbehörde (órgão responsável pela emissão de vistos para estrangeiros) recomendavam a saída de nossa colega do país. Como mulheres estrangeiras, não deixamos o

<sup>1</sup> Definição encontrada em [http://www.kuringa.org/en/home\\_en.html](http://www.kuringa.org/en/home_en.html). Acesso em setembro de 2015.

<sup>2</sup> Ver <http://www.forum-brasil.de/> Acesso em setembro de 2015.

palco, naquela noite, sem fazer o público que nos assistia (formado, na maioria, por alemães) pensar sobre esses mecanismos de opressão.

A integração cultural é um grande tema para a Alemanha, primeira colocada no *ranking* dos países europeus que mais recebem imigrantes e o segundo no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos (OCDE, 2012).

Além do fenômeno recente da vinda de refugiados dos países em situação de conflito, o cenário da crise mundial já vinha alterando os fluxos migratórios, fazendo com que a Alemanha (considerada uma ilha de esperança) fosse um destino procurado por cidadãos de países vizinhos da Europa<sup>3</sup>. Em 2012, a Alemanha recebeu cerca de 400 mil imigrantes, enquanto que o Reino Unido, 286 mil; a França, 259 mil; e a Itália, 258 mil – tendência que só aumenta (OCDE, 2012).

Como estrangeira, eu era só mais uma a entrar na lista desta “tendência”. E como todos/as os/as outros/as imigrantes, passei por um longo processo de adaptação, que incluiu treinamentos organizados pelo Carl Duisberg Centrum, Serviço de Intercâmbio Alemão (DAAD) e Freie Universität.

Eu não me sentia uma alemã nem uma berlinense. A cor da minha pele não me fazia uma alemã. Meu sobrenome também não. Afinal, como todos/as brasileiros/as, eu tinha de ir até o Ausländerbehörde várias vezes, enfrentar filas e filas. A carta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) me dava um visto temporário, com data marcada para deixar o país.

Ao refletir sobre as minhas identidades, eu também pensava a relação com este/a outro/a (LACLAU, 1996). Foi em uma Academia Internacional de Verão, na pequena vila de Rot an der Rot, organizada pela Fundação Estudantil Nacional da Alemanha, que entrei em contato, mais profundamente, com outros/as imigrantes. Nesta Sommerakademie, como o evento é chamado lá, participei de um experimento junto com meu grupo de trabalho sobre gênero e cultura. O “exame” foi criado por três professores/as, entre eles, a coordenadora do nosso grupo de estudo, Bettina Pfleiderer, do Instituto de Radiologia Clínica do Hospital Universitário de Münster.

A ideia era avaliar nossas competências interculturais pelo sistema de *Eye Tracking*, ou seja, os/as pesquisadores/as estavam

---

<sup>3</sup> Os dados, referentes ao ano de 2012, constam do relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) divulgado na sede da entidade, em Paris.

particularmente interessados nos movimentos oculares durante a leitura e com a visualização de imagens sobre muitas culturas.

Para este registro, sentávamos em uma cadeira, enquanto o computador apresentava fotos ou textos diferentes e uma pequena câmera abaixo da tela gravava os movimentos oculares a fim de detectar para onde o nosso olhar se dirigia primeiro ou por mais tempo. Os dados coletados eram gravados e avaliados no âmbito do projeto coordenado por esta professora.

Imagem 3: Captura de tela do site do laboratório de Eye Tracking.

The screenshot shows the website for the Eye Tracking Lab at the Marketing Center. The page layout includes a top navigation bar with categories like 'Aktuelles', 'Studium', 'Forschung', and 'Das Institut'. On the left, there is a sidebar with 'Forschungsprojekte' and 'IWM Eye Tracking Lab' sections. The main content area features a large photograph of a person using eye-tracking glasses in a computer lab. Below the photo, there is a paragraph of German text explaining the lab's capabilities and research focus. To the right of the main text, there is a list of faculty members and a 'TOP-LINKS' section with various institutional links.

Fonte: <http://www.marketingcenter.de/iwm/forschung/eyetlab/eyetracking.html>. Acesso em 5 de setembro de 2015

Para minha surpresa, o resultado do exame representou uma grande crise de consciência. A partir da reflexão de minhas próprias respostas, senti como me faltava experiência no contato com outras culturas.

Em questões sobre consumo e trabalho, eu hesitei em respostas que seriam, supostamente, simples. Principalmente quando indagada se eu compraria um produto com rótulo da Turquia que fosse vendido na Alemanha, ou se eu acreditava que uma moça com véu poderia ser contratada para trabalhar de recepcionista em uma clínica de luxo na Baviera.

O *Eye Tracking* deve ter capturado minhas dúvidas, meus hiatos e silêncios. O que eles me indicavam, afinal? Com certeza, faltava-me o contato com outras culturas e informações mais consistentes sobre como as questões de gênero são vistas em outros países.

### 1.1.1 Teatro do Oprimido

Apesar de fundamentar seu trabalho nas técnicas de reconhecimento de diferentes formas de sujeição na sociedade, Augusto Boal não esteve focado nas questões de gênero, durante sua trajetória. O dramaturgo, diretor e teórico carioca foi marcado pelas lutas contra a Ditadura Militar, aliando-se a educadores e intelectuais da América Latina. A partir deste pressuposto, a ideia central do TO é que o espectador ensaie a sua própria revolução (BOAL, 1975).

O Teatro do Oprimido chama a atenção na terra de Bertolt Brecht. Além de estudantes europeus/eias que querem conhecer e aprender a técnica de Boal, o trabalho envolve exilados/as, refugiados/as, palestinos/as, ciganos/as, estrangeiros/as da periferia do mundo. Também imigrantes da Macedônia, Sérvia, Síria ou Ucrânia. Ou espanhóis, poloneses/as, italianos/as... E latinos/as<sup>4</sup>.

Imagem 4: Sede do TO em Berlim.



Fonte: Acervo Kuringa

---

<sup>4</sup> Elejo distinguir neste texto os gêneros masculino e feminino no uso da linguagem pela perspectiva de Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2007), acreditando que a forma como escrevemos pode ser determinante para evitar depreciação, invisibilização ou exclusão linguística.

Seus palcos são as ruas, escolas, casas de refugiados, penitenciárias. E os ensaios ocorrem no Espaço Kuringa, na Bornholmer Strasse, onde esteve o primeiro posto fronteiriço entre Berlim Oriental e Berlim Ocidental a ser violado durante a queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989.

Símbolo de liberdade para os alemães, o endereço representava, agora, um centro de integração<sup>5</sup> de mais culturas. Um papel exercido pela sociedade civil, como protesto ao modo como vêm ocorrendo as políticas formais/oficiais de integração.

No ambiente do Fórum-Teatro Kuringa, era possível discutir abertamente sobre essas questões. Nesse espaço, podia-se conviver com as mais diferentes culturas de forma muito intensa, deixando-me muito à vontade e fazendo-me esquecer que estava longe do meu país. O preparo das refeições, todos/as juntos/as, os diálogos, as reuniões e o espaço sempre aberto para que falássemos de nossas dificuldades de adaptação, eram momentos de muita reflexão.

---

<sup>5</sup> Integração é “o processo em que partes ou elementos se unem para formar um todo único, inteiro e coerente” (AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1989, p. 365). Sem nos aprofundarmos nos conceitos de integração sistêmica e integração social de HABERMAS (1994), o conceito de integração entendido, aqui, vai além de uma socialização para a internalização de crenças, costumes e valores, que tenha por finalidade adestrar o indivíduo para ocupar em um lugar mais “confortável” na sociedade. Mas como uma maneira de promover, dentro de um grupo de mulheres estrangeiras e militantes na Alemanha, debates como:

- A integração deve ser tratada como um assunto relacionado com os Direitos Humanos?
- Como a sociedade civil poderá construir espaços de convivência alternativos? Como criar “ilhas de referência” para jovens imigrantes, por exemplo?
- A integração está relacionada com questões como gênero, sexualidade, raça, etnia, religião e classe?
- Racismo e preconceito podem conduzir à desintegração?
- Integração e identidades. Como estas duas categorias podem ser entendidas?

### 1.1.2 Hallo, feminismo!

Eu conheci o Laboratório Madalena – Teatro das Oprimidas durante uma apresentação no Interkulturelles Frauenzentrum SUSI<sup>6</sup>, um Centro Intercultural que atende a mulheres imigrantes. Naquela tarde, foi apresentada a peça “Escola para Mulheres” (“Frauenshule”). Em menos de uma hora, as Madalenas tinham resumido formas de opressão muito sutis do dia a dia, mas com as quais eu me identificava. Logo, vi que gostaria de fazer parte desta rede.

O convite para participar do grupo veio de uma colega do seminário sobre ativismos feministas na América Latina, das professoras Teresa Orozco e Martha Zapata, da Universidade Livre de Berlim. Nossa amizade começou na sala de aula e continuou existindo no ativismo.

As Madalenas-Berlim são, na maioria, mulheres de países da América Latina que migraram para a Europa, mas continuam falando a sua língua e, de certa forma, estão informadas sobre o que acontece nos cenários político e econômico de seus países. Seja como filhas de políticos exilados nas ditaduras da América Latina ou filhas de mães que já praticavam o TO, ou mulheres que se casaram com alemães.

Em cada país, diferentes formas de opressão são problematizadas pelo grupo, que reforça a confiança mútua, sem espaço para culpa e vergonha. Além de me fazer questionar sobre as minhas identidades, as Madalenas-Berlim representaram uma ancoragem de um entendimento para a pós-colonialidade (HALL, 2003; BONNICI, 2005; MORAÑA, DUSSEL e JÁUREGUI, 2008; SANTOS, 2004; MIGNOLO, 1998; GOMES, 2007).

Esta rede foi, para mim, um espaço onde foi possível coexistirem integração cultural, militância e feminismo. O teatro/fórum abria espaço para discussão pública a análise da opressão. As oficinas e debates entre mulheres de diferentes partes da América Latina promoveram ricos momentos de aprendizagem sobre as formas opressoras de educação e socialização. O olhar inconformado e crítico para esses papéis me levam a pensar em um tipo de feminismo impossível de ser dissociado da etnia. Assim como uma academia distante da militância.

---

<sup>6</sup> Ver <http://www.susi-frauen-zentrum.com/>. Acesso em 8 setembro de 2015.

Imagem 5: "Frauenshule" ("Escola para Mulheres"): Viktoria Hofer, Sydneide Gonçalves, Adriana Sidney, Julia Guerra e Marta Baltar (como professora).



Fonte: Acervo Kuringa

### 1.1.3 O encontro com Julie Engell-Günther

Foi buscando delimitar um objeto de pesquisa na área da história da arte que encontrei, pela primeira vez, os registros sobre Julie Engell-Günther, em 2010. A memória<sup>7</sup> de Julie em Joinville era acionada por duas vias. Uma delas, era a via da própria arte, como artista alemã de passagem pela Colônia Dona Francisca, que teria pintado as paisagens deste primeiro núcleo de imigrantes<sup>8</sup>. E a outra, a do gênero, quando foi mencionada pelo desprestigiado adjetivo “amásia”<sup>9</sup> (categoria nativa de Rodowicz-Oswiecimsky) do agrimensor Hermann Günther, diretor desta mesma colônia (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992).

Naquele 2010, em diálogo com a orientadora da dissertação do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille), Silvia Sell

<sup>7</sup> Considero, aqui, o conceito de memória viva de Ecléa Bosi, 2004.

<sup>8</sup> Duas reproduções desses desenhos atribuídos a Julie Engell-Günther, em 1851, pintadas pelo artista da cidade Eugênio Colin, estão no Arquivo Histórico de Joinville.

<sup>9</sup> O primeiro texto sobre as terras onde seriam instalados os imigrantes de Joinville foi publicado em 1851 no “Jornal Ilustrado de Leipzig” com a assinatura de Julie Engell-Günther.

Duarte Pillotto<sup>10</sup>, decidimos abandonar nossa ideia inicial de pesquisar sobre “as primeiras obras artísticas encontradas em Joinville e sua influência na cultura local” (baseadas em obras como a “Antropologia dos Objetos”, de GONÇALVES, 2007), para começar a investigar, especificamente, os textos desta personagem. O campo da arte me movia porque, logo depois de me formar em jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali)<sup>11</sup>, eu trabalhei na editoria de Cultura do Jornal de Santa Catarina, em Blumenau, do Grupo RBS. Ainda como repórter, aprendi e convivi com artistas locais e escrevi um livro sobre arte catarinense, com o artista de Blumenau César Otacílio, com recursos da Lei Estadual de Incentivo, na época, chamada de Mecenas<sup>12</sup>.

Ao ingressar no jornal “A Notícia”, em 2006, em Joinville, os temas sobre a cultura e a história da cidade também me afetavam, já que atuava no Caderno “Anexo”<sup>13</sup>. A formulação de pautas para os cadernos comemorativos de aniversário de Joinville era um trabalho que eu fazia com entusiasmo.

Ao delimitar o objeto da dissertação, uma pesquisa mais atenta no próprio Arquivo Histórico de Joinville nos levou ao artigo escrito por Julie, em alemão gótico, sobre o cotidiano na Colônia Dona Francisca. Na época, a tradutora do Arquivo, Helena Remina Richlin, fez a tradução do material que foi analisado na dissertação<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Entre 2004 e 2006, a orientadora de Mestrado Silvia Sell Duarte Pillotto já havia sido minha professora no curso de especialização “O ensino da arte - fundamentos estéticos e metodológicos” que fiz na Universidade Regional de Blumenau, FURB. Como trabalho final deste curso, em 2006, apresentei a monografia “O jornal como recurso auxiliar para a aprendizagem na arte-educação do ensino da rede municipal de Joinville”, sob a orientação da professora Nadja de Carvalho Lamas.

<sup>11</sup> O trabalho de conclusão de curso teve o seguinte título: “O jornal como recurso no processo de ensino-aprendizagem na educação fundamental”, com orientação do professor Rogério Christofoletti.

<sup>12</sup> SCHLINDWEIN, Izabela Liz. Arte catarinense para crianças e adolescentes. 1<sup>a</sup> ed. Blumenau: Nova Letra, 2005. 85p.

<sup>13</sup> O Caderno “Anexo”, de “A Notícia”, foi criado em 1987, com foco nas notícias locais do Estado de SC. Com uma equipe própria até 2015, o caderno, agora, foi integrado ao Diário Catarinense (ambos veículos da RBS).

<sup>14</sup> SCHLINDWEIN, Izabela Liz. Julie Engell-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca. Dissertação Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville. 2011.

“A primeira artista”, “a primeira jornalista”... Ao abandonarmos esse marcos de origem que envolviam a memória do nome de Julie, ficamos mais livres para entender os contextos que permeavam sua vida.

Fui buscar ajuda no departamento de antropologia da UFSC e encontrei neste campo uma orientadora disposta a me ajudar. Um e-mail bastou para que a professora Miriam Pillar Grossi me indicasse disciplinas como aluna especial.

Naquele segundo semestre de 2011, eu ainda não tinha defendido a dissertação, mas cursava as disciplinas de Relações de gênero, já no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (professoras Miriam e Mara Lago) e Antropologia cultural (Raquel Mombelli) para a elaboração de um Projeto de Tese para o próprio Programa Interdisciplinar da UFSC<sup>15</sup>.

Após quatro anos de estudo, posso considerar que Julie é mais do que um “objeto”, mas uma sujeita que direciona a pesquisa, intervém e me contradiz a cada novo texto traduzido e lido. Seus textos são um campo rico em dados (porque não dizer etnográficos, no sentido da descrição densa de GEERTZ, 1989) sobre o Brasil, ocupando espaços tímidos ou equivocados nos arquivos.

É também reivindicando este novo lugar de memória (LE GOFF, 1996; NORA, 1993) que decidi acatar aos seus chamados de pesquisa, como uma livre pensadora do movimento de mulheres burguesas que, hoje, à luz da teoria pós-colonial, percebemos como feminista, tendo a escrita e a educação como espaços de luta.

Para alcançá-la, tive de mudar a minha vida. Como ela, viajar e aprender outras línguas. Da mesma forma, o percurso com Julie Engell pelas teorias de gênero transformaram as minhas subjetividades de jornalista à Madalena feminista. Novas perspectivas de mundo surgiram a partir dos conhecimentos iniciados no mestrado.

Escolhi partir das questões de etnia para contar um pouco de minha trajetória e subjetividades que incidiriam sobre a delimitação do objeto de Tese – processo iniciado no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, entre 2010 e 2011.

---

<sup>15</sup> Aprendi minhas primeiras noções de gênero com BEAUVOIR, Simone, 1980; BUTLER, Judith, 2003; ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise (orgs.), 1979; FOUCAULT, Michel, 1985; HÉRITIER, Françoise, 1989. Na disciplina de Antropologia cultural, lemos DA MATTA, Roberto, 1983; GEERTZ, Clifford, 1989; LÉVI-STRAUSS, Claude, 1976.

As disciplinas oferecidas pelo Mestrado<sup>16</sup> me ajudaram a entender mais sobre os processos de formação indentitária das cidades do Sul do Brasil, em especial as do Vale do Itajaí e Norte do Estado. Ainda nesta fase de minha trajetória, um primeiro exercício de escrita me fez acreditar que era possível pesquisar sobre a vida de uma jornalista alemã do século 19 no Brasil.

Os resultados da pesquisa foram compartilhados no Seminário Integrado e Interinstitucional Arte e Cultura – UnC/ Unisul/Univille. Como resultado desta Comunicação, publiquei meu primeiro artigo científico no livro “Arte e Cultura: passos, espaços e territórios”<sup>17</sup>, com a minha orientadora na época, a professora Silvia Sell Duarte Pillotto (da área da Educação/Arte/Patrimônio).

O artigo “As memórias do processo migratório no sul do Brasil pela escrita da vida de Julia Engell-Günther” não foi somente o primeiro texto publicado, como também marcou a minha inserção no campo dos estudos de gênero. Embora de maneira incipiente, meu interesse pela área começou a crescer, mas nunca descolado das questões de etnia.

O aprofundamento nos estudos das teorias antropológicas aconteceu em 2010, no ingresso do Mestrado, como uma demanda deste processo (GONÇALVES, 2007; CLIFFORD, 2002; POLLAK, 1989). Foi guiada pelas histórias de Julie Engell-Günther que defendi a dissertação<sup>18</sup>, dois anos mais tarde.

No Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, poucos meses depois, ela continuava presente. Conhecer o que uma jornalista tinha a dizer sobre a ocupação interétnica em Joinville, cidade onde trabalhava e vivia, parecia-me parte importante também do meu processo de reconhecimento identitário (HALL, 2005; LACLAU, 1996; BHABHA, 1998). De onde vinha a negação “ao estranho” lida nas entrelinhas dos discursos?

---

<sup>16</sup> Na fase do Mestrado, já me chamava atenção o trabalho da historiadora e co-orientadora desta tese Janine Gomes da Silva. A professora era uma referência naquela universidade nos estudos de gênero, mantendo um núcleo de pesquisa relacionado à memória. Com Janine cursei a disciplina de “Patrimônio cultural e cidadania”. Entre as outras disciplinas do Mestrado, estavam: “Estudos Culturais” (Mariluci Neis Carelli/ Taiza Mara Rauen Moraes e “Memória e Identidade” (Ilaniel Coelho/Raquel Alvarenga/Silvia Sell Duarte Pillotto).

<sup>17</sup> LAMAS, Nadja de Carvalho; JAHN, Alena Rizi Marmo. (orgs.). Arte e Cultura: passos, espaços e territórios. Joinville: Univille, 2012.

<sup>18</sup> SCHLINDWEIN, Izabela Liz. Julie Engell-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca. Dissertação Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville. 2011.

Na primeira etapa desta pesquisa, acredito que Julie Engell me ajudou a responder parte dessas dúvidas. Sua presença perturbadora não era diferente de como eu me sentia naquela cidade, 150 anos depois. Os registros recém-traduzidos da Colônia Dona Francisca reavivavam um debate que parecia estar já sacralizado: “Joinville, cidade dos alemães e suíços”. “Terra dos príncipes”. “Terra de gente que trabalha”.

A teoria passou a fazer mais sentido quando a vivência em redes foi se intensificando. Bruno Latour (2004) nos ensina que o conhecimento científico é construído em redes capazes de conectar pesquisadores, sujeitos e culturas, guiadas por relações de interesse e poder. Além da literatura, os laboratórios e as negociações da comunidade científica são parte importante deste processo.

Meu primeiro sentido de rede foi o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Muito mais do que um grupo de pesquisa, o NIGS era onde se podia praticar o “bom combate” das discussões. A sequência de encontros promovia a segurança teórica necessária para escrever a Tese. Requerida a me posicionar frente aos debates feministas, eu me despia da capa de jornalista, que busca a neutralidade, para vestir outras identidades, muito mais questionadoras e situadas.

Estar matriculada em uma universidade que é referência nos estudos de gênero também representou muito para mim nesta caminhada de quatro anos, principalmente para outras parcerias acadêmicas que surgiriam mais tarde. Afinal, eu estava no Brasil, onde Sonia Alvarez dizia haver o movimento “mais amplo, maior, mais diverso, mais radical e de maior influência em outros movimentos de mulheres da América Latina”, no seu artigo “Democratizando o Brasil”, publicado em 1988, no livro “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”.

O Fazendo Gênero 10 – em 2013, marcou-me como pesquisadora do PPGICH/NIGS. O trabalho “Cartas para Karl Kautsky – o diálogo entre o líder político da social democracia e uma jornalista feminista alemã que migrou para o Brasil”<sup>19</sup> foi apresentado no Simpósio Temático “101. Presenças públicas, experiências políticas e memórias dos feminismos latino americanos nas últimas décadas do século 20”,

---

<sup>19</sup> SCHLINDWEIN, Izabela Liz; GROSSI, Miriam Pillar. “Cartas para Karl Kautsky: o diálogo entre o líder político da social democracia e uma jornalista feminista alemã que migrou para o Brasil”. In: *Fazendo Gênero 10*. Florianópolis: UFSC, v. 1. p. 1. 2013.

coordenado pela professora Lídia Maria Vianna Possas (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho).

Além de participar do Simpósio Temático do Fazendo Gênero 10, também ministrei o minicurso/oficina “Gênero e Diversidade (s) na Escola: pressupostos teóricos-metodológicos voltados a formação de professores”, com Marivete Gesser (professora do departamento de psicologia da UFSC) e Anahi Guedes Mello (doutoranda do departamento de antropologia da UFSC e também pesquisadora do NIGS).

A participação em congressos representou a oportunidade de compartilhamento dos dados parciais da pesquisa, troca de informações, contatos com pares e um rico aprendizado em pouco tempo.

## 1.2 ESTÁGIO NO INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

De abril de 2014 a março de 2015, cumpri estágio doutoral<sup>20</sup>, com participação em disciplinas e eventos promovidos pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, sob a supervisão da professora Martha Zapata Galindo (do campo da sociologia política).

No Seminário “Negociando con los poderes fácticos. Cartografias del activismo feminista en la América Latina” aprendemos um pouco mais sobre como podem ser utilizadas cartografias nas ciências sociais (HARVEY, 2001). E a partir desta perspectiva, buscamos analisar as relações dos grupos feministas com os governos.

Das leituras nesta disciplina (GALINDO, 2013; SCHILD, 1997; DELAMATA, 2013; MOLINEUX, 2001), surgiu o trabalho que apresentei no Congreso Nuevos Desafíos para la Inclusión Social y la Equidad en la Educación Superior<sup>21</sup>, ao lado de Liviana Bath, mestrand

---

<sup>20</sup> Seis meses antes de ingressar no intercâmbio na universidade, frequentei o curso de alemão para estrangeiros no Carl Duisberg Centrum, Stadtmitte, Berlim, com suporte financeiro do DAAD – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (de outubro de 2013 a abril de 2014).

<sup>21</sup> SCHLINDWEIN, Izabela. BATH, Liviana. Por onde caminham essas mulheres? Endereços e interesses dos movimentos feministas negros no Brasil - um exercício de cartografia da negociação com os poderes fácticos (Wohin gehen diese Frauen? Adressen und Interessen der schwarzen feministischen Bewegung in Brasilien – Eine Kartographie über die Verhandlung mit den poderes fácticos). Trabalho apresentado no Congreso Nuevos Desafíos para la

do Instituto de Estudos Interdisciplinares Latino-Americanos, com foco na Antropologia Social e Cultural Brasileira e Gênero, também da Universidade Livre de Berlim.

Fizemos um artigo bilíngue, apresentando o resultado de um exercício de cartografia dos movimentos feministas negros no Brasil, a partir da metodologia estudada por David Harvey (2001). Procuramos entender como as ações dos grupos sociais pesquisados se relacionavam com os poderes fáticos (BALLESTEROS, 1983; CAVERO, 1990). Em um segundo momento, analisamos como mecanismos de exclusão foram criados ao longo dos anos. A divisão entre os feminismos branco e negro também foi questão central para o entendimento dessas relações de poder (DOMINGUES, 2009; HAHNER, 2003).

Como bibliografia para o entendimento da ocupação pós-colonial, foram importantes os textos de CANESSA, Andrew (“Gênero, sexualidade e poder político na perspectiva (pós) colonial”, 2013); MOLYNEUX, Maxine (“Gênero e cidadania na América Latina”, 2001); STAUDT, Kathleen e MONTOYA, Gabriela (“Violência e ativismo na fronteira do México com os Estados Unidos”, 2009) e VIGOYA, Mara Viveros (“A sexualização das raça e a racialização da sexualidade no contexto atual da América Latina” em “Mulheres (e) poder na América Latina”, 2013) e ZAPATA GALINDO, Martha (“A luta pela igualdade de gênero na América Latina. Sobre a história de sucesso sem precedentes e uma desilusão dramática” em “Mulheres (e) poder na América Latina”, 2013).

E foi, então, citando Alvarez (1988) que apresentamos este trabalho no evento organizado pela rede MISEAL (Medidas de Inclusão Social e Equidade em Instituições de Ensino Superior na América Latina)<sup>22</sup> na Universidade Autônoma de Barcelona, em novembro de 2014.

O artigo intitulado “Para onde caminham essas mulheres? Feminismos no Brasil – um exercício de cartografia das negociações com os poderes fáticos” nos fez refletir sobre como aquele lugar na universidade era legítimo. Por muitas vezes, não nos sentimos autorizadas a falar por elas. Enquanto mulheres brancas e de camadas

---

Inclusión Social y la Equidad en la Educación Superior. Proyecto MISEAL, financiado por el programa Alfa III de la Unión Europea. Universitat Autònoma de Barcelona. De 16 a 18 de novembro de 2014.

<sup>22</sup> A rede MISEAL foi um projeto coordenado pela professora Martha Zapata Galindo, coordenadora do estágio doutoral na Universidade Livre de Berlim (<http://www.lai.fu-berlin.de/pt/forschung/MISEAL/index.html>).

médias, o que tínhamos a dizer sobre mulheres negras brasileiras em um evento na Europa, considerada por muitos como o “ponto mais importante do mundo”<sup>23</sup>

Legitimadas por um centro de pesquisa latino e custeadas<sup>24</sup> pelo governo brasileiro em nossa viagem de Berlim até Barcelona, sentimos que nosso papel naquele momento era quebrar o silêncio. Afinal, as mesmas sujeitas de classes subalternas citadas por Julie Engell-Günther, invisibilizadas por tantos anos, agora, queriam falar. Contar com a colega Liviana Bath em meu percurso, durante o estágio doutoral em 2013/2014, representou a construção de uma rede que permaneceu a distância e culminou com a sua vinda para o NIGS da UFSC, em um estágio de três meses em 2015.

Mais do que discutir gênero em um núcleo latino, situado na Alemanha, entender como uma jovem acadêmica alemã pensa o Brasil me mostrou muito sobre meu próprio País. As discussões promovidas pelo Lateinamerika Institut (LAI), da Freie Universität<sup>25</sup>, o contato com a professora Martha Zapata Galindo, minha supervisora no exterior, foram intensos, mas, sem dúvida, as amizades e as conversas no “Café Margot” ou na cozinha do núcleo de estudos latino-americanos foram proveitosos para o estabelecimento de uma parceria além do papel.

A troca estabelecida em congressos de outras áreas do conhecimento foi outro momento enriquecedor. Apresentar um trabalho sobre as viajantes do século 19 no Congresso Internacional de Historiadores da América Latina, na mesma universidade que me recebia, foi um desafio. O trabalho “Relações de gênero e interétnicas no Brasil do século 19 a partir do olhar da viajante alemã Julie Engell-Günther”<sup>26</sup> foi compartilhado no simpósio “Circulación de saberes entre viajeros: imagen y autoimagen entre europeos y latinoamericanos”.

---

<sup>23</sup> Tensões desta espécie foram apresentadas em 2011 por Karina Bidaseca no artigo “Mujeres blancas buscando salvar a las mujeres color café de los hombres color café. O reflexiones sobre desigua lidad y colonialismo jurídico desde el feminismo poscolonial”, na Revista Andamios da Universidad Autónoma de México.

<sup>24</sup> Apoio financeiro recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – pelo projeto “Teoria Feminista, Teoria Queer ou Teorias Sociais Contemporâneas? O campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil”. Processo nº 402545/2010-9.

<sup>25</sup> Programa Capes de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Processo nº: 9608/13-3.

<sup>26</sup> SCHLINDWEIN, Izabela Liz; GROSSI, Miriam Pillar. Relações de gênero e interétnicas no Brasil do século 19 a partir do olhar da viajante alemã Julie

Durante o estágio na Freie Universität, também destaco a redação de uma resenha na *Critical Reviews on Latin American Research*<sup>27</sup>, revista online da universidade. O texto sobre o livro “Libertas entre sobrados-mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)”, de Lorena Féres da Silva Telles<sup>28</sup>, significou um aprendizado sobre os sentidos de liberdade para as mulheres negras do pós-Abolição.

Com a participação em disciplinas, colóquios e leituras, em 2014, ampliei a leitura de bibliografias sobre os aspectos políticos e econômicos do século 19 na Alemanha, assim como as condições das mulheres no período.

Quanto ao andamento da escrita da Tese, neste período, um dos momentos mais decisivos foi o acesso ao livro de Julie Engell-Günther “Weihnachtsabende in Brasilien”/ “Noites de Natal no Brasil” (Berlim, Verlag von Julius Springer, 1862) – no Instituto Ibero-Americano.

Além disso, por meio do estudo do livro “Direitos iguais para mulheres e homens, o movimento de mulheres burguesas no surgimento do BGB”<sup>29</sup> (2008), escrito por Tanja-Carina Riedel, foi possível acessar o debate de Julie Engell e sua rede de mulheres na formulação do Código Civil alemão de 1900.

Outro passo foi a entrevista com o vice-diretor do Instituto Ibero-Americano (Berlim)<sup>30</sup>, Peter Altekruiger, sobre a conservação da obra de

Engell-Günther. Berlim: Congresso Internacional de Historiadores Latinoamericanistas, 2014.

<sup>27</sup> SCHLINDWEIN, Izabela Liz. Resenha do livro: *Libertas entre sobrados-mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*, de Lorena Féres da Silva Telles. Veiculado na revista eletrônica *Critical Reviews on Latin American Research*, 2015 ([http://www.crolar.org/index.php/crolar/article/view/186/html\\_95](http://www.crolar.org/index.php/crolar/article/view/186/html_95)).

<sup>28</sup> TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados - mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Editora Alameda, 2014.

<sup>29</sup> Tradução da autora para “*Gleiches Recht für Frau und Mann, die bürgerliche Frauenbewegung und die Entstehung des BGB*”.

<sup>30</sup> O Iberoamerikanisches Institut (IAI) é uma instituição da Fundação do Patrimônio Cultural Prussiano (Stiftung Preußischer Kulturbesitz – SPK): <http://www.iai.spk-berlin.de/pt/o-iai.html>. O Instituto segue uma orientação interdisciplinar para o intercâmbio científico e cultural com a América Latina, o Caribe, a Espanha e Portugal. Fundado em 1930, está sediado em Berlim, na Potsdamer Straße.

Julie Engell-Günther neste acervo<sup>31</sup> – assunto que retomo ao descrever os percursos metodológicos da pesquisa.

Mas o distanciamento temporal sobre o exercício da pesquisa e da escrita da Tese me leva a pensar, hoje, que o amadurecimento teórico só veio depois de uma maior vivência junto a um grupo de mulheres liderado por uma feminista negra. Madalena Berlim foi, para mim, um laboratório para pensar as questões de gênero latinas em um nível mais abrangente e que extravasava a teoria visitada na universidade.

Desta forma, acredito que o próprio método de pesquisa foi se desenhando a partir dos caminhos informais que foram se abrindo a partir de uma rede colaborativa de mulheres, fosse no Brasil ou na Alemanha. Apresento, a seguir, a estrutura da Tese, sua ordem e elementos que compõem.

### 1.3 ESTRUTURA DA TESE

A Tese está estruturada em três partes. A primeira introduz o tema e apresenta as questões da pesquisa, objetivos e percursos metodológicos (capítulos um, dois e três). A segunda parte (capítulos quatro e cinco) trará um perfil de Julie Engell-Günther na Europa e no Brasil e uma abordagem da contribuição de educadoras feministas à educação brasileira. E a última (capítulos seis e sete) descreve e analisa o conteúdo de sua principal obra sobre o País.

Na introdução, posiciono-me como uma pesquisadora nascida em região colonizada por imigrantes alemães, com forte interesse nos estudos em patrimônio cultural e gênero.

No segundo capítulo, reafirmo as categorias Imigração e Etnicidade como centrais para a delimitação do problema.

No terceiro capítulo, discorrerei sobre as bases epistemológicas e metodológicas da pesquisa e apresentarei os métodos que foram escolhidos ao longo do trabalho, envolvendo arquivo, memória e tradução. Aqui, “Noites de Natal” aparece como material empírico essencial.

No capítulo quatro, descreverei quem é Julie Engell-Günther, buscando situá-la a partir de sua produção teórica e militante, seja por meio de seus textos sobre “a solução social da mulher”, nas tendências de John Stuart Mill, ou na sua atuação política, como ativista da Associação Geral de Mulheres, em discussão com a Comissão que elabora o Código Civil para uma Alemanha já unificada. É também

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida por e-mail em 23 de setembro de 2014.

neste momento que evidenciarei aspectos de sua vida no Brasil e os motivos que a levaram a migrar em 1848.

No capítulo cinco, associarei a educação com um campo de lutas feministas. Nesta parte, Julie Engell-Günther e Nísia Floresta surgem como protagonistas de uma nova proposta de ensino, quando o conhecimento não está centrado apenas no professor e a educação não está estabelecida a partir de métodos rígidos de controle da obediência.

No capítulo seis, apresentarei o livro “Noites de Natal no Brasil”, suas personagens, grupos étnicos e cenários, tendo como categorias centrais: Educação, Gênero, Indígenas/Brasileiros, Escravidão/Negritude e Território/Classes.

No último capítulo (sete), aprofundo um pouco mais sobre o cotidiano da vida escolar de meninas da elite carioca. Duas reuniões natalinas na casa dos protagonistas ganham centralidade: uma na Colônia Dona Francisca e outra no Rio de Janeiro. Na Colônia Dona Francisca, o enfoque está na inquietação das mulheres estrangeiras que aguardam os homens chegarem de viagem para a festa de Natal. Na conversa entre eles, a validade da imigração ainda é uma dúvida. Ao mesmo tempo em que o encontro com os nativos gera situações de insegurança e ameaça ao seu objetivo concreto de “progresso da colônia”. O olhar do grupo de imigrantes homens sobre a lenda das Amazonas e a perspectiva de Martha sobre as mulheres brasileiras reclusas direcionam para uma discussão no campo do gênero.

No Rio de Janeiro, outro Natal cheio de imprevistos marca o colóquio dos estrangeiros, que discutem grandes temas, como contrastes sociais, liberdade, Justiça e Escravidão. Encerra esta parte a evidência da cor nos relatos de viagem.

Nas considerações finais, argumento que “Noites de Natal no Brasil”, um livro escrito por uma mulher do século 19, tinha como foco questões hoje consideradas “pós-coloniais”, gênero e questões raciais, estas descritas durante o período da Escravidão negra no Brasil. Porém, diferentemente das posições críticas contemporâneas feministas e pós-coloniais, a autora, mesmo que crítica em relação ao lugar das mulheres e da escravidão na sociedade brasileira, produz uma reificação do modelo de constituição do Estado nacional alemão no século 19, de que a imigração europeia, e em particular alemã, poderia conduzir a sociedade brasileira ao progresso e desenvolvimento cultural.

## 2. PERCURSOS METODOLÓGICOS: ARQUIVO, MEMÓRIA E TRADUÇÃO

### 2.1 INTERDISCIPLINARIDADE E GÊNERO

A década de 1980 viu emergir uma série de pesquisas sobre mulheres brasileiras, impulsionando o estabelecimento de disciplinas específicas sobre a temática em cursos de pós-graduação (GROSSI, Miriam, 1998). A partir desta tendência, os estudos de gênero se inserem no campo interdisciplinar por excelência, impulsionando disciplinas e pesquisas em cursos de pós-graduação e agregando tanto áreas próprias das ciências humanas, letras comunicação, educação quanto da saúde e direito (FONSECA, Cláudia, 1998).

Fazer parte de um Programa Interdisciplinar nos possibilita olhares de múltiplas perspectivas. A vantagem do convívio com culturas disciplinares distintas oferece um aprendizado científico libertador e humano a despeito dos mitos disciplinares de que os conhecimentos não podem ser “misturados”. A partir de então, abrimos possibilidade para a ciência renovada e representativa da natureza e dos interesses humanos (PHILIPPI, Arlindo e SILVA NETO, Antônio, 2011).

Embora a interdisciplinaridade proporcione profundidade de conhecimento e capacidade de intervenção na natureza e na sociedade, não é a resposta para todos os problemas da pesquisa científica, da universidade e da sociedade. Também não responde para quem a pesquisa deve ser feita.

Neste sentido, nos estudos interdisciplinares, os pesquisadores não precisam ser forçados a buscar um tipo de conhecimento inalcançável, mas saberes gerados coletivamente. É a partir destes encontros que surgirão motivos e argumentos que se disponham ao diálogo e à cooperação. Se desejarmos uma sociedade democrática, igualitária, justa, devemos pensar a pesquisa e a universidade que possam atender a esses objetivos.

A interdisciplinaridade é o ponto de cruzamento entre atividades (interdisciplinares e disciplinares) com lógicas diferentes. Esta abordagem tem a ver com a procura de um equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora e as visões marcadas pela lógica racional, instrumental e subjetiva.

Neste caso, a própria prática interdisciplinar é contrária às homogeneizações e/ou enquadramento conceitual, sendo marcada pelo caráter inovador e experimental. Não existe uma definição única possível para este conceito, senão tantas quantas sejam as experiências

interdisciplinares em curso no campo do conhecimento. A proposta interdisciplinar, no entanto, não é como “colocar um fim” aos conflitos que dividem os cientistas. Mas lançar pontes para uma nova interpretação do mundo, apresentando possibilidades uma maior compreensão sobre o que parece escapar à ciência.

Além da perspectiva interdisciplinar, procurou-se estar consciente no uso dos documentos para a pesquisa, buscando questionar sua tutela. Foi guiada pela experiência acadêmica de minhas co-orientadoras, Letícia Borges Nedel e Janine Gomes da Silva, que busquei aprofundar os conhecimentos na história e ficar mais atenta aos mecanismos de manutenção de memórias.

Além de frequentar disciplinas relacionadas à arquivística e memória no Programa de Pós-graduação em História da UFSC e no Instituto de Estudos Latino-americanos da Freie Universität, participei do 18º Ahila, evento organizado pela Associação Europeia de Historiadores Latino-americanistas, em Berlim, consultei livros relacionados ao tema e dialoguei com outros/as professores/as e colegas da área.

Percebo que o esforço da pesquisa interdisciplinar apresentou benefícios para os dois campos: história e antropologia. Ao mesmo tempo, escrever sobre gênero e etnia no século 19 não me credencia ao papel de historiadora. A área me empresta contribuições metodológicas, assegura ferramentas e fundamentos.

Da mesma forma, acredito que a teoria antropológica e os estudos de gênero têm muito a acrescentar ao historiador/a que trabalha com documentos. Se o arquivo é um lugar vivo e vibrante, não se pode desconsiderar o seu poder e seus elementos essenciais para a construção do conhecimento histórico, da memória coletiva e das identidades. Mais do que isso, um lugar que fala sobre como nós nos reconhecemos como indivíduos, grupos e sociedades. Para Terry Cook (2004), os arquivistas detêm o poder sobre os próprios documentos essenciais à formação da memória e identidade.

Os arquivos são construções sociais, suas origens se sustentam na necessidade de informação e nos valores sociais de quem tem o poder sobre os indivíduos. Um documento individual não é somente portador de história, mas, também, das necessidades e desejos de seu produtor.

A memória, como a história, tem raiz nos arquivos. Sem eles, a memória falha, o conhecimento das realizações se apaga, o orgulho de um passado compartilhado se dissipa. [...]

Arquivos são nossas memórias. Mas o que acontece neles é pouco conhecido. Seus usuários (historiadores e outros) e moldadores (produtores e gestores de documentos, e arquivistas) acrescentam camadas de significado que se tornam “naturais”, internalizados e incontestados (COOK, 2004, p. 27).

Levando em consideração que a natureza do arquivo traz sérias consequências para a memória coletiva e o conhecimento histórico, é preciso analisar também as formas de conservação, as rotas de circulação e o poder de que são investidos os arquivos, assim como os responsáveis pela custódia institucional. Este é um importante passo para os estudos arquivísticos, tanto no que concerne aos métodos de organização dos fundos quanto aos arquivos como objeto da pesquisa social.

## 2.2 ARQUIVO

A tarefa de apurar a dimensão da obra de Julie Engell-Günther levou alguns anos e ainda está longe de chegar ao fim. Além dos arquivos físicos, a Internet foi uma fonte de pesquisa presente. Assim como entrevistas e leituras em bibliotecas, incluindo as publicações de viagem da Editora Mulheres (UFSC), que apresentaram aspectos muito próprios da escrita feminina sobre gênero e etnia.

Durante o Doutorado, circulei entre arquivos públicos e pessoais ou, simplesmente, acervos guardados em casa. A presença nesses espaços trouxe algum aprendizado sobre a custódia e organização de documentos. Ao mesmo tempo, pesquisar no Arquivo Histórico de Joinville, Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão (São Paulo) ou Instituto Iberoamericano (Berlim) implicou em questionar a forma de acessá-los. Das escassas informações obtidas no Arquivo Histórico de Joinville à exuberância dos dados do Instituto Martius-Staden, percebi que sistematização de dados é dada pelos usos.

A necessidade de memória fez surgir uma guinada arquivística na década de 1990. Antes vistos como fonte extrativista e não etnográfica, é a passos muito lentos que os arquivos são entendidos como produtores de informação ou artefato cultural.

Para Ann Laura Stoler (2002), os arquivos são amostragens do conhecimento controverso, complexas tecnologias de governança. A

autora escreve sobre este aspecto no livro “Mal de arquivo”, de Jacques Derrida (2001), confirmando a legitimação do arquivo na teoria crítica – mesmo depois da guinada arquivística. O arquivo, então, não é uma instituição em si, mas “a lei sobre o que pode ser dito”. “O sistema que estabelece as declarações como eventos e coisas”, “o sistema e suas enunciabilidades”.

A autora ainda reposiciona a perspectiva “arqueológica” de Foucault (2005) quando escreve que o arquivo não é um conjunto de todos os textos preservados por uma cultura, nem a instituição que possibilita a preservação desses documentos, mas as “normas da prática” que definem as regularidades específicas daquilo que pode ou não ser dito.

O trabalho de pesquisa de Elke Dislich e sua rede incluiu não somente a sistematização destes documentos, como também a reunião de informações em outras bases que pudessem ajudá-la a compreender melhor os dados escritos em livro e artigos. A peregrinação (física e virtual) por arquivos a fez chegar ao Instituto de História Social de Amsterdam. De posse das cartas trocadas com Karl Kautsky (quase impossíveis de compreender pela caligrafia cursiva de Julie Engell-Günther), Elke Dislich procurou um especialista que traduzisse os documentos.

Cada tipo documental de um mesmo arquivo tem a ver com as intenções de seus produtores. A autora Sue McKemmish (1996) alerta para o fato de que os registros em cartas têm sido importantes para os estudos da política. Ela acredita que estes tipos de registros pessoais são uma maneira de evidenciar nossa existência, atividades, experiências, relacionamentos, identidade, e “lugar” que ocupamos no mundo. Para ela, os registros pessoais são um tipo de escrita criativa e reflexiva que dá exemplos de como são representados o “desejo de testemunhar”, o “instinto de contar para nós mesmos”, “a necessidade de deixar para trás”. No artigo “Evidência de mim”, Sue McKemmish (1996) problematiza a decisão de conservar ou queimar arquivos, como evidências nossas.

Embora possam revelar aspectos subjetivos bastante relevantes, os arquivos pessoais ainda não têm o lugar que merecem nas pesquisas científicas. Eles foram mencionados tardiamente nos manuais dedicados aos arquivos e raras vezes foram objeto de investimentos sistemáticos. As primeiras menções a arquivos constituídos por indivíduos aparecem em 1928, no manual do arquivista italiano Eugenio Casanova. O autor confere a seguinte definição aos arquivos:

[...] acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa (SCHELLENBERG, 1974, p. 37, apud HEYMANN, 2009, p.42).

A organicidade do conjunto documental, atenta aos sentidos conferidos pelos vínculos que unem os documentos entre si e pelos vínculos que unem os documentos às atividades das quais se originaram.

Os documentos acumulados por indivíduos ao longo de sua existência nem sempre são tratados de modo coerente com a teoria arquivística, depois que ingressam em entidades de custódia. O fato de não haver, entre nós, palavra específica para designá-los (como *manuscripts*, *personal papers*, *écrits personnel*, *carte personali*, espólios) e, conseqüentemente, distingui-los dos arquivos institucionais, não resultou, na prática, na adoção de procedimentos comuns, nem impôs o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem. Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais como documentos continuam e representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir (CAMARGO, 2009, p. 1).

Alguns textos sobre Julie Engell-Günther foram traduzidos, de forma institucional, no Arquivo Histórico de Joinville. Em 1976, Elly Herkenhoff<sup>32</sup> publicou a série “Julie Engell – 1, 2 e 3” no jornal “A

---

<sup>32</sup> Elly criou junto com a irmã Rosa Herkenhoff um método de ensino da língua alemã para adultos. Em 1921, a autora publicava seus primeiros contos e poemas em alemão e português, em jornais e outros periódicos. A pesquisadora foi autora de livros como “Famílias brasileiras de origem germânica”, volume VI (1975), com Maria Teresa Elisa Böbel; “História da imprensa de Joinville”; “Joinville: nossos prefeitos 1869-1903”; “O observador às margens do rio Mathias”; “Um por todos, todos por um”; “Wiegand Engelke: o importante médico alemão chegou em Joinville em 1857” e “Joinville: nosso teatro amador (1858-1938)”. Em 1999, Elly Herkenhoff recebeu o título de cidadã benemerita

Notícia”. No ano seguinte, ela escreveu um artigo de seis páginas sobre Julie Engell na publicação do Arquivo Histórico de Blumenau, chamada “Blumenau em Cadernos”. Nessas reflexões, a pesquisadora de Joinville situa Julie como companheira de Louise Otto-Peters, reconhecida como feminista de 1848, que escrevia sobre os direitos da mulher exercer outras funções remuneradas e que não fossem somente as domésticas.

[...] Julie Engell-Günther desafiava intransigentemente a opinião tradicional e generalizada, segundo a qual a mulher não possuía a capacidade ética e intelectual necessária ao desempenho de outras funções. Louise Otto-Peters e suas companheiras de luta, ainda assim exigiam infinitamente pouco, em face da situação dramática, insustentável, da mulher solteira da classe média – a mais sacrificada em nome da tradição e dos bons costumes. Os ideais defendidos pelas feministas pioneiras – que não podem e não devem ser confundidas com as feministas da atualidade – seriam concretizados apenas lentamente e bem mais tarde, inclusive com a admissão da mulher ao estudo da universidade. (HERKENHOFF, 1977, p. 56)

Além de Elly Herkenhoff, outro pesquisador teve papel importante na tradução de textos de Julie Engell-Günther em Joinville: Adolfo Bernardo Schneider (1906-2001). Ele foi um dos responsáveis pela concepção do arquivo de Joinville, em 1972. Antes da construção do prédio atual, na rua Hermann August Lepper, o arquivo funcionava na Biblioteca Pública Municipal, da qual Schneider era diretor. Assim como Carlos Ficker, autor do livro de “História de Joinville” (1965), ele era considerado uma autoridade em história local, muito antes de Elly Herkenhoff iniciar-se na pesquisa e conservação documental.

Uma diferença entre Adolfo Schneider e Elly Herkenhoff é a de que a pesquisadora não teve experiência direta com a Campanha de Nacionalização, enquanto que a família de Schneider já estava envolvida com o aparato governamental de gestão da cultura na cidade

---

de Joinville. Assim como no caso de Adolfo Bernardo Schneider, há uma sala no Arquivo Histórico de Joinville com seu nome. (Ver também HUBER, Valburga. Elly Herkenhoff (1906-2004): vida e obra. Instituto Martius-Staden, 2008. Disponível em <http://www.martiusstaden.org.br/conteudo/detalhe/95/elly-herkenhoff-1906-2004>. Acesso em setembro de 2015).

na época, sentindo na pele as intervenções políticas na cultura e sociedade local.

Sobre a relação do historiador com a memória de Julie Engell-Günther, Schneider deixou registrado em artigo de jornal que tinha conseguido cópias de cinco livros de Julie Engell em bibliotecas americanas (documentação que nunca consegui encontrar, apesar de ter visitado a sua casa e o local onde guardava seu material, em Joinville). Schneider também encomendou ao artista Eugênio Colin uma pintura que remetia aos desenhos originais atribuídos a Julie. Hoje, a obra está exposta na parede do Arquivo Histórico de Joinville.

Mas é em São Paulo, no Instituto Martius-Staden<sup>33</sup>, que pode ser encontrado um material mais amplo sobre o trabalho de Julie Engell-Günther. Por meio da parceria estabelecida entre este Instituto e o grupo Relações Linguísticas e Literárias Brasil-Alemanha, da professora Celeste Ribeiro de Souza (USP), também foi disponibilizada na Internet a biobibliografia de Julie Engell-Günther assinada por Elke Dislich. O texto na Internet, com o e-mail de sua tradutora, possibilitou o meu acesso ao seu trabalho sobre Julie Engell-Günther.

---

<sup>33</sup> O Instituto Martius-Staden foi criado em 1916, passando por momentos em que as identidades teuto-brasileiras estremeciam com o Estado Novo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945. Sua sede fica no interior de uma escola fundada em 1878 como Deutsche Schule, a mesma que deu origem ao próprio Instituto, em 1916, quando um grupo de professores fundou a Associação de Professores Alemães (Deutscher Lehrerverein). Hoje, situado no colégio particular Visconde de Porto Seguro (unidade Panamby/SP), pode-se dizer que o Instituto Martius-Staden, nasceu de um desejo de memória de alemães e seus descendentes que viviam no Brasil. Seu acervo sobre a imigração é formado por documentos, jornais, livros, mapas e fotografias. Além do intercâmbio entre culturas, o Martius-Staden produz publicações e promove eventos culturais – assim como ocorre no Arquivo Histórico de Joinville. Ver: <http://www.martiusstaden.org.br/>.

Imagem 6: Captura de tela da página do Instituto Martius-Staden.

**PESQUISA: LITERATURA BRASILEIRA DE EXPRESSÃO ALEMÃ**

PESQUISA: LITERATURA BRASILEIRA DE EXPRESSÃO ALEMÃ > JULIA ENGELL-GÜNTHER 1819-1910

Grupo RELIIRA - "Redeção Linguística e Literária Brasil-Alemana" | www.reliira.com.br  
 Localizada na USP e na UFPA  
 Coordenação: Gerald Proda - Das Ciências Humanas de São Carlos

**JULIA ENGELL-GÜNTHER (1819-1910): VIDA E OBRA**  
 Autor: Elke Dierkes, 2009  
 Cópia autorizada: alexandre.palazzo

**Dados biobibliográficos**

A trajetória de vida de Julia e Julie Engel-Günther apresenta-se em um contexto de múltiplos pontos de contato culturais, literários e pedagógicos e que não deixam marcas indeléveis.

Sabemos que nasce Julia Engel, na cidade de Sulz, no Condado de Alpirsbach, Alemanha, em 1819, e que desde jovem é que, a qual desde sua infância, assim como seu irmão, demonstra inclinação para a leitura e a escrita.

Em 1845, aos 25 anos, emigrava para o Brasil com o irmão e a irmã, a família von Dierkes (1785-1850), o primeiro e notável representante do romantismo alemão - à época residente em Berlim, na qual pede que seja aceita, para ela e sua irmã, mais nova Luise, emprego como professoras e professoras, bem como moradia, nas proximidades de Berlim. O primeiro e conhecido livro de Julia, trata sobre



Fonte: <http://www.martiusstaden.org.br/conteudo/detalhe/116/julia-engell-gunther-1819-1910>. Acesso em junho de 2015

Os documentos-chaves produzidos por Julie Engell-Günther foram arquivados pela rede de mulheres de d. Elke, paulistanas que se reúne em um grupo de leitura de livros escritos em alemão.

Além de uma série de documentos redigidos por Julie Engell, como artigos, brochuras e resenhas, o acervo continha e-mails trocados entre Eva Schöck-Quinteros, do departamento de História da Universidade de Bremen, e Joachim Tieman, que, na época, atuava no Instituto, em São Paulo.

Os textos mostravam o interesse da professora Eva Schöck-Quinteros em desvendar o caso policial “Engell-Krimi”, constando perguntas sobre sua ascendência protestante e dúvidas sobre os documentos que comprovariam que teria passado por uma prova para ser professora no Brasil. Mas os e-mails não traziam só dúvidas, como também contribuições e notícias de sua pesquisa na Alemanha.

Foi por meio das constatações da professora Eva Schöck-Quinteros e do acesso a sua minuta de conferência que fiquei sabendo da dimensão política de Julie<sup>34</sup>. Outra obra primordial foi o livro de

<sup>34</sup> Aspectos extraídos da minuta da conferência que a profa. Schöck-Quinteros

Tanja-Carina Riedel: “Direitos iguais para mulheres e homens, o movimento de mulheres burguesas no surgimento do BGB” (2008)<sup>35</sup>, no qual Julie discute a posição da mulher no primeiro Código Civil alemão.

Se o Instituto Martius-Staden está focado na manutenção das identidades germânicas no Brasil, o Instituto Ibero-Americano (IAI)<sup>36</sup>, de Berlim, busca sistematizar e analisar a literatura produzida na América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. “Noites de Natal no Brasil” também integra seu acervo. De acordo com o vice-diretor Peter Altekrüger, “Noites de Natal...” foi incorporado às coleções em 1955. A obra foi adquirida da livraria/antiquário “Der Bücherwurm”, por 7,50 DM, na época. O título é o único catalogado de autoria de Julie Engell-Günter, além de uma narrativa publicada na revista “Westermanns Monatshefte”.

A inscrição “Bra xy” significa que “Noites de Natal” – disponível apenas para empréstimos na Sala de Leitura – está designada como Literatura Infanto-Juvenil Brasileira.

Inicialmente, a obra seria classificada no sistema do Instituto Ibero-Americano, de acordo com as regras estabelecidas pelas PI (Preußische Instruktionen – Instruções Prussianas). Porém, como parte da introdução de um sistema terceirizado, o título foi arquivado eletronicamente, segundo as normas de catalogação vigentes na Alemanha – RAK (Regeln für die Alphabetische Katalogisierung).

Não existe alguma regra fixa para o inventário de livros escritos por mulheres do século 19. As autoras/escritoras são, normalmente, reconhecidas pelos seus nomes. Quanto aos arquivos pessoais, os documentos são arquivados de acordo com as normas para Catalogação de Propriedade. Como “Noites de Natal no Brasil” (1862) é uma obra

iria proferir durante um evento (6 e 7 de junho de 2003) em homenagem ao aniversário de 60 anos de Dirk Hoerder. In: Correspondência entre a Profa. Eva Schöck-Quinteros da Universidade de Bremen e o sr. Joachim Tiemann do Instituto Martius-Staden, trocada entre 15/11/2002 e 25/09/2003, arquivada na Pasta G IV b como Doc. N° 336 deste mesmo Instituto.

<sup>35</sup> Tradução nosa para “Gleiches Recht für Frau und Mann, die bürgerliche Frauenbewegung und die Entstehung des BGB”.

<sup>36</sup> O IAI possui uma ligação com o Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Livre de Berlim, onde pesquisadores de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado (principalmente, da História, Literatura, Antropologia e Sociologia) se reúnem para estudar - fazendo dele o maior instituto desta área na Europa. Fundado em 1930, o IAI está sediado no Kulturforum de Berlim (ao lado da Staatsbibliothek (Biblioteca Estatal) como instituição da Fundação do Patrimônio Cultural Prussiano (Stiftung Preußischer Kulturbesitz – SPK).

impressa, recebeu a catalogação usual do RAK, podendo ser acessada virtualmente, desde que seja digitado o código de acesso do usuário<sup>37</sup>.

A pesquisa nessas três instituições mostrou que os arquivos pessoais ou textos produzidos por mulheres não possuem visibilidade ou formas específicas de sistematização, o que vêm reforçando o lugar subterrâneo das memórias de mulheres viajantes. A falta de acesso estimula pesquisadoras informais a sistematizar seus próprios dados, criando arquivos alternativos, como foi o caso da rede de mulheres de d. Elke, que sistematizou o acervo de Julie Engell-Günther no Instituto Martius-Staden, de São Paulo.

### 2.3 MEMÓRIA

Eu havia conhecido “Noites de Natal no Brasil” (1862) na casa de d. Elke, quando tínhamos nos visto pela primeira vez, em 2012. O livro era guardado com cuidado em uma caixa de papel, trancado em uma gaveta com chave. O ato de retirá-lo da caixa era como participar de um ato solene. As frágeis páginas, já bem amarelas e ásperas e as folhas soltas pediam cautela no manuseio.

Nesta época, Elke já era uma interlocutora fiel. Ao ler seu texto na Internet, busquei seu contato e escrevi um e-mail para que pudéssemos nos conhecer pessoalmente. Mas sua saúde inspirava cuidados e ela havia se mudado para a casa da filha. Em 2011, ela não pôde me atender. Porém, ajudou-me o quanto pôde nas respostas a muitas dúvidas que eu tinha, por e-mail.

Quando defendi a dissertação de Mestrado e resolvi continuar a pesquisa sobre Julie Engell-Günther, fui ao seu encontro. Era maio de 2012, bem próximo do Dia das Mães. Ela me atendeu de forma muito atenciosa com seus docinhos, livros e boa conversa.

Nesta primeira visita, já foi possível perceber o seu engajamento no tema. O livro “Noites de Natal no Brasil” não estava descolado de sua vida e experiências. Pelo contrário, interferia em suas subjetividades, fazendo, inclusive, com que voltasse a estudar, associando-se a um núcleo de pesquisa.

Foi também naquela visita inicial, que eu considerava como minha “primeira incursão em campo”, que Elke me apresentou seu material de pesquisa sobre Julie Engell-Günther. Seu levantamento

---

<sup>37</sup> Informações adquiridas a partir de entrevista com o diretor da biblioteca e vice-diretor do Instituto Ibero-americano Peter Altekruiger, concedida por e-mail, no dia 23 de setembro de 2014.

incluía recortes de jornais sobre a atuação de livres pensadoras, a Revolução de 1848, dados geográficos e populacionais da Pomerânia, biografia do movimento de mulheres pelo trabalho e pela educação na Alemanha e no Brasil, artigos de professoras sobre a história do Brasil e de mulheres escritoras.

Esses subtemas estavam separados por pastas com folhas de plástico. Nas estantes, livros sobre a história da educação no Brasil (MARCÍLIO, 2005; RIBEIRO, 1996), imigração no Sul e Sudeste do Brasil (SIRIANI, 2003) e revistas de História. Livros escritos em português e alemão dividiam o espaço com dicionários de todos os tamanhos.

Depois do contato de d. Elke com os livros, surgiu a necessidade de formação de redes. A professora Celeste Ribeiro de Souza, da USP, foi a primeira a ser contatada, convidando Elke para fazer parte de sua equipe. Seu núcleo de pesquisa, o Rellibra (Relações Linguísticas e Literárias Brasil Alemanha), está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã da USP. Um dos principais propósitos do grupo é traduzir e estudar autores/as que publicaram em língua alemã.

A experiência de Elke no campo da tradução não vinha da academia. Formada em Secretariado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 1962, trabalhou como tradutora técnica e atuou de 1972 a 2001 para tradutores juramentados e técnicos.

O interesse em pesquisar sobre Julie Engell-Günther surgiu depois que Elke Dislich encontrou “Noites de Natal...” na casa de Helena Müller-Carioba. Esta alemã de 93 anos que morava em São Paulo estava se desfazendo de sua biblioteca particular em meados da década de 1980, pois iria mudar-se de uma casa no bairro dos Jardins para um apartamento. O livro em questão, já em estado bastante precário, estava em uma pilha de papeis destinados à reciclagem.

A mãe de Elke, Johanna Mittelkauf, havia conhecido Helena na adolescência, aos 12 anos, em Americana, onde a Família Müller-Carioba possuía uma fazenda e uma tecelagem. Helena Müller-Carioba, na época, tinha 19 anos e gostava de emprestar seus livros “de adolescente” para Johanna. Os exemplares eram trazidos das frequentes viagens da família para a Alemanha.

Ao decidir mudar de endereço, Helena Müller-Carioba procurou a Igreja Luterana, da qual Elke Dislich é membra, para doar alguns livros. Foi nesta visita que Elke encontrou o livro “Weihnachtsabende in Brasilien”. Ela logo imaginou que sua mãe eventualmente poderia ter lido este livro. Por isso pediu o exemplar e foi prontamente atendida.

A obra era, na verdade, um livro raro. E Elke Dislich logo viu que continha informações importantes sobre o Brasil escritas por quem havia vivido naquela época. Ao buscar mais dados sobre a autora – o que levou alguns anos, a pesquisadora descobriu que a Verlag von Julius Springer havia vendido os direitos sobre uma parte das suas publicações para outra editora.

Elke Dislich acredita que o livro tenha sido escrito logo após o retorno de Julie Engell-Günther à Alemanha. “A obra pode ter sido lançada como um guia de impressões de viagens que poderia ser útil para jovens que, após a conclusão dos seus cursos profissionalizantes, sobretudo na área de comércio exterior, poderiam estar interessados em trabalhar, durante algum tempo, na filial de alguma empresa alemã no exterior, ou para o Governo de alguma província, como fizeram diversos engenheiros e geólogos, como, por exemplo, o bisavô do meu marido, Dr. Jorge (George) Krichbaum, que foi um dos primeiros professores da Escola Politécnica de São Paulo (hoje incorporada à USP).”

Da leitura daquele que é considerado o livro mais importante de Julie Engell-Günther, de acordo com a própria autora, surgiram mais dúvidas, perguntas que se multiplicaram entre sua rede. O seu grupo de mulheres, que se reúne há mais de 30 anos para falar sobre literatura alemã, encontrou no livro “Noites de Natal no Brasil” bons temas de discussão.

Logo ao encontrar este livro, Elke Dislich procurou informação sobre a editora, descobrindo que não existia mais ou poderia ter mudado de nome e donos. “A editora fica em Berlim, não consegui informações sobre quantas cópias foram feitas na época.”

A empresa não dispõe de mais exemplares, mas o título consta do histórico de livros lançados. “Procurei pelo mundo afora quem mais tinha este livro. Descobri um instituto de estudos americanos em Berlim [IAI] e uma biblioteca no Rio de Janeiro com um título cada um.”

Ainda não foram encontrados relatos de Julie Engell-Günther que descrevessem seu processo na escrita de “Noites de Natal no Brasil”. Se a obra foi pensada para ser um livro ou transformou-se somente depois em uma obra desta espécie. Os lapsos de tempo demonstram que “Noites de Natal no Brasil” não foi um livro escrito com unidade, tratando-se de um conjunto de episódios vividos em diferentes períodos e lugares.

O fato é que essas histórias provocaram o profundo interesse desta pesquisadora, que decidiu traduzi-las depois de lê-las capítulo a capítulo para as filhas Cristina e Martina nos anos 1990, na época com 13 e 11 anos.

Antes de ter entrado em contato com a obra, sem saber que tinha sido escrito por uma autora considerada feminista, Elke Dislich já se identificava com este tipo de pensamento. “Considero-me feminista. Mas não feminista naquele sentido radical e cego. Meu pai morreu quando eu tinha 18 anos. Tive de fazer o curso de secretariado para ter emprego. Ao mesmo tempo, minha mãe não era uma simples dona de casa que se submetia às regras do marido.”<sup>38</sup>

### **2.3.1 Família de imigrantes**

É na fase do pós-Abolição da Escravatura no Brasil (1888) que migra Helene Mittelkauf, a avó de Elke Dislich, inspirada pela vinda de outros europeus que, entre 1889 e 1926, chegaram ao País no período conhecido como “a Grande Imigração”, durante a Primeira República (1889-1930).

As grandes oligarquias agrárias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ligadas à cafeicultura (SP) e à produção de leite (MG) requisitavam braços, ao mesmo tempo em que a Europa contava com um excedente de trabalhadores sem emprego.

Com o início da República, também expandiu-se a chamada “política de colonização”, com o objetivo de estabelecer os imigrantes europeus nos chamados núcleos coloniais. Os lotes de terra, administrados por famílias alemãs, produziriam alimentos que seriam vendidos nos mercados das pequenas cidades vizinhas, no Vale do rio Paraíba, também chamado de Vale do Café com Leite.

Foi atraída por este tipo de propaganda que Helene Mittelkauf veio para o Brasil. Na verdade, Elke Dislich conta que ela já sonhava com a possibilidade de tornar-se proprietária rural, como parentes que tinham terras no Estado africano, hoje, chamado de Tanzânia.

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida, em sua casa, em maio de 2013.

Imagem 7: Baú da avó (imigrante) de Elke Dislich.



Fonte: Arquivo próprio. Acesso em maio de 2013. Crédito: Izabela Liz

O pai de Helene (descendente de huguenotes que por volta do ano de 1600 estabeleceram-se na região de Kaiserslautern, vindos da Bélgica) ficou viúvo muito cedo e não se casou mais. Proprietário de vinhedos e de uma cervejaria, ele exigiu que cada uma das filhas aprendesse uma profissão, já que só seria permitido que os filhos fizessem uma faculdade.

Assim, Helene aprendeu a ser cozinheira, trabalhando em um hotel em Kaiserslautern. Mas um episódio a fez pensar mais profundamente sobre o seu futuro. Enquanto cozinhava no restaurante de um parque, Helene Mittelkauf encontrou uma tia, que sentiu-se visivelmente ofendida diante de seus convidados, por encontrar a sobrinha trabalhando na cozinha de um restaurante para onde ela havia chamado seus amigos para almoçar.

No fundo, Helene sabia que o constrangimento sentido pela tia não vinha apenas do fato de tê-la visto, enquanto mulher, trabalhando fora de casa, como também do seu passado, pois acabava de sair de desastroso casamento com um funcionário público que mantinha um estilo de vida demasiado boêmio. Após esse acontecimento, cresceu em Helene a vontade de deixar a Alemanha e mostrar a sua família que poderia vencer em outro país. Chegando ao Brasil e constatando que o lote que receberia neste país era muito pequeno para construir uma fazenda, tratou logo de viajar para São Paulo e procurar trabalho na sua profissão. E encontrou com certa facilidade.

Para poder trabalhar, “entregava” os filhos entre seis e 13 anos a famílias conhecidas, retribuindo-as com uma pensão. O marido acabou voltando para a Alemanha – com passagem paga por Helene a prestações. Embora ela estivesse satisfeita com a situação, nem todos os filhos estavam tão animados. Depois de três anos, Ernst, então com 16,

e Johanna, com 14, mãe de Elke, tiveram de procurar emprego e tratar de aprender uma profissão. As três filhas menores foram para um Lar de Crianças mantido pela Igreja Evangélica Luterana. Todos, no entanto, frequentaram a escola.

Johanna, após ter trabalhado como babá, aos 17 anos, iniciou seu aprendizado de costureira com um famoso costureiro da época, em São Paulo, terminando o curso como mestre profissional, e abrindo o próprio salão de costura. Aos 60 anos, ainda fez um curso de alta costura, trabalhando praticamente até a morte, aos 91 anos, em 1992.

## 2.4 TRADUÇÃO

No último ano do Doutorado, eu voltei a ver d. Elke. Tanto ela quanto eu sabíamos que faltava alguma coisa: traduzir “Noites de Natal no Brasil” (1862). Naqueles primeiros dias de junho de 2015, ainda não sabíamos se íamos dar continuidade às 150 páginas que já tinham sido traduzidas por ela, assim que ingressou no grupo Rellibra. Com estado de saúde frágil, o trabalho demandaria muitas horas de leitura, sentadas na mesma posição. Esforço que d. Elke não sabia se estava preparada para enfrentar, depois das inúmeras cirurgias e recidivas, fisioterapia, bateria de exames e medicamentos.

Começamos devagar. Primeiro, ela ia lendo as partes que interessavam à pesquisa (etnia e gênero), buscando ajudar com as dúvidas de vocabulário. Ao sentirmos confiança, resolvemos traduzir o livro inteiro. Trabalhamos muito naquele mês, de manhã, tarde e noite. Sábados e domingo. D. Elke ia traduzindo em voz alta e eu ia digitando e ajudando a editar o material.

A tradução envolvia bem mais do que a mera transcrição de palavras, mas, também, muita pesquisa em dicionários, livros e sites. Por isso, terminamos a tarefa da tradução bem no fim de junho, na madrugada de sábado.

É mais do que evidente que uma tradução, por melhor que seja, jamais poderá significar algo para o original. Entretanto, graças à traduzibilidade do original, a tradução se encontra com ele em íntima conexão. E, aliás, essa conexão é tanto mais íntima quanto, para o próprio original, ela nada mais significa. É lícito chamá-la de natural ou, mais precisamente, de conexão de vida. Como as manifestações da vida estão intimamente ligadas ao ser vivo, sem significarem

nada para ele, assim a tradução procede do original. Na verdade, ela não deriva tanto de sua vida quanto de sua “sobrevivência” [Überleben] (BENJAMIN, 2001, p. 104).

Como a tradução de “Noites de Natal no Brasil” (1862) foi feita após mais de 150 anos do lançamento da obra original, suas repercussões serão bem diferentes das que ocorreram na época.

Pois a tradução é posterior ao original e assinala, no caso de obras importantes, que jamais encontram à época da criação seu tradutor de eleição, o estágio de sua pervivência [Fortleben]. (BENJAMIN, 2001, p. 207)

Para Benjamin (2001), “é a partir da história (e não da natureza – e muito menos de uma natureza tão imprecisa quanto à sensação ou a alma) que pode ser determinado, em última instância, o domínio da vida”.

Admite-se com isso, evidentemente, que toda tradução é apenas uma forma, de algum modo provisória, de lidar com a estranheza das línguas. [...] Pois, se no original eles formam certa unidade, como casca e fruto, na tradução, a língua reconhece seu teor em amplas pregas, como um manto real. (BENJAMIN, 2001, p. 215)

## 2.5 MEMÓRIA E TRADUÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE REDES

As categorias Identidade e Memória aparecem nas Ciências Sociais a partir de diferentes orientações teóricas. Pierre Nora (1993), Jacques Le Goff (1996), Maurice Halbwachs (2006), Stuart Hall (2005) são alguns dos autores centrais nesses estudos. Mais recentemente, o trabalho do antropólogo francês Joël Candau (2008) apresentou contribuições na relação entre esses dois temas.

O ensaio “Memória e Identidade” reforça a associação entre uma e outra, não podendo haver identidades sem memória, porque apenas as identidades permitem a auto-consciência da duração. Assim como não é possível existir memória sem identidades, pois é da primeira que surgem as relações entre sujeitos que compartilham conhecimentos e atribuem significado à cadeia de sequências temporais. Para autores da linhagem

de Candau, portanto, sendo as identidades estados psíquicos e sociais, a memória aparece como uma faculdade individual e um conjunto de representações coletivas, estruturante destas identidades e capaz de organizar sentido.

As incursões em campo no espaço de convivência de d. Elke me fizeram conhecer sua rede informal de tradução e troca de conhecimento, onde elementos como memória e identidade estavam em vigência.

Quando passei um mês na casa dela, em junho de 2015, a fim de trabalharmos na transcrição, revisão e edição da tradução de “Noites de Natal no Brasil” (1862), vi que continuava ativo seu círculo informal de mulheres que estudam sobre literatura brasileira/alemã. Algumas tinham estudado no centenário Colégio Visconde de Porto Seguro, fundado em São Paulo, 1878, como Deutsche Schule. Por isso, elas falavam alemão fluentemente. Foi esta mesma rede de mulheres que trabalhou na organização do arquivo de Julie Engell-Günther no Instituto Martius-Staden.

Quase todas elas são nascidas no Brasil, mas identificam-se com a Alemanha, Áustria ou Suíça por causa de sua descendência. O grupo é formado por mulheres que ainda trabalham ou já são aposentadas. Dentista, dona de casa, professora... Elas têm as mais diferentes profissões.

O grupo de mulheres, hoje, reúne-se na Comunidade Luterana da Cantareira, na zona Norte de São Paulo. A sala onde os encontros acontecem tem uma grande mesa com cadeiras para a confecção de artesanato para venda em bazar, mas, também, estantes com muitos livros escritos em alemão, de Goethe a Hermann Hesse ou Günther Grass. É comum nesses encontros haver a leitura em voz alta de uma das integrantes do grupo de alguma reportagem interessante que tenha sido veiculada naquela semana. Pode ser sobre educação, boas práticas na sociedade, cultura etc.

O encontro na Comunidade Luterana é apenas um dos programas. Essas mesmas mulheres ainda se encontram para atividades como danças circulares e coral. Todas entram e saíam sem cerimônias na casa de d. Elke. Elas marcavam almoços uma na casa da outra, iam a concertos de música juntas ou exposições e lançamento de livros.

Essas mesmas mulheres, como já mencionado, participaram de uma pesquisa proposta por Elke Dislich no Instituto Martius-Staden. Entre elas: Eva von Rautenfeld, Gertraud Marcus, Elsa von Adamovitsch, Mari Luise Erps, Gisela Theiser, Astrid Budweg e Erika Bender.

Um dos encontros ocorreu no dia do aniversário de Elke Dislich. Tudo foi rigorosamente preparado e dirigido por ela, cabendo a cada uma das amigas a tarefa de pesquisar sobre um determinado tema a respeito de Julie, a partir da ficha do marido, o engenheiro Hermann Günther, que estava no catálogo do Instituto.

Esta pasta continha também informações recentes sobre Julie, inclusive uma troca de correspondência entre a professora Eva Schöck-Quinteros, da Universidade de Bremen, que na época trabalhava em uma biografia de Julie, e o então diretor do Instituto – entre novembro de 2002 e maio de 2003.

De certa forma, naquele junho de 2015, as colegas de d. Elke ficaram sabendo do nosso trabalho de tradução e ficaram felizes com os progressos da pesquisa, por já conhecerem o livro, a história de Julie Engell-Günther e o sonho de d. Elke. A Tese não era só minha. Nem a tradução do livro de d. Elke era um trabalho individual.

“Do grupo heterogêneo de amigas que se reunia mensalmente na minha casa, há mais de 30 anos (hoje, devido à minha doença grave, só nos reunimos esporadicamente para diversos programas culturais), nem todas podem ser consideradas feministas. É por isso que as discussões se tornam mais ricas, pois diferentes opiniões animam o debate”, considerou Elke Dislich em entrevista concedida por e-mail no dia 23 de setembro de 2014.

## 2.6 MANUTENÇÃO DE IDENTIDADES GERMANO-BRASILEIRAS

Em nossas conversas, o amor de Elke pelo Brasil sempre esteve presente, sentimento refletido em sua vontade de pesquisar. O que era confirmado em seu próprio discurso, quando lembrava das viagens feitas pelo País – já tinha conhecido quase todos os Estados, visto artesanatos, experimentado a culinária e entrado em contato com os mais variados grupos étnicos.

No curso feito no Museu do Folclore de São Paulo, entre 1969 e 1970, com Rossini Tavares de Lima<sup>39</sup>, pesquisador da cultura popular brasileira, a tradutora aprendeu mais sobre a diversidade das tradições brasileiras.

Recém chegada de uma viagem à Namíbia, Elke estava bastante animada naqueles dias de junho de 2015, com muitas fotos e histórias

---

<sup>39</sup> LIMA, Rossini Tavares de. A ciência do folclore. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

vididas naquele país. No antigo protetorado alemão, hoje administrado pela SWAPO (South West Africa People's Organization), Elke pôde perceber como conviviam culturas tão distintas em um mesmo local.

Na Comunidade Evangélica de Confissão Luterana Cantareira, Elke contou que organizava palestras com antropólogos que pudessem falar sobre o Brasil, tendo, inclusive, convidado o catarinense Egon Schaden, na época professor da USP, para falar sobre o etnólogo alemão Curt Nimuendajú.

O contato com o antropólogo Egon Schaden foi por meio do artista Heinz Budweg, colega de Elke dos tempos do Colégio Visconde de Porto Seguro, e companheiro de Schaden em viagens a suas pesquisas de campo. Nascido em Berlim, Heinz chegou ao Brasil aos 13 anos, percorrendo o interior do País em um ateliê móvel (uma Kombi adaptada), na década de 1960. Por causa destas e outras experiências, por mais de uma vez, Elke confidenciou-me que gostaria de ter feito o curso de Antropologia na USP.

Neste sentido, a Comunidade Luterana cumpre o papel de manutenção das identidades germano-brasileiras, tornando-se uma agregadora de culturas. Os eventos comunitários envolvem reuniões entre seus/as membros/as com muita conversa em alemão. Formada por famílias de descendentes, a língua torna-se um fator essencial de integração. Em uma dessas confraternizações, tomamos caldos feitos pelos próprios/as membros/as e cantamos ao som da gaita de boca músicas brasileiras e alemãs.

Era o momento em que Elke parecia estar em casa, compartilhando subjetividades e identidades que foram sendo elaboradas ao longo dos seus mais de 70 anos de vida.

Imagem 8: Grupo de pesquisa informal convocado por Elke Dislich no Martius-Staden.



Fonte: Arquivo pessoal de Elke Dislich. Acesso em maio de 2012

Imagem 9: Elke Dislich em sua casa.



Fonte: Acervo próprio. Crédito: Izabela Liz (junho de 2015)

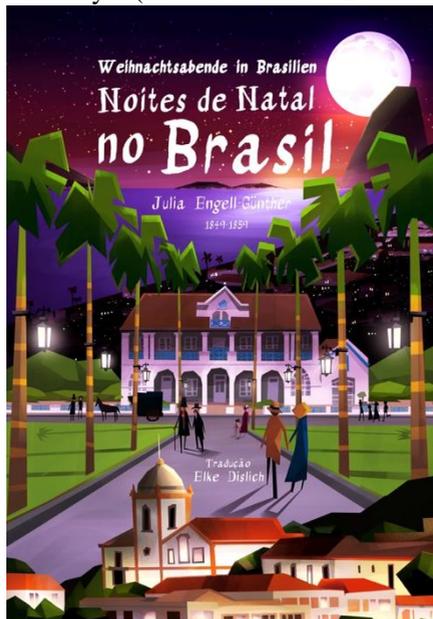
Imagem 10: Caixa de papel onde está guardado “Noites de Natal no Brasil”.



Fonte: Arquivo pessoal de Elke Dislich. Acesso em junho de 2015. Crédito: Izabela Liz

## 2.7 DÁDIVA E RECIPROCIDADE

Imagem 11: Reprodução da capa do livro que será relançado, assinada pelo ilustrador Pablo Mayer (Brabos Comics – Dublin/Irlanda – 2015)



Em seu “Ensaio sobre a dádiva”<sup>40</sup>, Marcel Mauss narra as origens humanas da troca – princípio fundamental de organização econômica e social das sociedades. É dentro desta economia de princípios (ou com princípios) que descrevo a minha relação com Elke Dislich.

Ao mesmo tempo em que ela foi parceira nas pesquisas, também senti a necessidade de colaborar com a edição de “Noites de Natal no Brasil” (1862). Foi do nosso esforço na tradução que surgiu a ideia de lançar o livro e reposicioná-lo no Instituto Ibero-Americano, situando o trabalho como uma obra de uma pensadora do movimento de mulheres; e cooperando para a ampliação no número de leitores na Alemanha e no Brasil<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In Mauss, Marcel: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

<sup>41</sup> Para que isso ocorra, encaminhamos o projeto “‘Noites de Natal no Brasil’ (1862): tradução cultural e transferência de saberes entre o Brasil e a

O perfil do público-leitor (e pesquisador) deste mesmo livro foi mudando ao longo dos anos. Por este motivo, decidimos reeditar “Noites de Natal no Brasil” também em português. O principal objetivo deste trabalho, portanto, é fazer com que esta obra reeditada alcance novos territórios, além do brasileiro, tornando-se fonte de pesquisa para outras áreas do conhecimento.

Por razões de políticas de privacidade adotadas pela direção do Instituto, não há como saber quais são os usuários que acessam o trabalho. Porém, entendemos que o subtítulo traduzido para o português: “Impressões do cotidiano e dos costumes germano-brasileiros para a juventude alemã” não corresponde ao verdadeiro público possivelmente interessado.

Como proposição da Tese, sugerimos, então, apresentar ao Instituto Ibero-Americano a catalogação das obras de Julie Engell-Günther e um relatório sobre o livro “Noites de Natal no Brasil”, promovendo o relançamento da obra, no IAI, 153 anos depois do lançamento do original (visando à visibilidade da obra).

## 2.8 “NOITES DE NATAL NO BRASIL” COMO MATERIAL EMPÍRICO CENTRAL

Em cartas e artigos publicados paralelamente, a própria autora considera “Noites de Natal no Brasil” como um trabalho essencial de sua trajetória. Além de ter sido impresso pela Editora Julius Springer<sup>42</sup>, na Berlim de 1862, o mesmo texto foi publicado em capítulos no jornal alternativo de livre-pensadores/as “Freidenker”<sup>43</sup>, que circulava entre norte-americanos/as e europeus/eias. Ou seja, apesar do tema ser sobre o Brasil, não havia uma edição em português.

O fato de o livro ter sido publicado três anos depois de seu retorno à Europa indica um olhar retrospectivo sobre o País. Este olhar “inesperado” sobre as diferentes populações brasileiras e a relação com

---

Alemanha” ao Instituto Ibero-Americano, que oferece bolsas, todos os anos, para pesquisadores/as interessados em pesquisar sobre seu acervo.

<sup>42</sup> Editora não existe mais com o mesmo nome.

<sup>43</sup> Informação contida em uma das correspondências trocadas entre Joachim Tiemann (coordenador do Instituto Martius-Staden) e dra. Eva Schöck-Quinteros (Universidade de Bremen, Alemanha) no período de 15/11/2002 a 25/09/2003 (24 p.). Fonte: Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão, São Paulo-SP.

os imigrantes recém-chegados torna o livro de Julie uma obra essencial para a presente Tese.

No seu primeiro Natal na Colônia Dona Francisca, o foco foi a angustiante espera das mulheres por seus maridos. No Natal de Elisabete, no Rio de Janeiro, os imigrantes europeus e seus camaradas brasileiros estiveram ainda mais próximos. E as tensões entre o trabalho escravo e o trabalho livre foram pautas das discussões. Nesta mesma reunião, ainda, a festa envolveu a ajuda a brasileiros perseguidos pela polícia, que tiveram de se esconder em grandes barris – provavelmente na casa do casal Günther.

O primeiro capítulo do livro recupera a conjuntura do Rio de Janeiro como único domínio monárquico do continente americano e também maior cidade da América do Sul, marcado pelo tráfego de pessoas e mercadorias, estimulado pela recente abertura comercial. Ajudaram a definir este conteúdo as descrições de um colégio de meninas, contexto guiado pela aluna Amanda e sua professora Mathilde.

Era tempo de férias na escola da portuguesa Fortunata e a maioria das meninas esperava por seus pais. A partir deste primeiro capítulo, a autora começa a praticar sua capacidade de descrição do dia a dia dos brasileiros por meio de diálogos de personagens, com nomes alterados, sem ser possível que se encontre a sua real identidade em fontes documentais. Neste caso, trata-se da conversa entre a professora Mathilde e suas alunas. Juntavam-se a elas africanas e portuguesas que desejavam trocar impressões sobre seus países.

Além das discussões sobre as diferenças culturais de suas alunas, outro aspecto importante do documento é a visão das meninas sobre os próprios nativos brasileiros. Afinal, os “índios selvagens” representavam algum perigo ao viajante desavisado? Esses conteúdos dão pistas de como os “bugres” ou “coroados” eram vistos como uma constante ameaça às pequenas vilas. E de como faltavam ferramentas para conhecer mais sobre eles ou apurar suposições desta espécie.

Da mesma forma, os acordos e conflitos entre os negros da República dos Palmares e os proprietários de terra brasileiros não eram considerados assuntos proibidos, virando uma espécie de “conteúdo curricular extraoficial” no período de férias da escola de d. Fortunata. Uma grande revolta dessas populações parecia ser motivo de temor para o imaginário infantil dessas meninas das elites brasileiras, portuguesas e africanas que estudavam no Brasil.

Ao mesmo tempo, o preconceito não era um problema exclusivo de negros escravos. Muitas portuguesas negras eram enviadas por seus pais para estudarem na escola de d. Fortunata para fugirem do

preconceito que viveriam em Portugal. Muito provavelmente, o sentimento de exclusão também era sentido entre as próprias alunas, que comentavam sobre as disputas hierárquicas entre etnias em suas conversas do dia a dia, como mostra “Noites de Natal no Brasil” (1862).

Diferente de outros negros, que jamais teriam acesso à educação, essas meninas preparavam-se para longas estadas fora de suas casas – normalmente localizadas em agradáveis chácaras com grandes varandas, que proporcionavam o conforto e o convívio com a natureza, seus jardins e animais de estimação – para aprender francês e adquirir noções de história e geografia, contando com as contribuições de Mathilde.

Mas não somente da professora. A ajuda de mulheres negras que viviam em suas casas era fundamental para o processo educativo dessas crianças. Afinal, elas eram as raras brasileiras a receberem investimentos educacionais, após o rompimento de barreiras estabelecidas durante muitos anos, quando apenas o menino recebia educação formal.

A resistência às ideias Abolicionistas e a consequente negação destes povos africanos à educação e religiosidades habituais no Brasil também são aprofundadas por Julie Engell-Günther no primeiro capítulo de sua obra. Mas não sem questionar o pouco tempo dedicado à educação de meninas, que desistiam dos estudos para se casarem.

Indagada pelas alunas sobre como era festejado o Natal, provavelmente pela proximidade da data, Mathilde explica como eram as comemorações cristãs de povos antigos, suas lendas, costumes e interpretações. Sem deixar de apresentar as missas de Natal brasileiras com sua atmosfera de luzes, música, vendedores na rua com seus fogareiros e brasileiros sentados no chão. Assim como as festas portuguesas de reis e escravos, procissões e santos negros.

Se o primeiro capítulo está centrado nas práticas cotidianas de meninas da elite que frequentavam o internato e na sua visão de que populações ainda hoje consideradas subalternas eram consideradas uma ameaça, o segundo capítulo busca entender a vida dos novos moradores europeus neste contexto social e bem no Sul do Brasil, por meio da apresentação de colônias como a de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul – que tinha como defensor dom Pedro I.

Neste sentido, os estudos de Julie Engell-Günther ajudam no entendimento de como o desbloqueio dos domínios espanhol e português provocaram novas dinâmicas sociais no Brasil. Tendo a Abolição da Escravatura como horizonte para uma aguardada expansão econômica no País, a vinda de imigrantes europeus só foi bem vista pela Coroa Portuguesa, já que os grandes fazendeiros republicanos

percebiam essas populações como uma possível ameaça de seu poder político e econômico, conforme o relato dos próprios colonos, nos últimos trechos do livro.



### 3. CONTORNOS DA PESQUISA

#### 3.1 PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: FEMINISMOS PÓS-COLONIAIS

Para recuperar a memória de mulheres que discutiam sobre política no século 19 foi preciso adotar um conjunto de teorias que reconhecesse esses lapsos. Por este motivo, o Marco Teórico desta Tese está situado no Feminismo Pós-Colonial.

Apesar de esta decisão ter sido declarada desde a época da redação do projeto apresentado à banca de seleção do Doutorado, ou seja, há mais de quatro anos, a análise dos dados empíricos pela perspectiva dessas autoras foi uma tarefa complexa. Uma bibliografia que privilegiasse o pensamento de intelectuais da periferia somente pôde ser articulada com o esforço da resistência. A perspectiva pós-colonial continua sendo marginal nos diferentes departamentos das universidades. E manter a decisão neste enfoque requereu coragem.

A crítica comum ao feminismo euro-norte-americano ainda é à atenção à política sexual da classe média branca em detrimento a assuntos de raça e classe social. Assim, feministas de países que se auto-denominam “mais prósperos” não compartilham das mesmas convicções que as mulheres de lugares dependentes dos pontos de vista econômico, político e cultural.

Ao estudar esta outra subalterna e colonizada, autoras feministas escrevem sobre elas mesmas e sobre os desafios de ultrapassar uma ciência pré-estabelecida. São em lutas políticas como estas que acabam nascendo linguagens feministas – epistemologias que ajudam a construir o conhecimento científico. Assim, torna-se importante descobrir como a historiografia tem sido incluída nos deslocamentos teóricos construídos pelos feminismos e vice-versa. E, principalmente, qual é a perspectiva da mulher brasileira.

Rita Laura Segato (2010), por exemplo, questiona se a dimensão da raça é suficientemente problematizada nos estudos latino-americanos. A autora sugere um modelo de literatura em que a noção de pluralismo histórico se revele mais interessante como ferramenta para a compreensão da diferença

do que a noção de relativismo cultural<sup>44</sup>. A autora escreve sobre as crescentes lutas por direitos e recursos centradas na ideia de identidade. Para ela, a promessa de uma inclusão constituinte reproduz uma falsa consciência.

Ao questionarmos se o pensamento das feministas europeias pode ter influenciado as epistemologias brasileiras, é preciso ter cuidado para o que a autora Chandra Mohanty (2008) alerta. Para ela, qualquer discussão sobre a construção intelectual e política dos feminismos do assim chamado terceiro mundo deve tratar de projetos simultâneos: da crítica interna dos feminismos hegemônicos do Ocidente e da formulação de interesses e estratégias baseados na autonomia, geografia, história e cultura. Primeiro, um projeto de desconstrução. Depois, um projeto de construção e criação. Sua definição de colonização proposta é discursiva, referindo-se à apropriação e codificação da produção acadêmica de conhecimento.

De acordo com Chandra Mohanty (2008), é possível rastrear uma coerência de efeitos que resultam do suposto implícito de Ocidente – com todas as suas contradições e complexidades – como referente primário na teoria e na prática. Ela aponta semelhanças entre a rubrica tipicamente legitimadora de tais textos feministas do Ocidente sobre as mulheres de terceiro mundo. A mulher é vista como “as outras”, descartada do humanismo ocidental. Baseada nesta afirmação, a autora pergunta: “Os que não podem se representar devem ser representados?”

Sem importar o quão sofisticado e problemático seja seu uso em construção explicativa, a colonização implica em uma relação de dominação estrutural e uma supressão, muitas vezes

---

<sup>44</sup> Como exemplo, pode-se citar o caso de duas ativistas camponesas: a guatemalteca Rigoberta Menchu e a boliviana Domitila Barrios de Chungara. As narrativas delas estão mais focadas na discriminação racial, conflitos de classes sociais e luta econômica. Enquanto que as questões de gênero aparecem em segundo plano, muito mais ligadas à repressão social e lutas pela liberação de comunidades subordinadas a poderes coloniais.

violenta, da heterogeneidade do sujeito a sujeito em questão. Chandra Mohanty (2008) acredita na necessidade da criação de alianças estratégicas que cruzam as fronteiras nacionais, de classe social e de raça.

A sobreposição de categorias é uma abordagem analisada por Patrícia Mattos (2003). Segundo a autora, a ideia de intersecção tem a ver com a maneira como influenciam entre si normas, valores, ideologias e discursos articulados a identidades e estruturas sociais. Assim, categorias de diferenciação produzem efeitos distintos.

Ao escolher a categoria de análise, trilhamos um determinado percurso. “Por onde levar esta discussão, que perpassa tantos campos do conhecimento?” é a principal questão metodológica desta pesquisa. A partir dela, surgem muitas outras perguntas: “Qual é o modo feminista de pensar? Seria preciso encontrar o próprio assunto, o próprio sistema, a própria teoria, a própria voz?”, questiona Showalter (1994). Já para Helen Longino (1990), o pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento. Uma nova relação entre teoria e prática e um tipo de conhecimento situado.

### 3.2 DELIMITANDO O PROBLEMA: RELAÇÕES DE GÊNERO E INTERÉTNICAS

São desconhecidas no Brasil, ainda hoje, muitas das mulheres intelectuais que, na segunda metade do século 19, receberam educação, correspondiam-se com estrangeiro/as ou escreviam em jornais. Algumas delas se consideravam feministas ou tinham posições que hoje poderíamos classificar como análogas. Portanto, reconhecer discursos desta espécie torna-se importante para a constituição das memórias dos feminismos latino-americanos, à luz das teorias feministas pós-coloniais às quais se aliam esta Tese.

O Sufrágio Universal e a Abolição da Escravatura são experiências sociais que marcam essas análises, tendo como paisagem um roteiro de viagem estabelecido por mulheres engajadas politicamente com a liberdade feminina, seja pelos modos de vestir ou discursos, a despeito dos já estabelecidos e cristalizados. Nossos focos

de investigação são os textos escritos por uma destas mulheres, a livre pensadora Julie Engell-Günther.

Sem dúvida, o movimento pela educação é parte constituinte destas lutas feminista, em geral, construídas em redes. June Hahner (2003) destaca que, durante muitos anos, as mulheres latino-americanas já profissionalizadas participaram de conferências internacionais científicas e relativas às questões sociais. Em uma série delas, ocorrida entre 1895 e 1916, foram tratadas demandas que coincidiam com as batalhas feministas, como maternidade e assistência infantil.

O olhar sobre o Brasil de uma europeia do século 19 une-se a outros já relatados em diários como o escrito pela viajante que passou pela América Latina, Flora Tristan, avó do artista Paul Gauguin – obra publicada em 2000 pela Editora Mulheres<sup>45</sup> (Florianópolis-SC).

O problema da presente pesquisa foi entender os contextos históricos, sociais e culturais que foram a base dos escritos e memórias desta livre pensadora alemã que viveu no século 19 entre o Brasil e a Alemanha.

Nesses 165 anos, desde o período em que Julie Engell-Günther esteve no Brasil, muitas feministas estiveram em atuação, mas nem todas as experiências dispõem, hoje, do mesmo grau de visibilidade. Se durante todo este tempo nenhuma luta esteve sem as mulheres, interessa conhecê-las de forma mais aprofundada nas suas relações de gênero e interétnicas, a partir de uma perspectiva pós-colonial.

A motivação desta Tese foi entender novos e antigos sonhos feministas. Há confluência de agendas feministas com o movimento de mulheres europeias e o que estes projetos têm a ver com fazer política e com o Estado? Pensamos que ainda há muito por fazer pela transformação do lugar das mulheres, e que é possível construir novos campos de lutas a partir das muitas vozes para que se siga dialogando com as diferenças e para que mulheres possam continuar escrevendo sobre mulheres.

A partir do estudo dos escritos de Julie Engell-Günther, busquei estudar uma imagem do Brasil oposta à produção mais conhecida de outros viajantes que também escreveram sobre as relações de gênero e interétnicas da época. Esses olhares foram produzidos no contexto de uma ampla rede feminista internacional no século 19 e das diferentes

---

<sup>45</sup> Não apenas “Peregrinações de uma pária”, como toda a coleção de autoria feminina desta Editora, sistematizada pela professora Zahidé Lupinacci Muzart, foi indispensável para a formulação da presente questão deste estudo.

redes de tradução e constituição de memórias sobre o feminismo e a imigração alemã.

Nestes contextos, se faz necessária uma análise mais criteriosa sobre essas realidades, onde muitas etnias se encontraram para a formação de uma identidade para o País provocada pelas diferentes formas de governo. A antropologia teve importante papel para a compreensão destes momentos, com autores como Gilberto Freyre, entre 1920 e 1930; ou Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, entre 1940 e 1950.

Nos movimentos migratórios e de formação de cidades no interior de Estados como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, preocupa observar, principalmente, a forma como estas memórias são ativadas e como estas histórias constituem a composição da antropologia e dos estudos de gênero.

O processo migratório foi instituído pelo poder legislativo, na substituição da mão-de-obra escrava pela branca, ou pelo poder executivo, a partir da fundação de colônias alemãs com distribuição da pequena propriedade.

As primeiras imigrações de europeus para o Sul do Brasil ocorreram em 1824 (Colônia de São Leopoldo - RS) e 1829 (Colônia de São Pedro de Alcântara - SC). A combinação de sucessivas crises provocadas pelo desemprego durante a Revolução Industrial – bem como a instituição de vacinas, que fez diminuir a mortalidade infantil e manter um índice populacional em ascensão – despertou o interesse pela migração de muitas famílias – 60 milhões deixaram os países de língua alemã.

Enquanto isso, o Brasil de terras devolutas e de enormes abismos sociais entre poderosos e escravos preocupava-se em formar uma classe média que fosse capaz de fazer circular uma moeda forte. Ao mesmo tempo, a ameaça de levantes de escravos, como ocorria em outros países, e a necessidade de “branquear a raça” fizeram com que muitos europeus fossem incentivados pelos governos e colonizadoras a migrar. Cinco milhões deles, que viviam nos Estados Unidos e no Brasil, falavam alemão (JOCHEM, 1999).

De 1818 a 1950, 235 mil alemães vieram para o Brasil. Enquanto a colonização aumentava, a Escravidão diminuía. Do total da população brasileira, 18 milhões eram descendentes de alemães, o que corresponde a 10%.

Por este motivo, memórias de mulheres sobre as relações de gênero e étnicas podem trazer contribuições mais plurais para um campo androcêntrico em sua formação. Momentos que devem ser repensados à

luz de novas teorias que buscam a reparação histórica, mesmo que relativa.

### 3.3 ETNICIDADE

A categoria Etnicidade<sup>46</sup> (BARTH, 1998; POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, 1998; GEERTZ, 1989) pode ser reconhecida tanto nos textos de Julie Engell-Günther quanto nas suas mediações de memória, já que a língua e o processo de tradução aliam pesquisadoras. Esta convergência de interesses fez com que um determinado grupo de mulheres atribuisse um sentido retrospectivo à experiência histórica registrada textualmente, neste caso, estamos nos referindo à cadeia de relações do grupo de Elke Dislich, conforme vou detalhar com mais atenção a seguir, nos percursos metodológicos da Tese.

Portanto, a categoria Etnicidade é importante elemento para esta teia, obedecendo ao contexto apresentado por um Brasil ocupado por uma população racial e etnicamente diversa.

Em “Identidade, Etnia e Estrutura Social” Roberto Cardoso de Oliveira (1976) escreve que “um dos fenômenos mais comuns no mundo moderno talvez seja o contato interétnico, entendendo como tal as relações que têm lugar entre indivíduos e grupos de diferentes procedências ‘nacionais’, ‘raciais’ ou ‘culturais’”.

Os primeiros usos do termo Etnicidade nas ciências sociais (em sua forma inglesa) são lembrados pelo clássico “Teorias da Etnicidade”, de POUTIGNAT & STREIFF-FENART (1998). Na década de 1940, as primeiras interpretações desginavam, simplesmente, a pertença a um grupo que não fosse o anglo-americano, sendo empregado como uma variável (especialmente junto com a Raça ou a Religião) cujo efeito sobre o comportamento dos indivíduos pudesse ser analisado.

O autor cita o conceito do sociólogo W. Lloyd Warner como fundante, quando define Etnicidade como uma das características que modificam o sistema social e, ao mesmo tempo, são modificadas por ele. Porém, Warner foi criticado pelo caráter etnocêntrico deste uso da noção de Etnicidade, que manifestaria, antes de tudo, o poder de nomear

---

<sup>46</sup> Nos debates sobre raça, etnia e nação, POUTIGNAT & STREIFF-FENART (1998) citam a instituição do vocábulo “etnia” por Vacher de Lapouge, como uma prevenção ao equívoco de confundir a raça – que ele identifica pela associação de características morfológicas (altura, índice cefálico etc.) e qualidades psicológicas – com um modo de agrupamento formado a partir de laços intelectuais, culturais ou linguísticos.

as coisas (HUGUES, 1952, apud POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 22-23).

Já a designação que considera os sentimentos associados à pertença étnica surge com Wallerstein (EUA, 1960) e Gordon (África do Oeste, 1964), como um sentimento de formar um povo partilhado pelos membros de um subgrupo no interior das fronteiras nacionais americanas, ou o sentimento de lealdade, manifestado em relação aos novos grupos étnicos urbanos pelos africanos destribilizados.

Mas é na década de 1970 que o conceito de Etnicidade se impõe nas Ciências Sociais americanas, com a publicação da revista “Ethnicity”, em 1974. O uso mais frequente do termo surge das reivindicações ditas “étnicas” nas sociedades industriais e nas sociedades consideradas de terceiro mundo, produzindo-se, ainda, tanto nas nações ditas pluriétnicas quanto nas homogêneas, aparecendo na forma de regionalismos na França e Grã-Bretanha, conflitos linguísticos no Canadá e na Bélgica, problemas das nacionalidades no leste europeu, tribalismo na África.

É também na década de 1970, conforme lembram Poutignat & Streiff-Fenart, que os conflitos étnicos vão levar, desde a Segunda Guerra Mundial, à morte de 20 milhões de pessoas (GREELEY, 1974, apud POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 25).

[...] Se, no período precedente, os vínculos étnicos eram encarados como fontes potenciais de lealdade, concorrendo com a nação (GEERTZ, 1963, apud POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 26), impõe-se, cada vez mais, clareza a ideia de que o grupo étnico<sup>47</sup> (a unidade que engloba os indivíduos definidos através de uma herança cultural comum) chegou a concorrer com a classe (a unidade que engloba os indivíduos definidos por sua posição comum dentro do circuito da produção) como categoria fundamental da diferenciação social (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 26).

---

<sup>47</sup> Já segundo o autor norueguês Fredrik Barth (1969), grupo étnico é uma unidade portadora de cultura que se perpetua por meios biológicos, compartilha valores culturais, comunica-se entre si e tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros.

Para Darcy Ribeiro (2002), se o mesmo espaço territorial pode contemplar quantas identidades<sup>48</sup> forem possíveis, o “surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, quanto pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como os mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios) ou curibocas (negros com índios)”.

Ao contrário de Gilberto Freyre (2005), que parecia acreditar que a miscigenação poderia “corrigir” os abismos sociais entre a Casa Grande e a Senzala, que, de outra maneira, teria permanecido enorme; Darcy Ribeiro (2002) não via a mestiçagem como um sinônimo de “democracia racial”. Para ele, para existir a democracia racial era preciso, antes, haver democracia social.

A chegada do europeu fez mudar a vida dos Tupi, que já viviam sua própria revolução agrícola na costa brasileira do século 16. Vítimas do programa civilizador de Nóbrega, aplicado a ferro e fogo por Mem de Sá, tiveram cerca de 300 aldeias destruídas (RIBEIRO, 2002).

As crônicas coloniais registram copiosamente essa guerra sem quartel de europeus armados de canhões e arcabuzes contra indígenas que contavam unicamente com tacapes, zarabatanas, arcos e flechas. Ainda assim, os cronistas destacam com gosto e orgulho o heroísmo lusitano. Esse é o caso das loas do padre Anchieta a Mem de Sá, subjugador das populações aborígenes para escravizá-las ou colocá-las nas mãos dos missionários (RIBEIRO, 2002, p. 50).

Índios e brasileiros confrontaram-se em conflitos sem ceder à fusão. A estes grupos étnicos, juntaram-se os negros da Costa Ocidental da África capturados em meio a centenas de povos tribais que falavam diferentes línguas entre si. A Escravidão indígena esteve vigente ao longo de todo o primeiro século brasileiro, sendo amenizada somente pela Escravidão negra:

---

<sup>48</sup> Levando em consideração que a identidade contém duas dimensões: a pessoal (individual) e a social (coletiva), a noção empregada, aqui, é de uma identidade em que as perspectivas pessoal e social estão relacionadas.

em algumas capitâneas há mais deles que dos naturais da terra, e todos os homens que nela vivem têm metida quase toda sua fazenda em semelhante mercadoria (BRANDÃO, 1968, p. 115 apud RIBEIRO, 2002, p. 50).

Dentro desses processos, Darcy Ribeiro (2002) considerou o primeiro mameluco<sup>49</sup> como o primeiro brasileiro consciente de si. O antropólogo procurou calcular o tamanho da opressão imposta por brancos a partir de uma análise possível do crescimento da população brasileira e de sua composição segundo a cor: até 1850, foram trazidos da África para o Brasil 6 milhões de negros para serem escravos. Enquanto que o número de indígenas que aqui já viviam somava 5 milhões, quantidade semelhante a de europeus que vieram para o Brasil até 1950. Destes, 5 milhões, apenas 500 mil chegaram ao País antes de 1850.

Cem anos depois, os indígenas de vida tribal e mais ou menos autônomos chegavam a somente cem mil. Em contraste com a porção de negros, que era de 5,6 milhões, estava o número de habitantes que se definiam como pardos (mulatos): 13,7 milhões. Enquanto que os brancos (principalmente mestiços) somavam 32 milhões.

Com isso, Ribeiro (2002) conclui que o Brasil nasce e cresce se afirmando como povo novo, pela sua configuração histórico-cultural. Porém, a desigualdade social expressa racialmente na posição inferiorizada do negro e do mulato aparece como particularidade marcante. Além disso, há uma homogeneidade cultural básica, que transcende as marcas decorrentes da variedade de matrizes raciais.

Nos estudos mais recentes sobre Negritude e Etnicidade, o antropólogo italiano Livio Sansone (2003) não situa as categorias Raça e Etnicidade como universais, mas como categorias construídas por fatores que se relacionam, como contexto, classe, geração e gênero. No primeiro capítulo do livro “Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil”, ele analisa duas áreas da região da Grande Salvador (Bahia) a partir de variáveis como Raça, Classe e Geração, entendendo que diferentes gerações têm maneiras diferentes de se relacionar com sua identidade racial.

---

<sup>49</sup> Ribeiro considera o mameluco como “brasilíndio”: mestiço que não se identifica com seus ancestrais americanos nem com os europeus, pretendendo ser o que ainda nem existia: o brasileiro.



## 4. A LIVRE PENSADORA JULIE ENGELL-GÜNTHER

Início o quarto capítulo da Tese, buscando localizar Julie Engell-Günther no contexto de mulheres livres pensadoras que escreviam em jornais de língua alemã. É também neste capítulo que conto quais foram os primeiros passos de Julie após deixar o lugar onde nasceu para morar em Berlim e, depois, migrar para o Brasil.

A partir de seu retorno à Europa, em 1859, o foco passa a ser sua troca de correspondência com Karl Kautsky (1854-1938) e suas lutas pelos direitos das mulheres no Código Civil de 1900.

Ao fim, argumento, por meio de teóricas feministas, como a interação de mulheres viajantes, imigrantes e missionárias foi importante para a constituição das primeiras organizações políticas transnacionais.

### 4.1 REDE DE MULHERES

A capa é o espaço privilegiado do poder. É o lugar que legitima, identifica, marca presença e dita a manchete. O jornal “Freidenker” ou “Livre Pensador” ousou naquela 34<sup>a</sup> edição de 1887. Duas mulheres dominavam com autoridade o cabeçalho sumptuoso. A da esquerda era a escritora e pacifista Bertha von Suttner (1843-1914). E a da direita era Julie Engell-Günther.

Em sua pesquisa sobre redes de mulheres na política, a professora do Departamento de História de Bremen, Eva Schöck-Quinteros, escreveu o ensaio “Livres pensadoras no diálogo entre antigos e novos mundos” (“Frauenbewegte freidenkerinnen im dialog zwischen alter und neuer welt”), como parte das pesquisas do Instituto que mantém, o Hedwig Hintze-Institut<sup>50</sup>. De acordo com seus estudos, o cabeçalho da capa acompanhava os seguintes dizeres, escrito por Bertha:

“Continuamos a ter, eu e meu marido, grande alegria neste jornal. E é notável a forma como nós nos encontramos neste pequeno círculo de amigos, novamente, aqui na Europa: Dodel-Port, Büchner, Hedwig Henrich-Wilhelmi. Com tudo isso, estamos escrevendo em trânsito.”

---

<sup>50</sup> O trabalho pode ser visto em <http://www.hhi-bremen.de/>. Acessado em 17 de setembro de 2015.

(Bertha Suttner [...]. Em: “Livre Pensador”, nr. 34, 1887, p.5, tradução nossa)

Bertha von Suttner enviou em 1887 estas linhas para serem publicadas no jornal escrito em alemão para Milwaukee/Wisconsin “Livre Pensador”, que tinha como questões no subtítulo: liberdade, educação e prosperidade para todos...

Imagem 12: Cabeçalho do jornal “Livre Pensador”: Bertha von Suttner (à esquerda) e Julie Engell-Günther (à direita).



Fonte: Imagem cedida pela professora Eva Schöck-Quinteros (Uni-Bremen). Maio de 2012.

Sem modéstia, o “Livre Pensador” ostentava sua pretensão de ser pioneiro. Não bastava a novidade. O jornal tinha o papel de conquistar mais mulheres americanas para o movimento Sufragista, assim como para a Associação das Mulheres Liberais de Milwaukee. Campo de

militância tanto para quem escrevia quanto para quem lia, “Livre Pensador” era feito por uma rede muito bem tramada e iniciada ainda na pré-Revolução de 1848.

A participação de Julie Engell-Günther como colaboradora deste periódico político rendeu a ela certa notoriedade no movimento de mulheres. “Incansável lutadora pelos direitos à educação, independência financeira e ao voto”, assim ela foi definida, em forma de verbete, sobretudo na Suíça (STUMP et al., 1994).

A maior parte das publicações do “Livre Pensador” era formada por artigos de mulheres que moravam nos países de língua alemã, como Áustria e Suíça. Desta forma, era lido em qualquer parte onde estivessem morando mulheres alemãs, em particular, em lugares onde existiam comunidades alemãs de imigração. O jornal tinha, portanto, um caráter transnacional.

A influência do jornal “O Livre Pensador” junto à comunidade de língua alemã nos Estados Unidos e seu impacto no movimento sufragista norte-americano não foi ainda suficientemente reconhecido até o presente. Eva Schöck-Quinteros (2007) aponta que essas feministas alemãs não eram consideradas nos estudos americanos. Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony<sup>51</sup>, figuras centrais nos Estados Unidos, não citavam Hedwig Dohm<sup>52</sup>, por exemplo.

“Livre Pensador” teve grande influência no movimento das mulheres que acreditavam na continuidade das motivações liberais da Revolução de 1848. Tinha como objetivo subverter a concepção iluminista de sujeito, quando ainda não havia um questionamento do sujeito tido como universal: ser europeu, branco, burguês e homem, ou seja, não havia um olhar para as diferenças (étnicas, de classe e de gênero). Ao mesmo tempo, este era o momento da revolução nos conhecimentos filosófico, econômico e social provocados pelo pensamento de Marx sobre a sociedade.

Segundo SCHÖCK-QUINTEROS (2007), entre suas pautas de reivindicações, estavam:

- a) Apoio à participação da mulher por meio do voto;

---

<sup>51</sup> As sufragistas Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e Susan B. Anthony (1820-1906) trabalharam pela criação da primeira organização internacional pelo sufrágio.

<sup>52</sup> Hedwig Dohm foi uma feminista teórica que escreveu sobre comportamento e sexo (HEIMPEL, Elisabeth. Dohm, Hedwig. In: Neue Deutsche Biographie (NDB). Band 4. Berlin: Duncker & Humblot, 1959).

- b) Acesso a todas as profissões e estudo;
- c) Independência econômica às mulheres casadas;
- d) Condição *sine qua non* para uma vida com liberdade;
- e) Abertura às crenças socialistas e pacifistas;
- f) Republicanismo consistente.

A intensa atividade jornalística de Julie Engell-Günther começa em 1883, quando ela se instala em Zurique, após ter morado no Brasil e onde fica até os 70 anos, trabalhando como professora de uma escola para meninos. Até a morte, em 1910, atua em jornais do exterior como fonte de renda. Por este motivo, não era coincidência a publicação extensiva no jornal “Livre Pensador”<sup>53</sup>. Fundado em 1871, o jornal resistiu até 1879 quando, durante o Reich alemão, as leis socialistas proibiram sua circulação.

Embora o início do movimento feminista burguês da Alemanha, por volta de 1865, possa ser considerado tímido, Julie já publicava artigos em revistas do grupo liderado por Louise Otto-Peters, quando o direito ao trabalho era a grande questão (Archiv der Deutschen Frauenbewegung – ADDF).

A partir de 1872, Julie lança a brochura “As perguntas para a solução social pela mulher” – análise e complemento de uma mulher às obras de J. Stuart Mill, que logo se esgotou. Nos anos seguintes, ela faz circular suas revistas “Der Funke” e “Bazar”.

Nesta última etapa de sua vida, ela escreveu artigos sobre uma grande variedade de temas, muitos com traços autobiográficos, como por exemplo, as histórias sobre escravas no Brasil. Também criticou o antisemitismo e escreveu comentários políticos, como a arrancada da socialdemocracia alemã em 1890 – quando foi criada a primeira central sindical da Alemanha, citando com frequência autores como Tolstoi, Voltaire e Lassale (veja nos anexos da Tese).

Muitas mulheres participaram da Revolução de 1848 com Julie. Uma delas foi Bertha, que figura nesta capa do “Freidenker”, e é conhecida como a primeira mulher a receber o Nobel da Paz, em 1905<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Julie Engell-Günther é citada por SCHÖCK-QUINTEROS como a autora de mais de 300 artigos para o “Livre Pensador”, onde publicou também “Noites de Natal no Brasil” (1862) em capítulos.

<sup>54</sup> Solteira aos 30 anos, Bertha trabalhou como preceptora das filhas e dos filhos do barão von Suttner, em Viena. Ao apaixonar-se pelo filho dele, Arthur, teve de se retirar da casa, a pedido da família, que se posicionou contra o relacionamento (BERNET, 2005).

## 4.2 FAMÍLIA DE EXILADOS

É inegável a importância dos processos desencadeados na pós-Revolução de 1848 na vida da jovem “Juliane” Engell. Filha de um funcionário público de Mecklemburgo, na Pomerânia, ela recebeu as primeiras instruções em casa. Com a ajuda da escritora Bettine von Arnim (1785-1859), Juliane e sua irmã mais nova Louise se mudaram para Berlim em 1844, encontrando trabalho como preceptoras (D. STUMP et al., 1994; QUINTEROS, 2004).

Bettine von Arnim não era apenas um contato que receberia as irmãs Engell em Berlim, mas uma referência na rede de militância política na qual, mais tarde, Julie se engajaria. Compositora, cantora e

Em 1875, ela conhece Alfred Nobel (1833-1896) em Paris, trabalhando “como sua secretária e supervisora doméstica” por um curto período, antes de casar-se com o conde Arthur von Suttner. Nobel e Bertha, no entanto, continuaram sendo amigos e se correspondendo. É na carta que ele troca com Bertha, escrita em francês e datada de 7 de janeiro de 1893, que Nobel escreve sobre a vontade de instituir um prêmio para “promotores da paz na Europa” (A carta integra o acervo da Liga das Nações, em Genebra. Os arquivos foram anexados ao registro da Memória do Mundo da Unesco em 2010).

Além de ter sido a primeira Nobel, Bertha von Suttner chegou a participar da Primeira Convenção Internacional de Haia, em 1899, como única mulher presente (as Convenções de Haia de 1899 e 1907 estão, assim como as Convenções de Genebra, entre os primeiros tratados internacionais sobre leis e crimes de guerra). Seu livro mais famoso, “Die Waffen nieder” (“Abaixem suas armas”), circulou pelo mundo e virou filme. Bertha morreu em 21 de junho de 1914, dois meses antes de começar a Primeira Guerra Mundial.

A pacifista e Julie não foram as únicas mulheres a envolver-se com a Revolução de 1848. Algumas mulheres extremamente politizadas de Baden foram destacadas como corajosas e radicais por terem saído de casa para encarar a Revolução. Era no período pré-Revolução, portanto, que foi concedido um novo papel público à mulher.

Louise Otto-Peters (1819-1895) (JOERES, 1983) descreveu no seu “Discurso de uma menina alemã” (1848) a opressão das mulheres trabalhadoras alemãs. Vestida de calças, Amalie Struve (1824-1862) esteve ao lado de Louise, sendo ridicularizada pelos não-revolucionários. Pela posição radical pela democracia, ela acabou sendo presa em Freiburg ao pedir apoio às mulheres locais para a revolução, ficando conhecida como uma das primeiras escritoras ativistas na Alemanha, assim como Louise e Emma Herwegh (1817-1904).

Emma participou das negociações com Friedrich Hecker, mudando-se para a Suíça após o fracasso da Revolução. Apesar de os acontecimentos revolucionários de 1848 e 1849 terem sido assunto majoritariamente masculino; Louise, Amalie e Emma enfrentaram os ataques políticos de igual para igual.

ilustradora, Bettine von Arnim é considerada um ícone do Romantismo Alemão. Vivendo em Berlim desde 1810, mantinha-se firmemente comprometida com a classe trabalhadora e as consequentes questões de emancipação da mulher.

Principalmente no período do Vormärz<sup>55</sup>, ela toma a posição de uma das mulheres em maior evidência da antiga Prússia. Neta da também escritora Sophie von la Roche, seu irmão mais velho, Clemens Brentano, pertencia ao grupo de poetas mais evidentes do Romantismo<sup>56</sup>, ao lado de seu marido, Achim von Arnim.

Ao se tornar viúva, em 1831, ela amplia sua rede de contatos, reunindo-se na Unter den Linden com intelectuais, debatendo, sobretudo, sobre as perseguições políticas que estavam vivendo.

Bettine ficou famosa pelo livro resultado de sua correspondência com o “pai” Johann Wolfgang Goethe: “Correspondência com uma Criança” (“Briefwechsel mit einem Kinde”), de 1835. Além de seu compromisso social e educacional Bettine von Arnim também foi ativa no campo da medicina, sendo defensora da nova homeopatia<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> O termo Vormärz é utilizado para descrever o período de anos que antecede a Revolução de Março de 1848. Para alguns historiadores, o período de pré-março começa em 1815, com o fim da fase da Revolução Francesa. No entanto, no seu sentido mais restrito, o período pode incluir apenas os anos de 1830 a 1848, marcado pelo pauperismo, o advento do liberalismo e do nacionalismo, perseguição e opressão do Estado autoritário. Ao mesmo tempo, a industrialização começa a ganhar força, na transição de um país agrário para um Estado industrial. Ver também GOLDBERG, Ann. “Conventions of Madness: Bürgerlichkeit and the Asylum in the Vormärz”. *Central European History*. 2000, p 173-193.

<sup>56</sup> O Romantismo Alemão surge como resposta ao culto exagerado da razão do Iluminismo francês a partir do auto-conhecimento e encantamento do “eu”. O movimento que tem Berlim como sua “casa” tem em Goethe e Schiller seus filhos mais destacados. Mas também alcança a música, com compositores como Beethoven e Brahms, as artes plásticas e a filosofia. Ver também ANDRADE, Pedro Duarte de. *Estio do tempo: o amor entre arte e filosofia na origem do Romantismo Alemão*. Rio de Janeiro, 2009. 277 p. Tese de doutorado. Departamento de Filosofia PUC-Rio.

<sup>57</sup> Mais informações sobre a biografia de Bettine podem ser encontradas na Internet:

<http://www.goethehaus-frankfurt.de>

<http://www.wortblume.de>

<http://www.jiii.de/dichterinnen-2002/arnim>

<http://www.gutenberg.spiegel.de/arnim>

[http://www.onlinekunst.de/liebesgedichte/liebe\\_arnim.html](http://www.onlinekunst.de/liebesgedichte/liebe_arnim.html)

Outro fato marcante ainda na juventude de Juliane Engell é o casamento de sua irmã Louise com Wilhelm Calbe-Löwe, outro revolucionário de 48. Ela também foi obrigada a mudar de endereço após a Revolução. Louise seguiu o futuro marido Friedrich Wilhelm Loewe. O liberal foi julgado e condenado à prisão perpétua depois de se tornar vice-presidente da Assembleia Nacional de Frankfurt e presidente parlamentar do Rumpfparlament.

No entanto, ele conseguiu escapar através da Suíça para os Estados Unidos, onde trabalhou por oito anos como médico e empresário em Nova York. Com a anistia de 1861 para os condenados prussianos políticos, ele voltou para a Alemanha (para a cidade de Calbe, em Saale), retornando também à cena política.

E Albertine, outra irmã de Julie, casou-se na Suíça com outro exilado, o deputado esquerdista Conrad von Rappard, proprietário de terras na Prússia. Assim como Loewe, von Rappard também era da Assembleia Nacional. E, de forma semelhante, von Rappard foi condenado por sua oposição política. Tanto Loewe quanto von Rappard atuaram nos processos de unificação da Alemanha.

Em um parlamento prévio (Vorparlament), foram convocadas eleições – por voto censitário – para que fossem escolhidos os deputados da Assembleia Nacional de toda a Alemanha, que elaboraria a Constituição. A primeira reunião dos 550 deputados eleitos teve a presença de professores universitários e considerados eruditos, com o objetivo de constituir um Estado alemão unificado e liberal. As grandes questões políticas giravam em torno das seguintes perguntas: O Reich deveria incluir o Império Austríaco, que assumiria o papel de líder de uma “Grande Alemanha”? Ou deveria excluir a Áustria, cabendo a liderança à Prússia? A nação alemã deveria ter um governo central ou seria uma federação de estados com certo grau de autonomia, como na Suíça? Ao fim, Bismarck, unificou a Alemanha sob a hegemonia prussiana.

E Julie Engell-Günther revelou em cartas, mais tarde, sua grave decepção em relação à Loewe, que se tornou um líder do partido progressista alemão e, depois, do Partido Nacional Liberal.

Seus dois cunhados acabaram fundando uma rede internacional de hotéis ainda em atuação, em Interlaken, famosa comuna turística da Suíça, no Cantão de Berna, cercada por montanhas e lagos. Mas o maior empreendimento turístico foi construído por Rappard entre 1873 e 1874: o Grande Hotel Giessbach (foto histórica abaixo).

Imagem 13: Panorâmica do Grande Hotel Giessbach, em Brienz, na Suíça.



Fonte: <http://www.giessbach.ch/en/>. Acesso em 17 de setembro de 2015

#### 4.3 A CHEGADA DE JULIE AO BRASIL

Na Pós-1848, Württemberg, Prússia e Saxônia fundavam seus partidos operários independentes e sindicatos, caracterizados por uma oposição secundária ou ideias socialistas. Intensificavam-se os esforços das mulheres na aquisição de alguma influência no setor público (político). E, sobretudo, surgiam associações para exigir o Sufrágio.

Foi também por esses anos que as mulheres resolveram sair de casa para ganhar os espaços públicos, conquistando legitimidade em seus discursos emancipatórios. E uma rede revolucionária de muitos países ganha força.

Franziska Anneke (1817-1884) lançava a primeira revista para mulheres alemãs, em Colônia, e uma escola para meninas nos Estados Unidos; Amalie Struve (1824-1862), conhecida pela sua radicalidade democrática na Revolução de Março de 1848-49, não declinava de sua posição de escritora e ativista.

É nesta atmosfera de luta por reconhecimento que um grupo de professores, pesquisadores, naturalistas, artistas plásticos e músicos busca meios para deixar a Alemanha. A ideia do exílio para o Sul, trazido pela desilusão com os rumos políticos, partiu de uma reunião no

Outono de 1848. O destino decidido é a Austrália, onde o grupo preservava a esperança de conseguir sustentar suas ideologias, como livres pensadores, sem sofrer perseguições políticas ou penar em situações econômicas limitadoras.

A viagem de navio, custeada pelo geólogo berlinense Leopold von Buch (1774-1853), levaria os emigrantes para longe dali. Era março de 1849, quando o “Princess Louise” deixava o porto de Hamburgo, em direção ao Rio de Janeiro, a primeira escala, com 162 passageiros a bordo. Mais tarde, este mesmo grupo deixa sua marca na literatura australiana, ficando conhecido como os “Forty-Eighters”.

Por este motivo, vinda de Julie para o Brasil em 1849 não foi planejada. Seu destino final seria a Austrália, o que não se cumpriu. O Rio de Janeiro deixou de ser apenas uma escala para ser residência. Com a ajuda do médico da Coroa, Robert Christian Berthold Avé-Lallemant<sup>58</sup>, Julie consegue seu espaço como preceptora.

Avé-Lallemant era também um pesquisador naturalista. Seu contato com Julie Engell poderia ter acontecido ainda em Berlim, onde ele estudou medicina. O pesquisador morou no Brasil a partir de 1836, trabalhando como diretor de um sanatório para doentes de febre amarela antes de ter trabalhado no conselho de saúde do Império.

O retorno para a Alemanha aconteceu somente em 1855, período que coincide com a estada de Julie Engell-Günther no País. Além de ter visitado a região do Brasil, Avé-Lallemant também esteve no Sul, registrando em seus diários denúncias sobre as condições de vida dos imigrantes alemães no País (BOAVENTURA LEITE, 1996).

Sobre essas viagens, ele escreveu livros como: “Viagem através do Sul do Brasil em 1858” (1859) e “Viagem pelo Brasil do Norte em 1859” (1860)<sup>59</sup>.

Depois de ter retornado para a Alemanha, Avé-Lallemant ainda voltaria para o Brasil para outras expedições, com Alexander von Humboldt ou vinculadas ao Império. O contato de Julie com o médico e explorador que já estava no Brasil, apoiado pela Coroa Portuguesa no Brasil, foi fundamental para a sua decisão de ficar no País, sendo remunerada como preceptora.

---

<sup>58</sup> Avé-Lallemant tinha origem Protestante, assim com a família de Julie Engell-Günther, embora ela se declarasse livre pensadora. (LÜHRSEN, Conrad Nikolaus: Die Familie Avé-Lallemant und ihre Töchternachkommen, Deutsches Familienarchiv (DFA) Band 23, Neustadt an der Aisch: 1963, p. 205-243)

<sup>59</sup> Tradução nossa para “Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858” (2 Bände, 1859) e “Reise durch Nord-Brasilien im Jahre 1859” (2 Bände, 1860).

### 4.3.1 O casamento com Hermann Günther

A vida de Julie Engell-Günther no Brasil estava apenas começando, em muitos sentidos. Um aspecto de sua vida íntima seria determinante para os acontecimentos futuros: ter conhecido o engenheiro da Vestfália Hermann August Gustav Günther, da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, responsável pela ocupação em 1851 da colônia que hoje é chamada Joinville.

Como pioneira da Colônia Dona Francisca, Julie Engell é descrita como amásia de Günther e heroína das barricadas em trajes masculinos. Mas, também, como uma figura fascinante, uma mulher emancipada, que deixara para trás os conceitos de moral predominantes na época (DISLICH, 2009).

Julie engajou-se com ele nos projetos de colonização, tendo participado das viagens, excursões e registros para os primeiros relatórios que deveriam ser enviados à Europa. O fato de morar com Günther sem, imediatamente, casar-se, provavelmente por questões ideológicas, colocava Julie no rol das amásias, uma posição social desvalorizada naquela época e que foi muito comentada nos registros feitos pelos homens autorizados a escrever a história.

Depois de assinar contrato com o Príncipe de Joinville, a Sociedade Colonizadora ficou responsável pela venda de lotes, disponibilizando empréstimos, caso fosse preciso – uma maneira de arrecadar “impostos” dos imigrantes para o príncipe. Na prática, as terras eram vendidas pela Sociedade Colonizadora Hamburguesa, do senador Christian Schroeder (pai de Edoard Schroeder, que mais tarde, tomaria a frente do processo iniciado por Hermann Günther).

Mas a decepção com as primeiras instalações, ironizada pelo grupo de imigrantes de “Palácio Thionville”, foi tão grande, que novos problemas começam a surgir (ENGELL-GÜNTHER, 1862).

Somente os patos e os porcos deste novo assentamento ainda têm coragem de procurar à noite um abrigo em uma construção dessas, que a qualquer momento pode ruir completamente. Neste meio tempo, foram construídas para as pessoas duas moradias mais firmes e amplas, um pouco mais acima, onde as inundações eram tão frequentes – e não sem humor aquele casebre, que, agora, foi completamente abandonado, recebeu o nome de ‘Palácio Thionville’

(ENGELL-GÜNTHER, Subtítulo O palácio como “edificação”, 1862, p. 121).

Mesmo assim, os trabalhos de administração e assentamento da colônia Dona Francisca foram executados e Günther foi demitido do cargo de diretor, sob acusação pública de desvio de verbas (RODOWICZ, 1853 e 1992). Humilhado publicamente, o casal Günther segue para a capital paulista em 1850.

Como desabafo, Julie escreveu muitos artigos sobre esta fase, dedicando-se a problematizar as questões de imigração na cidade, fosse no “Jornal Ilustrado de Leipzig” (1851) ou em artigos como “Brasilianische Kinder” (“Crianças Brasileiras”), 1887; “Ein Kolonistenmädchen. Novelle aus Brasilien“ (“Filha de colonos. Novela brasileira”), 1897; “Aus Brasilien” (“Notícias do Brasil”), 1883, e “Das jetzige Brasilien” (“O Brasil atual”), 1889.

Em 1852, Günther já assumia novas funções. Na província de São Paulo, ele atuou nas obras de nivelamento de picada do Perequê, no Litoral Norte, por onde deveria passar uma estrada. Em dezembro do mesmo ano, ele também assinava como responsável pelas obras em Jundiá (SIRIANI, 2003).

Porém, em julho de 1854, Günther firmava um contrato com a Câmara Municipal para cuidar da iluminação a gás da cidade. A partir de então, começava o sofrimento da população da capital paulista, conforme indica esta carta de um leitor anônimo ao jornal Correio Paulistano, em 1854 (SIRIANI, 2003):

Sr. Redactor:

Tem de realizar-se muito breve o contracto para a iluminação da cidade, e como sou morador dum dos arrabaldes onde há lampiões ‘pro formula’, que nunca se ascendem, aproveito-me da sua recém-nascida folha para pedir à V. Exa. que descarregue mão no applicar as multas, visto que, até o prezente conntactador (Hermann Günther), nenhum cazo tem feito das que lhe tem sido applicadas, com prejuízo do público que, anda por aí às marradas pelo escuro, chegando ao ponto de um pobre viajor, vindo de Santos, andou noite inteira perdido pela cidade; sem achar sahida; não podendo por isso seguir viagem para Jundiahy, o que só fez de manhan, quando o Sr. Apollo

mandou ascender o seu grande lampião.  
(INSTITUTO MARTIUS-STADEN, pasta GIVd,  
Doc no. 34 apud SIRIANI, p. 140)

Imagem 14: Charge de Günther (à esquerda).



Fonte: Correio Paulistano (1854) - INSTITUTO MARTIUS-STADEN, pasta GIVd, Doc n. 34 apud SIRIANI, p. 140.

Embora a vida profissional de Hermann Günther tivesse sido marcada por seguidos problemas, seja na instalação da Colônia, no Sul do Brasil, ou nos trabalhos como engenheiro no interior de São Paulo, o colégio para meninas da classe alta de Julie Engell ia bem. Mesmo assim, o casal, agora com uma união formal, decide voltar com o filho para a Europa. Já era 1859. Por dez anos, eles mantiveram um estúdio de fotografia.

Os primeiros anos de retorno à Europa foram de seguidas decepções para Julie: a morte do primeiro filho, a falência do estúdio de fotografia, a infidelidade do marido e a separação. Em suas confidências a Kautsky, Julie escreve que tudo o que “ganhou passou a ser propriedade de seu marido, inclusive ela”, revelando seu alívio por não ter tido filhas fadadas a passar pelos mesmos problemas.

Embora o início do movimento feminino burguês da Alemanha, por volta de 1865, possa ser considerado tímido, Julie publicava artigos em revistas do grupo liderado por Louise Otto Peters, quando o direito

ao trabalho era a grande questão (Archiv der Deutschen Frauenbewegung – ADDF).

A partir de 1872, Julie lança o livro “As perguntas para a solução social pela mulher” – análise e complemento de uma mulher às obras de J. Stuart Mill, que logo se esgotou. Nos anos seguintes, ela faz circular suas revistas “Der Funke” e “Bazar”. Ao mesmo tempo, mantém contato com Karl Kautsky para publicar no “O novo tempo”.

Entre 1883 e 1893, Julie Engell troca cartas com Ricarda Huch (1864-1947), uma das primeiras mulheres alemãs a fazer doutorado na Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique (GABRISCH, 1998), e Meta von Salis (1855-1929), codinome de Barbara Margaretha von Salis-Marschlins, considerada uma das primeiras historiadoras da Suíça e ativista pelos direitos das mulheres, que mantinha uma duradoura amizade com Friedrich Nietzsche, apesar da falta de apoio do filósofo ao movimento. Em 1894, ela ajudou a irmã de Nietzsche Elisabeth Förster-Nietzsche a fundar o Nietzsche-Archiv (Revista Ariadne, da Fundação Arquivo do Movimento das Mulheres Alemãs, de Kassel, 2005).

#### 4.4 CARTAS A KARL KAUTSKY

O entendimento da visão de Julie Engell-Günther sobre os movimentos de mulheres de sua geração passa pela leitura das cartas<sup>60</sup> remetidas por ela ao teórico da social democracia, Karl Kautsky<sup>61</sup> (1854-1938). Editor do quarto volume de “O Capital”, Kautsky também foi fundador do semanário “O novo tempo”, com circulação de 1883 a 1923<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Estas cartas foram traduzidas em 2012 a pedido de Elke Dislich, no contexto de seu trabalho no grupo de pesquisa Relações Linguísticas e Literárias Brasil-Alemanha (Rellibra) da Universidade de São Paulo.

<sup>61</sup> As primeiras versões deste capítulo foram apresentadas no 10º Fazendo Gênero: SCHLINDWEIN, Izabela Liz; GROSSI, Miriam Pillar. “Cartas para Karl Kautsky: o diálogo entre o líder político da social democracia e uma jornalista feminista alemã que migrou para o Brasil”. In: Fazendo Gênero 10. Florianópolis: UFSC, v. 1. p. 1. 2013.

<sup>62</sup> Kautsky viveu no exílio em Londres durante a perseguição contra os socialistas na Alemanha (1854-1890), onde manteve contato com Friedrich Engels. Hoje, seu acervo está no International Institute of Social History (IISG), em Amsterdam. Também perseguido durante a Segunda Guerra, Kautsky morreu em Amsterdam. Seu filho, Benedikt Kautsky, passou sete anos em campos de concentração. E Luise Kautsky, sua mulher, morreu em Auschwitz.

As conversas, entre 1883 e 1887, revelam a falta de espaço para publicação de artigos escritos por autoras mulheres. E, ao mesmo tempo, a possibilidade de um debate político somente por meio do trabalho de jornais “alternativos” como “O novo tempo”.

A primeira carta de Julie Engell-Günther chega a Karl Kautsky logo depois da publicação do primeiro número do semanário. Sem acesso às respostas de Kautsky (não temos as cartas que respondem aos pedidos feitos por Julie Engell), mas pelo conteúdo que segue, nota-se que o editor está interessado em seu trabalho, valorizando a sua experiência em outros países como educadora e professora de meninas.

Neste sentido, a escrita da primeira carta de Julie Engell-Günther a Karl Kautsky demonstra uma clara comoção com a expectativa de publicação em um momento em que despertava para uma intensa produção jornalística.

Sua gentil missiva muito me comoveu. Na minha longa vida, encontrei tão pouca compreensão para as perguntas mais importantes que, toda vez que descubro algum vestígio dela, sinto-me impelida a admirá-la como a um milagre. E muito mais me surpreende ter encontrado um homem disposto a permitir que uma mulher manifeste a sua opinião sobre si mesma e seu próprio gênero.

[...]

Quero expressar a minha gratidão pelo gentil convite que o senhor dirige a mim para fazer uma crítica sobre a educação feminina moderna. Ministrei aulas a muitas meninas pequenas e maiores em diferentes países e continuo sendo alento e amparo para muitos corações femininos aflitos.

Permita-me externar que por meio da prática tola de querer preparar as meninas somente para o casamento, como sua única opção profissional, cria-se um ambiente propício a grandes desgraças... Enquanto o casamento for considerado uma instituição provedora, não podemos falar de virtudes e de pureza. (Carta a

Karl Kautsky, Berlim, 19 de janeiro de 1883, Doc. K.DX 223 do IISG, Amsterdam)

Na carta seguinte, Julie Engell-Günther escreve sobre seus interesses de pesquisa e como desenvolveu um método próprio de estudo.

Desde muito cedo, tive grande prazer na leitura de tudo aquilo que se relacionasse com o desenvolvimento da humanidade. Sem professores, sem um tutor que me guiasse, paralelamente ao trabalho que desempenhava para garantir o pão de cada dia, eu sempre li e aprendi. Além do alemão, domino uma segunda língua perfeitamente [francês] e parcialmente mais algumas outras, somente para ler tudo o que o ser humano tem a dizer sobre o ser humano. (Idem, Berlim, 18 de fevereiro de 1883, Doc. K.DX 224)

Antes de reproduzir a visão de Julie Engell-Günther sobre a educação, é necessário lembrar que, no primeiro ano de sua estada no Brasil, como professora, ela teve entre suas alunas filhas de fazendeiros africanos que preferiam enviar as meninas para o Brasil (em Limeira – SP) para receberem educação formal a encaminhá-las à Europa, onde seriam discriminadas (como já mencionado nas páginas iniciais da Tese). Sua perspectiva sobre a educação para elites e demais classes aparece no trecho:

O verdadeiro motivo do meu trabalho como escritora é justamente aquele de exigir as mesmas condições de educação para todos, ensino gratuito e obrigatório sem constranger as aptidões naturais de cada um. Devo esclarecer que a Suíça já possui instalações que se aproximam bastante do ideal. (Idem, Berlim, 29 de janeiro de 1883, Doc. K.DX 226)

A carta seguinte revela as ideias de Julie Engell-Günther sobre as teorias sociais marxistas defendidas por Karl Kautsky. Em vez de lutar contra o capital, ela sugere união de ações para reunir recursos para a criação de indústrias e áreas produtivas regidas por princípios comuns, formando a ideia de comunidade.

Tenho a impressão de que o senhor também partilha da opinião (como tantos outros) de que o capital é o maior inimigo do trabalhador. Eu, ao contrário, penso que agora devemos nos empenhar, por meio de ações entre amigos, para reunir “capital”, com o qual poderiam ser fundados empreendimentos industriais e agrários baseados em princípios sadios e capazes de produzir e aumentar o bem estar de todos os seus associados. Dessa maneira, podemos começar – mesmo com alguns impedimentos – a formar comunidades que teriam escolas em seu interior. Nesses locais, todos poderiam encontrar o sustento da melhor maneira possível. Pelo acúmulo de capital em mãos bem intencionadas podemos empreender muitas coisas úteis, quando se procedesse com juízo e boa vontade. Já que é a agricultura o setor especialmente abandonado, deveria ser dada prioridade a ela e somente pouco a pouco se estenderiam também os esforços para a indústria. (Idem, Berlim, 21 de março de 1883, Doc. K.DX 228)

Na Alemanha, fazia algum tempo que Bismarck<sup>63</sup>, o chanceler do Império, tomava medidas para conter outras possíveis revoluções, como a de 1848. A política do primeiro chanceler de uma Alemanha unificada (após as guerras contra a Dinamarca, Império Austro-Húngaro e, depois, França) era pautada no nacionalismo e militarismo (EBERHARD, 2014).

Temendo que os social-democratas se tornassem cada vez mais fortes e atribuindo a eles a autoria de atentados à monarquia, em 1878, Bismarck – com o apoio do Parlamento – faz entrar em vigor a “lei contra as metas perigosas da social democracia”.

No fim daquele novembro, socialistas foram expulsos de Berlim. As organizações e a imprensa social-democrata estavam proibidas. Censura que só fez aumentar a criação de associações camufladas de clubes de esportes, jogadores de cartas ou fumantes. Começam a surgir panfletos e revistas impressos no exterior e contrabandeados para a Alemanha. Apesar da proibição, os socialistas conquistavam cada vez mais adeptos. E é nesse contexto que nasce o jornal “Livre Pensador”.

---

<sup>63</sup> KOLB, Eberhard. Otto von Bismarck. Eine Biographie. München: C.H.Beck, 2014.

Em 1890, o Partido Socialista dos Trabalhadores tornou-se a principal força no Reichstag e a lei antissocialista não foi mais prorrogada. Em 1903, com 70 anos, Julie Engell-Günther torna-se a jornalista com o maior número de publicações, entre as livres pensadoras, no jornal “O livre pensador”, editado e impresso em alemão em Milwaukee/Wisconsin, nos Estados Unidos. Como convicção constante durante sua vida está a crença no trabalho próprio da mulher (independentemente do estado civil) e no direito de dispor livremente do seu patrimônio, representando a base de sua liberdade e dignidade. No trecho a seguir da mesma carta, Julie Engell-Günther situa o movimento feminista em constante disputa com os órgãos públicos.

Os movimentos femininos, atualmente, estão em um torvelinho nunca antes verificado, uma vez que a necessidade leva à ação, apesar dos órgãos públicos, principalmente na Alemanha, estarem fazendo de tudo para refreá-los. Eu nem preciso dizer como os novos grandes feitos de Bismarck me entristecem. Todas essas medidas arbitrárias contra as melhores cabeças do partido me desagradam.

[...]

Aqui na Suíça, cada um que se diz jesuíta, ou mantém contato com eles, perde imediatamente sua cidadania. [...] Não que não haja oposição de todos os lados, como posso ver, por exemplo, pela homenagem prestada ao escritor norueguês Hendrik Ibsen, em Berlim.

[...]

É claro, no entanto, que isso não me consola diante do que foi feito com as eleições. Seria bem estranho se o partido, desta vez, pudesse alcançar algum sucesso especial, já que todos aqueles que restavam foram expatriados ou calados à força. Toda aquela celeuma sobre a guerra não passa de fingimento; uma vez que é somente a Rússia o *enfant terrible*, do qual, no entanto, ninguém fala. Enquanto que a França é desnecessariamente provocada e usada como pretexto, sem que de lá se possa esperar um ataque.

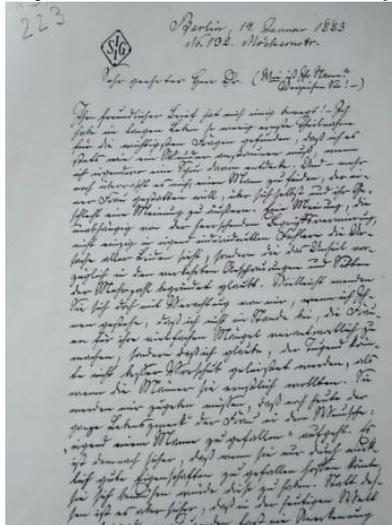
[...]

Tenho a impressão de que os ingleses veem uma eventual guerra com bons olhos para que possam incrementar seus negócios e pescar em águas

turvas. Espero que mesmo assim a paz possa ser mantida, uma vez que todos teriam muito a perder.

No entanto, representa uma desgraça a mais, que todo mundo está pensando mais nos perigos de uma guerra do que no seu progresso interno. Não temos boas perspectivas e somente a firme convicção me traz consolo, de que a humanidade, apesar de tudo, caminha em direção à humanização por não possuir alternativa. (Idem, Zurique, 2 de fevereiro de 1887, Doc. K.DX 239)

Imagem 15: Reprodução de uma das cartas a Kautsky.



Fonte: Arquivo pessoal de Elke Dislich (cópia adquirida do Instituto de História Social (Amsterdam). Acesso em maio de 2012

Poucos meses depois, Julie Engell-Günther deixa a Alemanha para viver em Zurique, na Suíça com o único filho, que exerce a profissão de professor. Depois de quatro anos, em janeiro de 1887, ela escreve a sua última carta. Enquanto isso, Kautsky ajudava a preparar o programa da Sozialdemokratische Partei Deutschlands (SPD).

O cenário do movimento pela emancipação feminina se configurava lentamente na França, Inglaterra, Estados Unidos. Embora com preocupações dissonantes do feminismo da diferença, como vimos hoje, este primeiro movimento – branco, burguês e que considerava as

mulheres como uma entidade universal – encontrou aderência nas lutas da social democracia.

A luta pela igualdade de direitos políticos e civis das mulheres havia começado a encontrar partidárias. Nos Estados Unidos, a 1ª Convenção Nacional de Mulheres, em 1837 apoiou a luta contra a Escravidão negra. No entanto, no Congresso Antiescravista de Londres, em 1840, foi permitida a presença das mulheres somente atrás de uma cortina (KOLLONTAI, 1970).

Depois da Guerra de Secessão e da libertação dos escravos, elas continuaram sendo cidadãs de segunda classe, sem direito a voto e discriminadas no trabalho. Porém, pouco tempo depois, o movimento feminista norte-americano assumiu – assim como o inglês – formas mais agressivas e violentas – expressas em manifestações ou tentativas de votar à força.

Finalmente, depois de Wyoming, o primeiro Estado norte-americano a conceder o direito de voto (em 1869), as diversas legislações norte-americanas foram reconhecendo o litigado direito feminino, até que, em 1910, as mulheres da capital Washington conseguiram votar. A luta continuou até o reconhecimento nacional do direito de voto, em 1920.

Embora a principal discussão sobre a emancipação da mulher na Alemanha já houvesse ocorrido na Revolução de 1848, deste ano até 1865, o debate sobre as demandas políticas esteve proibido pela lei prussiana. É somente com a Associação Geral das Mulheres Alemãs – Allgemeine Deutsche Frauenverein (ADF), encabeçada por Louise Otto-Peters, que novidades nessa área começam a aparecer. O movimento de mulheres burguesas reatualiza as causas da educação e do trabalho.

É com a publicação da revista “A mulher e o socialismo” (1879), de August Bebel, que o movimento das mulheres proletárias começa a tomar forma. Clara Zetkin e a revista “Igualdade” ajudam a difundir as ideias da social-democracia alemã. Nesta fase, a emancipação das mulheres era vista como parte da emancipação do proletariado e da superação das ideias burguesa-capitalistas.

Na Inglaterra, o movimento feminista, dirigido pelas mulheres das pequenas e médias burguesias, obteve em 1869, com a ajuda de John Stuart Mill, um grande triunfo: o acesso das mulheres ao sufrágio municipal. Três anos depois, Julie Engell-Günther lançava o livro “As perguntas para a solução social pela mulher” (“Die Frage der Lösung sozialen durch die Frau”) – análise e complemento de uma mulher às obras de J. Stuart Mill.

Os grupos de mulheres que lutavam pelo voto possuem algumas características fundamentais, conforme especificado na autobiografia da revolucionária comunista russa Alexandra Mikhailovna Kollontai (1872-1952)<sup>64</sup>. Seu objetivo central era o direito ao voto a partir de um sistema econômico já estabilizado suficientemente para uma hegemonia burguesa com constituição própria. Mas as conquistas no campo político não significaram uma mudança de hábito. Pelo contrário, o Sufrágio logo perdeu sentido para aquelas mulheres que voltaram a cumprir uma função tradicional dentro da família e da sociedade. Mesmo tendo participado massivamente das primeiras eleições, tanto na Inglaterra como em outros países, as mulheres acabaram consolidando nas urnas os setores mais conservadores.

Por outro lado, o nascimento das lutas reivindicatórias das mulheres proletárias representou uma mudança de perfil das lutas. Assim como as socialistas, as trabalhadoras começaram a ficar mais conscientes da dupla exploração a que estavam submetidas: frente ao homem e como operárias, diante do poder econômico. De acordo com Kollontai (1970), seu despertar e incorporação na luta do movimento foi lenta, mas suas contribuições às lutas sociais acabaram sendo muito valiosas.

A classe operária esteve engajada na luta pela igualdade desde o fim do século 19. As mulheres socialistas, do interior de seus partidos, sindicato, ou junto com os homens, começaram a se organizar em associações específicas que tinham objetivos próprios: salário, igualdade de oportunidade, creches, proteção social à mãe e aos filhos.

Em 1890, Clara Zetkin publicava a revista “Igualdade” (“Gleichheit”), vinculada ao movimento feminino operário. Dois anos depois, já integrava os organismos dirigentes do Partido Social Democrata Alemão. Com Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin organizou as primeiras associações operárias femininas e uniões de mulheres socialistas.

A falta de influência do movimento burguês ficou evidente nas discussões que marcaram o primeiro Código Civil alemão, em vigor em 1º de janeiro de 1900. A determinação: “O homem é a decisão para todos os assuntos relevantes para a vida em comum”, do parágrafo 1354,

---

<sup>64</sup> KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiographie einer sexuell emanzipierten Kommunistin*. Editado por Iring Fetscher. München: Verlag Rogner & Bernhard, 1970.

é o maior exemplo da derrota das feministas da igualdade (NEISEKE, 2009)<sup>65</sup>.

#### 4.4.1 Primeiros diálogos com os legisladores

A elaboração do Código Civil – Bürgerliches Gesetzbuch<sup>66</sup> – durou quase 20 anos. Baseado no modelo francês de Napoleão, o texto – tido como inovador – acabou servindo de referência para os regulamentos de outros países, incluindo o Brasil, Portugal, República da China, Japão, Tailândia, Coreia do Sul e Grécia.

Uma pré-comissão deveria emitir um parecer sobre o plano e método para a preparação do projeto de Código Civil alemão. Juizes, funcionários do ministério e professores foram nomeados para a chamada primeira Comissão, representando todos os principais estados alemães e as áreas do direito.

Eles tinham a difícil tarefa de evitar, através do desenvolvimento de um Código Civil universal, uma maior fragmentação por meio da adoção de leis específicas. Após extensas deliberações, um primeiro esboço do Código Civil foi apresentado em 1888.

Sentindo que pudessem ter alguma influência sobre o processo de formação do Código Civil, as mulheres viram o momento como uma oportunidade para reforçar os seus direitos na Alemanha. Neste sentido, em 1890, o jurista e teórico social Anton Menger (1841-1906)<sup>67</sup> disse acreditar que a formulação do Código Civil pode ter contribuído para o desenvolvimento das contingências sociais das mulheres. Mas as disposições propostas foram combatidas muito tarde. Agora, o trabalho de formulação da lei já durava 20 anos (NEISEKE, 2009).

---

<sup>65</sup> Eric Neiseke: Rezension zu: Riedel, Tanja-Carina: Gleiches Recht für Frau und Mann. Die bürgerliche Frauenbewegung und die Entstehung des BGB. Köln 2008, in: H-Soz-Kult, 26/02/2009. Disponível em <http://www.hsozkult.de/publicationreview/id/rezbuecher-11742>. Acessado em 22 de setembro de 2015.

<sup>66</sup> A partir de 1934, quando Hitler chega ao poder, havia planos para substituir o BGB com uma nova codificação, chamada Código do Povo ("Volksgesetzbuch"), mas esses planos não foram colocados em prática. Em 2 de janeiro de 2002, como parte da ampla reforma do direito das obrigações, foi feita uma nova publicação do Código Civil alemão.

<sup>67</sup> Apesar de apoiar o socialismo jurídico, Menger não possuía inclinação marxista, de acordo com biografias como FERREIRA, Adriano de Assis. Questão de classes: direito, estado e capitalismo em Menger, Stutchka e Pachukanis. São Paulo: Alfaomega, 2009.

O Código Civil é dividido em cinco livros:

|   |  |  |  |   |
|---|--|--|--|---|
| 1) Parte<br>geral<br>Regras<br>básicas<br>importantes<br>do segundo<br>ao quinto<br>livro | 2) Direito das<br>Obrigações<br>Disposições<br>para<br>contratos<br>obrigatórios,<br>tais como<br>contratos de<br>compra,<br>arrendamento<br>ou contratos<br>de serviços<br>(lei romana) | 3) Direito à<br>propriedade<br>Direito das<br>coisas | 4) Direito<br>da Família<br>Regras<br>essenciais<br>para o<br>casamento<br>e a família | 5) Herança<br>(Sucessões)<br>Disposições<br>abrangentes<br>para o<br>testamento<br>e sucessão<br>de herdeiros |
|---|--|--|--|---|

No livro de Tanja Riedel-Carina, “Direitos iguais para homens e mulheres: o movimento de mulheres burguesas e o surgimento do Código Civil” (2008), a igualdade entre homens e mulheres é debatida por mulheres burguesas.

O artigo escrito pelo advogado envolvido no processo William Löwenfeld para a revista “A mulher na vida sem fins lucrativos”, em 1889, apresenta uma visão otimista do esboço do Código Civil, apesar de ressalvas. No texto “O estatuto jurídico das mulheres após o esboço do Código Civil para o Império Alemão”, Löwenfeld considera que “o projeto de lei deve interessar as mulheres a aprender ao que temer da nova ordem, em que ter esperança; e a quais limitações estão sujeitas”.

Em sua interpretação, as mulheres deveriam estar satisfeitas com o esboço, que poderia conceder uma posição “independente e digna”, trazendo novos direitos como adição aos já existentes; em particular a capacidade de terem negócios, direito importante para aquelas mulheres que quisessem ter uma profissão e, assim, estabelecer uma existência autônoma.

Löwenfeld segue escrevendo que “as mulheres podem acreditar no esboço como um projeto de emancipação, no melhor sentido da palavra, como um enorme passo em frente no sentido da igualdade de gênero, como nunca, provavelmente, foi feito na Alemanha, ganhando força como projeto de lei a ser inserido com vigor em todo o Reich alemão”.

A visão de Julie Engell-Günther, que na época vivia em Zurique, contrapõe a versão otimista de Löwenfeld. Ela rebate ponto a ponto de forma efusiva e direta o artigo “O estatuto jurídico da mulher, segundo o

Dr. Löwenfeld”, publicado em 1890, na revista vinculada à ala radical do movimento de mulheres da qual fazia parte.

Julie Engell-Günther é descrita pela autora alemã Tanja Riedel em “Direitos iguais para homens e mulheres: o movimento de mulheres burguesas e o surgimento do Código Civil” como bem viajada, experiente militante comprometida incansavelmente com os direitos das mulheres.

Tanja Riedel situa Julie como defensora da ideia de que as mulheres que trabalham por conta própria, independentemente do seu estatuto como pessoa, seja mulher ou mãe, têm o direito de dispor de seus bens e sua renda, base para a criação de liberdade e dignidade. Sua posição feminista fica evidente neste artigo sobre o estatuto legal das mulheres publicado no veículo voltado para o movimento liderado por Hedwig Kettler (1851-1937), outra ativista pela igualdade das mulheres.

O ponto de vista do advogado Löwenfeld – quando escreve que as mulheres não devem permanecer passivas e apáticas em relação ao projeto – parece inflamar Julie, que entra na arena dos leões que discutiam o estatuto jurídico das mulheres logo após o primeiro esboço do Código Civil. A autora entende a expressão como uma censura e percebe isso como cinismo. Para ela, a imagem forçada de apatia das mulheres era um consentimento tácito, ou seja, aquele tipo de consentimento que não foi expressamente manifestado.

Como resposta ao que julgou ser ofensivo, ela combate:

Se todos os funcionários do Estado são do sexo masculino, como em todos os lugares, é completamente óbvio que a opinião de uma mulher não seja levada em consideração. Na verdade, há de se argumentar, ainda, que o silêncio não combina com as mulheres, já que, muitas vezes, levam a fama de, pelo contrário, falarem até demais. (...) No entanto, não deve ser negado o fato de que as mulheres têm grande influência sobre a maneira de olhar dos homens. Ou melhor, só uma mulher já tem, por vezes, um grande poder sobre um único homem. (...) A verdade é que todo homem de qualquer mulher a obedece quando encontra prazer nisso, enquanto cada mulher não só tem de submeter-se às leis e costumes estabelecidos pelos homens, como também de um pai, marido, irmão ou filho (RIEDEL, 2008, p. 148 – tradução nossa).

Orientada pelo próprio raciocínio de Löwenfeld na redação de notas sobre a situação jurídica da mulher logo após o primeiro esboço, Julie Engell-Günther faz críticas pontuais para questões como igualdade, capacidade empresarial, a posição da mulher no casamento, o poder das chaves da esposa, dificuldade de provas nos casos de violação, divisão monetária após o divórcio, lei de tutela e herança.

O Código Civil não concedeu benefícios às mulheres. A maior alteração foi a de que, a partir de 1900, todas as mulheres do Império Alemão passaram a estar sob a mesma legislação. Antes, o sistema legal era diferente de região para a região. Quem precisasse requerer um divórcio, por exemplo, na Prússia, tinha uma base jurídica diferente de quem vivesse na Baviera ou Saxônia, por exemplo. A introdução de uma lei uniforme foi uma ideia muito progressista, mas não trouxe avanço para as mulheres. A Lei da Terra, válida na Prússia, era mais avançada do que o novo Código Civil, em alguns pontos.

Com a aplicação da lei, muitas agiram em emergências legais. No entanto, elas tiveram de procurar o conselho de homens, já que não podiam estudar Direito. As mulheres eram dependentes de seus maridos em todos os aspectos. Elas não tinham a chance de executar o próprio nome, tendo de adotar o nome do homem. Regras que levaram muito tempo para serem revogadas. Se quisessem ter um emprego, elas precisavam do consentimento do marido. Da mesma forma, economicamente, elas não tinham qualquer liberdade, já que seus bens passavam a ser de posse dele, a não ser os pertences pessoais. É somente durante a República de Weimar<sup>68</sup> (1918-1933) que uma mulher mais autoconsciente começa a nascer.

Depois desta reorientação do movimento das mulheres burguesas, a partir das lutas no decorrer do esboço do Código Civil, o Direito de Família continuou sendo uma importante questão, incluindo a idade núbil (idade mínima para casar-se), o poder das chaves, a propriedade matrimonial ou a discriminação ao filho ilegítimo.

#### 4.5 TRÂNSITOS DE UM “FEMINISMO INTERNACIONAL DE PRIMEIRA ONDA”

A historiadora feminista da Universidade da Califórnia (Santa Bárbara) Leila Rupp (2011) argumenta que uma primeira onda transnacional do feminismo já se organizava entre as mulheres do século

---

<sup>68</sup> A República de Weimar começou em 9 de novembro de 1918 e terminou com a nomeação de Adolf Hitler como chanceler, em 30 de janeiro 1933.

19 até a Segunda Guerra Mundial, onde, principalmente as europeias e americanas estiveram presentes em organismos como o International Council of Women (Conselho Internacional de Mulheres), a International Alliance of Women (Aliança Internacional de Mulheres) e a Women's International League for Peace and Freedom (Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade).

Leila Rupp acredita que a interação de mulheres viajantes, imigrantes, missionárias e escritoras com outros territórios e culturas foi fundamental para a constituição das organizações políticas transnacionais que ganhariam força em fins do século 19. Para a autora, os contatos através dos oceanos prepararam o caminho para interações formais, organizadas e sistemáticas<sup>69</sup>.

Embora as causas feministas liderassem a formalização de contatos entre ativistas comprometidas com os direitos das mulheres, uma variedade de outros movimentos estava inserida nessas organizações, como o Abolicionismo e o Socialismo.

O primeiro Congresso Internacional dos Direitos das Mulheres, o Congrès international des droit des femmes, foi convocado em 1878, em Paris, ao mesmo tempo em que acontecia outro evento histórico, a International Exposition, uma feira mundial para a qual foram atraídos visitantes da Europa, colônias britânicas e Estados Unidos.

Também nesta conferência, as feministas francesas Leon Richer e Maria Deraismes fundaram o periódico “Le Droit des femmes: Journal politique” (“O direito das mulheres: jornal político”).

Dez anos depois, as sufragistas Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e Susan B. Anthony (1820-1906) trabalhavam pela criação da primeira organização internacional pelo Sufrágio, o Conselho Internacional de Mulheres (CIM). Elas já tinham viajado para a Inglaterra e a França em 1882 e 1883, onde se encontraram com outras mulheres, planejando a fundação de uma associação.

Foram convidadas representantes internacionais para participarem da reunião em 1888. E essas mesmas mulheres criaram seus conselhos nacionais nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Suécia, Austrália, Grã-Bretanha, Dinamarca e Holanda (em 1939, o CIM já estava composto por 36 conselhos).

---

<sup>69</sup> Sabemos que entre as mulheres da rede de Julie Engell, estava a pacifista Bertha von Suttner (1843-1914), que também viajava com frequência, inclusive para a Primeira Convenção Internacional de Haia, em 1899. Por seus esforços em unir países para que não houvesse guerra, ela ficou conhecida como “condessa da paz”.

Mas a estrutura internacional só começou a se solidificar quando o CIM levou questões substanciais para seus países, a partir de 1899, como a situação jurídica das mulheres casadas, tráfico de mulheres, ofícios e profissões, saúde pública e bem-estar da criança e imigração.

Na visão de Leila Rupp (2011), o CIM pode ter falhado ao tentar unir muitos objetivos em uma só associação, ocasionando dissidências. A primeira delas surgiu quando as lideranças do CIM insistiram que os anti-sufragistas mereciam uma audiência sobre os direitos políticos das mulheres, em 1899.

Muitas mulheres se opuseram e estabeleceram, então, a Aliança Internacional das Mulheres. As sufragistas alemãs Lida Gustava Heymann (1868-1943) e Anita Augspurg (1857-1943) convocaram uma reunião alternativa para a criação de sua própria associação pelo sufrágio internacional.

Lida e sua companheira entraram em conflito com a legislação por muitas ocasiões, assumindo causas sobre a questão da prostituição, por exemplo. Como forma de trabalhar pela liberação feminina, Lida fundou um centro de mulheres como apoio às trabalhadoras que não tivessem onde almoçar, assim como uma creche para deixar seus filhos e suas filhas durante o trabalho e um centro de aconselhamento. Escolas mistas e associações formadas por mulheres trabalhadoras também foram fundadas por Lida.

A Aliança buscou realizar, a cada dois anos, um congresso em um país diferente, a fim de estimular e apoiar a atividade de sufrágio nacional. Participaram do primeiro congresso, a convite de Lida e Anita, 1.136 mulheres de países neutros e beligerantes, estabelecendo um Comitê Internacional de Mulheres por uma Paz Permanente (ICWPP). Jane Addams<sup>70</sup>, que liderava o Comitê, reuniu-se com o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, elaborando princípios comuns para a paz.

Quando os primeiros países concederam o direito ao voto às mulheres, antes e logo após a Primeira Guerra Mundial, a Aliança começou a ter novas preocupações. Além da prostituição, vieram a igualdade de remuneração, a nacionalidade das mulheres casadas e a Escravidão.

Em atividade até hoje, a organização não governamental declara estar disposta a unir mulheres de todo o mundo que se opõem à opressão

---

<sup>70</sup> Jane Addams recebeu o Nobel da Paz em 1931. Assim como ela, outra liderança da WILPF recebeu o Prêmio nos anos seguintes Prêmio Nobel da Paz: Emily Greene Balch, em 1946.

e exploração, contando com seções nacionais em 37 países. Sua sede fica em Genebra, na Suíça, mas também dispõe de um espaço físico em Nova York, vinculado às Nações Unidas<sup>71</sup>.

Na opinião de Leila Rupp (2011), este foi o mais radical dos três grandes grupos internacionais, embora questões como o pacifismo absoluto, a necessidade de transformação social revolucionária e oposição ao imperialismo permanecessem como questões controversas. Como resultado desta natureza progressiva, a organização sofreu ataques sistemáticos de grupos de direita e da mídia.

Estes três grandes grupos transnacionais de mulheres, com origens relacionadas, mas diferentes naturezas e trajetórias, cooperaram e competiram com uma série de outros organismos nos anos entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Rupp lembra que alguns organismos multinacionais interagiram em uma base regular com o Conselho, a Aliança, e a Liga. Mas o movimento das mulheres socialistas rejeitou qualquer cooperação com o que considerasse ser uma organização de mulheres burguesas.

Apesar de estarem abertas para mulheres de toda a parte do mundo, essas três principais organizações transnacionais estavam baseadas na Europa e nos Estados Unidos, onde se originaram e cresceram. Ao mesmo tempo, os discursos de universalidade nem sempre eram aplicados na prática, já que a participação estava restrita a mulheres nativas de movimentos de origem europeia.

E mesmo entre as mulheres de outras nacionalidades, a luta era por um patrimônio europeu, conforme argumentam Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) no livro “*Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*” (“*Ativistas além das fronteiras: redes de advocacia na política internacional*”).

A língua também era um fator que mantinha essas organizações no eixo Norte da Terra. O inglês, francês, alemão eram os idiomas oficiais, reforçando o domínio euro-americano. Além disso, as organizações assumiram, por muitas vezes, que as mulheres que viviam na Ásia, África, Oriente Médio e América Latina precisavam da sua “orientação” para encontrar o seu caminho para a liberdade e igualdade” (KECK E SIKKINK, 1998)

Outra característica que separava essas mulheres era o nível de instrução e poder aquisitivo, já que eram somente as mulheres educadas e da elite que poderiam viajar para participar de reuniões e congressos.

---

<sup>71</sup> É possível saber mais sobre a atuação da WILPF, hoje, em seu site oficial: <http://wilpf.org/>.

Elas também eram capazes de contribuir financeiramente com as organizações ou angariar fundos por meio de seus contatos e influência.

Não é possível esquecer do peso das convicções religiosas no interior dessas organizações. A grande maioria das integrantes era cristã, ou seja, mulheres que, ancoradas em suas tradições, desejavam ajudar o próximo. As judias lutavam contra o preconceito ao seu grupo. No entanto, um grande número de mulheres de outras religiões também ocupou posições centrais de liderança, mais tarde, como as muçulmanas.

Keck e Sikkink (1998) apontam como principal impacto destas campanhas a forma como os movimentos conseguiram alinhar sua alegação de casos de injustiça política e violações de direitos.

Para as autoras, a campanha pelos direitos das mulheres é uma história de ativistas auto-conscientes que estavam simultaneamente bem fundamentadas em sua motivação para a ação: ativistas feministas internacionais acreditavam profundamente na igualdade e direitos para as mulheres em toda parte. Mas elas escolheram os seus focos de organização de forma estratégica para construir alianças com as mulheres em todo o mundo, sabendo que seria difícil.

## 5. A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇOS DE LUTAS NO BRASIL

Busco compreender neste capítulo como a posição de livre pensadora feminista de Julie Engell-Günther pode estar refletida nos seus escritos sobre o Brasil do século 19. Para isso, tento articular dados de sua trajetória pelo movimento da mulher com sua postura como professora em uma fase em que a escola pública brasileira dava seus primeiros passos.

Após analisar a história do feminismo ligada à educação e à escola para meninas, em um segundo momento, reflito sobre como a visão de Julie, enquanto mulher e feminista, trouxe um olhar original sobre o lugar das mulheres na sociedade brasileira.

### 5.1 UMA HISTÓRIA DA ESCOLA

Com o ingresso de professoras feministas no cenário educacional brasileiro, como Nísia Floresta, os processos de aprendizagem começam a ganhar novas perspectivas. Entre as mudanças ao formato tradicional, podem ser percebidos o convívio fora da escola entre professoras e alunas, o contato permanente por cartas (como foi entre Julie Engell-Günther e sua aluna Anna Krug) e o novo tratamento a conteúdos antes considerados tabus, como raça, etnia e direitos civis.

Mas, sem dúvida, não há diferença maior na postura dessas professoras do que o olhar sobre a educação. A crença em uma revolução pela educação não era apenas um sonho ingênuo, mas um plano colocado em prática – fundamentado no conhecimento de teorias e nos movimentos já militantes de mulheres.

Suposto alter-ego de Julie Engell-Günther, Mathilde passa boa parte de seus dias convivendo e observando os discursos de suas alunas – conteúdo que, certamente, ajudou a construir uma imagem sobre o Brasil. A escola é um campo rico em informações etnográficas – o que parece ter sido rapidamente percebido pela autora.

Se as ideias iluministas do século 18, enquanto movimento cultural das elites intelectuais europeias, não tiveram grande presença no Brasil; no século seguinte, as realidades não eram tão diferentes<sup>72</sup>. O

---

<sup>72</sup> Primeiras versões deste Capítulo 4 foram apresentadas na Jornada Gênero, Ciências e Feminismo: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina; SCHLINDWEIN, Izabela Liz. “A participação de intelectuais feministas do século 19 na história da educação no Brasil”. In: Jornada Gênero, Ciências e Feminismo, Florianópolis: Editora Mulheres, v. 1, p. 1. 2013.

conhecimento e o uso da razão não eram comuns no País que vivia sob o domínio da Igreja, considerando nativos como degenerados pela falta deste tipo de formação religiosa (MARCÍLIO, 2005).

Os passos da educação seguiram lentos. A história da escola universal e democrática no Brasil é feita de interrupções e recomeços. Influenciada pelo modelo português, o ensino superior é implantado apenas com a família real, ainda nas primeiras décadas do século 19. Por muitas vezes, privilegiou-se o ensino superior em vez do básico. O já precário modelo educacional do ensino brasileiro perdeu com a expulsão dos jesuítas.

Nos séculos 16 e 17, era da elite o privilégio da arte de escrever. Portanto, mais de 90% da população não dominava as técnicas da leitura e da escrita. O interesse pela leitura vinha da vontade de interpretar a bíblia sem o intermédio dos religiosos.

As mulheres brasileiras receberam pouca educação formal ao longo do século 19, apesar de a Constituição de 1824 assegurar instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Dez anos antes, Debret escrevia: “A educação das meninas se restringia a recitar preces de cor e a calcular de memória, sem saber escrever, nem a fazer as operações. Somente o trabalho de agulha ocupava seus afazeres, pois os demais cuidados relativos ao lar são entregues às escravas” (EBEL apud MARCÍLIO, Maria Luiza, p. 189, 2005).

Com salas de aula lotadas de alunos e alunas em diferentes níveis, em um único espaço, a palmatória era um recurso comum no estabelecimento da ordem. Além da falta de preparo para o ensino, os salários não eram altos e a profissão não proporcionava prestígio algum. Poucos professores estavam habilitados.

Como não havia salas de aula nem carteiras, as professoras davam aula em casa ou alugavam salas. Isso porque não havia prédios construídos especificamente para abrigar escolas em São Paulo. A ausência da distribuição de turmas em sistema de séries dava a liberdade aos alunos de entrarem e saírem da escola a qualquer momento. Ao mesmo tempo, até a legislação de 1854, que estabelecia regras mais rígidas, a escola era aberta para diferentes etnias, acolhendo escravos, mestiços e filhos ilegítimos.

Muitos dos escravos que estavam autorizados a frequentar o ensino das primeiras letras eram órfãos ou tinham sido abandonados. Enquanto a educação da imensa maioria dos paulistas das classes populares, praticamente todos analfabetos, resumia-se a uma transmissão essencialmente oral (MARCÍLIO, p. 62, 2005), Nísia Floresta (1810-1885) fundava o Colégio Augusto, para jovens meninas,

no Rio de Janeiro, assim como a imigrante alemã Julie Engell-Günther fazia no interior de São Paulo.

A abertura de escolas particulares no Brasil estava autorizada pela lei de 1846, da Província de São Paulo. Bons costumes deveriam ser comprovados pelo/a interessado/a a dedicar-se a este tipo de ensino, seguindo as mesmas regras que as escolas públicas. No caso de estrangeiros, deveria ser comprovado o domínio da língua. Também era exigida a presença de um/a professor/a de religião do Estado para as aulas de doutrina cristã.

A historiadora da USP Maria Luiza Marcílio ainda nos lembra em seu livro “História da escola em São Paulo e no Brasil” (2005) que a Escola Normal, que assegurasse a formação sistemática de professores, foi criada por meio de um decreto em Viena. Antes da implantação de um sistema de ensino estatal, obrigatório e voltado para as classes populares, as poucas escolas já existentes pouco alfabetizavam. A Prússia e a Áustria, duas monarquias absolutistas, foram os primeiros Estados a implantar o sistema de ensino público. As meninas ainda não tinham acesso ao ensino público neste período. Na cidade de São Paulo, o ensino público feminino só foi regulamentado em 1827. Já em 1825, foi criado o primeiro seminário para meninas órfãs.

A independência política do Brasil não modificou de imediato o complexo cenário do ensino. As elites mais cultas do País discutiram pela primeira vez as bases para uma educação nacional na Constituinte de 1823. A Constituição outorgada de 1824, no artigo 179, assegurava a instrução primária e gratuita. Mesmo assim, a mulher brasileira recebeu pouca educação formal no século 19. Como se sabe, a educação das meninas era restrita à declamação de preces e cálculos de “cabeça”, sem grandes preocupações com a escrita e as operações.

A educação para meninas, quando muito, compreendia leitura, escrita, gramática, princípios da moral cristã, quatro operações, aritmética, língua francesa, geografia, história, costura e bordados. Ao contrário disso, essas intelectuais viajantes eram mais do que preceptoras de meninas ricas, ensinando, além do ABC, línguas estrangeiras, história e geografia. Fora da escola, elas liam autoras como a britânica e líder feminista Mary Wollstonecraft, traduziam obras e escreviam livros ou artigos para jornais.

Por este motivo, pode-se dizer que tanto Nísia Floresta quanto Julie Engell-Günther foram intelectuais que contribuíram para a história da educação brasileira. Enquanto o nome de Nísia Floresta é lembrado como o da primeira mulher a se declarar e lutar pelas ideias feministas publicamente, Julie Engell-Günther permaneceu invisibilizada, com

estudos pontuais apenas na Alemanha ou na Suíça, muitas décadas depois, e não na academia brasileira. No entanto, o pensamento dessas mulheres pode ser considerado como constituinte da base para muitos dos feminismos que vimos nesta sequência.

Se no século 19, o investimento dos movimentos era na luta por igualdade; no século 20, entra em vigência a diferença radical entre os sexos até chegar à multiplicidade deles, diferenças essas que são transportadas para a arena política. As livres pensadoras de 1848 estiveram engajadas em processos contínuos de lutas, algumas hoje fortalecidas, outras abandonadas, pois sabemos que o feminismo não é um movimento único, em seu tempo e atrizes. Para fins de melhor compreensão, as próprias feministas e acadêmicas estratificaram bandeiras, políticas e fatos, partindo das seguintes classificações gerais:

- 1) Primeira onda: ocorrida do século 19 ao início do 20, teria sido marcada pela luta por poder político do voto da mulher e campanhas pelos direitos sexuais, reprodutivos e econômicos.
- 2) Segunda onda: com seu auge considerado nas décadas de 1960 e 1970, estaria ligada aos movimentos de liberação feminina pela igualdade legal, mas, também, com o fortalecimento de um engajamento às lutas de igualdade social.
- 3) Terceira onda: da década de 1980 até hoje, pode ser entendida como uma tentativa de resposta a dúvidas deixadas pela segunda. Neste estágio, mulheres brancas de classe média alta estão preocupadas em negociar espaços dentro dos movimentos, questionando as categorias pré-existentes.

Em outro esquema de análise, a filósofa feminista búlgaro-francesa Julia Kristeva (1979) demarca a emancipação da mulher em três etapas:

- 1) Movimento de sufrágio universal, no final do século 19, que pedia um reconhecimento político – direito ao trabalho, ao voto etc.
- 2) Um segundo momento, com o pensamento de Simone de Beauvoir (1980), também no nível da igualdade entre homens e mulheres – o direito ao voto foi conquistado somente em 1945, na França, portanto, as feministas que leriam Beauvoir em 1949 ainda tinham o discurso da igualdade, lutando contra narrativas dominantes.

- 3) E uma terceira etapa, que teria ocorrido já a partir de maio de 1968, com a reivindicação da ideia da diferença.

### **5.1.1 Dona de escola no Brasil**

Além de ter trabalhado em escolas para meninas no Rio de Janeiro, Julie Engell-Günther abriu sua própria instituição no interior de São Paulo, em Limeira, escrevendo sobre as experiências de suas alunas. Ao mesmo tempo, Julie tinha entre suas colaboradoras na escola ex-escravas, com as quais mantinha uma relação muito próxima.

Embora as mulheres jamais tivessem deixado de desempenhar papéis significativos na história, elas aparecem em tímidas biografias, descritas de maneira romântica e naturalizadas em posição de fragilidade. Suas presenças ignoradas passaram pelos principais movimentos do país, da Abolição da Escravatura à conquista do voto.

Sem dúvida, os movimentos femininos surgem a partir de mulheres com algum grau de instrução, mesmo que de forma autodidata. Não foi diferente com Julie Engell e Nísia Floresta que, como fez Mary Wollstonecraft, na Inglaterra, não apenas abriram escola para meninas como também fundaram novas formas de pensar a educação. Mulheres como elas tornavam públicas, por meio de diferentes formas de escrita - livros, cartas ou veículos alternativos - suas ideias sobre os sistemas educacionais. Na obra “Reflexões sobre educação de filhas”, lançado em 1786, Wollstonecraft criticava o estado de ignorância e dependência às quais eram submetidos os jovens, sugerindo uma reforma do currículo escolar.

Também como Julie Engell-Günther e Nísia Floresta, Mary Wollstonecraft escreveu textos políticos, criticando os sistemas de governo autocráticos, tráfico de escravos e injustiças de classe. Ideias, nascidas da Revolução Francesa, que estimularam Nísia Floresta a traduzir, no Brasil do século 19, o livro de Wollstonecraft “Em defesa dos direitos da mulher”.

Tanto Nísia quanto Julie trocaram cartas sobre a educação com pensadores do século 19. Julie, com Karl Kautsky. Nísia, com Augusto Comte. E ambas viajaram e tomaram conhecimento de outros sistemas educacionais. Enquanto Nísia foi para a França, onde permaneceu até o fim de sua vida, Julie fez o caminho inverso. Deixou a Europa para viver no Brasil. E mesmo tendo morado por dez anos no País, não pode ser considerada uma migrante por jamais ter planejado vir para o Brasil para ficar, como as famílias que tinham aderido às ideias de empresas

colonizadoras. Tendo, inclusive, uma imagem retrospectiva do Brasil, mesmo tendo voltado à Europa. Experiências tão marcantes que 13 anos depois viraram livro. “Noites de Natal no Brasil”, lançada em Berlim em 1862.

Uma das alunas teve uma relação tão próxima com Julie, citada por ela como Frau Gê, que chegou a acompanhá-la muitos anos depois de já ter retornado à Europa. A família de Anna Krug embarcou da Europa para o Brasil em setembro de 1852 para fundar o tradicional Colégio Florence, em Campinas. No Brasil, Anna pode ter sido a aluna mais aplicada de Julie. Talvez pelo interesse em comum com a educação, as duas parecem ter se tornado grandes amigas, encontrando-se em Berlim, de acordo com os registros de Anna em seu diário, guardado pela família.

Anna voltou à Europa com o marido em 1888, onde morreu aos 98 anos, 16 anos depois de Julie Engell-Günther. Por meio dos registros em seu diário, é possível perceber que havia amizade entre as duas:

Frau Gê era muito boa senhora, tinha a fim de aumentar a renda de seu marido fundado um internato, uma pensão onde parte das filhas do país como também estrangeiros recebiam instrução. Éramos internacionais. “Durante o dia, ensinava o ABC aos pequenos, porém à noite, era a minha vez.” E ainda hoje lembro com alegria das belas horas nas quais Frau Gê ensinava com prazer. Muitas vezes, durava até meia-noite, mas não nos causava cansaço. Línguas estrangeiras me davam muito prazer. Frau Gê sabia ligar a isso história e geografia e hoje estou muito agradecida por isso. Aqui quero apenas lembrar o quanto considero importante o estudo de línguas estrangeiras. Não é apenas o traduzir das palavras, não. É porque com isso você adquire facilmente grande parte cultural dos valores de respectivo povo (KUPFER, s.d., p. 19).

Nos textos escritos por Julie Engell, é possível constatar que a questão da etnia estava muito presente. Além da descrição de sua relação com uma escrava e sua dona, que trabalhava em sua escola, Julie também escreveu sobre um fato que chamou a sua atenção, naquela década de 1850 que passou pelo Brasil, em que as meninas filhas de fazendeiros africanos, que moravam em Portugal, vinham estudar em

sua escola, onde acreditavam que seriam menos discriminadas por parte dos outros estudantes e professores, como poderia ocorrer na Europa. No colégio de Julie Engell, elas recebiam uma educação de igual qualidade sem se sentirem confrontadas em sua cultura nativa.

Nísia Floresta também experimentava novos métodos de ensino, criticando o ambiente instrucional do Rio de Janeiro. Ela se opunha à comercialização do ensino por indivíduos “incompetentes” que, com frequência, abriram escolas de bela aparência, mas de pouca substância em seu interior (FLORESTA, 1989).

### **5.1.2 O paradigma da educação civilizadora**

A massa de analfabetos e a minoria de letrados coexistiam no mesmo Brasil Imperial. O fato de saber ler, no entanto, não significava, necessariamente a ida à escola. Mesmo muitos da pequena elite não tinham frequentado a escola durante a infância. Como o ensino formal de primeiras letras não era um fato social, aprendia-se em casa. Com a escassez de escolas, havia poucas opções de estudo. Muitas ficavam nos centros das cidades, mas sem facilidades de moradia para estudantes que viviam em longínquas fazendas (MARCÍLIO, 2005).

Nas famílias das elites, a falta de escolas formais foi preenchida pela educação nas próprias residências, quando os próprios pais educavam ou, em alguns casos, uma preceptora particular era contratada.

As crianças das classes razoavelmente abonadas não vão à escola pública porque seus pais têm, mais ou menos, o preconceito de cor ou porque temem, e com razão, pela moralidade de seus filhos, em contato com esta multidão de garotos cujos pais os enviam à escola apenas para se verem longe deles algumas horas. Deste modo, estas crianças aprendem melhor e mais depressa do que aquelas que frequentam a escola pública (JOSÉ RICARDO PIRES DE ALMEIDA, 1989, p. 90 apud MARCÍLIO, 2005, p. 57)

Embora fosse hábito enviar os filhos homens para estudar na Europa, especialmente na França e Alemanha, as filhas eram educadas na fazenda por uma preceptora desses mesmos países.

Receber educação de uma professora europeia e em casa era sinal de prestígio. Ao mesmo tempo, “evitava-se” que a criança tivesse

contato apenas com a mãe e escravas responsáveis pela casa. A mínima educação das letras, números e noções de etiqueta faria das meninas pretendentes ideais. Por isso, muitos anúncios circulavam tanto em jornais alemães como brasileiros para atrair educadoras dispostas a migrar em uma fase em que as famílias paulistas estavam lucrando com as fazendas de café.

Os modelos de disciplina e modernidade eram os mesmos que orientavam algumas professoras que vieram para o Brasil a fim de se tornarem preceptoras de famílias abastadas. A ideia de civilizar<sup>73</sup> não era somente de administradores, grandes empresários ou políticos de destaque. Muitos alemães, em diferentes posições da sociedade, pregavam seu projeto civilizador, seja em casa ou no espaço público do pequeno vilarejo.

Este mesmo objetivo guiava o trabalho da jovem professora Ina von Binzer, que relata em cartas suas experiências como preceptora – material que, mais tarde, virou livro: “Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil” (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994).

Não há como negar que o conteúdo produzido por perfis como Julie Engell-Günther e Nísia Floresta contrasta com o teor das cartas deixadas por Ina von Binzer, imigrante aos 22 anos para São Paulo e Rio de Janeiro, de 1881 a 1884, registrando sua passagem pelo País pelo pseudônimo de Ulla von Eck.

Dois trabalhos sobre as cartas deixadas por Ina von Binzer podem ser interessantes para análise dos pontos de vista da história da emancipação e da educação da mulher no Brasil. O primeiro deles foi escrito por Lisanea Weber Machado<sup>74</sup> (2010), que reflete o acervo de Ina como um documento de interculturalidade brasileiro-alemã.

E o outro ensaio sobre a prática epistolar de Ina von Binzer foi feito pela historiadora Lorena Féres da Silva Telles (2014). Sua dissertação que virou livro: “Libertas entre sobrados – mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)” apresenta a imagem da preceptora alemã sobre o processo Abolicionista. Suas perspectivas ajudam no entendimento da concepção eurocentrada de Ina von Binzer.

---

<sup>73</sup> ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

<sup>74</sup> MACHADO, Lisanea Weber. O romance epistolar de Ina von Binzer: um documento de interculturalidade brasileiro-alemão. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

Ina foi contratada por um fazendeiro do interior do Rio de Janeiro para trabalhar com seus filhos. Mas ela permanece apenas sete meses nesta casa, reclamando que sua saúde havia ficado frágil em função do enorme esforço que era atuar como educadora dessas sete crianças.

“Apanhei uma detestável febre palúdica que, aliada ao cansaço excessivo que me causa este emprego, principalmente devido às lições de música, me deixou pedagogicamente inutilizada.” (BINZER, 1994, p. 57, apud MACHADO, 2010, p. 64). A razão de sua saúde debilitada, segundo ela própria, era o ritmo acelerado de trabalho imposto pelos pais às crianças:

Eles querem engolir cultura às colheradas e nunca têm uma tarde livre, um dia desocupado nem muito menos uma semana de férias durante todo o ano (BINZER, 1994, p. 31, apud MACHADO, 2010, p. 64).

Outra característica que Ina von Binzer julgava irritante eram os ruídos no ambiente doméstico provocados pela família e empregados:

A casa inteira é barulhenta [...] Costumo dar aula de piano no chamado quarto de trabalho de dona Alfonsina [...] A dita sala de trabalho fica no centro da casa e diversos cômodos comunicam com ela: uma despensa, o banheiro, o dormitório das crianças... (BINZER, 1994b, p. 56-57, apud MACHADO, p. 65)

Cansada da rotina familiar, Ina consegue emprego em um liceu no Rio. Trabalho que também a deixa frustrada. Desta vez, as reclamações são em relação à falta de estrutura das salas e à necessidade de dividir a sala com outra professora, o que distraía as alunas, que já não eram disciplinadas. De acordo com ela, “um bando selvagem”.

A professora planejava colocar em prática um determinado método de ensino alemão inspirado em um autor chamado Bormann, o que não teria funcionado. Frustração tamanha que a fez abandonar o emprego em apenas três meses de trabalho.

Se as aulas na própria casa das alunas causava o desconforto da rotina barulhenta da casa, o ensino no liceu gerava outro grave problema, na opinião da professora: os frequentes atrasos, provocando uma distração ainda maior cada vez que a porta era aberta para que uma nova aluna atrasada entrasse.

O “bom” uso do tempo para a geração de renda é um preceito que a professora trazia da Europa, mas que para muitos brasileiros não fazia sentido. A mera transferência de experiências vividas em um lugar para outro trazia uma série de consequências para Ina von Binzer. Sem abertura para ouvir e compreender novas formas de vida, Ina parecia ficar apegada aos seus antigos modelos de existir. Cansada de impor seu paradigma às pequenas brasileiras e sem obter sucesso, ficava imensamente frustrada com a cultura que encontrava aqui. O julgamento do certo e errado, moderno e atrasado, bom e ruim certamente não ajudava no contexto educacional, que começava a nascer nas colônias.

O desânimo e a falta de reconhecimento, inclusive salarial, só vão embora quando a professora admite que deve incorporar ao seu método novas estratégias para a diversidade de suas alunas.

Reconheço ser indispensável adotar-se uma pedagogia aqui, mas ela deve ser brasileira e não alemã, calcada sobre modelos brasileiros e adaptada ao caráter do povo e às condições de sua vida doméstica. As crianças brasileiras, em absoluto, não devem ser educadas por alemãs; é trabalho perdido (BINZER, 1994, p. 87, apud MACHADO, p. 69).

Mas este novo fôlego parece não silenciar suas reclamações. Contratada pela família de Martinico da Silva Prado, Ina fica responsável pela educação de “seus romanos” – pois todos foram batizados com nomes de imperadores de Roma. Também desta vez, a professora fica horrorizada com o comportamento dos alunos.

Por certo que seu emprego de preceptora nesta casa também não iria durar muito. Logo, Ina von Binzer é dispensada pelo senhor Prado, que decide enviar os filhos a um colégio religioso. Segundo ele, não valeria a pena manter Ina como preceptora apenas para a filha, chamada Lavínia. E, por isso, ela também seria enviada para um colégio deste tipo.

A última fazenda onde Ina trabalhou no Brasil trouxe grata surpresa à professora. A família de descendentes de alemães possuía uma orientação educacional bastante semelhante a que ela pregava. Na casa do “senhor Sousa” e “dona Maria Luisa”, a preceptora afirmava que os escravos eram raros, já que a família era contrária à vida em cativeiro. Apenas alguns negros e negras faziam o trabalho doméstico, mas a produção de açúcar e algodão e o trabalho na serraria era feito por

homens livres. Em casa, as funções eram rigorosamente fiscalizadas pela dona Maria Luisa.

Os abismos sociais e os estilos de vida entre crianças negras e pobres chamaram muito a atenção de Ina von Binzer. Em sua prática epistolar, ela anota seu pensamento sobre escravos fugidos e ex-escravos destutelados, descreve que eles viviam pelas matas, saqueavam a vizinhança e eram “mais temíveis que os índios”. A eles juntavam-se “negros libertos e vadios que não querem trabalhar”, completava a professora alemã nas cartas que viraram livro (BINZER, 1994).

No interior, não há os mestres-escolas rurais como na nossa terra, e assim o fazendeiro ver-se-ia obrigado a selar 20 a 50 animais para levar os pretinhos à vila mais próxima, geralmente muito distante; ou então teriam de manter um professor especial para essa menina?... Essas questões apresentam diversas soluções, mas o fato é que ninguém aqui faz coisa alguma, de maneira que as crianças nascem livres, mas crescem sem instrução (BINZER, 1994b, p. 128, apud MACHADO, 2010, p. 73).

Ao deixar os “infernais” filhos de Martinho Prado e ingressar para as filhas de Francisca de Souza Barros e Bento Aguiar de Barros, “senhor Sousa” e “dona Maria Luisa”, ela começa a elaborar seu pensamento sobre as relações entre europeus e nativos.

Ina von Binzer não se restringiu à descrição sobre as desigualdades, também tecendo comentários sobre a política emancipacionista. Em 1882, Ina refletia sobre a crise do trabalho escravo e as reações das elites agrárias:

Conhecendo-se as condições aqui, não se pode estranhar a resistência dos grandes fazendeiros, repelindo por todos os meios a emancipação dos escravos. Onde irão obter trabalhadores? Os pretos libertos não permanecem nas fazendas [...] e os operários estrangeiros são em geral caros demais ou pouco convenientes. [...] A questão operária é, como em nosso país, muito complexa; apenas existe aí gente de sobra e aqui não há quase ninguém (BINZER, p. 127, apud TELLES, 2014, p. 32).

Sobre a situação da mulher negra, Ina von Binzer foi enfática:

As mulheres mais moças, principalmente as mulatas, são em sua maior parte moralmente perdidas, e sem dúvida alguma não irão procurar trabalho enquanto puderem viver de outra forma (BINZER, 1994, p. 156, apud TELLES, 2014, p. 36).

No modelo patriarcal, os domínios dos senhores de engenho, em que escravas e mulheres viviam encerradas em casa, passaram a ser exercidos a partir de novas formas de controle, desta vez, assentadas em contratos e salários – como se existisse um consentimento entre as partes. Era preciso aderir à prática do contrato, sinal mais evidente de que o País estava caminhando em direção ao exemplo de modernidade política e econômica ditado pela Europa, onde o modelo de trabalho era livre.

Mais do que transferir os afazeres da casa, ter uma grande quantidade de criadas era um sinal de distinção. Acostumadas ao estilo de trabalho paternalista, o trabalho livre do pós-Abolição foi, muitas vezes, percebido pelas elites como uma atividade sem controle e desordenada. Com isso, o trabalho doméstico se tornaria uma solução para os problemas da cidade com a chamada “vadiagem”. Manter a escrava em casa era uma maneira de controlá-la sob a autoridade privada (CARNEIRO DA SILVA, 2011).

### **5.1.3 Europeias em oposição às brasileiras**

A liberdade das mulheres brasileiras no contexto urbano é assunto da segunda parte de “Noites de Natal no Brasil” (1862). Para Julie, as mulheres que viviam em centros como o Rio de Janeiro eram submetidas às vontades do pai ou marido. Nas ruas, elas não eram vistas desacompanhadas, mas sempre com um séquito de serviçais negros e somente saíam de casa para ocasiões especiais, como festas de Igreja ou procissões. Enquanto que visitas, passeios e compras não eram permitidos (p. 226).

A chegada da República, a partir de 1890, reforçará a ideia do recato das famílias burguesas brasileiras (CEREZER, 2008). Além de interferir no planejamento de novas residências e no seu uso e saneamento do espaço urbano, o Estado passa a preocupar-se em moralizar práticas e “civilizar” a população a fim de povoar as ruas de

“cidadãos exemplares”. A garantia de decoro, certamente, viria do resguardar-se das mulheres dentro de suas casas, em seu papel privado.

Com uma vida urbana praticamente inexistente, no início do século 19, o Brasil mantinha um perfil de país agrário e escravista, regido por fazendeiros. Mesmo as meninas de quatro ou cinco anos não poderiam aparecer fora de casa sem a companhia de adultos. Tais posturas chamam a atenção de Julie Engell, que se pergunta como era possível pensar em um desenvolvimento intelectual entre o gênero feminino se as mulheres, por costume e tradição, estavam obrigadas a se manterem escondidas, reclusas, quase sempre, no interior de suas casas.

Um movimento contrário a este começava a se formar, chamando a atenção para as consequências do mal causado por esta reclusão, já que se tornava quase uma obrigação enviar as senhoritas de famílias abastadas para os colégios de meninas, onde receberiam uma educação adequada, acreditando que, desta forma, o problema estaria resolvido.

Especialmente no Rio de Janeiro, conforme os relatos da autora, os ingleses e franceses não tiveram dificuldade para estabelecer pensionatos para a educação de meninos e, depois também, para as meninas. Os franceses tinham a vantagem de possuir uma língua materna com mais interesse. Muitos alemães, porém, contou Julie Engell, com o seu costume peculiar de renegar o seu sentimento pátrio, mudavam até o seu nome para se passarem por ingleses, conseguindo mais alunos e alunas.

Com a educação em casa negligenciada, as classes mais elevadas no Brasil privilegiavam este tipo de escolas, apesar dessas instituições valorizarem mais o ensino de línguas do que outras disciplinas. Mas o problema ainda era o curto tempo para uma educação mais aprofundada. E um dos motivos apontados para isso eram os casamentos precoces.

Fortemente influenciada pelo poder patriarcal, a família colonial constituía-se como um grupo hierarquicamente organizado, formado pelo homem, sua mulher, concubinas, parentes e uma rede de compadrio que envolvia um sistema de obrigações e fidelidades, segundo uma relação de dominação – branco, homem, adulto (FUKUI, 1980).

Com a chegada da República, a família era vista como o núcleo que sustentaria a ideia de civilidade. E as elites regionais logo aderiram aos padrões sociais espelhados da Europa (ELIAS, 1994). Desde o século 18, o significado de família se transformava para o modelo como conhecemos até hoje, onde são obrigatórios valores como o amor entre marido e mulher, a maternidade, a imagem da mãe como um ser divino e do pai como grande responsável pela manutenção do lar (D’INCAO, 1989).

Seguindo o padrão estrangeiro, a primeira versão do Código Civil<sup>75</sup> brasileiro exprimia, em parte, o direito canônico, ou seja, recebia influência das leis e regulamentos criados ou adotados pela Igreja para a organização cristã. A regulamentação da capacidade de direitos de agir da mulher casada brasileira está exposta na antiga redação deste código (1804).

O art. 6 do Código Civil, na sua redação antiga, declarou incapazes os menores de 16 a 21 anos, mulheres casadas, pela duração da sociedade conjugal, os pródigos e silvícolas (eram liberados da tutela instituída pela legislação sobre a proteção para os indígenas à medida que eles se adaptassem à civilização)<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> O Código Civil brasileiro (1916) é composto – como o Código Civil do Império Alemão – de uma parte geral, que se dedica às pessoas, bens e fatos jurídicos, e de uma parte especial, voltada para o direito da família, coisas, obrigações e sucessões. Assim como os outros países latino-americanos, o Direito Civil Brasileiro faz parte do grande conjunto (ou família) do Código Civil de Napoleão. Antes de entrar em vigor, estavam em vigência as antigas leis portuguesas e do direito imperial. Na véspera de sua publicação, foram feitos inúmeros anteprojetos (entre 1855 e 1899), entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 1917, com revisão em 1919. Tiveram participação ativa em sua elaboração nomes como Teixeira de Freitas, Clovis Bevilacqua e Ruy Barbosa. (GOMES, Orlando. Raízes Históricas do Código Civil. São Paulo: Martins Fontes, 2003).

<sup>76</sup> Lembrando que o Código Civil brasileiro só concedeu à mulher casada plena capacidade de agir em 1962, com as novas disposições da Lei Federal brasileira n. 4121. Embora a lei de 1962 equiparasse os cônjuges em grande aspecto, o artigo 233 permanecia: “O marido é o chefe da família”, correspondendo ao artigo 213 do *Code Civil Français* (1942) e ao artigo 160 do Código Civil suíço. À mulher estava imposto o artigo 240, inspirado no 230, al. II, do Código Civil francês: a mulher deveria velar pela direção material e moral da família. O artigo 240 determina: “A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta”. Embora o artigo 380 estipulasse que o marido fosse o chefe da família durante o casamento e que esta função competia à mulher somente na falta ou impedimento dele, a redação de 1962 alterou esta visão para a seguinte redação: “Durante o casamento, compete o pátrio poder aos pais, exercendo o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade.” (DIAS, Maria Berenice. Manual dos Direitos das Famílias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007).

Mesmo depois das alterações, o Código Civil continua reconhecendo a família nuclear como a única forma válida. Em seu artigo “Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962”, Teresa Cristina de Novaes Marques (1999) questiona se a mudança de uma lei é uma consequência natural no processo social, já que os elaboradores do Código desconsideraram outros arranjos familiares. “Ao que parece, a lei foi concebida pelas elites para moldar um país ideal e não para ajustá-lo à sua realidade social”, considerou.

Da mesma forma, Muriel Nazzari (1991) também já havia refletido sobre a mudança no modelo de família no Brasil, passando de patriarcal para nuclear a partir do processo de modernização, no início do século 20. Mas como este processo foi entendido pelo movimento de mulheres?

Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil foram debatidos pelas feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPB) nos anos 1930. Incomodavam as mesmas questões levantadas pela Associação Geral de Mulheres Burguesas da Alemanha, em 1888, como as restrições que as impediam de aceitar herança ou de ter atividade profissional sem a autorização formal de seu marido.

Ao observar essas experiências políticas, Teresa Cristina de Novaes Marques (1999) considera que o ambiente político e cultural e a forma como o tema é tratado na imprensa, na literatura e em manifestações públicas contribuem para os processos de macro mudanças. Para ela, no caso das alterações no Código Civil Brasileiro, outro fator importante foi a atuação do movimento feminista. A existência de grupos organizados, com uma clara agenda pública, mostrou-se decisiva. Na época, a movimentação dos grupos feministas e as iniciativas da deputada Bertha Lutz (1894-1976) foram cruciais para uma mudança na condição legal e social das mulheres brasileiras.

Antes da Abolição da Escravatura, em 1888, da queda do Império, em 1889, e da extensão do Sufrágio a todos os homens; o Sufrágio Universal não poderia se constituir como uma questão de debate político no Brasil. Mas durante as primeiras décadas do século 20, um número cada vez maior de brasileiras instruídas defendia o voto feminino, uma bandeira já levantada no final do século 19, após a instauração da República, mas negada pelo Congresso Constituinte, em 1891. Organizações formais dos direitos da mulher surgiram, quando a causa do Sufrágio ganhou

certa aceitação entre setores da elite brasileira que tinham testemunhado a conquista do voto feminino na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, depois da Primeira Guerra Mundial (HAHNER, 2003, p. 29).

Embora a questão do Sufrágio estivesse contemplada já na primeira Constituição, proclamada por D. Pedro I em 1824, o voto feminino ainda não era um debate político no Brasil, nesta época. A elaboração da primeira Constituição Brasileira foi feita sem qualquer tipo de participação política popular. Foi neste mesmo período que foi oficializada a divisão dos poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário. Mas, ao mesmo tempo, o Imperador tinha o poder moderador de desfazer e anular as decisões tomadas por essas esferas.

O sistema eleitoral era composto de eleições indiretas, mas só poderia exercer o direito do voto homens com mais de 25 anos com renda mínima de cem mil-réis anuais. A Constituição de 1824 não mantinha qualquer compromisso com a isonomia ou a igualdade entre a população brasileira. Mesmo assim, a questão do Sufrágio Universal não entrou no debate político brasileiro antes da Abolição da Escravatura, em 1888, e do fim do império.

As organizações que lutavam por essas questões surgiram após a negação pelo Congresso Constituinte, em 1891. Nesta fase, a campanha pelo Sufrágio Universal não esteve ligada a nenhum movimento social ou partido político. As lutas estiveram vinculadas à classe média, que buscava uma mudança nas leis para garantir o voto das mulheres que já tinham alcançado o mesmo nível de educação que os homens. Seus objetivos não eram, portanto, revolucionar o papel da mulher na sociedade, de uma forma mais ampla.

Mas a campanha do Sufrágio no Brasil atingiu seu objetivo somente em 1932, com a liderança de Bertha Lutz. Nesta época, a bióloga já havia mantido contato com os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos e fundado a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922.

Em sua pesquisa, Teresa Cristina de Novaes Marques (1999) ainda destaca que os dados censitários relativos à participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil ao longo do século 20 mostram que as alterações legais não podem ser atribuídas a uma significativa absorção da população feminina no mundo do trabalho.

Apesar de reconhecer que fatores econômicos podem influenciar nas transformações das relações de gênero, a autora coloca que, desta

vez, esses fatores não parecem ter sido decisivos, já que os números, até os anos 1970, sobre a mulher no mercado de trabalho no Brasil mostram uma ainda pequena participação das mulheres.

É suficiente dizer que a lei podia ser usada a qualquer momento contra a mulher, especialmente durante crises conjugais. Parece claro que as concessões dadas às mulheres na lei de 1962 foram equilibradas com dispositivos pensados para preservar a estabilidade do casamento. Dito de outra forma, a reforma era moderna o suficiente para melhorar a imagem do país no exterior e, por outro lado, oferecer às mulheres de classe média a sensação de ganho parcial de autonomia. Ao mesmo tempo, a lei foi pensada para ser conservadora o suficiente de modo a reduzir a resistência da Igreja Católica (MARQUES, 2008, p. 485).

A ancestralidade das leis em vigência apresenta uma herança de desigualdade que pode ser percebida nos dados de hoje. As restrições estabelecidas à mulher quanto à sua capacidade empresarial, direitos sobre a terra, tutela e herança deixam claro que a “posição desejável” da mulher está no ambiente doméstico. A mulher deveria velar pela direção moral e material da família, de acordo com as primeiras versões do Código Civil no mundo ocidental.

## 5.2 COR E GÊNERO NO OLHAR DE ESTRANGEIRAS

A maioria das páginas de “Noites de Natal” (1862) aponta para uma preocupação com as questões de cor e gênero. Desde a primeira parte, das reuniões com suas alunas, no Rio de Janeiro, até os colóquios com os outros imigrantes, quando o assunto foi Liberdade, Classes, Abolição e Justiça.

Textos paralelos ajudam a entender as representações de viajantes sobre a presença dos homens negros e mulheres negras nos espaços públicos. De acordo com a antropóloga Ilka Boaventura Leite (1996), muitas delas passaram pela necessidade de exaltação da cor como elemento de diferenciação para escravos x europeus. As descrições tendiam a ficar confinadas aos termos “negros” e “brancos”. Ou seja, dizia-se “negros” tanto para escravos quanto para libertos; e “brancos” para todos os descendentes de europeus, independentemente de sua

origem. Já os “mulatos” aparecem como um grupo advindo da miscigenação entre estes, incluindo indígenas (BOAVENTURA LEITE, 1996).

A temática dos negros nos relatos de viagens seguiu o curso dos acontecimentos que marcaram a própria história do Brasil. Na Província de Minas Gerais, por exemplo, a Abolição foi assunto recorrente. Desde a exploração das minas, quando os negros aparecem nas questões de mão de obra, até o acordo com a Inglaterra (em 1827) para a extinção do tráfico, imigração, papel da mão de obra escrava para o País e a miscigenação (BOAVENTURA LEITE, 1996).

Os relatos de mulheres que escreveram sobre seus estranhamentos raciais não foram muito diferentes das narrativas masculinas. O primeiro exemplo que apresento é o de Victorine Emilie, que tornou-se baronesa de Langsdorff depois de casar-se com seu primo, Emile. Ao entrar para o ministério francês dos Negócios Estrangeiros, o barão de Langsdorff (1804-1867) foi enviado junto aos reis franceses para a corte imperial do Brasil, preparando o caminho para o casamento de François d'Orléans, príncipe de Joinville, com a princesa Francisca de Bragança, irmã de D. Pedro II.

O príncipe de Joinville desembarcou no Brasil pela primeira vez em 1838. O nobre ficou no Rio de Janeiro de 1º a 22 de fevereiro em visita ao imperador-menino dom Pedro II. A família nunca planejou morar nas terras que foram dote da princesa. O interesse era por áreas próximas à Guiana Francesa. O príncipe escreveu sobre as “maravilhas” naturais e teceu comentários sobre os dentes da realeza, mas pouco descreveu o ambiente de forma mais etnográfica.

A missão diplomática de casar o príncipe de Joinville com dona Francisca rendeu mais do que um diário escrito pela baronesa de Langsdorff, como também um retrato de como poderia funcionar a lógica matrimonial naquela da época.

Uma primeira edição do texto de seu diário foi publicada em 1954 pela Associação dos Amigos do Museu da Marinha, em Paris. Mas a narrativa da viagem dos barões de Langsdorff ao Rio de Janeiro para os preparativos do acordo de casamento entre a irmã de D. Pedro II e o príncipe de Joinville foi editado no Brasil, em 1999, pela Editora Mulheres<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> LANGSDORFF, Baronesa Emile de. *Diário da Baronesa E. de Langsdorff. Relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S.A.R. o Príncipe de Joinville, 1842–1843*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos e Marco Antônio

Embora os contextos daqueles 1842 e 1843 indicassem para uma monarquia já abalada e quase sem poder para ostentar uma suposta imagem de prosperidade, o diário da baronesa aponta que, além de ouvir seus conselhos de etiqueta, a princesa deveria ouvir as lições de história do príncipe de Joinville. Mas nada além disso, já que ele dizia se sentir “horrorizado por mulheres que se ocupavam da política” (LANGSDORFF, 1999). Ora, a clareza das palavras da baronesa não deixa dúvidas quanto ao que era esperado de uma mulher prestes a se casar.

O casamento era privilégio das brancas. As negras e mulatas no Brasil tinham uniões “esporádicas”, “temporárias” ou “não-legítimas”. Em seu livro “Antropologia de viagem” (1996), Ilka Boaventura Leite destaca esta característica a partir do relato do naturalista alemão Hermann Burmeister, que fez expedições científicas pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais em 1850, escrevendo “Reise nach Brasilien durch die Provinzen von Rio de Janeiro und Minas Geraës. Mit besonderer Rücksicht auf die Naturgeschichte der Gold und Diamanten” (“Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com especial atenção para a história natural de ouro e diamantes”):

Seu desejo (mulatos) nunca satisfeito de mulheres brancas, ou de homens brancos, quando se trata de mulatas, os faz aceitar toda espécie de relações. Nenhuma mulata moça resistiria à tentação de ser amiga de um branco e o sonho de todo mulato é seduzir, com seus encantos, uma mulher branca, por isso, aumenta o número de mulatos no Brasil (BURMEISTER, 1980, p. 244, 247, apud BOAVENTURA LEITE, 1996, p. 136)

Como objeto de desejo dos homens brancos, segundo Burmeister, as mulatas não costumavam casar, mas terem amantes, que chamavam de companheiros. Na análise de Boaventura Leite, portanto, os viajantes enaltecem os atributos físicos dessas mulheres, fixadas nos papéis aos quais estavam destinadas. As descrições da baronesa de Langsorff também valorizam o corpo da mulata, mas, de acordo com os padrões de beleza europeus.

No trecho a seguir, ela descreve o trabalho da manhã das empregadas na casa da senhora Saint Georges. Além do tratamento

conferido a elas na casa, com excessiva educação e doçura, a descrição cuidadosa dos aspectos físicos confirma a suposição de um “ideal de brancura”. Quanto mais próximas da família, mais consideradas “brancas” eram as “negras”. Aqui, a cor está relacionada aos comportamentos e moralidades.

As negras adultas entravam e saíam também com ar de perfeito desembaraço, sem temor de incomodar sua ama. Seu traje consistia em um camisolão drapeado e colocado com tanto desleixo que seus ombros permaneciam completamente descobertos e, por trás, pela abertura da roupa, viam-se as costas inteiras. Quanto às pernas, e sobretudo os pés, estavam nus. No conjunto, embora, na realidade, estivessem vestidas, pareciam, no entanto, não estar. Seus cabelos eriçados lembravam um novelo de lã extremamente espesso. Pregada no penteado, uma mimosa vermelha com todas as suas pétalas, cujo peso fazia inclinar o cálice para o lado. O brilho da flor, tão rico, não se transmitia, porém, aos seus tristes rostos, cujos traços, de uma irregularidade com o qual meus olhos não estão mais acostumados, pareciam-me também de uma profunda tristeza. Estava lá também Inês, a governanta; considerava-se branca. Embora parecesse mulata, sua patroa, que a estima, declarou-a inteiramente branca e a tem por companhia inseparável. (LANGSDORFF, 2000, p. 131)

Em mais uma das recepções oferecidas pela mulher descrita como senhora Saint Georges, a baronesa de Langsdorff relata o diálogo sobre uma mulher negra recém-chegada da África:

- De quem é esta criança, pergunta a baronesa?
- Ela o teve, creio, responde a senhora de Saint Georges, de um feitor que tivemos em casa.
  
- O que fizeram?
- Meu marido repreendeu o feitor.
  
- Ela sabia que tinha agido mal?

- Não. Ela não podia adivinhar: faz só um ano que está aqui.

- Ela não é cristã?

- Sim, foi batizada!

- Mas fizeram com que compreendesse o cristianismo?

- Não se pode, ela não sabe falar a nossa língua.

- De que parte da África ela é?

- Não sei.

- Como ela fala com os outros negros?

- Os negros não falam entre si, quando não vêm da mesma parte da África, e é muito raro que se encontrem dois que falem a mesma língua.

- Que língua ela fala com seu filho? Nunca fala com ele. Ela sabe português?

- Ainda não.

A posição das mulatas sugeria liminaridade. Apesar de transitar pelo “mundo dos brancos”, elas não poderiam pertencer a ele. Neste caso, bastavam o perdão dos “deslizes” da negra e a figura quase paternal do branco:

[...] Mais longe, aproximava-se de nós uma negra velha. Sem embaraço nem timidez, colocou-se entre o senhor de Saint Georges e mim; compreendia algumas palavras do francês e eu, um pouco do seu português. Falava, interrompia-nos e escutava sem o menor acanhamento. Batendo-lhe no ombro, a senhor de Saint Georges me disse:

- Eis aqui uma brava mulher! Educou minha mulher e seus irmãos e, agora, ela é livre. Quando jovem, sempre foi virtuosa, foi o que disse a todo mundo.

A negra pôs-se a sorrir.

O senhor de Saint Georges replicou, também rindo:

- Digo isto, mas será que estou certo? Não haveria alguns pequenos deslizes, bem antigamente?

A negra replicou, rindo ainda mais:

- Jamais, pela graça de Deus, e agora estou muito contente por isso. Tudo era inexplicável para mim. Desejaria que alguém me fizesse entender porque razão havia, ao mesmo tempo, negras como a que vira há pouco e esta que vi então. (LANGSDORFF, 2000, p. 182)

As narrativas que humanizam a figura dos negros não eram regra. Ao contrário da imagem trazida pela baronesa de Langsdorff, de beleza e ternura, a austríaca Ida Laura Pfeiffer (1797-1858), que fez seu primeiro roteiro para a América do Sul em 1846, aos 45 anos, compara negros que viviam no Rio com “cachorros doentes”.

[...] verdadeiramente repulsivas são as pessoas que a gente encontra – quase interminavelmente apenas negros e negras, com os narizes achatados e feios, os lábios grossos e cabelos curtos e crespos. Além disso, estão em sua maior parte nus, cobertos com trapos miseráveis, ou estão enfiados em roupas gastas de forma europeia de seus senhores. A cada quatro ou cinco destes pretos encontra-se um mulato, e somente aqui e ali aparece luzindo um branco. [...] O quadro se torna ainda mais repulsivo com as frequentes enfermidades que se percebem por todas as partes, entre as quais especialmente a elefantíase degenera em horríveis deformações dos pés; também não faltam cegos e outros males. A feiúra generalizada estende-se até mesmo aos cães e gatos que circulam em grande número nas travessas – estes também são na maioria sarmentos, ou cheios de feridas e bernas (PFEIFFER, 1850, v.1, p: 32-33, apud MONTEZ, 2011, p. 4-19).

Ida Pfeiffer (1850) foi enfática ao afirmar que os escravos não poderiam ser comparados aos brancos. Para a viajante austríaca, eles poderiam ser considerados como uma transição entre “o macaco e o gênero humano”, demonstrando sua adesão às ideias evolucionistas do

século 19. Ida demonstra ser a favor da Escravidão ao escrever em “Eine Frauenfahrt um die Welt” (1850) (“Uma viagem de mulher por todo o mundo”) que os negros deveriam ser acorrentados como em antigos Estados despóticos, “pois o despertar deste povo poderia ser terrível”.

A palavra “despertar”, aqui, pode ser entendida a partir de outro significado. Estar “acordada” é assumir uma postura livre para o mundo, um direito que não era concedido às mulheres negras. Muitos foram os “confrontos” entre as devotas e as negras livres, escravas e ex-escravas que passavam em frente à Igreja com seus trajes “luxuosos” ou “provocantes”. Em carta escrita ao rei de Portugal, o bispo do Rio de Janeiro pede providências contra as “pretas, pardas e, ainda, mulheres de outra cor”:

[...] tanto que anoitece (...) [elas saem à noite] dilatando-se por elas a maior parte da noite sem temor de Deus, nem vergonha do mundo e ainda com consentimento dos seus donos, que vendo-se vestidas, e enfeitadas com as ofensas de Deus, não o encontram, e nem se pejam, que suas mulheres de dia se acompanhem à missa das escravas, que ofendem a Deus de noite (Carta do bispo do Rio de Janeiro [Francisco de São Jerônimo] ao rei, de 20 de setembro de 1702. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio de Janeiro, caixa 13, doc. N. 2666 apud LARA, 2000, p. 183)

Nas linhas seguintes da carta, o bispo pedia ao rei que todas as “escravas ou livres” fossem impedidas de circular nas ruas após o toque do sino. Caso a regra não fosse seguida, elas estariam sujeitas à prisão ou multa. Uma última advertência é feita na correspondência. Estava proibido a elas o uso de “sedas, garças, e trazerem ouro, mais que as publicamente expostas, porque estes enfeites que vêm em outras, as move poderosamente a imitá-las nos erros”.

Para a pesquisadora do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura da Unicamp, Silvia Hunold Lara, as vestimentas, tecidos e adornos eram lidos como símbolos da presença ou ausência de riqueza e poder, podendo representar comportamentos recatados ou escandalosos, de domínio ou submissão. Ao lado da cor, poderiam indicar hierarquias sociais. Ou seja, símbolos de luxo e poder em um corpo branco poderiam significar luxúria e sujeição em um corpo de pele mais escura (LARA, 2000, p. 183).

### 5.2.1 Cumplicidades

Um ano antes da definitiva Abolição da Escravatura, em maio de 1888, a cidade do Rio de Janeiro, um reduto abolicionista, com total aproximado de 500 mil habitantes, não tinha mais do que 7,5 mil escravos, enquanto a Província de São Paulo, com cerca de 1 milhão de habitantes, tinha 107.329 escravos (HAHNER, 2003).

Além de escravas, havia mulheres livres e pobres, lutando para comer, lavando roupas em rios, ou eram domésticas, cozinheiras, amas-de-leite, costureiras ou vendedoras ambulantes. O gênero, a etnia, a ocupação e a localização ajudavam a determinar como seriam as características de suas vidas.

As escravas, por exemplo, poderiam ser violentamente separadas de seus filhos para servirem de amas-de-leite, estando sujeitas a violência sexual. Apesar de tudo isso, algumas delas ainda conseguiam construir suas vidas pessoais, encontros com amigos ou ritos religiosos.

Nos processos das campanhas Abolicionistas, algumas mulheres levantavam fundos para a libertação dos escravos por meio da promoção de encontros como audições de piano ou canto lírico. Mas não participavam do debate público. Outras fundaram suas próprias sociedades abolicionistas. Luísa Regadas, no Rio de Janeiro, ou Leonor Porto, presidente da Ave, Libertas!, em Recife, escondiam escravos fugidos em suas casas. As editoras de jornais Amélia da Silva Couto e Francisca Dinis publicavam declarações abolicionistas. Como se vê, as brasileiras também se engajaram nas causas étnicas, principalmente nos momentos mais críticos da Escravatura.

É importante perceber que, em certos lugares do Brasil, os escravos eram mais numerosos do que os trabalhadores livres. Stanley J. Stein e Barbara H. Stein calcularam que a população escrava brasileira de 1820 era de cerca de 2 milhões ou dois terços da população total<sup>78</sup>.

Os baixos preços do tráfico negreiro faziam aumentar o fluxo de entrada de escravos no País. Eles podiam ser vistos em abundância nas principais cidades<sup>79</sup>. Em 1849, pouco antes da importação dos africanos

---

<sup>78</sup> The colonial heritage of Latin America (Nova York, 1970), p. 294-296 apud CONRAD, p. 7, 1978.

<sup>79</sup> Embora houvesse mais mulheres do que homens na contagem da população livre; Julie Engell chama a atenção, em “Noites de Natal...” (1862), para o fato de que as mulheres eram minoria entre os escravos. De acordo com a sua opinião, contribuía para isso o fato de que os homens livres brancos ou mulatos seguiam uma rotina de arriscadas viagens por regiões inabitadas e de difícil

ter terminado, a população do Município Neutro, em grande parte urbano, a cidade do Rio de Janeiro e arredores, incluía cerca de 156 mil pessoas livres e 110 mil escravos; 23 anos mais tarde, os 48.939 escravos do mesmo município ainda representavam quase 18% da população, de acordo com dados do “Correio Mercantil” do Rio de Janeiro, edição de 7 de janeiro de 1851<sup>80</sup>.

A relação entre mulheres brancas e mulheres negras poderia ser de muitas gradações, variando de extremos como uma convivência muito próxima ou seguida de castigos. Algumas estabeleciam laços íntimos, como pentear os longos cabelos da mulher de seu arrendador. E na hora de tirar os piolhos: um cafuné também surgia. Elas podiam se sentar lado a lado e fazer juntas tricô. Mas a camaradagem poderia se transformar em ódio ao mínimo sinal de desobediência. Muitas eram perseguidas pelos capatazes, tinham o rosto marcado a ferro ou eram chicoteadas até a morte por saírem com os homens brancos ou engravidarem deles (HAHNER, 2012).

Diferente da relação entre a branca portuguesa e a escrava, o contato entre Julie e sua “colaboradora” na escola para meninas em SP, a Rosaura, era de cumplicidade (talvez por Julie também estar no País na condição de trabalhadora).

A história desta proximidade foi contada por Julie no artigo “Vida de escravos no Brasil”<sup>81</sup>, publicado em 1901<sup>82</sup>. E os relatos parecem representar acontecimentos realmente vividos por elas.

acesso, podendo morrer cedo, por acidentes em trânsito ou por doenças adquiridas nos trajetos. As mulheres, pelo contrário, ficavam em casa até alcançar idades avançadas. Já a explicação para o baixo número de mulheres escravas começava no tráfico, já que a preferência era por africanos, homens com força e saúde para produzir muito em pouco tempo. Embora a escassez de mulheres fizesse com que menos crianças nascessem no Brasil, ainda assim, o pouco tempo que as escravas tinham para cuidar dos/as filhos/as fazia aumentar o índice de mortalidade entre recém-nascidos/as.

<sup>80</sup> Dados do recenseamento da população, XXI, 58-59, citados por Robert Conrad no livro “Os últimos anos da escravatura no Brasil” (1978).

<sup>81</sup> “Vida de escravos no Brasil” foi traduzido por Elke Dislich. ENGELL-GÜNTHER, Julia. Aus dem Sklavenleben Brasiliens. In: Helvetia. Monatsschrift zur Unterhaltung und Belehrung des Volkes, Basel, Verlag Robert Weber, 1901, p. 252-261. Disponível em <http://www.martiusstaden.org.br/conteudo/detalhe/116/julia-engell-gunther-1819-1910>. Acesso em 9 de outubro de 2015.

<sup>82</sup> Primeiras versões deste item 3.3 foram publicadas na Revista *Ártemis*: SCHLINDWEIN, Izabela Liz; GROSSI, Miriam Pillar. “Relações de gênero e

Em carta, Rosaura, mulher negra presa e condenada, pedia a Julie que entrasse em contato com o padre da paróquia para ajudar “sua ex-dona” Brandina, que também estava em situação de miséria. O salário de Rosaura era a única fonte de renda de dona Brandina – agora vivendo em situação crítica. Os rendimentos de Rosaura eram pagos por Julie, que costumava remunerar, além do acordado, uma quantia a mais (provavelmente pelo trabalho em sua escola, em Limeira, interior de São Paulo)<sup>83</sup>.

A carta com reclamações de Brandina provoca em Julie Engell a vontade de falar sobre a situação das casas de detenção, sobretudo quando se tratava da punição de uma mulher negra. E ela não deixa de ir ao encontro de dona Brandina, após receber a correspondência, descobrindo que a mulher, sem amigos, morava em uma precária cabana. No diálogo descrito, a própria Brandina reclama:

Senhora dona, como sou infeliz! Perdi tudo, e já fui muito rica, como vossa senhoria bem sabe. Do meu pai, recebi um dote de dez escravos e quatro escravas, quando me casei, e um belo sítio, do qual podíamos viver muito bem; mas meu marido, – que Deus me perdoe – já que está morto, devo confessar-lhe que perdeu tudo no jogo, menos a Rosaura, que não puderam tomar de mim porque me foi legada em testamento – e agora veja... (ENGELL-GÜNTHER, 1901, p. 1)

Logo em seguida, a carta revela que Rosaura tinha sufocado e matado o próprio neto recém-nascido, sendo condenada por causar “perdas” ao “dono” da fazenda e de sua filha. Dona Brandina atribui o ato injustificável de Rosaura a um comportamento “típico” de “pessoas negras”:

Pois, veja bem senhora dona, é esse o infortúnio no nosso País: não existem mais negros bons para

---

interétnicas no Brasil da jornalista que mais publicou no Freidenker, jornal americano das livres pensadoras alemãs do século 19”. In: Comemorando os 20 Anos da REF, João Pessoa: Ártemis. vol. 15, Jan-Jul. 2013.

<sup>83</sup> Estes episódios podem ter ocorrido a partir de 1852, quando o engenheiro Günther foi contratado pelo governo da província para instalar a iluminação pública a gás e onde Julie Engell fundou uma escola e internato para meninos e meninas (DISLICH, 2009).

o trabalho. Quando são tolos e ignorantes, não servem para trabalhar e quando são hábeis e esforçados, não querem mais ser escravos e cometem tolices (ENGELL-GÜNTHER, 1901, p. 2).

As linhas seguintes da fala de dona Brandina indicam a diferença de valor entre as meninas negras e os meninos negros, fator determinante para a pena estabelecida a Rosaura:

Ora, senhora, vossa senhoria sabe muito bem o que vale um escravo, principalmente agora, quando se tem tão poucos à disposição, desde que eles não podem mais ser importados. Infelizmente, no caso da criança, tratava-se de um menino, que pode ser vendido por um preço muito mais alto que o de uma menina e, portanto, levará muito mais tempo para que seu valor seja ressarcido com trabalho (ENGELL-GÜNTHER, 1901, p. 6).

É quando Julie Engell vai visitar Rosaura em seu cárcere que descobre que a pobre escrava confiou ao cônego Cypriano um dinheiro, todo mês, para que não faltasse nada a sua dona. Valor este que poderia ser resgatado para o bem-estar dela. Dessa forma, ela pôde ser libertada, voltar à sua antiga dona e trabalhar para ela na sua própria residência, o que representava a realização dos seus melhores sonhos.

Em 1871, a emancipação das crianças recém-nascidas de mulheres escravas indicava para o fim da Escravatura. A lei era complexa, já que se buscava contemplar as demandas dos críticos da Escravatura sem ferir os direitos dos donos de escravos. Assim, pretendia-se dar um passo adiante para um sistema de trabalho livre sem causar uma mudança imediata na agricultura ou nos interesses econômicos (CONRAD, 1978).

A Lei do Ventre Livre, ou Rio Branco, tinha a intenção de tornar livres as crianças recém-nascidas de mulheres escravas, obrigando seus senhores a cuidar delas até os oito anos. Os donos dos escravos podiam escolher entre receber do Estado uma indenização ou usarem o trabalho dos menores até os 21 anos.

Pela primeira vez os escravos teriam direito a guardar as economias adquiridas como presentes e heranças ou mesmo produto de trabalho. Com esses recursos, poderiam comprar sua própria liberdade.

A lei também previa que os escravos libertos permanecessem sob a supervisão do governo por cinco anos, com a obrigatoriedade de contratar seus serviços. A partir do *Ventre Libre*, ainda, foi possível que houvesse um registro nacional de todos os escravos, incluindo sua ascendência (CONRAD, 1978).

## 6. LIVRO DE UMA MULHER VIAJANTE

### 6.1 APRESENTAÇÃO DO LIVRO “NOITES DE NATAL”

Imagem 16: Capa original do livro “Noites de Natal no Brasil” (edição 1862)



“Noites de Natal no Brasil”<sup>84</sup> é um livro publicado em 1862 para jovens alemães (como referido no próprio subtítulo do trabalho). A obra é resultado dos dez anos vividos por Julie Engell-Günther<sup>85</sup> no Brasil (1849-1859), quando descreve as tensões entre colonos alemães e nativos no Sul e os primeiros passos da educação no Sudeste – no período de pós-Revolução de 1848.

A narrativa editada três anos após o seu retorno à Europa está dividida em subtítulos (um por página), que referem-se a sua passagem e permanência pelo Sul e Sudeste brasileiro, como consequência de pesquisa, leitura e experiências vividas como viajante recém-chegada ao Rio de Janeiro (Mathilde), imigrante na Colônia Dona Francisca (Martha) ou professora que retorna ao Rio (Elisabete).

Impresso pela editora Julius Springer<sup>86</sup>, com 337 páginas, o livro é ilustrado com quatro gravuras de Haun<sup>87</sup> e está dividido em três partes:

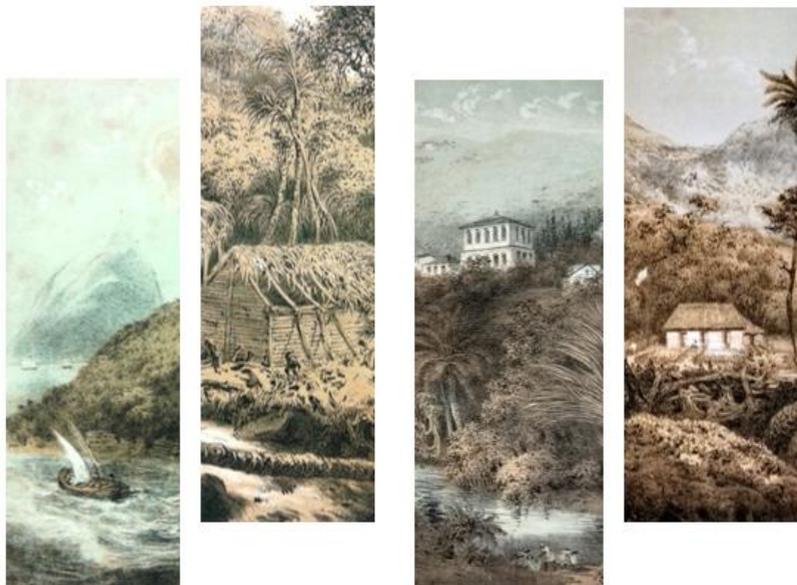
<sup>84</sup> GÜNTHER, Julie E. Weihnachtsabende in Brasilien. Deutsch-brasilianisches leben und treiben. Für die reifere deutsche jugend. Berlin, Verlag von Julius Springer, 1862.

<sup>85</sup> No livro original, a autora assina como Julia Engell-Günther, provavelmente pelo fato de estar no Brasil.

<sup>86</sup> Editora não existe mais com o mesmo nome.

“Primeira Noite de Natal no Brasil”; “Segunda Noite de Natal no Brasil” e “Terceira Noite de Natal no Brasil”.

Imagem 17, 18, 19 e 20: ilustrações das páginas internas. Da esq. para a dir. (segundo as legendas originais): Igreja Nossa Senhora da Glória (porto do Rio); “Palácio Thionville”; Quinta de São Cristóvão (Rio) e a primeira casa da colônia (D. Francisca)



Nos textos que Julie escreveu entre 1860 e 1902, o Brasil aparece de uma forma muito própria. Outra obra sobre o nosso continente, que mereceria ser analisada, é o seu romance não publicado “Unterm Wendekreis des Steinbocks”, ou “Sob o Trópico de Capricórnio”. Em carta a Karl Kautsky (datada de 11 de fevereiro de 1883), Julie expressa seu estímulo em escrever sobre o País:

ninguém é capaz de descrever o Brasil da forma que eu aprendi a fazê-lo após dez anos de permanência nesse país, pois tenho certeza de que todos aqueles turistas e comerciantes que por lá

<sup>87</sup> Somente a partir do sobrenome Haun, não é possível identificar a autoria dos desenhos. Ao mesmo tempo, não descartamos a possibilidade de as imagens terem sido feitas pela própria autora do livro.

passaram, não o conheceram como eu o conheci, que tive que ganhar o meu pão naquelas paragens. Além disso, eu o vi com o coração, não me deixei iludir e enganar por adulações, como costuma acontecer com tantos homens sabidos<sup>88</sup>

A primeira parte de “Noites de Natal...” é marcada pela descrição de ambientes e apresentação das alunas que frequentam o Colégio da d. Fortunata (p. 7, 8, 9). O que é uma chácara? (p. 18, 19) Uma varanda? (p. 20) Ou um pomar brasileiro? (p. 27, 29) Os cenários de uma típica vivenda no campo vão sendo desenhados pelo olhar da estrangeira.

A recepção da aluna Amanda em casa pelos pais, irmãos, agregados e escravas é tema das primeiras descrições (p. 21). Mas é no registro das primeiras conversas entre Amanda e suas colegas que são introduzidas categorias como Território/Classe, Escravidão/Negritude e Indígenas/Brasileiros (p. 36 a 92).

As questões de gênero estão implícitas, principalmente, nas discussões sobre as diferenças entre o futuro escolar de um menino e de uma menina. Já as categorias Imigração/Memória ficam mais evidentes quando o assunto é Natal (p. 54 a 87).

As primeiras dúvidas e opiniões das crianças sobre Território/Classe, Escravidão/Negritude, Indígenas/Brasileiros aparecem em linguagem adaptada a suas idades (não mais de 13 anos). As religiosidades e festividades dos/as africanos/as, o trabalho forçado em oposição à liberdade, os/as índios/as selvagens, coroados e bugres são temáticas recorrentes.

A segunda parte está voltada para a rotina dos colonos Martha e Arthur, primeiros movimentos para a fundação da Colônia D. Francisca e diálogos com outros/as colono/as e brasileiros/as.

São aspectos candentes a dificuldade no aprendizado da língua (p. 160); a falta de escolas (p. 168); a luta entre imperialistas e republicanos em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul (p. 167); as adaptações aos costumes brasileiros, principalmente alimentação e acomodações (p. 171); aspectos da geografia; e clima (p. 99, 103, 114, 116, 117, 124, 172).

---

<sup>88</sup> Trecho extraído da minuta da conferência da professora Schöck-Quinteros durante evento (6 e 7 de junho de 2003) em homenagem ao aniversário de 60 anos de Dirk Hoerder. In: Correspondência entre a profa. Eva Schöck-Quinteros, da Universidade de Bremen, e Joachim Tiemann, do Instituto Martius-Staden, trocada entre 15/11/2002 e 25/09/2003, arquivada na Pasta G IV b como Doc. N° 336 deste mesmo Instituto.

Esta segunda parte apresenta a história e política brasileiras, o esforço pela adaptação e o reconhecimento de que sem a ajuda dos brasileiros nada poderia ser feito pelos imigrantes. O primeiro encontro de Martha, vestida de homem e armada, com indígenas seminus na costa (p. 205, 206, 207), é um dos momentos mais emblemáticos.

As questões de gênero estão mais concentradas nas conversas entre as mulheres colonas, enquanto aguardam a chegada dos maridos para a Ceia de Natal (p. 128 a 134), nas especulações sobre a lenda das Amazonas (p. 177 a 180), no estranhamento ao comportamento servil e à falta de sociabilidades das mulheres portuguesas/brasileiras que viviam no Rio (p. 185 e 186).

A terceira parte é protagonizada por Elisabete. Aqui, são fundamentais os diálogos entre Roberto e os outros colonos, que refletem sobre questões como os contratempos para o “desenvolvimento” da colônia (p. 100, 312), Liberdade (p. 327), fidelidade escrava (p. 307 a 310), falta de divisão do trabalho no Brasil (p. 315) e formação da classe média brasileira (p. 317). Outra perspectiva que chama atenção é a preocupação em situar os contextos históricos e políticos brasileiros, com ênfase para acontecimentos que envolvem o Império e os processos de Independência (p. 230 a 279).

A rara vida social das mulheres portuguesas/brasileiras nas cidades (p. 226), os casamentos precoces (p. 227) ou a necessidade do casamento (p. 286) retornam às páginas finais, assim como a Violação ao Direito da Defesa do Lar (p. 288).

A narrativa do encontro com Pedro II em seu cortejo inclui a descrição do cerimonial palaciano e comentários sobre sua personalidade, percebido pela autora como aquele que “está preocupado em procurar a sua honra em ser um homem conciliador, inteligente, de boa índole e o melhor amigo de seu próximo” (p. 298).

### **6.1.1 Autoria e alter-ego**

Quando escreve sobre sua passagem pelo Brasil, Julie Engell lança mão de três personagens, que se relacionam com outros grupos. Como Mathilde, na primeira parte, seu “outro eu” (ZIMERMAN, 2012) é uma professora que vive no Rio, passando a noite de Natal a observar o movimento de viajantes como ela.

Já Martha, seu “segundo duplo”, é uma “mulher de colono”, como ela mesma escreve, que vive no Sul do Brasil a enfrentar os desafios do início da vida conjugal. É nesta fase que Hermann Günther passa a fazer parte do enredo, como Arthur. Na maior parte das vezes, é

ele quem tem agência. É aquele que sai para longas viagens, com outros homens, a deixar as mulheres aflitas pelo seu retorno. Julie apenas assume o protagonismo no enfrentamento aos “selvagens da Costa”, logo ao chegar à Colônia Dona Francisca (p. 205).

Na terceira parte do livro, o inconsciente de Julie parece estar refletido em Elisabete, que, da mesma forma, continua vivendo como uma imigrante. Com Roberto, faz da atmosfera da ceia de Natal o ambiente para um verdadeiro colóquio, onde é possível falar sobre assuntos densos, como liberdade e Justiça no Brasil.

a) Alter-ego Julie Engell-Günther:

- Mathilde (primeiro alter-ego de Julie): professora alemã que trabalha na escola da portuguesa d. Fortunata e passa um tempo na chácara de Amanda com outras alunas. Atenciosa, responde a perguntas das crianças sobre os jeitos de viver na Europa e suas primeiras impressões sobre o novo país (p. 7 a 97).
- Martha (segundo alter-ego de Julie): esposa de Arthur (alter-ego de Günther), o “primeiro” colono. Ela é a imigrante alemã que espera o marido chegar após a tempestade junto com as outras mulheres de colonos. É citada, principalmente, a partir do seu papel doméstico e na relação com as crianças (p. 99 a 226).
- Elisabete (terceiro alter-ego de Julie): mulher de Roberto. Também é descrita no espaço doméstico, organizando a ceia de Natal, presenteando as crianças ou interagindo com os animais (p. 226 a 337).

b) Alter-ego Hermann Günther:

- Arthur: marido de Martha. Participa de diálogos sobre Escravidão, gênero, liberdade, imigração, direito à propriedade com Herbert, Walter e Érico (p. 148).
- Roberto: marido de Elisabete. Circula tanto nos diálogos com a esposa quanto com os demais imigrantes que festejam a Noite de Natal em sua casa (p. 226 a 337).

Se Mathilde, Martha e Elisabete são o alter-ego de Julie Engell-Günther e se Arthur e Roberto são os personagens que representam Hermann Günther, quem seriam os personagens Kitty, Agathe, Érico, Herbert e Walter – presentes na segunda parte do livro? A partir da leitura e interpretação de documentos paralelos, como a crônica publicada em 1889 em um anuário suíço<sup>89</sup>, por Julie, é possível entender quem estava citado/a na segunda parte de “Noites de Natal”, quando a questão da ocupação da Província de Santa Catarina é problematizada. E mesmo a obra “História de Joinville, Crônica da Colônia Dona Francisca”, de Carlos Ficker (1965), contribui para aclarar contextos.

Conforme o autor de Joinville detalha, baseado nos primeiros relatórios e textos da época, Günther não havia chegado à Colônia D. Francisca sozinho. A primeira expedição era formada por nove passageiros a bordo do patacho costeiro “Dous Irmãos”. Além de Louis François Léonce Aubé (vice-cônsul da França em Santa Catarina e representante do príncipe e da princesa) e seu cozinheiro Louis Duvoisin, estavam mais duas famílias contratadas por Günther no Rio de Janeiro para formar o primeiro núcleo colonial: Peter Schneider (lavrador de 26 anos), Maria Catharina (mulher de Peter), Catharina Schneider (filha do casal), Ewert Sebastian von Knorring (lavrador de 33 anos), Augusta Sophia von Knorring (mulher dele) e Mathilde Elisabeth von Knorring (filha recém-nascida) (FICKER, 1965).

Apesar dos primeiros casais serem descritos no livro de Carlos Ficker como lavradores, no anuário publicado na Suíça, Julie apresenta outras informações, lançando pistas sobre quem poderia ser a baronesa Agathe e o barão Érico de “Noites de Natal”:

Uma delas [imigrante] havia sido criada particular da Baronesa K., e nessa função ganhara afeto do filho da mesma, acompanhando-o como sua esposa na viagem para o Brasil, apesar de que ela, bem como seu marido, provavelmente não tivessem se dado conta das dificuldades que representa uma vida na selva. [...] Menos ainda, a mulher de P. conseguia conformar-se com as novas condições. Assim como ele, a senhora P.

---

<sup>89</sup> Tradução feita por Elke Dislich em 25/04/2011, no contexto do Grupo de Pesquisas Rellibra, da USP, e concedida para a pesquisa. *Commerciellen Gesellschaft* (Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central), Bd. IV, 1889, pg. 69-80 (Arquivo do Instituto Martius-Staden São Paulo)

deixava o lugarejo onde havia nascido e crescido pela primeira vez (ENGELL-GÜNTHER, Julie. Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central, Bd. IV, 1889, pg. 69-80. Arquivo do Instituto Martius-Staden São Paulo).

A situação, porém, mostrou-se tão preocupante que os primeiros colonos mudaram-se para São Francisco do Sul. Somente “o engenheiro G. e sua Lili teriam permanecido no assentamento para demarcar território, com medo de que os indígenas tomassem o que já havia sido construído”, ainda de acordo com os dados do anuário.

É também neste documento que Julie desabafa sobre os primeiros desafios que essas famílias passaram no início da colônia, dificuldades enfrentadas com tiros de espingardas para o alto para intimidar os “selvagens” que poderiam atacar o primeiro assentamento.

Segundo seus relatos, os cães de guarda não conseguiram afugentar os índios, sendo necessário que alguém montasse guarda nas proximidades da colônia. Esta atividade era auxiliada pelo caçador de tigres, “François, que, em Paris, havia sido um aguadeiro (vendedor e distribuidor de água) e não tinha medo de enfrentar qualquer silvícola com sua longa espingarda em punho”. E, por fim, segundo dados do anuário suíço, as famílias ainda contaram com as forças militares brasileiras, que obrigaram os indígenas a se retirarem do local.

O “ataque” de indígenas narrado por Julie Engell no anuário suíço de 1889 não era exatamente uma novidade naquela região. Outros confrontos foram registrados, como o que teria ocorrido em 1836, segundo o livro “História de Joinville – Crônicas da Colônia Dona Francisca”, de Carlos Ficker. Mas o caso mais marcante teria acontecido bem depois disso, em 25 de novembro de 1873, quando “assassinaram o Sr. Lenschow, sua esposa e uma menina de sete anos. Enquanto que os outros três filhos, de 12, quatro e um ano e seis meses, conseguiram escapar pela roça, esconderam-se na mata e sobreviveram”, contava a edição de 29 de novembro de 1873, do “Kolonie Zeitung” (Arquivo Histórico de Joinville).

Guaranis, Xoklengs e famílias luso/brasileiras já viviam no litoral Norte de Santa Catarina desde o século 17. Em 1660, São Francisco do Sul era uma vila com certo movimento (conforme a própria Julie conta em “A cidade portuária”, p. 115), a partir da idealização das sesmarias concedidas por autoridades portuguesas (OLIVEIRA, 2007).

Assim como os imigrantes se sentiam ameaçados pelo que consideravam “estranho” à sua cultura, os próprios nativos também

viviam em constantes conflitos territoriais. O fim do século 19 e início do 20 foi atravessado por histórias de violência contra aldeias em Santa Catarina. Crianças Xokleng eram levadas para as cidades, onde viviam os imigrantes alemães do Vale do Itajaí (COELHO DOS SANTOS, 1997; KOK, 2001).

Os estudos do antropólogo e indigenista Sílvio Coelho dos Santos apontam que os “bugreiros”, contratados pelos próprios imigrantes, governos e agentes colonizadores, desenvolviam a atividade de “caçadores de índios”. As tropas de bugreiros eram compostas por cerca de 8 a 15 homens, que faziam expedições por todo o Estado de SC, atuando sob o comando de um líder.

Em depoimento ao pesquisador Sílvio Coelho, em 1972, na localidade de Santa Rosa de Lima, o bugreiro Ireno Pinheiro contou como os índios eram mortos:

pela boca da arma. O assalto se dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois, passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas, cada par tem um preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia mulheres e crianças” (COELHO DOS SANTOS, 1997, p. 28).

No livro “O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)”, a pesquisadora Luisa Wittmann (2007) escreve que as crianças adotadas por alemães no início do século 20 mantinham memórias de violência para além do corpo, andando arredias e silenciosas pelas ruas.

Uma aproximação possível só surgiu com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), quando funcionários ofereciam ferramentas e roupas como presentes (WITTMANN, 2007, p. 161 e 162).

Tanto Sílvio Coelho dos Santos quanto Luisa Wittmann lembram que, depois de pacificados, os Xoklengs foram organizados em aldeamentos, sendo vistos à espreita, cortando cana, coletando mel ou madeira para suas fogueiras. Pouco a pouco, foram morrendo por doenças, com uma história sendo construída à sombra da violência.

Cenas de violência contra indígenas também povoaram a memória do antropólogo e indigenista da USP Egon Schaden, que passou a infância e adolescência em São Bonifácio, na Grande Florianópolis. No artigo “Egon Schaden, um alemão catarinense”,

publicado na revista da USP em 2013, os autores Pedro e Tânia Welter narram que, em certa ocasião, Francisco, o pai de Egon, foi convocado a mediar um conflito, envolvendo os Xokleng daquela região. O professor Francisco, como era conhecido, foi até o local com o filho Egon. Ao chegarem lá, os homens brancos já tinham fugido. No chão, podia-se ver apenas indígenas mortos e com as orelhas decepadas.

Após este acontecimento, Francisco Schaden passou muito tempo buscando aproximar-se das últimas comunidades indígenas, aprendendo suas línguas e escrevendo gramáticas e dicionários nas línguas Tupi, Xokleng e Kaingang (MARTINS, 2013). Da mesma forma agiu seu filho Egon, apoiando a pesquisa indigenista, seguindo os passos de Emílio Willems e ajudando a fundar a cadeira de antropologia na USP.

## 6.2 PERSONAGENS

Das mulheres que só saem de casa para ir à missa até os homens de elite do Rio, que passam o dia fora, usufruindo de uma vida livre, também são mencionados em “Noites de Natal...” grupos fora do convívio das protagonistas (Mathilde, Martha ou Elisabete).

No campo do discurso, frequentaram as páginas de “Noites de Natal no Brasil” (1862) personagens históricos como Zumbi dos Palmares, Humboldt, Hans Staden, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Leopoldina, comandante da nau Bretoa, Rei Jaime II, São Tomé, Padre Vieira, Colombo, Hernandez Cortez, Diego de Ordas, Orellana, Caramuru, Villegagnon, Diogo Álvares, Martim Afonso, Mem de Sá e Dom João XVI.

O registro de práticas e instituições religiosas avança por meio de passagens bíblicas ou pela menção a santos. E até os rituais de uma missa são detalhadamente narrados. Julie Engell-Günther evoca tanto “Deus, todo poderoso”; Virgem Maria; Menino Jesus e São Benedito; quanto elementos pagãos; como o feitiço; a magia; Festas de Reis dos/as escravos/as; lendas; e superstições.

Diferente de um relatório, onde a intenção é que a narrativa permaneça mais próxima possível dos fatos, no caso de “Noites de Natal”, ficção e realidade parecem estar embaralhadas. Os personagens são distribuídos à semelhança da estrutura sugerida por Vladimir Propp na sua análise de contos tradicionais russos. No livro “Morfologia do

conto maravilhoso” (2006), Propp elencou 31 funções<sup>90</sup>, agrupadas em sete esferas de ação (LAFETÁ, 2004).

Seguindo esta lógica, os sete papéis ou personagens fixos de Propp são:

- 1ª Esfera - o agressor;
- 2ª Esfera - o doador - fornece o objeto mágico ao herói;
- 3ª Esfera - o auxiliar - ajuda o herói;
- 4ª Esfera - a princesa e o pai (ou rei);
- 5ª Esfera - o mandador - aquele que manda;
- 6ª Esfera - o herói;
- 7ª Esfera - o falso herói.

Dentre as 31 funções estabelecidas por Propp, a primeira delas é o “Distanciamento”: quando um componente da família deixa a casa em busca de toda a sorte de aventuras. É o herói pré-destinado a salvar alguma personagem ou um universo. Neste momento crucial, em que o enredo depende de sua atuação, poderá ocorrer alguma interdição que o impeça de seguir – trata-se da segunda função, na análise de Propp: “Proibição”.

Após esta fase inicial, o herói ultrapassa o estágio de interdição com uma “Infração”, seguindo por uma sequência de batalhas e superação de obstáculos até chegar ao “Reconhecimento”, por meio da marca ou cicatriz. Enquanto que o falso herói é exposto/desmascarado, o antagonista é punido, o herói é transfigurado, volta para casa e ascende ao trono.

A partir desta metodologia de análise, podemos imaginar que Julie Engell, em certa medida, também teve a intenção de distribuir seus personagens em papéis de herói ou vilania, que emprestariam características de enredo de ficção. Um sem-número de interpretações é possível. O “índio mau” pode ser visto como agressor (primeira esfera); o “descobridor”, como herói (terceira esfera); as crianças do colégio da d. Fortunata, como princesas (quarta esfera); e os imigrantes podem ser considerados também como heróis que salvam os brasileiros foragidos da polícia, na terceira parte do livro (p. 239), por exemplo. Ou mesmo os fazendeiros podem ser vistos como agressores, pela sua atuação pró-

---

<sup>90</sup> “Por função compreende-se o procedimento de um personagem, definido do ponto de vista de sua importância para o desenrolar da ação” (PROPP, 2006, p. 22).

Escravidura. Enfim, os diferentes personagens podem ocupar mais de uma posição ao longo da trama.

Apresento algumas personagens citadas em “Noites de Natal no Brasil” (1862), acreditando que suas experiências foram baseadas em sujeitos/as que realmente cruzaram o seu caminho no Brasil, mas tiveram seus nomes trocados.

A partir do estudo do livro, elenquei oito categorias de análise<sup>91</sup>:

- Personagens ligados à Escola;
- Personagens negros;
- Mulheres negras;
- Mulheres brancas;
- Elites;
- Trabalhadores;
- Imigrantes;
- Brasileiros.

a) Personagens ligados à Escola:

- Dona Fortunata: portuguesa nascida na Ilha da Madeira, feliz com sua procedência, embora ciente da hostilidade existente entre portugueses e brasileiros, sobretudo no campo da educação. Ela cultiva e externa grande afeto pelos/as filhos/as, já nascidos/as no Brasil. É caracterizada como uma idosa generosa, sensata e que inspira confiança. Viúva há quase 30 anos, encarregou-se sozinha da educação dos filhos e filhas. Com os recursos de seu trabalho da escola para meninas, foi possível enviá-los para estudarem nos melhores colégios e, depois, universidades. A dor da separação só era amenizada pela presença das filhas, que continuavam ao seu lado, ajudando em casa e no colégio, assim como os seus genros (p. 7 a 13).
- Amanda: é uma das meninas (chamada de *senhorinha*) que estuda na escola da d. Fortunata. Para se apresentar em lugares públicos, usa vestidos, tem os cabelos penteados e sapatos novos. Ela relaciona-se com meninas portuguesas e africanas da elite, mas também filhos/as de escravos/as.

---

<sup>91</sup> E para facilitar o acesso às categorias, um índice remissivo poderá ser consultado no Apêndice desta Tese.

Alegra-se ao chegar em casa (uma chácara) depois de uma longa temporada de estudos (p. 7 a 51).

- Elisiária, Perpétua, Sevéria, Maria Angélica, Maria do Carmo, Felizbela, Ana Maria, Honória Cândida e Eulália: são jovens portuguesas e africanas que estudam no Colégio de d. Fortunata. Algumas delas são “meninas negras portuguesas que estudam no Brasil por causa do preconceito que sofreriam em Portugal” (p. 32 a 35).

b) Personagens negros:

- Vendedores de bananas ou abacaxis: mulatos que vendem frutas para as crianças que estudam no internato de d. Fortunata (p. 7).
- Cocheiro: usa casaco e chapéu de cano alto enfeitado com fitas douradas e prateadas e grandes esporas nos pés descalços. Alguns cocheiros têm “permissão” de usar botas – sabendo que é, justamente, os pés descalços que identificam a situação do escravo (p. 9).
- Crianças escravas: aparecem no livro dando as boas vindas para Amanda, abraçando-a e fazendo gracejos. A menina retribui a atenção sem importar-se com “a precariedade ou falta de limpeza de suas roupas” (p. 22).
- Escravo fiel: sua história é narrada pelos imigrantes como exemplo de dedicação ao proprietário. De posse dos documentos de seu senhor, o escravo a bordo do navio a vapor dos Correios que estava quase indo a pique não foi salvo pelos botes salva-vidas. Mesmo assim, nadou sozinho até esta embarcação, entregando ao capitão o “precioso” documento e afundando no mar sem temer a morte (p. 173).

c) Mulheres negras:

- Estásia: antiga ama, aia e criada pessoal de Amanda, que, agora, havia sido ‘promovida’ a supervisora da cozinha (p. 22).

- Mucamas: ocupam-se com os trabalhos de costura, de cócoras, sobre esteiras de palha. Costuravam e faziam os serviços domésticos, servindo a comida em bandejas para os convidados (p. 22 e p. 23).
- Vendedoras: sentavam-se no chão para vender sua “parca” mercadoria, como velas, papéis coloridos ou ramos verdes. “O brasileiro de classes mais baixas ou a ‘população de cor’ raramente faz uso de cadeiras ou bancos, passando o tempo de pé ou de cócoras, e mesmo o mais distinto rico prefere a rede” (p. 96).

d) Mulheres brancas:

- Devotas portuguesas: são descritas no contexto de uma missa de Natal lotada. Vestidas de preto, elas faziam o sinal da cruz, permanecendo cabisbaixas e concentradas na leitura do missal (p. 94).

e) Elites:

- Homens da elite no Rio: possuem escritórios, armazéns e magazines no Centro da cidade e ficam ocupados das 6 da manhã às 5 da tarde. Após o desjejum, eles pegam o caminho da cidade, de carro, ônibus ou *tilbury*, a cavalo ou montados em mulas, ou, talvez, de barco, cruzando a baía. Lá, eles tomam um pequeno lanche: pão de trigo, queijo, frutas e limonadas. Encerrado o trabalho do dia, retorna-se à chácara. Aos domingos e em dias de festa, quando todos os negócios permanecem fechados, amigos e conhecidos se reúnem logo cedo, de chácara em chácara, para desfrutarem o dia com conversas, banquetes, passeios e música (p. 11).
- A mãe de Amanda: está na varanda, onde levanta-se da rede para abraçar a filha, que retorna ao lar. Beija a mão e pergunta qual é o seu estado de saúde (p. 21).
- Irmãozinho menor de Amanda: o pequeno é acarinhado pela sua aia, recebendo, ainda, a atenção de Amanda (p. 22).

- Outros irmãos de Amanda: reúnem-se em brincadeiras com “negros e “pardos” (p. 22).
- Tio Luiz: o irmão do pai de Amanda montava o cavalo ruano Rosilho, que já tinha sido da mãe da menina (p. 23).
- O chefe da casa na chácara: entretém os convidados e conduz as conversas na mesa, enquanto as mulheres e as crianças raramente participavam dos diálogos (p. 30).
- Hóspedes da chácara: permanecem no salão com os homens da família, conversando sobre assuntos políticos ou economia. São apresentados à mulher e à filha e convidados a se sentarem para a refeição. A esposa e o marido se posicionam nas extremidades da mesa. São servidos pelo “chefe da casa” e escravos. Nenhum/a filho/a, por exemplo, ousaria se sentar sem ser convidado/a (p. 31).
- Fazendeiros que mantinham escravos: muitos não viam com bons olhos a chegada dos imigrantes, eram contra a Abolição e apostavam no Republicanismo (p 170).

f) Trabalhadores livres:

- Jardineiro Antônio: apresenta para Amanda as novas plantas do jardim. E como floresceram as roseiras japonesas. Ele guia a senhorinha pelo pátio da chácara até o local onde ficam os animais (p. 23, 24).
- O sapateiro Marcelino: conhecido como ‘mago dos couros’, ele estava incumbido de confeccionar o par de botinhas de Amanda (p. 23).
- Agregado Isidoro: permanece no imaginário das crianças como homem que sobreviveu ao ataque de uma onça graças ao seu filho Anastásio (p. 38).
- Capitão do mato: mestiços de portugueses com indígenas, que moravam em pequenas vilas ou isolados em sítios e saíam mata adentro para caçar os chamados por Julie Engell de “semi-humanos”. Ser capitão do mato era uma posição de

prestígio, que envolvia a caça de onças e índios renomados. Muitas vezes, ele era descendente direto do índio que iria matar (p. 127).

g) Imigrantes:

- Kitty<sup>92</sup>: irlandesa, mulher de Jorge, um trabalhador de pequenos serviços (biscate), da região de Cork, mãe de Rosa e Paulo. Amiga de Martha (p. 128, 129).
- Agathe: sueca, esposa de um barão. Também amiga de Martha (p. 128, 129).
- Artesão berlinense: integra o grupo de primeiros imigrantes e faz comentários jocosos sobre a construção que abrigou os primeiros moradores da Colônia Dona Francisca (p. 148).
- Herbert: amigo de Arthur, ele é um dos recém-chegados, após a tempestade, para o Natal (p. 148).
- Walter: também amigo de Arthur e recém-chegado da tempestade (p. 148).
- Érico: sueco, marido de Agathe. Está no grupo de homens que discute sobre as contradições da imigração (p. 148).
- Hermann: um alemão chamado de Germano pelos brasileiros de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. O imigrante protestante, filho de um pregador, tornou-se herói por ter se unido aos católicos na luta pelo Republicanismo. Ele e seu pai morreram com todo o grupo, como únicos alemães protestantes que não apoiavam o partido do Imperador (p. 167).
- Colonos que não são colonos: imigrantes europeus que trabalhavam para depois receberem terras dos fazendeiros de café na chamada imigração por parceria do Sudeste brasileiro. Muitos se revoltaram contra o esquema considerado abusivo (p. 171).

---

<sup>92</sup> Tanto Kitty quanto Agathe são descritas como esposas ou mães.

- Dois alemães encontrados na Costa: jovens recém chegados, com um dicionário na mão, que tentam comunicação (com um português “ruim”) com Walter, sem saber que ele também era alemão (p. 188).
- Navegadores Guilherme, Augusto, Fritz e Rodrigo: reúnem-se antes das grandes viagens em volta de uma tigela de ponche para conversar. Na véspera do casamento de um deles, Rodrigo, a necessidade do casamento surge como tema central, além da disposição e capacidade da mulher para o trabalho (p. 229 e 286).
- Henrique, Félix e Francisca: estão entre as crianças que participam da festa de Natal organizada por Elisabete, na terceira parte do livro. São filhas de imigrantes (p. 319).
- Capitão: frequenta a casa de Elisabete e Roberto, participa da ceia de Natal e das conversas sobre a adaptação dos imigrantes, território e trabalho (p. 319).
- Pequeno Henrique: é recebido na casa de Elisabete para a Noite de Natal. Recém-chegado da Europa, ela providencia para ele roupas novas e mais leves, adequadas ao clima tropical (p. 319).

#### h) Brasileiros:

- Capitão do Patacha: astuto descendente de indígenas que acreditou poder tirar vantagem de Martha e Arthur. Ele prometeu servir uma galinha assada ou cozida, no almoço a bordo. Em vez disso, os passageiros comeram feijão com carne seca durante quase todos os dias (p. 196).
- Menino que troca laranjas por pão: criança “morena” e completamente nua, recém-saída da mata, carregava duas laranjas na mão, quando foi avistada por Martha. Faminta, ela pega de seu bolso um pãozinho branco, que havia comprado há duas semanas no Rio, e troca com o garoto pelas duas frutas. Ambos pareciam satisfeitos com a troca (p. 199).

- Família do pescador: morava em uma cabana, onde havia água da nascente para saciar a sede de viajantes como Martha e Arthur. Porém, o casal, ainda com fome, não encontrava nada para comer. Assim como a mulher do pescador, que, muito magra, aguardava, com seus três filhos, o retorno do marido dos dias de pesca (p. 200).
- O pobre dono de terras: proprietário de uma casinha e um terreno de várias milhas quadradas que não eram utilizadas para produzir alimentos em grande escala. Porém, ele e seus filhos plantavam um pouco de milho, feijão e mandioca para venda e próprio sustento. Além de praticarem a pesca. Com o pouco que ganhavam, compravam carne seca e roupas simples. Provavelmente, sugeria Érico, essas terras eram de antigos “selvagens”. E caso acontecesse algo com sua família, como um acidente ou doença, e a cabana se deteriorasse com o tempo, outro colono viria e tomaria posse dela (p. 211).
- Brasileiros foragidos da polícia: Elisabete e Roberto abrigaram nos fundos de sua casa brasileiros que fugiam da polícia a cavalo e estavam famintos. O casal os escondeu em grandes barris e distraiu a polícia para que eles pudessem fugir, sem questionar se eram culpados ou não. A situação gera uma discussão sobre os problemas da Justiça brasileira (p. 329).

### 6.3 GRUPOS ÉTNICOS

“Vocês, logo, vão se adaptar à vida de matuto.” (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo O canto do galo, 1862, p. 151). A frase dita por Martha a dois novos imigrantes recém-chegados à Colônia Dona Francisca indica certa interação com o seu entorno, aqui, chamado de “Hinterwälder-Lebens” – traduzido por Elke Dislich como “vida de matuto”.

Noções como *aculturação* e *assimilação* foram muito utilizadas até a década de 1970 para pensar este processo de diálogos entre grupos étnicos (BARTH, 1969). Influenciada pelo culturalismo norte-americano dos anos 30, como o praticado por Franz Boas, esta categoria era empregada para analisar contextos em que duas ou mais culturas se aproximam por diferentes motivos, como nos processos de imigração. Já para a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1986), a cultura

original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função essencial e que se acresce às outras. Já a assimilação, para Giralda Seyferth (2011), está ausente do enunciado étnico, e o duplo pertencimento étnico (germano-brasileiro) combina etnicidade com cidadania.

Por mais que os conceitos de assimilação e aculturação tenham sido usados para os principais estudos sobre a imigração no Brasil, Seyferth (2011) destaca que a aproximação entre diferentes culturas produz pluralidade e novas identidades. Uma delimitação teórica, neste campo, compreende, então, a identidade (ligada ao sujeito e seus aspectos subjetivos) e a noção de fronteira (de caráter social) que delimita o pertencimento a um grupo ou comunidade. Embora não haja, necessariamente, relação de causa-efeito, segundo Giralda Seyferth, Etnicidade, Identidade e Cultura são, paradoxalmente, fenômenos entrelaçados e observáveis, também, nos contextos migratórios.

Na tentativa de descrever os grupos étnicos (BARTH, 1969) presentes no Brasil no século 19, Julie Engell utiliza uma série de categorias que tomei em minha análise como *nativas*. Interessante ressaltar que a narradora se manifesta nas entrelinhas e que as principais questões aparecem em discussões encontradas em grupos de homens ou mulheres que recebem apenas prenomes (e a fim de facilitar o entendimento de brasileiros, esses prenomes também foram traduzidos para o português).

Os indígenas são classificados por ela de diferentes formas: seja como “bugres”<sup>93</sup>, “coroados”, “mansos” ou “do mato” (a partir de características ligadas à organização social e de parentesco de alguns grupos) ou com categorias como “poligâmicos” ou “poliândricos”.

Apresento, a seguir, o registro dos principais grupos étnicos encontrados em “Noites de Natal...”:

- Bugres: são descritos como “selvagens que costumavam atacar moradias para matar os moradores e roubar os mantimentos e ferramentas. Vivendo junto à costa do Oceano Atlântico, costumavam inserir pedaços de madeira nos lábios

---

<sup>93</sup> Muito conhecido dos descendentes de europeus da região Sul do Brasil, o termo “bugre” é utilizado de forma pejorativa, para designar brasileiros negros que vivem no mato e sem religião. Ver OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terêna. 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

e orelhas e cobrir o corpo com pele. São feios, miseráveis e perigosos” (p. 48).

- Coroados: considerados mais medrosos e tolos que os botocudos e bugres. “Não atacavam viajantes bem equipados com espingardas. Mas já mataram ou levaram presas mulheres e crianças, e também escravos para as suas habitações afastadas” (p. 48).
- Índios mansos: remanescentes dos Tupi-Guarani, existindo em quantidade considerável, desenvolvendo diferentes formas de plantação, como milho, mandioca e algodão, e fabricando potes, armas e enfeites, e morando em aldeias organizadas (p. 125).
- Índios do mato: viviam em ravinas e arvoredos e eram também conhecidos como *botocudos* ou *bugres*. Escondiam-se nos desfiladeiros e tapuias, desaparecendo cada vez mais, pelas condições precárias de vida. Ela acreditava que os “temidos bugres” vagavam solitários, procurando comida e instrumentos metálicos, como facas, enxadas e serras. Por temerem os disparos de armas de fogo, eles só atacavam quando tinham certeza de que não havia homem branco algum em casa (p. 126).
- Caraíbas da terra firme: os caraíbas “selvagens”: eram usados como escravos pelos espanhóis e portugueses. “Devido à fama de canibais que tinham os Caraíbas das Antilhas, a Europa instituiu uma lei que tornaria esses povos em escravos; duplamente injusta, pois se estenderia aos Caraíbas da terra também, que provocaram a mais viva resistência”. Julie Engell relata que os homens Caraíbas vestiam muito mais roupas dos que as mulheres (como era comum entre os nativos); que serviam-se de uma faixa ao redor do abdômem. Enquanto que os homens se enrolavam por completo em um pano de cor escura. Na parte de trás da cabeça, eles exibiam um chumaço de cabelos para identificar a tribo. As pernas das crianças eram enroladas com tiras de ráfia para dar forma às panturrilhas; mas não existia entre eles o costume de dar às cabeças uma forma achatada. Seus crânios eram mais abaulados do que os das outras tribos. Eles sabiam, desde

sempre, usar nos negócios um tipo de cordão para fazer cálculos, como aqueles encontrados no México, Peru, Chile, Canadá e alguns países asiáticos (p. 183).

- Camaradas de poncho e esporas nos pés descalços: brasileiros livres das classes subalternas, também eram chamados de auxiliares ou *parceiros*. Com roupas, acessórios e tradições específicas, os *camaradas* tinham uma relação próxima com os imigrantes. Eles eram contratados para pequenos serviços, preferindo remuneração em moedas a notas de dinheiro, temendo serem furtados ou perderem no caminho nas travessias de rios ou tempestades. Reconhecidos pelos ponchos coloridos, também costumavam rezar o terço e cantar músicas religiosas para os imigrantes na Noite de Natal. O chapéu de abas largas era o acessório primordial, assim como as esporas nos pés descalços, que deveria ser usada como defesa, já que, nesta região, o meio de transporte principal não era o cavalo, mas as canoas, pela falta de pastos e estradas, mas abundância de rios. O hábito do uso das esporas sem botas parece ter se tornado uma característica peculiar dos *camaradas* do Sul do Brasil, que trabalhavam de dia e gostavam de aproveitar as noites para tocar cítara e dançar fandango (p. 158).
- Negros-Mina: designados pelos colonos como negros com grande capacidade física, eles tinham folga nos domingos e feriados e arrecadavam dinheiro com trabalho extra, feito nesses dias, para comprar a própria liberdade e a de seus companheiros, definindo os nomes por sorteio (p. 310).
- Negros do café: carregadores de café do Sudeste brasileiro. Assim chamados pelos colonos. Os negros do café poderiam também ser negros-mina – como termo que indicava procedência específica (p. 310).
- Mulheres: apesar de não participarem dos conflitos, Julie Engell lembra que as mulheres que viviam nas tribos eram obrigadas a transportar cargas, produzir arcos, flechas, lanças, clavas e machados de guerra. Também era tarefa delas fazer as bandeiras com pele de onça curtida, que eram levadas em longas hastes, construir as cabanas de folhas, trazer madeira

para o fogo e transportar as armas e a caça que o marido tinha abatido. E ainda, fazer as canoas, tiradas dos troncos de madeira, e seus remos, as redes de cipó e fibra, para que o homem pudesse se balançar, a alimentação e o cuidado com as crianças. Como é possível perceber, a mulher tinha um papel crucial nas tarefas do cotidiano. Mesmo assim, “elas recebiam de seu senhor e mestre somente maus tratos. Sem ter o que comer, pois eles quase não deixavam sobras de suas refeições, a mulher e seus filhos poderiam morrer de fome. Por causa dessas dificuldades, muitas vezes, as índias matavam suas filhas no nascimento, evitando que tivessem este destino” (p. 126). Na percepção de Julie Engell, entre os Caraíbas da terra firme, por exemplo, as mulheres eram feias (como acontecia com todos os “selvagens”), provavelmente pela sobrecarga de trabalho e esforço. E sua beleza não chegava a ser aumentada pela pintura com Onoto, de cor vermelha, que servia como vestimenta e era, ao mesmo tempo, muito preciosa, pois tinha de ser repostada toda vez que fosse lavada com a chuva.

#### 6.4 CENÁRIOS

Para o sociólogo da Escola de Chicago Louis Wirth, “a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo” (Louis WIRTH apud Octávio, VELHO, 1973, p. 91).

As narrativas de Julie Engell-Günther no Brasil, seja como Mathilde, Martha ou Elisabete passam por picadas, chácaras, cabanas, pontes, rios, estradas e mata virgem. Entre os cenários, estão o porto e o subúrbio do Rio, Praia Grande, Santo Domingo, Niterói, Salvador, São Paulo, Curitiba, Serra Geral, Porto Alegre, São Leopoldo, Colônia Dona Francisca/Joinville e Desterro/Florianópolis.

A descrição de quartos de pousadas, vendas e pomares apresenta informações sobre o uso de objetos, vestimentas, alimentação e móveis. Do lado de fora, o clima, a geografia, os animais dão a dimensão dos espaços por onde ela caminhou e com quem interagiu.

Selecionei alguns ambientes citados:

## a) Rural:

- Chácara: residência de famílias abastadas. Afastada das estradas mais movimentadas, é separada das propriedades vizinhas por muros ou cercas vivas. Sua localização é quase sempre especialmente bela. Sobre a morada da pequena Amanda, a autora escreve: “um entorno tão primoroso certamente nos reconcilia com a falta de elegância das áreas internas e externas da chácara: apesar de que não podemos negar que a completa ausência de qualquer ‘conforto’ (isto é, das amenidades tão caras a nós, europeus) nos causa uma impressão desagradável”. O pomar aos fundos da chácara é coberto por exuberante vegetação, onde árvores frutíferas se misturam a um emaranhado de plantas silvestres. Crescem ali, sem serem plantados: pés de bananas, laranjas, limões, tamarindos, figos, abacaxis, melões e, principalmente, maravilhosas mangueiras, cujas frutas amarelas... (p. 15)
- Residência da chácara de Amanda: casa de um piso com sala de visitas, sem mobília, na entrada. As paredes, livres de quaisquer ornamentos, eram “muito mal caiadas”. Além de um sofá de cana da Índia e algumas cadeiras de mesmo material, havia uma mesa de centro maior e duas pequenas mesas laterais, que servem de apoio aos candelabros. Possui varanda com rede para os dias de calor (p. 15).
- Venda: cumpria a função de acomodação para viajantes. Aqui, poderiam ser encontradas “algumas primeiras figuras humanas”, desde a partida de Desterro (p. 113)
- A primeira cabana da Colônia Dona Francisca: construída originalmente de vime e madeira, preenchida rústicamente com barro, coberta com folhas de palmeira, servia aos primeiros empreendedores que pretendiam fazer da colônia o seu primeiro teto. As constantes inundações do local comprometiam a frágil construção. As paredes estavam desmanchando. Como estava prestes a desmoronar, tentou-se fixar o pequeno telhado com estacas de sustentação diagonais. Mesmo assim, aquele teto já estava sendo levado pelo vento Pampeiro – vindo do Sul (p. 120).

- A roça: porção de terra desmatada que ainda apresenta vestígios de árvores cortadas e queimadas, apesar de possuir uma parte já lavrada. Ao redor dela, pode ser vista a floresta impenetrável. A roça abriga uma cabaninha à margem de um riacho, onde aparecem de tempos em tempos os crocodilos *kaimans* para atacar os patos dos colonos. O pântano formado pelas águas do riacho esconde sapos-bois e rãs que fazem um barulho característico à noite e ameaçam os filhotes (p. 120).
- Floresta virgem: é a verdadeira mata intocada, com árvores que não foram plantadas pelos brasileiros, mas cuja idade é difícil de identificar. Do solo do pântano “sem dono” brotavam trepadeiras espessas e juncos: “É possível que, em algum momento, deveria ter passado por ali um indígena<sup>94</sup> de pele vermelha, nu, perseguindo a sua caça, cuidadosamente, curvado entre os juncos; mas, mesmo ele, certamente, não poderia permanecer muito tempo nesta mata densa e teria de procurar regiões mais abertas para ao menos encontrar um lugar para erguer uma cabana rústica e plantar alguns pés de mamona, cujos frutos oleosos constituíam praticamente o único alimento, além de um pouco de caça, alguns pássaros e peixes. Se observarmos, com atenção, alguns exemplares das árvores da floresta, deveremos confessar que elas, como todas as plantas brasileiras, apresentam características bem diferentes das nossas europeias” (p. 164).
- Capoeira: é a mata que surge depois da derrubada da floresta virgem, caso tenha sido queimada, já que o solo perdeu a sua capacidade de produzir grandes árvores – motivo de profundo lamento no diálogo entre Herbert, Walter e Érico (p. 165).

b) Urbano:

- Baía do Rio de Janeiro: embarcações dos mais variados tipos e mastros atravessavam aqueles mares. Navios ingleses, americanos, franceses, portugueses, chineses, brasileiros e

---

<sup>94</sup> Em conversa com a tradutora Elke Dislich, optou-se por traduzir a palavra “Indianer”, do original, por indígena e não índio, adequando o termo a uma acepção mais atual.

alemães estavam atracados no Porto, depois de longas viagens, para as festas de Natal no Rio (p. 89).

- Desterro: pequena cidade da “bela” Ilha de Santa Catarina que abriga “maravilhosos” morros (p. 112).
- Cidade portuária<sup>95</sup>: possui muitas embarcações ancoradas na baía, casas, igrejinhas e um comércio movimentado. Os arredores são formados por morros cobertos por bosques ou plantações de mandioca, milho, feijão e arroz. Bananeiras e laranjeiras figuram ao redor das nascentes que correm para o mar. Nas sombras, famílias de galinhas e leitões. Ao longe, era possível observar ilhas. E mais próximas da costa, estavam as montanhas da Serra Geral (p. 115).
- Colônia de São Leopoldo: localizada no Rio Grande do Sul, esta colônia leva este nome em homenagem à princesa austríaca Maria Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, fervoroso defensor deste tipo de imigração. “É a colônia mais importante e desenvolvida que o Brasil possui” (p. 166).
- Pousadas da cidade: formadas por cômodos praticamente vazios, sem mobiliário. Localizadas próximas ao mar. Na entrada, podia ser visto um único cômodo com três portas, sem janela, mobiliado somente com bancos de madeira fincados no chão, em volta das paredes. De resto, estava vazio. No cômodo de trás, uma solitária panela, com um cabo de madeira, pendurada sobre um braseiro de pedras brutas. [...] “O silêncio aconchegante e a vista maravilhosa sobre a margem da baía, do outro lado, o murmurar das ondas e o conforto de podermos, logo cedo, tomarmos um banho refrescante, ficarão sempre em minha memória como uma lembrança agradável”, considerou Martha (p. 198).
- As ruas do Rio de Janeiro: mesmo no mar sem-fim de pessoas, após a missa natalina, Elisabete conseguia identificar nativos dos quatro ou até cinco continentes. Chineses, turcos, gregos, americanos e africanos. “Ao lado do loiro escandinavo

---

<sup>95</sup> Há grandes chances de que a cidade portuária citada seja São Francisco do Sul.

de olhos azuis, podia-se distinguir um negro do Congo. Ao lado de um filho vermelho do novo mundo, um verde-amarelado da raça mongólica” (p. 296, 297).

- Cerimonial palaciano de Dom Pedro II: Elisabete narrou seu encontro na rua com o cerimonial de Dom Pedro II no Rio, apesar de sugerir que cerimoniais como esses tinham pouca utilidade, além da ostentação do luxo real, criticando os exageros da valorização da aparência. Para ela, um costume que vinha dos povos romanos, que são “mais inclinados à forma externa”. Enquanto que os germanos tendiam a se preocupar mais com “o conteúdo das coisas”. A caminho da missa da meia noite de Natal, Dom Pedro II era acompanhado por quase toda a cidade, incluindo Julie Engell, que se ateu a descrevê-lo em seu traje oficial, composto por uma farda verde simples, bordada a ouro. O traje de gala era apenas usado no mês de maio de cada ano, quando ele se apresentava para a abertura da Assembleia Geral. Ou em setembro, no encerramento desta mesma assembleia. Era, então, quando ele usava uma capa roxa púrpura de veludo, debruada de arminho, exibia a coroa imperial de diamantes e segurava seu cetro de pedras preciosas. Não menos importante era a presença da Imperatriz Maria Theresa. Loira, de estatura baixa, feições bondosas, mas “não muito atraente”, usava um vestido de cetim branco, decotado, tecido com fios de ouro e muitas jóias de pérolas e diamantes. O diadema imperial e as plumas no cabelo completavam o visual. As damas da corte usavam vestidos coloridos e coroas de flores artificiais na cabeça. Acompanhavam o cerimonial, ainda, funcionários, ministros e diplomatas (p. 298).

c) Aspectos de deslocamento:

- Cavalos e mueres que vão de Curitiba para Sorocaba: manadas inteiras eram levadas do Sul para o Sudeste, podendo ser acompanhadas como um espetáculo. A menina Maria Angélica descreve este momento para as colegas como algo marcante. Os cavalos e mueres eram levados das várzeas de Buenos Aires e do Paraguai até Curitiba e, depois, Sorocaba, para serem vendidos lá (p. 45).

- Travessia da Ilha de Santa Catarina para o continente: a partir de uma casinha de aduana, era possível ter acesso a uma canoa com dois remadores para levar os passageiros, neste caso, Martha e Arthur, e suas bagagens até o outro lado. Os cavalos iam atrás da embarcação, na água, amarrados pelo pescoço. “Seguramos suas cabeças para fora da água com o auxílio de cordas, tentando nos equilibrar na pequena canoa, o que foi respondido com relinchos.” (p. 112)
- Pontes e estradas na pequena Desterro: aqui, as estradas eram um pouco melhores do que nas outras vilas visitadas, contendo, inclusive, uma ponte de 16 arcos (p. 112).

## 6.5 O NATAL COMO MARCADOR DO TEMPO

A cidade coberta de neve. O pinheiro enfeitado. A mesa farta de frutas secas para a ceia de Natal. E as caixas de presentes de todos os tamanhos e cores. Certamente, essa cultura do Natal nórdico foi ressignificada no Brasil, ao longo dos anos, ganhando um lugar de expressão popular. Essas experiências de festividades e sociabilidades vividas por imigrantes europeus no País foram detalhadamente narradas por Julie Engell-Günther. Neste caso, o Natal é mais do que uma festa. É também um marcador de tempo e dos deslocamentos de Julie no Brasil.

Presente do início ao fim – do título da obra até as páginas finais –, o Natal é o fio condutor do espaço íntimo da narrativa. Na primeira parte do livro, a autora conta quais rituais antecederam o significado cristão. Como faziam os hindus do vale do Ganges, na Ásia? E como aconteciam os sacrifícios aos deuses da Antiguidade Grega? Havia oferendas, jejuns de purificação, pedidos para uma sobrevivência às noites longas e de frio?

O solstício de inverno é um momento importante no ciclo europeu. E a sua ritualização aparece como central. “Os romanos acreditavam que o deus Saturno, padroeiro dos agricultores, que viveu entre os habitantes da Terra como homem comum para transmitir a arte do cultivo da terra, fosse encher o planeta de graças por esta época”, contava Mathilde às crianças.

A professora demonstra preocupação em evidenciar que, muito antes do cristianismo, no Norte da Europa, este tempo já era festejado nas casas, estimulado por superstições. “No Sul da Alemanha,

acreditava-se que seria possível ver os fantasmas, aos milhares, viajando em carruagens pelo ar, enquanto se ouvia um canto extraordinário. Remontava, certamente, daí, os costumes posteriores de muitas pessoas se fantasiarem e perambularem pelas ruas cantando e, com muitos gracejos e barulho, distribuírem presentes” (p. 63).

Subjetivamente, o Natal é transmitido por Mathilde como uma data para se colocar em prática sentimentos nobres, quando o “Schimmelreiter (Cavaleiro Branco) e o Knecht Ruprecht (auxiliar do Menino Jesus) distribuíam nozes e maçãs, bolos e brinquedos entre crianças obedientes”.

Mais do que isso, no seu círculo íntimo, o Natal chega a representar um momento de trocas culturais, proporcionando experiências de convívio entre diferentes classes.

Em “Festas e utopias no Brasil Colonial”, Mary Del Priore (1994) lembra que os feriados de dezembro a fevereiro eram momentos de “resguardo” ou “comemoração” em um calendário religioso de maior influência sobre as populações no Brasil do século 19.

De fato, desde o início da colonização, as festas serviram como maneira de ação, seja para catequizar índios, seja para tornar suportáveis – aos portugueses e demais estrangeiros – as aflições por que eles passavam diante de uma natureza desconhecida, ao lado de um povo, de um clima, de uma fauna e de uma flora igualmente estranhos. Então, a festa tornou-se uma mediação simbólica e constituiu uma síntese das mediações, especialmente entre natureza e cultura, e significou assim um dos elementos facilitadores do transplante de um modelo social europeu para terras tropicais até quase os últimos tempos do período colonial, quando a Igreja imperava politicamente e as procissões e festas de santos eram praticamente intermináveis (TINHORÃO, 2001, p. 19-27; BRANDÃO, 1973, p. 11-13, apud LOPES, 2006, p. 2)

Ana Maria, uma das alunas que estava na roda de conversas de Mathilde e Amanda já na “Primeira Noite de Natal”, acrescentava que os fazendeiros davam folga a seus escravos no Dia de Reis (6 de janeiro). Era quando eles colocavam à disposição seu celeiro ou armazém para a reunião que elegeria um rei e uma rainha para

participarem das procissões. Promovidas como reafirmação cultural e religiosa, as festas de coroação de rei e rainha eram uma homenagem aos santos de devoção<sup>96</sup>.

Maria Angélica completou: “Eles cobrem os rostos com máscaras horrendas e usam fantasias estranhas, muitas vezes, feitas de palhas, com longos rabos, e casacos coloridos, capacetes adornados com penas, ou coroas de papel dourado, e, então, vagueiam pelas ruas pulando, berrando e fazendo muito barulho, até a noite, quando, acompanhados do incessante bater de bumbos e do soar de pífanos, ao que eles chamam de música, dedicam-se à dança e à comilança” (p. 66).

A realeza era uma posição respeitada e de profundo prestígio. Ao mesmo tempo, os senhores e autoridades coloniais acreditavam que, dando permissão para que os/as escravos/as tivessem seus próprios cultos nas festas de reis, teriam a segurança de sua cristianização. Ainda assim, em Desterro, por exemplo, na década de 1840, a proibição e a perseguição das festas de coroação de reis e dos batuques já estavam bem estabelecidas. Sempre que se aproximavam as comemorações de final de ano, as autoridades ficavam em alerta (SILVA, 2013).

Além do Dia de Reis, também são citadas na “Primeira Noite de Natal” as procissões da festa de São Benedito (próxima da Páscoa), quando os negros caminhavam com fitas coloridas e velas na mão, ao lado do Santo Padroeiro. As crianças relatam como havia sido um dos mais recentes rituais, quando São Benedito tinha sido levado de um convento até outra santa negra, a Nossa Senhora do Rosário. “Um púlpito foi montado na rua, onde o padre contou como foi a vida de São Benedito, confessando, também, que Nossa Senhora sempre se apresentava em sua imaginação como uma Santa negra” (p. 68).

Apesar de São Benedito ter extrema importância para sua cultura, os negros estavam excluídos dos papéis principais interpretados nas procissões deste Santo:

– Você não reparou com que animação os negros participam de todas as nossas festas religiosas e das procissões?! Que desgosto representa para eles, portanto, e que desonra, ser impedido de ocupar algum lugar de destaque em torno do

---

<sup>96</sup> No Rio de Janeiro, os pardos tinham as suas próprias irmandades e igrejas, tais como de São Crispim, dos sapateiros pardos na igreja Candelária ou as de Nossa Senhora da Conceição ou de Nossa Senhora da Boa Morte na igreja do Hospício, das quais a segunda era limitada a “homens pardos legítimos” (KARASCH, 1987).

Santo! E isso depende somente da vontade do rei, que para tanto recebe apoio de todos os lados. Há muito, os sacerdotes acostumaram-se a dar total liberdade a ele nesse assunto!

– Sim, principalmente na Festa de São Benedito – disse Ana Maria.

É motivo de júbilo entre os negros poder caminhar enfeitados com fitas coloridas e velas em punho, ao lado do seu Santo Padroeiro, a segurar o pálio sobre a custódia que leva sua imagem (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Festas de negros, reis e escravos, 1862, p. 67).

Embora Mathilde tivesse sido apresentada às festas religiosas pelas crianças do internato, as outras manifestações de origem africana ficaram ocultas. Sabemos que o culto próprio não era um direito concedido. Considerado como profano ou bruxaria, o Candomblé era praticado às escondidas. Como as imagens de suas divindades não podiam ficar expostas, os orixás ficavam dispostos sob o altar dos santos católicos.

Cerimônias como curas ao som do tambor, danças, rezas, perdas do juízo, trajes típicos e cantos africanos foram motivo de punição inquisitória. Donald Ramos (2000) nos lembra que essas práticas foram registradas desde o século 18, quando

[...] nos centros de mineração, desenvolveu-se uma cultura que foi influenciada pelos milhares de africanos que chegaram à região em grilhões. Isto pode ser visto no grande número de casos encontrados na documentação da Inquisição de Lisboa na Torre do Tombo, casos em que a feitiçaria, as adivinhações e as curas físicas e espirituais ocupavam um lugar central (RAMOS, 2000, p. 143).

Ainda de acordo com Ramos (2000), as crenças e rituais africanos estavam também vinculados às tradições de origem portuguesa. Assim como as cerimônias dos feiticeiros não eram somente africanas, contendo muitos elementos católicos. Porém, o conjunto de crenças e as práticas religiosas não deixavam de representar protestos contra a religião dominante.

O lugar dos negros na cidade também está destacado na primeira parte da obra. Logo depois do raiar do dia, nos navios do porto, no cais e nas ruas, começa a apresentar-se o que Julie Engell chama de multidão de “vultos escuros”, poucos homens claros e nenhuma mulher branca.

[...] A população branca, que a essa hora do dia raramente se vê perambulando ao ar livre, permanece invisível, e mesmo o negro da África, enquanto livre e não escravo, que nesta condição não tem escolha e precisa trabalhar para o seu dono, passa as horas de maior calor sonhando sobre sua esteira de palha. O escravo, por sua vez, não pode parar; mas o seu canto, de poucas variações, com o qual costuma apressar os seus passos, vergado sob a pesada carga que carrega sobre a cabeça, não lhe quer sair bem. Mudo, amuado, ele se arrasta pelas sombras das casas, para escapar, ao menos, da brasa ardente que repousa sobre o meio da rua (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Rio de Janeiro, 1862, p. 6).

Naquele dia 24 de dezembro, seu primeiro Natal no Brasil, outro estranhamento (GEERTZ, 1989; VELHO, 1978; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998)<sup>97</sup> é o clima, que, “por volta das 11 horas da manhã parece querer sufocar-nos”. O único refresco da hora do almoço sopra da direção do mar.

A melancolia vai embora com o barulho de corridas, cochichos e risadas de suas alunas do internato de d. Fortunata, provavelmente, sua razão de viver, naquela época, em que recém-chegava ao País e não possuía tantos vínculos de amizade e confiança.

Assim, o Primeiro Natal do livro é marcado pela nostalgia. Ao observar os navios atracados na baía do Rio de Janeiro, Mathilde se lembra do caminho de volta para casa. O dia 24 de dezembro suscita sua curiosidade e vontade de se unir a brasileiros/as para comemorar a data. Os fogos de artifício aqui e ali, o badalar dos sinos, o estouro dos canhões e o assobio dos fogos anunciam: é véspera de Natal no Rio de Janeiro. E, solitária, ela poetiza sobre a paisagem, escreve sobre o sol já quente das 7 horas da manhã sobre a cidade silenciosa e vazia.

---

<sup>97</sup> A categoria “estranhamento”, como noção de alteridade, nasce no século 20.

## 7. TRÊS NOITES DE NATAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE

Este capítulo exprime uma tentativa de reconhecer como os personagens, grupos étnicos e cenários são acionados no discurso da autora. No exercício deste “reconhecimento”, surgiram informações sobre como os/as imigrantes se relacionavam com os/as brasileiros/as, suas disputas, impasses, cooperações e sociabilidades.

No círculo íntimo das festas de Natal, emergem pautas de conversas e dados sobre os imprevistos gerados pelo clima tropical. Dividem espaço nas páginas assuntos da política e economia, mas, também, amenidades, como a troca de presentes e a interação com as crianças, intercalando momentos de dificuldade e lazer.

### 7.1 PRIMEIRO NATAL: A EXPERIÊNCIA COMO PROFESSORA MATHILDE

A experiência de Mathilde como professora de meninas da elite no Brasil pode ser encontrada na primeira parte de “Noites de Natal no Brasil” (1862). Trechos que serão analisados a seguir.

“Estamos no Rio de Janeiro!” O entusiasmo inicial de Mathilde em seu relato é típico do viajante que desembarca em um território novo e desconhecido. É importante situar que, em 1849, na Alemanha, a autora une-se a um grupo de intelectuais que pretende emigrar para a Austrália após a derrota política vivida em 1848. Na primeira parada do navio para abastecimento, no Rio de Janeiro, ela decide ficar no Brasil, onde, com a ajuda do médico alemão Avé-Lallemant, que trabalhava para a Coroa, ela consegue emprego como professora de francês em um colégio de meninas de uma senhora portuguesa e sua filha. Estas tinham entre suas alunas filhas de fazendeiros portugueses das colônias na África.

Desta forma, as primeiras páginas de “Noites de Natal no Brasil” (1862) são dedicadas às alunas desta escola. Apesar de terem diferentes idades, nenhuma tinha mais de 13 anos. A diretora da escola, dona Fortunata, era da Ilha da Madeira, desempenhando sua profissão há quase 30 anos no Brasil. Viúva há muito tempo, ela teve de encarregar-se sozinha da educação de seus filhos e filhas. Os recursos advindos do Colégio de Meninas permitiram que ela enviasse os três filhos homens para a Europa, onde estudaram nos melhores colégios e depois cursaram a universidade. A busca por uma educação em outros países tinha uma explicação, na opinião de Julie. Para ela, em tempos passados, os brasileiros abastados mandavam os filhos e as filhas para Portugal para

receberem educação formal. E aquelas filhas que tinham poucas perspectivas de se casarem cedo eram colocadas em conventos portugueses ou no antigo convento da Bahia (fundado em 1677)<sup>98</sup>.

Com a Proclamação da Independência do Brasil, os filhos dos portugueses que já tinham migrado há algum tempo começaram a ser identificados também como “brasileiros”, distinguindo-se de outras etnias. Ao mesmo tempo, o Brasil ia, aos poucos, distanciando-se das relações com Portugal. Procurou-se, então, desvincular também a educação, mais e mais, da influência portuguesa. O fato de as freiras e padres locais demonstrarem pouca erudição (na opinião de Julie/Mathilde) não permitia que lhes fosse confiada a educação da juventude, como era de praxe nos outros países católicos.

Em vez disso, deveria-se, em uma cidade cosmopolita, de comércio internacional, como era o Rio de Janeiro, conferir importância especial ao estudo de línguas estrangeiras e, portanto, franceses e ingleses não encontraram empecilhos para fundar Colégios de Meninos, já que sua língua pátria os qualificava. Lembrando que o uso de línguas estrangeiras, em particular o francês, era um distintivo de classe no século 19.

Na época em que dona Fortunata fundara seu primeiro Instituto Educacional para Meninas, o conhecimento das línguas francesa e inglesa ainda não era considerado de grande valor para o sexo feminino. No decorrer do tempo, no entanto, as exigências aumentaram, vendo-se a diretora na obrigação de contratar professores e professoras que dominassem essas línguas e pudessem assumir as respectivas aulas, agora requeridas, se não quisesse ser sobrepujada pelos muitos estrangeiros que se propunham a também fundar Colégios de Meninas (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, subtítulo Ensino e educação, 1862, p. 13).

Enquanto a escola de dona Fortunata parecia ser privilégio de poucas, o Brasil buscava a obrigatoriedade do ensino. Matricular as crianças na escola não era fato social. E o Brasil buscava seguir os

---

<sup>98</sup> O Convento de Santa Clara do Desterro é o mais antigo convento feminino do Brasil (MOTT, 1994).

passos de territórios como o da Prússia de Frederico II, que impunha multas aos pais omissos no século 18 (MARCÍLIO, 2005).

Esta mesma escola pública era admitida sem contestação por parte das ordens religiosas e do clero secular. Mas o ensino religioso e o catecismo não deixaram de ser integrados obrigatoriamente na educação elementar gratuita, quando o sistema do padroado régio era confirmado com a Independência.

Amanda<sup>99</sup>, personagem principal desta parte do livro, era uma das alunas do instituto de dona Fortunata. Rapidamente, ela trocava seu vestido, penteava seus cabelos e calçava sapatos novos para fazer uma visita à casa de sua mãe, que ficava em uma chácara, perto da cidade do Rio de Janeiro. Julie lembra que, para quase toda aparição em público, são necessárias botinhas ou sapatos novos,

porque o couro muito fino que é usado aqui para a confecção de calçados não costuma resistir por mais de alguns dias – motivo pelo qual crianças e adultos (mesmo entre a classe mais abastada), no interior de suas residências, na maioria das vezes, usam chinelas toscas ou andam descalços. Entretanto, onde estão o chapéu e o xale, ou a sombrinha e a mantilha (estes últimos mais adequados ao costume local) para que se possa finalmente iniciar a viagem, que não é longa? Uma escrava negra, que serve como mucama, traz os objetos desejados e é chegada a hora das despedidas, com apertos de mão e os habituais votos de: “Que passem muito bem!” (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, subtítulo O valor do conhecimento de línguas estrangeiras, 1862, p. 14).

A professora Mathilde toma assento na caleça ao lado da radiante Amanda, para acompanhá-la até a casa de seus pais. A chácara era tida pela menina como seu verdadeiro lar, lugar onde nasceu e cresceu, tendo viajado raras vezes para a cidade com sua mãe e suas irmãs, antes de estudar no colégio.

A rotina da chácara, alterada pela chegada de Amanda, volta ao normal após o almoço, quando serve-se café preto. Os adultos retiram-se

---

<sup>99</sup> O sobrenome de Amanda não é mencionado e também não é possível dizer com precisão se foi trocado pela autora.

para a hora da sesta e as crianças procuram um local à sombra para brincar.

As dez pequenas pupilas, com idade entre seis e 12 anos, que estudam no Instituto de Ensino para Meninas, moram muito longe da Capital, assim como seus pais ou tutores, seja no interior do País ou na costa Africana. Portanto, não podem voltar para casa com frequência, como Amanda, tendo de se conformarem com uma animada conversa entre si.

Julie faz, então, uma interessante descrição sobre as características fenotípicas étnicas das alunas da escola de dona Fortunata, revelando seu estranhamento, enquanto alemã, sobre a miscigenação e a construção social do valor do “sangue europeu” na constituição das identidades das elites no Brasil:

As jovens africanas revelam-nos através de seus cabelos encrespados, seus lábios e narizes mais grossos, seus dentes salientes e sua tez ligeiramente verde-oliva, além de seus olhos pretos reluzentes, que sua descendência, ao menos de um dos lados, origina-se da raça negra, mesmo que seu avô tenha sido um europeu genuíno, isto é, um branco, que se casou na África com uma negra ou mulata.

Tanto mais, podemos notar nessas meninas pequenas, o esforço que fazem para mostrarem-se descendentes de sangue europeu puro e, para tanto, dedicam especial atenção aos seus cabelos, fazendo uso de todos os meios para alisá-los, enquanto seus vestidos vistosos em tons de vermelho e amarelo, parecem destinados a amenizar a coloração mais escura de seus rostos. Uma grande benevolência, associada a certa porção de travessura e agitação, que, no entanto, não são desagradáveis, tornam a maioria dessas crianças criaturas muito simpáticas. E devemos confessar que as jovens brasileiras também não possuem a tez muito mais clara e fina, ou os contornos do rosto mais delicados, para que possam ser distinguidas, de imediato, umas das outras.

Encontramos, no entanto, entre as brasileiras, os narizes mais longilíneos e os lábios mais estreitos, bem como o longo cabelo liso brilhante e a

estatura mais delicada, predominante entre os portugueses, como também a pele nos parece mais bronzeada, com bochechas rosadas e lábios bem delineados que servem de moldura aos belos dentes muito brancos (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, subtítulo Após o almoço, de volta ao colégio, 1862, p. 33).

Nas próximas linhas, esta característica fica ainda mais evidente, quando descreve a conversa das crianças africanas e brasileiras sobre seus países:

Encontramos reunidas a impulsiva Elisiária, a retraída Perpétua, a mal-humorada Sevéria e a sempre alegre e divertida Honória; sendo que esta última empenha-se em contar às outras sobre seus parentes aristocráticos na África, na esperança, certamente, de afastar qualquer suspeita de que ela pudesse, talvez, possuir parentes próximos da raça negra (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, subtítulo Após o almoço, de volta ao colégio, 1862, p. 34).

A temática negra, aqui evocada pela fala das meninas, aparece, todavia, com bastante frequência no livro. Apesar de não ter feito parte de um movimento sistemático de mulheres Abolicionistas, Julie demonstrava claramente seu estranhamento em relação ao trabalho escravo. Tanto que o tema está muito presente em sua fala enquanto educadora, no trabalho com crianças da elite.

As negociações possíveis entre estrangeiros e nativos é objeto de análise mais adiante, no tópico “Sobre a origem da Escravatura”, quando a autora relembra o período de domínios espanhol e português e as mudanças que surgiram a partir da Declaração da Independência, na segunda década daquele século 19. Ao entrar no assunto “esquemas de dependência” entre países, Julie comenta que “Tolo quem acredita ser capaz de justificar o seu bem-estar pessoal suprimindo o de outro”.

Para ela, a Escravidão injusta foi construída pela falta de visão e pela dificuldade de mudança de “hábito”, que pareciam ser mais forte do que a razão. Ao mesmo tempo, para ela, outro erro comum estava na falta de reconhecimento de que indígenas e negros são mais preparados para o cultivo do solo, já que “seu sistema inteiro natural é mais

adequado para este clima quente (e que é usado desde tempos imemoriais)”.

Julie/Martha aproxima a questão da escravidão negra com a presença indígena em terras brasileiras, através da educação, e reitera que não apenas os negros na África permaneceram quase inteiramente na miséria, sempre governados entre eles, mas os indígenas da América também estiveram longe de atender à educação sem, no entanto, terem andado somente para trás. Assim, é feita uma importante crítica à desigualdade social de acesso à educação na página 107:

Mesmo com a proibição da importação de escravos desde 1850, ainda mais do que metade da população total permaneceu não livre e sem quaisquer direitos. [...] E se na maioria das províncias do Sul não havia tantos escravos, então, o Norte está totalmente nas mãos dos grandes fazendeiros. A Europa e os Estados Unidos alcançaram, até agora, os maiores níveis de educação e desenvolvimento. E, embora os negros e os vermelhos (indígenas) fossem maioria em número e distribuição, estavam muito aquém na educação, permanecendo, certamente, subordinados. Do correspondente, até agora, às cepas dos brancos caucasianos<sup>100</sup>, o mundo está bem representado na América, agora, somente em excelentes “romances”. Aqueles, nomeadamente os espanhóis e portugueses, têm a primeira descoberta, conquista e exploração, assim como a primeira imigração e colonização desta parte do mundo; e, hoje, eles ainda são a região de fronteira dominante em ambos os lados do Equador (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, subtítulo A população do Brasil, 1862, p. 108).

Mais tarde, novos personagens, como Arthur, Érico e Herbert (também imigrantes europeus), entraram no debate sobre o direito a terra dessas populações. O tema da discussão era a situação dos

---

<sup>100</sup> O cientista alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) encontrou em 1795 o exemplar do crânio georgiano, defendendo a hipótese de que a origem dos europeus estava no Cáucaso – na fronteira entre a Europa e a Ásia. Dados biográficos de Blumenbach podem ser encontrados em Charles Coulston Gillispie, *Dictionary of Scientific Biography*, 1970, p. 203.

trabalhadores livres, que seriam considerados como “bloqueadores” do caminho dos senhores de escravos, grandes proprietários de terra. No entanto, a posição dos colonos era de que, lentamente, o trabalho escravo fosse diminuindo por meio da crença no trabalho livre.

### **7.1.1 O trabalho escravo na visão das alunas**

As antropólogas americanas Margaret Mead e Ruth Benedict tiveram papéis cruciais para o posicionamento da criança como categoria de análise na antropologia. Em seu artigo “Antropologia da criança: uma revisão da literatura de um campo em construção” (2009), a doutora em educação pela UFSC Márcia Buss-Simão escreve sobre os impactos de publicações como “The Primitive Child” (1931), “Balinese character: a photographic analysis” (1942) e “Growth and Culture: a photographic study of balinese childhood” (1951), de Margaret Mead. Assim como também são lembradas as obras “Padrões de cultura” (1934) e “O Crisântemo e a espada” (1946), de Ruth Benedict.

Com Ruth Benedict, os estudos da escola de Cultura e Personalidade emprestaram maior visibilidade às crianças no campo antropológico. Apesar da contribuição a partir de métodos e temas de observação, de coleta e análise de dados, esta escola ainda mantém uma imagem de criança como sujeito imaturo, incompleto, inacabado.

Novos olhares sobre as crianças surgem, principalmente, a partir da década de 1960, quando é evidenciada a compreensão de que: “[...] o que é ser criança, ou quando acaba a infância, pode ser pensado de maneira muito diversa em diferentes contextos sócio-culturais” (COHN, 2005, p. 22). É somente a partir de então que a criança passa a ser vista como atuante no seu meio.

Interessante notar que durante quase toda a primeira parte de “Noites de Natal”, quem pauta os assuntos a serem abordados são as alunas de Mathilde. Julie Engell-Günther concede importância às dúvidas delas, criando uma atmosfera de aprendizagem a partir de suas próprias experiências.

O tema Escravidão, por exemplo, foi o que mais apareceu nesta primeira parte, sendo tópico de calorosos debates entre as crianças da escola de d. Fortunata. A pergunta “O que é a Escravidão?”, lançada pelas alunas, não parece ser um questionamento ingênuo. Trinta anos antes da Abolição, o assunto ainda estava culturalmente naturalizado, embora levantasse dúvidas na percepção infantil.

Ainda assim, da mesma forma como faz com os adultos, na segunda parte de “Noites de Natal...”, Julie coloca a questão da

Escravidão no mesmo nível que outros problemas sociais, vividos, inclusive, na Europa:

Não é de se admirar que, naqueles dias, quando, na Europa, ainda reinava a maior barbárie, e os povos perseguiram uns aos outros com um ódio sem fundamento e louco, na América, os selvagens, com crueldades assustadoras, matavam-se mutuamente. Também, na África, os negros tratavam seus iguais como escravos e os vendiam. Desta forma, o fato de os negros e indígenas serem arrastados para executarem serviços para os brancos, naquelas terras tropicais, não era considerado, exatamente um delito proibido (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo Indígenas e negros, 1862, p. 106).

Da mesma forma, o tema Escravidão estava tão naturalizado entre as crianças da escola de d. Fortunata que elas não eram capazes de conceber a vida sem escravos – o que é possível perceber a partir dos trechos a seguir. Cândida, uma das alunas, por exemplo, pergunta quem poderia fazer o trabalho pesado, caso não existissem escravos.

E Mathilde logo responde não entender por que pessoas que executavam tarefas tão difíceis eram tratadas com tanto desprezo, crueldade e dureza. Mas as meninas pareciam partilhar da mesma opinião de que os escravos mereciam ser punidos quando se negassem a executar qualquer trabalho.

Mathilde respondeu: “Por roupas e alimentos, bem como pelo abrigo e tudo mais que um ser humano necessita para viver, ele deverá trabalhar! Sem dúvida! Até aí você tem toda razão. A pergunta, no entanto, é quanto e o que é justo ele trabalhar por isso (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo A professora alemã, 1862, p. 50).

Mathilde, então, rebate com um exemplo apropriado às realidades escolares de suas alunas, questionando se elas estariam sempre dispostas a trabalhar em suas tarefas cotidianas e se seria certo usar de força para puni-las caso não fizessem, em vez de dizer boas palavras para convencê-las.

- Certamente - opinou Elisiária - é bom que sejamos punidas, quando não queremos obedecer por bem, do contrário, não aprenderíamos nada de útil.

- Pois bem! – disse Mathilde – vamos ver, então, quem terá o maior proveito do seu estudo e do desenvolvimento de suas capacidades! Quem pode me dizer, para quê todas vocês se encontram aqui sob a guarda e orientação da nossa querida diretora dona Fortunata?

- Bem, para aprendermos muita coisa boa e agradável – respondeu Maria Angélica.

- Mas, com que propósito? – indagou Mathilde.

- Porque agrada aos nossos pais – opinou Ana Maria.

- Certamente, seus pais ficarão contentes, mas por quê? – Mathilde continuou a investigar, e, como ninguém soube dar uma resposta, ela acrescentou: Acredito que eles são da opinião que vocês aproveitarão muito melhor as suas vidas e encontrarão com maior facilidade um meio de vida, quando for necessário, quanto mais vocês desenvolverem e aprimorarem todas as suas capacidades. [...] Nada no mundo poderá nos trazer prazer, se não tivermos a devida compreensão. E para podermos reconhecer e apreciar algo belo, sempre teremos, antes, de empenhar-nos em adquirir muitos conhecimentos a respeito (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Por que devemos estudar, 1862, p. 51).

A professora Mathilde seguiu provocando, ao perguntar se elas continuavam acreditando que os escravos negros eram forçados a trabalhar somente para o próprio proveito e benefício. E depois de um momento de silêncio, Cândida suscitou a seguinte questão: “Se os donos fornecem roupas e alimentos a seus escravos, esses certamente deverão trabalhar para merecê-los?” E Mathilde se apressou em responder que, sem dúvida, era lícito trabalhar por roupas e alimentos, bem como pela sua casa. Porém, comparando com os trabalhadores livres que viviam no Brasil, os escravos recebiam bem menos por um dia de trabalho. Sem

liberdade, os escravos eram obrigados a trabalhar pela própria sobrevivência, sendo forçados a trabalhar três vezes mais em benefício do seu dono e sem direito a lutar por melhores condições de vida.

E mais dúvidas surgem sobre a quantidade justa de trabalho, quando Maria do Carmo pergunta se as pessoas pobres na Europa também não trabalhavam muito mais que as ricas. Enquanto que Mathilde não tem dúvidas em responder que para um pobre na Europa sempre existe a possibilidade de crescimento por meio do esforço e conduta, uma vez que seu trabalho, de modo geral, será pago pelos valores de mercado e ele possui a liberdade de trabalhar onde quiser e tiver mais potencial e conhecimento para isso – mesmo com bastante dificuldade de encontrar uma boa posição.

“Certamente”, respondeu Mathilde. “Em todos os lugares, a humanidade ainda é pouco evoluída e as dádivas da natureza nem sempre são distribuídas de maneira justa. No entanto, para um pobre na Europa, sempre existe a possibilidade de elevar-se acima de sua insignificância opressora por meio do seu esforço pessoal e da sua postura, uma vez que seu trabalho, de modo geral, será pago pelos valores vigentes e ele possui a liberdade de se empregar onde mais lhe aprouver (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Por que somente o homem livre gosta de trabalhar, 1862, p. 53).

Aos escravos, entretanto, não era concedida a oportunidade de aprender ou até pensar em algo que não fosse autorizado por seu senhor, devendo contentar-se com qualquer recompensa que fosse concedida, podendo variar de elogios ou descomposturas. A ele, não era permitido trocar de senhor por vontade própria e nem ocupar-se de alguma atividade mais rentável.

Sem expectativas, continuava Mathilde, eles não tinham, portanto, expectativas para melhorar seu destino por esforço próprio. Sua sorte dependia do humor, normalmente instável, de seu patrão, não sendo de se admirar, portanto, que demonstrasse pouco estímulo e vontade de trabalhar.

Ao fim da conversa, Mathilde demonstra ser compassiva com a posição de suas alunas, mas diz não poder deixar de alertá-las para “a injustiça que seria tratar pessoas, cujo trabalho é tão proveitoso, com dureza e desprezo”.

Tratados como objetos de compra, venda ou aluguel, muitos escravos se opuseram aos abusos. Eles negociaram liberdades parciais, habitando em casas próprias, limitando as horas de trabalho ou até exigindo o pagamento em dinheiro por seu ofício, compartilhando o alimento e o ordenado com seus parentes e companheiros ou cuidando de seus doentes. Eles recusaram, com suas indisciplinas, as jornadas exaustivas de trabalho. Abandonando os sobrados, as escravas indispuseram-se ao assédio sexual, aos maus tratos e aos baixos ordenados, que nem sempre receberam.

Entre elas, esses acordos pareciam ainda mais complexos. Das recusas, surgiam imagens de mulheres desobedientes, provocadoras da desordem no seio da família. Elas tinham de mudar continuamente de emprego, abandonando sucessivamente seus patrões “por livre vontade”, “para tratar de seus negócios”, para visitar ou tratar doentes de suas famílias, “por questão de ordenado”, “por exigir maior aluguel”, “para juntar-se ao marido”. Para as mulheres, uma liberdade inegociável (TELLES, 2014).

### **7.1.2 Sociedades secretas**

A tensão entre brancos e escravos continua presente na conversa de Mathilde com as crianças, que mais parece uma “aula informal”, fora do ambiente escolar. Os Quilombos, na narrativa da primeira parte de “Noites de Natal”, são designados como temidas confrarias ou comunidades secretas. A associação da cor ao “perigoso” e “arriscado” era uma concepção, muito provavelmente, aprendida em casa.

Na versão da própria Ana Maria, também aluna de Mathilde, os Quilombos representavam uma ameaça terrível:

- Pois, sim, os Quilombos representam uma ameaça terrível - disse Ana Maria.
- Meu pai me contou que, bem no interior da província de Mato Grosso, existem muitas vilas fundadas por escravos negros foragidos e outros maus elementos. Esses vivem, agora, de furtos e raptos; uma vez que suas plantações, escondidas entre rochas, são pequenas demais para sustentá-los – e eles temem ser perseguidos e novamente capturados (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Alianças entre escravos, 1862, p. 71).

Enquanto a preocupação das crianças era com a formação de Quilombos, a de Mathilde estava nas alianças que os escravos negros poderiam fazer entre si para provocarem uma revolta contra os brancos, o que seria ainda mais nocivo.

- Certamente, essas situações são algo terrível - respondeu Mathilde com um suspiro.

- Eu, no entanto, não queria falar agora sobre esses quilombos. Eu me refiro às alianças que os escravos negros fazem entre si, em meio à população de brancos; e que são tanto mais perigosas, pois são formadas por membros da mesma etnia, uma vez que, como me disseram, os negros no Brasil são trazidos sempre das mesmas regiões na África. E a hegemonia nacional fortalece ainda mais essas coligações (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Alianças entre escravos, 1862, p. 71).

De acordo com suas posições, grupos de uma mesma etnia se coligavam para formar poderosas agremiações, capazes de causar um dano imenso às cidades habitadas. Como exemplo, Mathilde cita a Ilha do Haiti, onde, em condições semelhantes, a formação de sociedades secretas levou a uma revolta sangrenta contra a população branca, que teve de sucumbir completamente.

O mesmo não poderia acontecer no Brasil, na opinião dela, já que a população brasileira vivia dispersa em uma área muito grande, impedindo os negros de organizarem conspirações que abrangessem vastas regiões. E porque uma característica comum entre escravos locais era a adesão às lutas políticas partidárias dos seus senhores, o que desviava a sua atenção de possíveis manifestações ou revoltas por questões próprias.

Aqui, no país, dificilmente ocorrerá algo semelhante, porque, de um lado, toda a população brasileira vive dispersa em uma área muito grande, o que também impede os negros de organizarem conspirações que compreendam vastas regiões (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Alianças entre escravos, 1862, p. 71).

Felizbella, porém, dizia nunca ter ouvido falar nas revoltas de escravos, mas, sim, nos envenenamentos que costumavam ocorrer com frequência:

- Eu nunca ouvi falar de revoltas de escravos - manifestou-se Felizbella - porém, envenenamentos costumam ocorrer com frequência.

- Pois sim - acrescentou Ana Maria.  
- Os negros costumam acreditar que voltarão à sua terra natal depois da morte e, portanto, não julgam ser pecado o fato de assassinarem uns aos outros (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Alianças entre escravos, 1862, p. 71).

A menina explicava que, como a morte de escravos representava um prejuízo para o fazendeiro, muitos negros costumavam dar vazão ao seu sentimento de vingança, causando grande devastação entre seus pares, pela administração de veneno; agindo com tanta cautela e habilidade que raramente eram descobertos.

Se os Quilombos exerciam poder e ameaça, na visão das meninas, o que dizer, então, do Estado Negro dos Palmares? Por meio de Mathilde, Julie Engell manifesta seu conhecimento sobre os conflitos históricos promovidos pela comunidade de Zumbi, uma grande referência para o Brasil.

Ela conta que, surgidos no início do século 17, quando um grande número de escravos havia fugido para a mata densa, os Palmares abrigavam também “malungos”, ou seja, companheiros de viagem ou viajantes do mesmo navio. Eles se reuniram, pouco a pouco, nas encostas orientais da Serra do Ibiapaba, perto das localidades de Porto Calvo e Anádio. Ali, fundaram uma espécie de vila, chamada de “Palmares” devido à floresta de palmeiras que crescia no local.

Naquela época, Mathilde continua, os holandeses tinham se apropriado da antiga “Capitania Pernambuco” antes de serem expulsos pelos portugueses. Essa situação provocou muitas hostilidades. Com plantações incendiadas e vilas destruídas, a fuga de muitos escravos foi facilitada, fortalecendo os “Palmares”.

Seus chefes, acompanhados de um grande séquito, vagueavam por toda a região, que, hoje, forma a província de Alagoas, separada do antigo

Pernambuco, até alcançarem o grande rio São Francisco, ao Sul, e assaltavam todo e qualquer povoado ou plantações mais afastados, matando tudo que oferecesse resistência, e levando consigo mulheres, crianças, gado e mantimentos que encontrassem pela frente (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo A República de Palmares, 1862, p. 73).

O relato de Mathilde em “Noites de Natal no Brasil” dá ênfase aos contratos feitos entre os ricos plantadores e os quilombolas. Os fazendeiros só poderiam ter suas mulheres e filhas libertadas do cativeiro por meio de uma negociação feita por seus escravos, incluindo o pagamento de um resgate. Ao mesmo tempo, a segurança de suas plantações somente poderia ser garantida com a quitação de tributos na forma de produtos de suas lavouras.

Como havia interesse por parte dos negros em trocar artigos que eles próprios não poderiam fabricar, não demorou muito para que se estabelecessem relações comerciais entre quilombolas e fazendeiros. Assim, aumentava cada vez mais o poder de fogo da República dos Palmares, pois suplementos de guerra e armas eram os artigos mais comprados.

O Estado criado pelos negros era regido por um soberano vitalício - uma espécie de sumo sacerdote respeitado por seu povo. Dizem que seu nome era “Zombi”, como na África, onde os mais altos chefes de Estado portam nomenclaturas semelhantes. Pode-se dizer que os costumes e as condições de vida eram essencialmente africanos. Abaixo daquele presidente, estavam os chefes dos aldeamentos menores, que também exerciam as funções de comandantes de guerra e de juízes.

Felizbella logo interage com sua professora, perguntando sobre qual religião eles professavam. Se eles eram cristãos ou pagãos? E Maria do Carmo responde que nem coisa nem outra, no entanto, de cada coisa um pouco:

Eles eram devotos de Santa Cruz e da Virgem Maria. O Zumbi, no entanto, ocupava a posição mais elevada de todas e sua casa servia, ao mesmo tempo, como templo e sede do governo. Contam que, lá, foram reunidas muitas preciosidades e que reinava muita pompa, pois cada um doava tudo aquilo, de que conseguia apoderar-se de mais

precioso, ao Zumbi, pois acreditava que, com isso, alcançaria grande sorte e felicidade (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Instituições religiosas e sociais, 1862, p.75).

O diálogo entre as alunas ainda apresenta aspectos sobre as religiosidades na República de Zumbi: magia, bruxaria e feitiçaria que continuavam a ser praticadas pelos negros de classes mais baixas mesmo após o declínio do Estado negro. “Todas nós sabemos o quanto os escravos se julgam conhecedores de práticas de bruxaria. Naquela época, certamente, não foi diferente”, enfatizava nossa narradora.

Porém, certo dia, prosseguia Mathilde, da torre de vigia se avistava uma longa carreira de carroças, ladeadas de um grande rebanho de rezes, em direção ao centro do acampamento dos brasileiros, sem chance de vitória aos desprevenidos habitantes da República de Zumbi.

Até os mais valentes estavam desarmados e quando a cidade havia sofrido um novo ataque, eles não ofereceram resistência, de acordo com o relato apresentado em “Noites de Natal”. Os portões foram arrombados e os vencedores invadiram a infeliz Palmares, saqueando e matando quem encontrassem pela frente. Somente o Zumbi, juntamente com outros chefes e destacados guerreiros não se renderam; bateram em retirada, lutando bravamente, até alcançarem o topo do seu alto rochedo, de cujas escarpas se precipitaram, morrendo como homens livres.

Os demais prisioneiros, quando fortes e saudáveis, forem vendidos como escravos para o trabalho nas províncias mais distantes, e as mulheres e crianças foram levadas a Pernambuco onde foram condenadas ao mesmo destino, relembra o grupo.

- Mas, por que houve essa separação? – perguntou Cândida. Isso foi muito cruel!

- Provavelmente por receio de novas revoltas, às quais os negros talvez se mostrassem inclinados, se continuassem mantendo o contato entre si - respondeu Maria do Carmo. E prosseguiu: Quando a notícia dessa vitória chegou até Olinda, que naquela época era a capital de Pernambuco, o acontecimento foi celebrado com procissões, festas de agradecimento e queima de fogos (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Batalha de vida ou morte, 1862, p. 77).

Mathilde analisava o fim de Palmares como uma situação inevitável, já que a comunidade representava uma ameaça ao projeto de *civilização europeia*. Para a professora alemã, não se podia permitir que esse Estado de negros continuasse a existir, por mais louváveis que tivessem sido algumas de suas ações, sem que se colocasse em risco “o desenvolvimento da civilização europeia nessas terras”. E, no entendimento de Mathilde, a ação de defesa dos brasileiros parecia ser justificada, já que também estavam lutando pela própria sobrevivência. A Escravidão é apontada como mal maior que a formação de Quilombos, pois a segunda não existiria sem a primeira.

Mas a separação das crianças de suas mães ainda era a situação mais criticada por Mathilde. Principalmente porque ações deste tipo eram praticadas com a desculpa de que as mulheres negras possuíam menos sentimentos que as brancas, e acredita-se, por isso, que elas poderiam superar com mais facilidade as separações. Sem acreditar nesta afirmação, Mathilde perguntou o que as alunas pensavam sobre o assunto.

O que pode ser pior do que arrastar uma criança dos braços de sua mãe e levar cada uma para um lado, sem que possam saber se algum dia terão notícias uma da outra? (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo Fim do Estado Negro, 1862, p. 78)

Foi quando todas apresentaram exemplos opostos a esta visão genérica. Maria Angélica falou que percebia as mulheres negras como mães que amam muito as suas crianças e mesmo os pais negros, geralmente, eram bastante carinhosos. Além do cuidado e atenção diários, seriam capazes de passar fome para alegrá-los, se fosse preciso.

Cândida entrou na conversa para falar de uma jovem negra que chegou a enlouquecer de dor com a perda de seu filho. Ao longo do tempo, sua perturbação mental só aumentou, levando-a ao internamento em um hospital para que não provocasse alguma desgraça. É que ela, conforme prosseguia Cândida, costumava roubar crianças da idade de seu filho, escondendo-as em cativo para que não fossem localizadas e tiradas dela.

Quando a criança desaparecida era encontrada, a escrava caía no choro, atirava-se ao chão, gritando que aquela criança era dela, que não tinha morrido, mas havia sido roubada dela.

Outro caso foi contado por Felizbella, quando uma mulher negra havia tentado se matar com veneno na casa de sua tia, não fazia muito tempo, confessando que havia feito isso porque foi vendida e separada de seus filhos.

- Na casa da minha tia, não faz muito tempo, uma negra envenenou-se - contou Felizbella.

- E foi ela mesma quem confessou que o tinha feito porque a tinham vendido, separando-a de seus filhos (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo O carinho dos pais negros em relação aos filhos, 1862, p. 79).

Mathilde valorizou as experiências das crianças, reiterando que suas falas tinham dado provas suficientes de que havia poucos motivos para acreditar que os negros não teriam afeto.

Acredito, mesmo, que, é justamente devido a pouca oportunidade que têm de acesso à educação e a sua falta de liberdade, eles devem desenvolver sentimentos muito profundos. Eles possuem tão pouco no mundo que lhes dá motivo para reflexões e desperta a vontade de ocupar sua mente com pensamentos; que eu acredito que eles imputam um valor muito maior do que o real às coisas que lhes são caras (ENGELL-GÜNTHER/MATHILDE, Subtítulo O carinho dos pais negros em relação aos filhos, p. 79).

## 7.2 SEGUNDO NATAL: MARTHA MONTA A ÁRVORE NA COLÔNIA DONA FRANCISCA

Aquela tarde de 24 de dezembro estava preocupadamente escura na província de Santa Catarina, de acordo com os relatos de Martha/Julie Engell-Günther na segunda parte de “Noites de Natal...”. A chegada das nuvens cinzentas era prenúncio da tempestade, chuva, trovões e raios. As horas que antecedem o temporal merecem uma descrição cuidadosa de nossa autora. Sem detectar a presença de homens nas ruas, o que ela percebe, nas casas, é a movimentação das mulheres, inquietas, esperando por seus maridos.

Elas parecem se revezar até a porta aberta, de tempos em tempos, para olhar o céu e rio abaixo, esperando alguma notícia. Cada uma está

empenhada em não demonstrar diante das outras a sua preocupação. São elas: Martha, Kitty e Agathe.

As três europeias, agora, decidem conversar sobre o atraso dos maridos e como farão para transportar a árvore de Natal, que já estava lá fora para ser levada para dentro de casa:

Vamos, então, e ajudem-me a trazê-la para cá. Já que nos cansamos tanto para tombá-la, seria pena deixá-la lá fora. Amanhã, já não seria útil para nada. O vento iria acabar com suas folhas [elas não tinham encontrado um pinheiro, mas uma árvore parecida]. A correnteza poderia até levá-la embora (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, 1862, p. 131).

A tentativa do grupo de mulheres imigrantes de festejar o primeiro Natal na Colônia Dona Francisca foi marcada pelo imprevisto. Este primeiro trecho de “Noites de Natal no Brasil” (1862) retrata a longa espera pelos homens. A trovoada atrasaria a expedição. Tiros para cima. A tranquilidade só chegaria se a mata trouxesse alguma resposta. Mas nada de os homens chegarem.

As mulheres resolvem agarrar a árvore de Natal pelos galhos mais robustos, levando-a sobre os ombros até a sala. De toda forma, a tempestade veio, inundando a casa com seus móveis rústicos, sem nada de valioso a se perder. A árvore foi montada. Com a pá e a enxada, elas fizeram um buraco bastante fundo no meio da sala principal, colocando dentro a árvore que trouxeram da mata. Elas preencheram o espaço em volta do tronco com firmeza, apertaram a terra com os pés. E, então, divertiram-se com a alegria das crianças. Estava pronto o “jardim dentro da sala”.

Já era quase meia-noite quando Martha foi acordada por um tiro que ela reconheceu como um sinal. As companheiras também foram acordadas. O fogo foi novamente aceso e o bolo de farinha de mandioca que servia de pão para os colonos, e que estava cozinhando na cinza quente, foi colocado sobre a mesa, enquanto, rapidamente, a chaleira foi levada à fervura.

Elas se apressaram para fritar uma boa porção de carne seca cortada em quadrados e já cozida com toucinho e cebola. E Martha pegou a massa que ela tinha preparado para fazer as panquecas de banana, uma receita que ela mesma tinha inventado e que logo se tornou

a comida predileta do marido. Dos que estão retornando à casa, já se podia ouvir um deles, o berlinense, cantando de maneira inconfundível.

A alemã Martha fazia as vezes de intérprete. Ela podia entender e falar francês, inglês e português e parecia estar à vontade na companhia das outras imigrantes da Colônia Dona Francisca.

Importante salientar que, em Santa Catarina, Julie Engell encontra características diferentes daquelas vividas em outras partes do Brasil, conforme ela mesma relata, quando escreve sobre as províncias do Sul, nesta segunda parte de “Noites de Natal”: “Em 1850, quando a importação de novos escravos foi proibida no Brasil, mais da metade da população total do Norte continuava sem liberdade e direitos, já que as terras eram dominadas pelos grandes fazendeiros e a maior parte da população era negra ou indígena. Enquanto que, nas províncias meridionais, não havia um número grande de escravos” (p. 106).

Até hoje, a ideia corrente entre as populações brancas é a da invisibilidade dos escravos no Sul. No artigo “A Escravidão em uma colônia de ‘alemães’”<sup>101</sup>, Sandra P. L. Camargo apresenta alguns dados sobre o número de escravos que vivia na região da antiga Colônia Dona Francisca. De acordo com seu texto, nos anos 1870, Joinville fazia parte da Freguesia de São Francisco Xavier, que compreendia cidades como São Bento do Sul. O Censo de 1872<sup>102</sup>, por exemplo, indicava que havia 75 escravos nesta Freguesia. Quantidade que não convenceu a historiadora. De posse dos documentos da Igreja, que registravam os batismos e inventários de 1872 e 1888, a pesquisadora chegou a uma quantidade bem maior. Nesta época, constavam 60 nomes, entendendo que só apareciam nestes documentos nomes de mulheres escravas que deram à luz. E nos inventários, eram citados apenas aqueles escravos cujos proprietários foram a óbito.

Mesmo havendo registros de que existiam escravos vivendo na região da Colônia Dona Francisca, Julie não problematiza as questões interétnicas entre imigrantes e essas populações, como faz durante a primeira e a última parte do livro, quando enfoca a vida urbana no Rio de Janeiro.

Nesta segunda parte de “Noites de Natal”, a imigrante parecia estar entusiasmada com a ideia da colônia (opinião que será alterada ao longo do livro, quando ela passa a estar mais ciente das dificuldades ou

---

<sup>101</sup> O artigo foi apresentado no 24º Simpósio Nacional de História (2007).

<sup>102</sup> Livro de Registro de Batismos 1872-1888. Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville. Acervo Diocese de Joinville.

até impossibilidade de seguir as regras impostas pela colonizadora de Hamburgo).

Vamos dirigir os nossos passos para este Sul! Lá, presenciaremos, na mata mais fechada, em regiões onde o homem branco nunca pisou, o início de uma colônia alemã; que será instalada na Província de Santa Catarina (que, ao lado de Rio Grande, parece ser a mais indicada para o recebimento de imigrantes norte-europeus) (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo Viagem para o Sul nas festas de Natal, 1862, p. 109).

Uma característica que parece ter chamado a sua atenção, logo de início, foi o baixo índice demográfico da região Sul. De acordo com sua exposição, os poucos moradores viviam espalhados. Muitas milhas poderiam ser percorridas sem que fosse encontrada qualquer pista de seres humanos.

Ela suspeitava que isso ocorria porque os colonos recebiam um pedaço de terra muito maior do que os meios que dispunham para colonizar e cultivar. Os indígenas, por sua vez, viviam, segundo ela, de forma muito isolada. Já os brasileiros livres estavam sempre dispostos a enfrentar longas distâncias, acostumados às estradas precárias, para prestar serviços.

O recomeço da vida dos primeiros colonos no Norte do Brasil passava pelo diálogo com esses mesmos brasileiros, que estavam adaptados ao clima e ao solo. A partir desta parceria, havia a esperança de que a aparência da colônia, em poucos meses, já seria outra. As dificuldades foram relacionadas no relatório enviado para a companhia de colonização. A principal delas era o preço de compra de terras completamente selvagens e não cultivadas, já que a especulação da venda da madeira, imposta aos colonos, não poderia ser cumprida.

Sem os instrumentos necessários, os planos da colonizadora de Hamburgo eram de que essa esta matéria-prima fosse enviada via porto de São Francisco do Sul.

- Vocês poderão ver também como essas árvores são trazidas para o chão, e vocês terão de admitir que isso não é pouca coisa. Nós, europeus, quase nos matamos, nos primeiros tempos, fazendo este trabalho, que, realmente, custou uma vítima. Eles

(os brasileiros) sabem melhor como desempenhar este trabalho. E se eu sempre fui acostumado a trabalhar pesado, eu devo admitir que somente consegui me aperfeiçoar nesta técnica com a ajuda deles - disse Jorge, marido da nossa Kitty (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, 1862, Subtítulo A impossibilidade do comércio da madeira, p. 163).

Seguindo a técnica dos brasileiros, uma fileira de árvores poderia ser derrubada de uma só vez. Um machado era amarrado em uma longa barra de madeira. Posicionado a alguns passos de distância da árvore que se quisesse cortar, batia-se com o machado sempre no mesmo ponto do tronco, atentando para que a árvore caísse exatamente no local onde fosse arrancar consigo uma fileira importante de outras árvores menores, nas quais já tinham sido feitos entalhes.

Arthur e Herbert dialogam sobre a impossibilidade de transportar esses troncos enormes por mil passos até o rio para que fossem colocados nas frágeis canoas, levando-os até a cidade. Isso sem levar em consideração o pouco valor que traria um desses carregamentos, se era verdade que a maioria das árvores da floresta nativa brasileira, apesar de sua madeira muito dura, não era um tipo muito apreciado na Europa.

Nós devemos reunir, nos próximos dias, um relatório fiel dos acontecimentos, que será enviado para a Europa, para que algumas modificações da situação que nos oprime possam ser resolvidas. Especialmente, nós devemos alertar para o preço de compra muito alto que nós devemos pagar por terras completamente ainda não cultivadas, porque a especulação da venda da madeira, que nos foi imposta, no sentido mais real da palavra, desfez-se como fumaça (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, 1862, Subtítulo A impossibilidade do comércio da madeira, p. 163).

Ao mesmo tempo, as cinzas desses troncos eram muito importantes para as plantações, já que não havia possibilidade de encontrar outro adubo. Na opinião do grupo, todas essas dificuldades relatadas já seriam suficientes para conceber injusto o pagamento por este solo, levando-se em consideração que um terreno que já produziu uma vez não poderia ser replantado sem ser adubado. Os colonos

lembram que, sem pastos para a criação de gado, nesta parte do Brasil, costumava-se deixar o solo, no qual foi plantado uma vez, descansar por vários anos até que fosse recoberto de floresta para ser derrubada, queimada e usada como adubo.

As dificuldades da primeira preparação do terreno já seriam suficientes para considerar injusto o pagamento por este solo intocado. Deve-se, no entanto, saber que um terreno que já produziu uma vez não pode ser replantado com lucro se não for adubado (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo Adubagem do solo com cinza, 1862, p. 64).

Érico tinha uma explicação para esses primeiros problemas encontrados pelos imigrantes. Na visão dele, estava sendo cultivada uma desconfiança de que estas colônias estavam se tornando autônomas e prósperas. Por isso, o incentivo era de que os imigrantes vivessem dispersos. Tudo porque esses europeus eram vistos como concorrentes perigosos dos senhores de escravos. Com alguma influência e poder, eles poderiam comprar terras e cultivá-las por meio do trabalho livre, ameaçando a produção das grandes fazendas que ainda utilizavam força de trabalho escrava.

De acordo com o diálogo dos colonos publicado por Julie, esta tendência poderia ser observada nos discursos das autoridades e instituições públicas brasileiras. Nas assembleias das Câmaras, em todos os jornais, confessava-se o interesse em trabalhadores e colonizadores individuais sem desejar que os colonos europeus vivessem em grandes comunidades.

- No fundo, nem podemos levar isso a mal. Eles não querem que se formem pequenos Estados independentes dentro de um mesmo Estado – disse Arthur.

- Certamente que não. Porém, seria muito cedo para pensar nisso. Temos o exemplo, na América do Norte, da Pensilvânia, que, por muito tempo, formou um tipo de local de passagem, de onde a imigração alemã partia para o interior. Milhares e milhares o seguiram da Pensilvânia para as terras ocidentais e, assim, abriram caminho para a

cultura, atraídos somente pela fama que os antecessores divulgaram! - respondeu Érico.

Os senhores de escravos não viram com bons olhos a chegada dos imigrantes no Oeste norte-americano. Disso, eu tenho certeza, pois eles precisavam de grandes territórios e os trabalhadores livres estavam no seu caminho. Ali, o partido dos senhores de escravos reinava absoluto, já que não existia uma população realmente independente e culta. Mas não podemos nos admirar, eu acho, que grandes colônias de estrangeiros cultos são antes temidas do que desejadas – disse Arthur.

- Sim, você tem razão, mas, veja, deve ser este também o motivo pelo qual a imigração no Brasil permanecerá por muito tempo fraca. Porque onde não há atrativo, nenhum meio artificial pode ajudar - respondeu Érico.

- Isso não nos parece muito consolador, que chegamos aqui com a melhor das esperanças na prosperidade dessa colônia - disse Herbert.

- Mesmo assim, não há motivos para arrependimento. Luta sempre custa vida em todo lugar e eu devo dizer que agiremos com forças reunidas para, no momento, só conseguir melhores condições de compra, e tudo vai melhorar; e nós devemos ficar orgulhosos do que conseguimos até agora! - Arthur disse, encorajando (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, 1862, Subtítulo Dificuldades de uma colônia, p. 171).

Mesmo com inúmeros desafios, os colonos continuavam otimistas com o modelo implantado no Sul do Brasil, criticando o sistema de parceria<sup>103</sup>, quando os trabalhadores recebem, de início,

---

<sup>103</sup> Os comentários de Walter, Herbert, Arthur e Érico sobre os colonos do sistema de parceria em dívida com os fazendeiros referem-se às fazendas de café do interior de São Paulo. Na Fazenda de Ibicaba, do senador Vergueiro, a imigração por parceria incentivava que suíços e alemães recebessem

grandes créditos dos fazendeiros, que pagarão com o seu trabalho. Na opinião de Walter, Herbert, Arthur e Érico, estas formas de colonização colocavam o imigrante em uma posição muito perigosa de dependência.

Ao mesmo tempo, eles também não aprovavam a ideia de receber terras do governo, também temendo dependência, só que do Estado. Enquanto colonos de D. Francisca, eles ganhariam mais autonomia. Livres de impostos e de serviço militar por dez anos, eles poderiam formar uma comunidade com administração própria, com liberdade de religião e educação. Como protestantes, o clero católico local não se incomodaria com as suas convicções religiosas, podendo instalar igrejas e escolas de acordo com os seus desejos, desde que eles tivessem dinheiro.

### **7.2.1 O encontro de Martha com os nativos**

Uma das cenas mais emblemáticas da segunda parte de “Noites de Natal no Brasil” é a narrativa do primeiro encontro de Martha com o que descreve serem “verdadeiros bugres” na praia. Recém-chegados à Província de Santa Catarina, Martha e Arthur, famintos e sem enxergar rastro humano algum, tentavam atravessar um braço de mar que bloqueava o caminho por onde eram obrigados a passar.

À procura de uma canoa para alugar, Arthur não pensou muito, tirou as roupas e nadou para o outro lado para buscar ajuda, enquanto o guia do casal descarregava o carro de boi.

A carroça foi desmontada e trazida até a outra margem e o guia permaneceu com os seus animais do outro lado até que a viagem com os bois pudesse ser feita. Nos instantes em que Martha precisou ficar na

---

adiantamentos para pagar a passagem de navio, translados, acomodação e alimentação dos fazendeiros brasileiros e, em troca, tinham de trabalhar cinco ou seis anos para repassar aos donos das propriedades a metade do lucro com a venda da sua colheita de café. A tentativa, inédita para o Brasil, empreendida pela Firma Vergueiro, a partir de 1847, gerou muitas queixas por parte dos imigrantes. O levante dos colonos suíços, que começou em 1856 e indo até 1857, ficou conhecido na Suíça e nos Estados alemães por livros e artigos, passando a ser um sistema mal visto pela opinião pública europeia. Depois disso, em 1859, o governo da Prússia proibiu em seu território a propaganda e a atividade dos agentes ligados à emigração para o Brasil, por meio do Rescrito de Heydt. A insatisfação geral com este sistema de trabalho provocou um abandono gradativo do modelo, que foi substituído pela locação de serviço ou contratos de trabalho assalariado (BENDOCCHI, 2003).

margem, sozinha, cuidando das malas, acontece o seu primeiro encontro com índígenas nativos:

Para me livrar daqueles tremores frios que me sacudiam e para poder apreciar sem ser incomodada o espetáculo que o céu nublado oferecia e que mudava constantemente, eu encostei duas das nossas caixas, uma na outra, e me deitei em cima delas. Um bom tempo deve ter passado, quando eu fui impelida a virar a cabeça para o lado, por algo que não sabia o que era; e imaginem vocês o susto que levei quando vi três sujeitos que não usavam nada além de uma tanga de palha trançada, portanto, com toda a sua naturalidade rudimentar, estavam diante de mim como verdadeiros bugres! (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo Vigília solitária na praia, 1862, p. 204)

Sem entender de onde teriam vindo, seu primeiro pensamento foi o de que não deveria tentar luta alguma contra os três homens, mas vencê-los pela astúcia. Apesar de levar sua pequena pistola carregada, pensou que se acertasse um deles, só aumentaria a raiva dos outros.

Eu juntei, então, toda a minha coragem, levantando-me e aproximando-me deles, disse: ‘Amigos, eu peço que vocês não se aproximem de mim se tiverem amor por sua vida. Eu vim aqui para fazer um feitiço que trará muitos benefícios a esta terra se ele for concluído sem interrupções (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo O feitiço, 1862, p. 205).

Com sua pequena arma, Martha desenhou na areia um círculo, alertando do perigo que correriam caso ultrapassassem a linha. Com um pouco de pólvora umedecida, ela fez pequenos montes de areia, como vulcões em miniatura em erupção.

Ao perceber a presença dos “bugres”, Arthur remou às pressas, atirando com seu revólver em direção à costa e fazendo com que fugissem para o mato. Assim que pôde, Martha pulou no barco “aliviada” por não ter sido arrastada para a mata, já que não imaginaram se tratar de uma mulher.

“Eu já havia visto de longe esta fogueira vulcânica”, disse Arthur, rindo, “e não sem admiração, cuja presença dos senhores pelas vermelhas eu não tinha percebido. Remando, às pressas, consegui perceber o motivo da mostra dos grandes talentos da minha esposa, e não pude me conter em soltar alguns tiros sobre a costa, que ressoaram nas montanhas próximas, produzindo um ruído significativo. Nossos amigos selvagens esqueceram, de susto, a sua elegante inércia e fugiram para o mato. Mas, imediatamente, arrependeram-se desta covardia, voltaram, pararam e acompanharam o nosso desembarque; retirando-se, então, lentamente, para trás, até a mata” (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo O vulcão artificial, 1862, p. 206)

É na segunda parte de “Noites de Natal no Brasil” (1862) que ficam mais evidentes as tensões entre europeus e nativos da América do Sul. Principalmente nos subtítulos “O feitiço” (p. 205), “O vulcão artificial” (p. 206), “O retorno dos bugres” (p. 207), “A população do Brasil” (p. 108), “Índios mansos e índios do mato” (p. 125), “O capitão do mato” (p. 127), “Aventura do alemão Hans Staden” (p. 139) e “Hostilidades entre indígenas e europeus” (p. 140).

Apesar de não problematizar a concepção de “Entdeckung” (“Descobrimto”), de apresentar a figura de Hans Staden como uma vítima dos “índios canibais” e demonstrar uma visão desenvolvimentista da colônia e de estranhamento aos indígenas, Julie chega a fazer uma tímida denúncia sobre as capturas de nativos praticadas já nas primeiras ocupações de Cristóvão Pires em Cabo Frio, em 1511. O que soa um pouco contraditório:

Também ocorria, frequentemente, que europeus, principalmente portugueses, nas suas expedições de comércio, atraíam alguns silvícolas para seus navios para levá-los como escravos para Portugal, onde eram vendidos em praça pública (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo Hostilidades entre indígenas e europeus, 1862, p. 140).

Embora aponte na direção contestatória sobre a Escravidão de indígenas, ao longo de sua narrativa, a legitimidade da venda de terras brasileiras para estrangeiros não é colocada em questão. Julie considera

que os imigrantes alemães têm um papel civilizatório importante, como podemos ver na citação abaixo:

Os germanos tentaram se apoderar das regiões de clima temperado. E conseguiram se estabelecer com sucesso nas vastas planícies do território norte-americano. Recentemente, podemos encontrá-los também no Sul do Brasil, como lavradores livres, misturando-se à população portuguesa/brasileira que, em parte, ainda mantém escravos e parecem destinados com o melhor aproveitamento do solo tão rico, ao mesmo tempo, *implantar uma cultura e uma estética mais elevada* (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo A população do Brasil, 1862, p. 108).

A crença na superioridade da cultura Ocidental está presente em todo o processo de colonização das Américas. Em “A Inconstância da Alma Selvagem” (2002), Eduardo Viveiros de Castro faz uma análise sobre as tentativas forçadas de catequização e civilização, retomando o clássico de padre Antônio Vieira. Enquanto a murta não se deixa moldar sem que haja a poda, o “selvagem”, em sua comparação, seria esta planta a ser trabalhada. No Sermão do Espírito Santo (1657), Antônio Vieira escreve:

[...] dois gêneros de estátuas muito diferentes, umas de mármore, outras de murta. A estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão: sempre conserva e sustenta a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade que se dobram os ramos, mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve. Se deixa o jardineiro de assistir, em quatro dias sai um ramo que lhe atravessa os olhos, sai outro que lhe descompõe as orelhas, saem dois que de cinco dedos lhe fazem sete, e o que pouco antes era um homem, já é uma confusão de murtas (...) (VIEIRA, Antônio apud CASTRO, Eduardo Viveiros de, 2002, p.183)

A alma deste selvagem seria como a murta, que, apesar de desejar novas características, mostra-se incapaz de se conservá-las em si. Neste caso, havia uma dificuldade de estabilizar-se em uma identidade. Para Viveiros de Castro, os indígenas eram “gente receptiva a qualquer figura, mas impossível de configurar, que eram como a mata que os circundava, como sua terra enganosamente fértil, onde tudo parecia se poder plantar, mas onde nada brotava que não fosse sufocado incontinenti pelas ervas daninhas” (2002, p.184).

Viveiros de Castro ainda considera que foi necessária ao europeu uma quebra de paradigma, já que “o inimigo aqui não era um dogma diferente, mas uma indiferença ao dogma, uma recusa de escolha. Inconstância, indiferença, olvido [...]” (2002, p.185). Assim, esse “índio selvagem”, descrito por Julie, é habitado por esta alma fluida e incapaz de apresentar as mesmas virtudes que a estátua de mármore, a não ser pela socialização com as culturas já estabelecidas.

Além dos estudos de Viveiros de Castro, é a partir de autores como Manuela Carneiro da Cunha e John Manuel Monteiro que surgem novas compreensões sobre o lugar dos índios brasileiros no processo colonial. Percebidos como agentes históricos e não mais como vítimas dos processos de conquistas, as pesquisas de Monteiro e Carneiro da Cunha, por exemplo, demonstraram que a mão de obra indígena também esteve incluída na produção agrícola da América Portuguesa (CUNHA, 1992; MONTEIRO, 1994, 1995).

### **7.2.2 O disfarce de “pobre criado”**

Da mesma forma que os indígenas são vistos com estranhamento pelos europeus, a presença de uma mulher que não se adequava aos valores de gênero dominantes, como Julie Engell-Günther, na Colônia Dona Francisca, também foi motivo de questionamentos. Uma característica fundamental de sua aparente “inconformidade” com a cultura local é a sua vestimenta. Theodor Rodowicz escreveu no livro “A Colônia D. Francisca no Sul do Brasil”, que Hermann Günther teria providenciado, na agência da Casa Schroeder & Cia., roupas para um “pobre homem” que deveria trabalhar como seu criado.

Mais tarde, descobriu-se que o tal criado, na verdade, era uma mulher, uma berlinense de nome Julie Engell, um anjo [Engel, em alemão, significa anjo] aventureiro que, vindo da Austrália e de passagem pelo Rio, uniu-se a Günther na volta à

colônia. São dela as gravuras publicadas na “Leipziger Illustrierte” e talvez os relatórios enviados àquele jornal, *mostrando uma visão da Colônia que provavelmente só existia em sua fantasia* (RODOWICZ, 1853, apud BÖBEL, 2001, p. 24).

A presença de Julie Engell-Günther na Colônia Dona Francisca incomodou em vários aspectos, especialmente, pelo fato de que ela, como escritora, produziu uma versão não-hegemônica do processo colonizador, considerada por seus críticos como “fantasia”. É vestida com roupas tipicamente masculinas que ela enfrenta os indígenas seminus da praia (p. 205). Por meio de sua escrita, não é possível perceber alguma reflexão mais aprofundada sobre este encontro. Quem estava invadindo o território de quem, afinal? Por outro lado, nunca saberemos como sua presença pode ter sido interpretada por este outro (os indígenas). Um corpo seminu que se depara com um corpo vestido, que fala outra língua e porta uma arma.

O jeito como se veste aponta para uma série de interpretações sobre sua personalidade. Assim como ela, outras mulheres desafiaram as leis que impediam as mulheres de usarem roupas masculinas. O caso mais conhecido de mulher que usava calças é o de Armandine-Aurore-Lucile Dupin (1804-1876), que atendia pelo nome de George Sand. Além de adotar um estilo de vida entendido como masculino, como fumar e sair em público de calças, a escritora chocou conservadores pela postura livre de seus relacionamentos. Republicana e socialista, a romancista e memorialista francesa fez parte dos primeiros grupos de feministas na França<sup>104</sup>.

País onde também atuou a artista francesa Rosa Bonheur (1822-1899). A pintora teve de pedir autorização para usar calça comprida para facilitar o trabalho de retratar em tela animais como cavalos e manadas de animais selvagens<sup>105</sup>.

Escrever e viajar eram duas alternativas bastante perigosas para a manutenção de uma tradição. As mulheres que ousassem sair do ambiente doméstico para se dedicar a assuntos que não fossem relacionados aos seus maridos estavam expostas a julgamentos morais. A resistência poderia ser percebida em opções como: escolher não se

<sup>104</sup> Disponível em <http://biography.yourdictionary.com/george-sand>. Acesso em 8 de outubro de 2015.

<sup>105</sup> Disponível em <http://www.arthistoryarchive.com/arthistory/realism/Rosa-Bonheur.html>. Acesso em 8 de outubro de 2015.

casar, vestir roupas masculinas, ler ou adotar pseudônimos de homens. A recorrência ao uso de trajes masculinos por uma série de viajantes e intelectuais é, por si, reveladora das transgressões de gênero no século 19.

Rose Marie Pinon (1794-1832), casada com o aristocrata francês Louis Claude de Saulces de Freycinet, também subverteu os padrões de gênero em sua viagem. Vestida de homem, Rose Marie partiu ao lado do marido em expedição da Marinha Francesa para coletar amostras para experimentos científicos, em 1817. Na viagem de dois anos, que passou pelo Rio de Janeiro, Rose Marie Pinon continuou usando roupas masculinas, relatando em cartas o dia a dia desta experiência (FREYCINET, 2013).

Começarei meu diário no instante em que, deixando à meia-noite, a casa onde morava em Toulon, fui sozinha até uma de minhas amigas. Passei lá uma noite muito agitada, refletindo, na tentativa, um pouco ousada, que ia arriscar e, sobretudo, lamentando as pessoas que eu deixava por tanto tempo, pensando até na possibilidade de não mais revê-las. Passei o dia seguinte inteiro escrevendo minhas cartas de despedida e, de noite, em torno das onze e meia, *peguei minhas roupas de homem*. Acompanhada por Louis e um de seus amigos, fomos até o porto para embarcar. Parecia que a lua queria proteger a minha fuga; ela se escondeu para impedir que as pessoas que se encontrassem lá me reconhecessem. Entretanto, saindo do porto, foi necessário parar para dar a senha; trouxeram luz e eu não sabia onde me esconder. Enfim, toda trêmula, cheguei perto da rampa de embarque e subo mais devagar possível. Obrigada a passar no meio de oficiais que se encontravam no convés, alguns perguntavam quem eu era: *o amigo de Louis, que nos acompanhava, assegurou que eu era seu filho*, que tem, justamente, mais ou menos o meu tamanho. Fiquei bem agitada a noite inteira. Eu imaginava ter sido reconhecida e que o almirante comandante, avisado teria ordenado que me mandasse de volta a terra. O mínimo ruído me assustava e continuei a tremer até estarmos fora da enseada (FREYCINET, 2013, p. 31).

Os momentos tensos do embarque refletem o aspecto da contravenção que significava para uma mulher poder viajar e passar por todos os processos de controle alfandegários. Para sua mãe, Rose Marie Pinon escreveu: “Foi necessário descartar qualquer desconfiança, cortar meus cabelos. A excelente amiga na casa onde estou quis se entregar pessoalmente a essa operação; ela não conseguiu terminá-la sem verter lágrimas, embora seja filha e mulher de marinheiros distintos. Está surpresa e comovida com minha resolução. Eu lhe deixo meus cabelos; ela aceitou se encarregar de fazer com eles um colar para a senhora e pulseiras para a Caroline”.

### 7.2.3 Sobre cabanas e palácios

Passado o suspense inicial de sua chegada à Colônia Dona Francisca como “pobre criado” e o medo de ser descoberta como “mulher”, outro desafio se apresentava. Por meio da leitura da segunda parte de “Noites de Natal no Brasil”, percebemos que as instalações previstas para as primeiras famílias de imigrantes eram precárias cabanas, apelidadas por elas de “palácio Thionville” (p. 120, 121). É nesta fase que as noções Ocidentais de Julie são mais vivamente acionadas.

Thionville é uma cidade francesa, às margens do rio Moselle, conhecida por seu patrimônio formado por edifícios, fortificações, igrejas, torres, pontes, palácios, pórticos e castelos. A primeira cabana da Colônia Dona Francisca, portanto, em nada se parecia com os palácios da cidade de Thionville. Com telhado feito da palha da palmeira, seria digna apenas para a moradia de animais. Certamente que a cabana da Colônia Dona Francisca contrasta com a chácara onde morava Amanda, no Rio de Janeiro, uma casa servida por um grupo de criados/as.

Em seus trabalhos sobre colonização e imigração, a historiadora Giralda Seyferth (2011) analisa a atribuição de valores histórico e social às condições de moradia. Aqui, a ideia de *Heim* é mais do que a casa, o lar ou a pátria, mas “o mundo do colono”, estando relacionada à *Wohnkultur*, ou seja, o hábito de morar bem.

Sem dúvida, a habitação dos europeus diferenciava-se daquela onde vivia o homem rural brasileiro:

O alemão, a primeira coisa que faz quando se estabiliza economicamente, quando começa a

produzir, é substituir sua casinha tosca, primitiva, por outra melhor, até chegar a residência confortável de tijolos com suas cortinas na janela, seu jardim e seu pomar que são o seu orgulho e constituem o ornamento por excelência da paisagem colonial. Parece poder dizer-se que a casa é o traço característico do colono alemão, o traço que o distingue dos demais. Ele pode perder todas as características da raça – a língua, as tradições, mas não perde nunca o hábito de morar em boa casa, quando suas condições econômicas o permitam (D'AMARAL<sup>106</sup>, 1950, p. 63, apud SEYFERTH, 2011).

Conforme lembra Giralda Seyferth, em seus estudos, Emílio Willems (1946) evidencia as diferenças entre as habitações encontradas, principalmente, na Alemanha e no Brasil. A cultura anterior dos imigrantes é determinada pelo “estilo enxaimel”, construída de tijolos com madeira à mostra, bem diferentes das casas de madeira do Sul.

Em oposição a estas realidades europeias, Julie Engell-Günther passa a valorizar, em seu discurso, características mais específicas do Brasil, como a capacidade de criação de animais e a possibilidade de trabalho na roça. No contexto da natureza, espécies como o butiá de vinagre, mato virgem, cipó, taquara, palmeira são citadas como exemplares únicos da flora brasileira.

Também na viagem para o Sul, as grandes distâncias entre um povoado e outro, a falta de estradas e pontes e mesmo meios de transporte, são pautas de estranhamento entre o grupo. Os extensos pedaços de terra, sem produção, e a vida isolada de indígenas contribuem para este modelo de ocupação. Julie Engell coloca este “isolamento” como resultado da “retração arisca dos homens de posição inferior no que se refere à casa e à família”.

Estão em jogo, aqui, as noções de trabalho/função/utilidade:

O que mais chama a atenção é que ele [o brasileiro] parece ter uma postura livre, disposto sempre a viajar, e prefere, sempre, perambular pelas estradas, prestando serviços mais cansativos, do que fazer algum trabalho útil em casa (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo

---

<sup>106</sup> D’Amaral, Max T. (1950). Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí. São Paulo: Hans Staden.

Contrastes entre os costumes brasileiros, 1862, p. 111).

A disposição para o trabalho significava mais do que uma característica da personalidade dos “brasileiros livres”. Era uma necessidade crucial para “o desenvolvimento” do País. Julie parecia estar ciente de que qualquer progresso nesse sentido não seria alcançado sem a união entre imigrantes e brasileiros. De acordo com ela, as terras da parte Norte do País deveriam ser preparadas por indígenas e negros, “grandes conhecedores daquele lugar e com capacidade física” para isso.

#### 7.2.4 Sobre ser mulher e valentia

Na segunda parte de “Noites de Natal no Brasil” (1862), Julie apresenta uma discussão sobre a lenda das Amazonas<sup>107</sup> que envolve gênero e poder. A conhecida lenda é destacada como uma metáfora que pode representar outras realidades, envolvendo um perfil de mulher indígena rara, valente e guerreira (p. 177 a 180).

Segundo sua visão, pela tradição, a autonomia das mulheres nas aldeias seria bastante restrita. Afirma que as mulheres não tomavam decisões ou ocupavam posições de caciques e pajés, ficando responsáveis, especialmente, pelo cuidado das crianças. A lenda de um Estado de mulheres, as Amazonas, suscitava a curiosidade dos novos imigrantes<sup>108</sup>.

Eles suspeitavam que o traíçoeiro Rio Amazonas não havia recebido o seu nome sem motivo, já que uma tribo de mulheres poderia ser poderosa:

- Por causa de sua graça feminina que, como é conhecida, consegue dominar nós, homens, com facilidade e, além disso, devido a sua coragem audaz – disse Walter.

- É possível - disse Herbert.

---

<sup>107</sup> Julie Engell/Martha supõem que a lenda das Amazonas derivava dos indígenas poliândricos, que, segundo Humboldt existiam tanto quanto as tribos poligâmicas (p. 181).

<sup>108</sup> Lembrando que esta lenda esteve muito em voga no século 19, sendo objeto do livro do alemão Bachofen: “O Matriarcado”, usado por Engels em “A família, a propriedade privada e o Estado”.

- Não, na minha opinião. As antigas moradoras do Brasil não podiam ser nem graciosas ou bonitas e nem deviam ter coragem. Sim, mas a lenda de um Estado ou de uma sociedade, na qual, o sexo feminino era predominante em número e importância, não surgiu do nada - protestou Érico.

- Não! Há sempre um fundo de verdade nesses contos - confirmou Walter.

- Mesmo que a gente não consiga definir a fonte. Muitas vezes, são vários os motivos, ao mesmo tempo, que dão origem a uma lenda como esta - opinou Martha.

- Parece que a viagem do espanhol Orellana para desbravar a costa e a foz daquele enorme rio que o trouxe, foi o primeiro a trazer este nome para a América, enquanto que antes, somente, sabia-se, na Idade Média, das fabulosas ilhas habitadas por uma tribo de Amazonas - esclareceu Herbert.

- Então, você também deve conhecer a primeira investigação que foi feita naquele rio tão importante. E nós seríamos gratos se contasse algo sobre isso - disse Arthur (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo Rio Amazonas, 1862, p. 177).

Herbert contou que a foz do Rio Amazonas havia sido descoberta pelo espanhol Vicente Pinzón, um antigo acompanhante do grande Colombo e também o primeiro europeu a pisar em terra firme ao Sul do rio Orinoco. Muito tempo depois da tomada de posse da costa leste do Brasil pelos portugueses, por volta de 1530, um dos antigos colegas do conquistador do México (Hernandez Cortez), um certo Diego de Ordaz, quis fundar uma colônia na atual Venezuela. Para isso, o governo espanhol deu autorização e ordem expressa de investigar o rio que Pinzón havia visto, sem obter êxito. Como a empreitada havia fracassado, a região do rio Maranhão, como antigamente era chamado, permaneceu inexplorada, até que surgisse o aventureiro Francisco de Orellana, um cavaleiro espanhol, de Quito, que acompanhava o governador Pizarro em busca do El Dourado, a Terra do Ouro, que todos acreditavam existir, sem saber ao certo a sua localização.

Como explorador dos afluentes do Amazonas, Orellana aproveitou sua influência como comandante de um pequeno navio para convencer outros homens a buscar o El Dourado. Apesar de que ele deveria ficar na proximidade do exército em terra comandado pelo próprio Pizarro, ele juntou sua tripulação e fez um discurso no qual ele os convidou a desistir de qualquer contato com o exército principal para, com ele, tentar essa aventura, sozinhos, para a qual ele se sentia chamado. A proposta de Orellana era acompanhar o rio em toda a sua extensão até onde ele se precipitasse no mar, sem deixar escapar a Terra do Outro, que traria grande fama e fortuna à Coroa Espanhola.

Quase todos os seus acompanhantes se sentiram contaminados pelo seu entusiasmo, apenas um deles decidiu esperar por Pizarro para contar o que estava acontecendo, enquanto os outros seguiram rio abaixo, em 1541, logo, encontrando pelo caminho “os mais selvagens indígenas das margens”. Herbert contava com riqueza de detalhes que um bando de indígenas armadas foi enfrentado valentemente. Ao perceberem que eles vinham em paz, elas se mostraram cautelosas.

Dessas circunstâncias, os espanhóis deduziram que, mais para o interior, deveria existir um Estado de Amazonas. Depois da explicação de Herbert, Érico opinou que, embora esta história parecesse fantasiosa, não deve ser totalmente ignorada, já que outros relatos semelhantes surgiram. Herbert acrescentou que tudo poderia ser bem possível. Para ele, de vez em quando, pequenos bandos de mulheres poderiam ter escapado do jugo que pesava sobre as suas costas, unindo forças para repelir os ataques dos homens que queriam levá-las de volta para uma vida de servidão.

Mas o diálogo dos homens sobre as mulheres indígenas não estava encerrado. A questão da poligamia foi trazida por Walter, que citou Humboldt para falar dos costumes dos indígenas no Brasil. De acordo com os diários de viagem desses exploradores, citado por Walter, os índios selvagens viviam em poligamia e o destino das mulheres era extremamente miserável.

A temática da poligamia foi, sem dúvida, um tema importante no século 19, tanto no senso comum colonial vigente, quanto nas reflexões científicas da época. Também o canibalismo aparece no diálogo dos personagens como uma prática recorrente entre estas tribos indígenas, como o diálogo do livro parece apontar.

Os homens engordavam as mulheres para que pudessem devorá-las mais tarde. Um caso assim havia acabado de acontecer em uma aldeia missionária onde estava Humboldt. E, da mesma forma, um indígena havia matado e devorado o seu colega, que estava com febre.

Como desde que Humboldt esteve no Brasil nada se fez para desacostumar os selvagens a estas práticas bárbaras, não é possível que a situação tenha melhorado, comentou um do grupo.

Porém, o que mais incomoda Martha, provavelmente por suas ideias feministas, é o fato de as mulheres dos indígenas, como se sabe, nunca se queixarem da brutalidade dos seus maridos. Ao contrário, elas parecem somente respirar, adivinhar de antemão cada capricho de seu senhor e satisfazê-lo. E a paz entre elas só poderia ser mantida pela presença do seu soberano:

- Sempre que ele deixava a oca, irrompia a mais furiosa discórdia entre suas mulheres; e isso é agravado pelo fato de que ele sempre tem uma preferida, à qual as outras devem obedecer quase como servas enquanto ele esteja em casa. Motivo pelo qual, depois, ela sempre será o alvo dos maus-tratos das suas inimigas vingativas. De acordo com esse relato, não é muito plausível que as mulheres desses indígenas, alguma vez, tivessem sido tentadas a criar um pacto entre elas a fim de se libertarem dos maridos. Ao contrário, porque cada uma tentava se livrar das suas rivais para ganhar a atenção de seu marido – disse Martha.

- Se eu devo dizer a verdade, eu vejo como um traço genérico da natureza feminina perdoar o homem tantas vezes, enquanto que não são capazes de perdoarem a outras mulheres – interveio Érico.

- Mas isso não seria uma atitude louvável! - exclamou Agathe.

- A natureza inculta sabe muito pouco sobre a nobreza de coração. *É certo que somente em um estágio mais elevado da cultura do coração e do espírito, poderá se falar de amizade entre mulheres, enquanto a história nos ensina que já, no início dos tempos, existiram exemplos de homens que se sacrificaram uns pelos outros* - respondeu Érico, sorrindo (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo Caraíbas da terra firme, 1862, p. 183).

Mais uma vez, vemos aqui, através da fala do personagem Érico, que Julie compartilha da crença evolucionista de uma superioridade da civilização, aqui, expressa nos termos “estágio mais elevado da cultura”. Suas reflexões mostram também a associação das mulheres com este estado de natureza menos elevado.

Martha nos lembra que os homens exigiam que todo o trabalho pesado fosse feito pelas mulheres e como cada um podia ter tantas mulheres quantas quisessem. Não raro, os homens mais fortes roubavam as mulheres dos mais fracos, principalmente se eles pertencessem a outra tribo, até que eles, esses mais fracos (justamente por serem mais fracos), sofressem pela falta delas. E como eles não tinham a menor vontade de fazer qualquer trabalho, era comum que dois ou três homens dividissem os serviços de uma mulher. Sobrecarregada, morreria mais rápido e sem chances de liberdade.

O trecho a seguir estabelece uma desconfiança de que jamais poderia existir uma supremacia feminina em uma aldeia, já que as mulheres não teriam “capacidade intelectual” para isso:

- Você acredita, então, que poderiam existir mulheres guerreiras, mas nunca mulheres dominantes? - perguntou Herbert para Martha.

- É certo, pois, como você já pode ter visto, que vantagem alguma poderia advir disso, ao contrário, mostrou-se que a desgraça só seria maior se uma entre elas fosse responsável pelo trabalho de escravo para vários tiranos - respondeu Arthur.

- Amazonas, por assim dizer, acredito que não tivessem existido. Esta também é a minha convicção! *A fragilidade física só pode ser compensada por força intelectual; e como poderia entre os povos, que estavam na maior barbárie, as mulheres terem alcançado tamanha supremacia intelectual?* - disse Érico (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo Servidão das mulheres, 1862, p. 185).

Neste diálogo, novamente, o personagem Érico se posiciona sobre “a natureza feminina”. O debate sobre gênero e poder passa a ser,

daqui para frente, sobre conhecimento e liberdade. Para Walter, a supremacia intelectual feminina deveria ser mais temida do que a física. E Arthur logo concorda, complementando que “uma pessoa livre não precisa ter medo das qualidades intelectuais de outra, pois sente que a sua própria liberdade só pode ser assegurada com a liberdade de todos”. Com fervor, Érico junta-se ao grupo. Porém, ele opina que o verdadeiro sentido da liberdade não é possível sem certas limitações de todos.

Herbert avalia que a ideia de Érico é, na verdade, que cada um tenha a liberdade para fazer o que quiser enquanto não prejudique o seu próximo para não ser tolhido. Embora, na maioria das vezes, se fizesse mau uso desta liberdade, conforme lembrava Walter. Como discordância ao significado da palavra liberdade, Arthur logo retrucou:

- Liberdade da qual se abusa não é mais liberdade; mas ânsia de poder, despotismo e injustiça! Porém o que não existe mais não pode ser abusado, portanto nunca pode ser feito mau uso da liberdade, mas é possível que alguém, em vez de lhe servir, torne-se um desprezível servo da violência e machuque os outros. É também possível (podemos ver isso todos os dias) que a sede de poder de alguns leva a destruição da liberdade comum! Pois eles, os tiranos, não são mais do que escravos do seu próprio sistema (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo Liberdade, 1862, p. 186).

O grupo concorda que apenas sentimentos não seriam suficientes sem a consciência e a vontade de evitar costumes que possam ser prejudiciais às sociedades, o que não seria fácil.

Depois dessa conversa profunda sobre liberdade, estimulada pela lenda das Amazonas guerreiras, o grupo permaneceu em silêncio, perdido nos pensamentos. Só depois de um tempo, a conversa voltou a ficar animada em torno do lugar das mulheres.

### 7.3 TERCEIRO NATAL: ELISABETE E OS COLÓQUIOS AO REDOR DA MESA DA CEIA

Como interlocutora da terceira e última parte do livro, Elisabete começa narrando os preparativos de um típico Natal de verão. Na grande área da varanda, estava disposta a longa mesa de jantar com a toalha “imaculadamente branca”. No centro, reinava o pinheiro de

cipreste (uma adaptação às espécies encontradas no Sul do Brasil) em forma de pirâmide, enfeitado com velas.

Também tinham sido colocadas luzes nas pequenas árvores cheias de laranja. Ao redor dos pratos com pães de mel em formato de estrelas e corações, estavam guirlandas de pérolas de vidro. As frutas (como abacaxi e banana) e flores da época, colocadas em recipientes simples, sobre a mesa, eram uma pequena demonstração da fartura encontrada no Brasil nesta época do ano.

Em toda a volta, no entanto, estavam dispostos os pequenos presentes, com os quais Elisabete esteve ocupada para que a noite de hoje se tornasse uma festa bem alemã (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Cipreste como árvore de Natal, 1862, p. 314).

Para a “negra”<sup>109</sup>, que era a sua vizinha, e seus filhos, Elisabete entregou um avental colorido e várias guloseimas. Para os trabalhadores europeus, uma simples lembrança. Ao perceber o entusiasmo que os seus arranjos de Natal causaram, Elisabete ficou observando a reação das crianças depois de abrirem seus presentes.

Félix, de seis anos, logo havia conseguido montar o seu cavalo de pau feito de couro, um cabo de vassoura e uma cauda. Ele cavalgava pela casa, tocando o seu trompete de metal e estalando o seu chicote como um mensageiro do rei.

A irmãzinha Francisca embalava nos braços sua boneca, um bebê enrolado em panos, cantando, para que dormisse. Ludovico, de oito anos, orgulhoso, em círculo, carregava a sua bandeira branca que havia sido bordada pela dona da casa: “Salve a nossa pátria mãe alemã!”. Enquanto Walter, que já tinha completado dez anos, estava ocupado com o belo livro de figuras, que a própria Elisabete havia ilustrado e escrito tanto em português quanto em alemão.

Mas é o presente de Paula que provoca uma discussão maior. A menina havia recebido uma caixinha de acessórios para costura, sob a

---

<sup>109</sup> Na obra original, Julie usa a palavra “arme Negerin” para designar a vizinha de Elisabete. O termo “Neger” passou a ser utilizado no século 17, com o advento do colonialismo vinculado à Escravidão e à segregação racial. O conceito está associado a teorias raciais e, embora fosse largamente empregado na linguagem coloquial, literária e científica no século 18 e 19, hoje, é considerado um insulto depreciador e racista.

recomendação de logo aprender a costurar seus próprios vestidos, já que, no Brasil, o preço das roupas era muito elevado.

Nossas mulheres, na Europa, têm uma vida mais tranquila. Elas não precisam costurar sua própria roupa nem seus adornos. Lá, pode-se comprar tudo por pouco dinheiro e não vale a pena gastar seu tempo e suas forças para isso. A menos que se queira abrir um negócio e trabalhar por dinheiro (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Presentes de Natal brasileiros, 1862, p. 319).

Neste momento, surge uma observação sobre o esforço da manutenção dos costumes germano-brasileiros. Elisabete indica que, mesmo com toda boa vontade de viver de acordo com suas tradições, uma transferência fiel de culturas para o Brasil não poderia ser possível de realizar.

A partir do tópico “costumes”: o jeito de se vestir dos brasileiros/as também é visto como uma diferença cultural determinante. Nas missas, bailes e casamentos, as brasileiras apresentavam-se em trajes luxuosos, de veludo e seda, com bordados de ouro e prata. De acordo com nossa autora, elas se diferenciavam das “pobres colonas”, que não tinham condições de adquirir essas roupas tão caras.

- Mas os brasileiros são todos tão ricos? - perguntou o capitão. E Roberto respondeu:

- Os ricos, sim; mas, ao contrário, os pobres são muito pobres, sem, no entanto, terem consciência disso; o que quer dizer que, no Brasil, existem somente ricos e pobres e nenhuma classe média. Senão quisermos supor que, a partir dos poucos estrangeiros que vivem por aqui e com a Abolição da Escravatura, mais tarde, possa se desenvolver uma classe média aceitável.

- Por enquanto - opinou Elisabete (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Não existe classe média no Brasil, 1862, p. 317).

Em uma reflexão sobre poder aquisitivo e classes, Elisabete e o capitão, um dos convidados para a Noite de Natal, avaliam que as condições de vida no Brasil eram bastante difíceis para os estrangeiros.

A maioria deles, sem meios para comprar o necessário. Sem máquinas e mão de obra especializada, o Brasil importava grande parte dos produtos já manufaturada de muito longe, custos que eram repassados ao comprador.

Porém, para Elisabete, os estrangeiros não poderiam “se rebaixar” ao patamar dos/as brasileiros/as pobres, que conseguem viver com quase nada, sem sofrer a mais profunda degradação. Enquanto que esses/as mesmos/as brasileiros/as mais pobres, que não conheciam outro modo de vida, eram dignos/as de muito respeito por sua “nobreza e grandeza de coração”.

- Concordo! - interveio o capitão.

- Muitas vezes, já fiquei admirado com o modo livre, ativo e agradável de se expressar desses tipos marrons, cuja única propriedade é somente a sua camisa, calça e poncho, além de esporas e um chicote! Se, no entanto, um deles, tira o seu chapéu chileno de abas largas e nos oferece a sua mão forte para um cumprimento, tem-se a impressão de estarmos lidando com um senhor da terra, enquanto nós, somente, somos os seus fiéis servos. E devemos nos sentir lisonjeados com a sua autorização de podermos respirar.

- E nós temos de concordar porque não podemos mudar; o que podemos é isso: *transmitir aos brasileiros um melhor conhecimento das tradições e do modo de vida alemão*, do que até agora foi possível, e para este fim, é necessário que nós, sem esses meios, isto é, o dinheiro dos ricos, organizemos o nosso dia a dia de maneira que seja possível *dar o exemplo de asseio e esmero*; e mesmo sem luxo, rodear-se das facilidades de uma casa bem disposta (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Sem dedicação não há ordem nem amenidades, 1862, p. 318).

Mesmo com inúmeros relatos de lamento, como estes acima, a situação dos imigrantes europeus era, sem dúvida, muito mais confortável do que a dos negros. Os abismos sociais brasileiros estavam refletidos nas próprias práticas de sociabilidades narradas por Julie e,

sobretudo, nos “exemplos” que considerava ser a contribuição dos imigrantes alemães à cultura brasileira: asseio e esmero.

Em um dos passeios pelas alamedas de São Cristóvão, no Rio, relatado na terceira parte de “Noites de Natal no Brasil”, era possível encontrar uma divisão de classes muito bem demarcada. À noite, os europeus uniam-se a famílias abastadas para caminhar pelas ruas com suas lojas de vitrines decoradas. Enquanto que negros e mulatos conduziam carroças e carruagens de passeio ou os *cabs* puxados por mulas (p. 296).

Já os cocheiros e lacaios do cerimonial palaciano de Dom Pedro II, que desfilavam por aquelas mesmas ruas, eram mulatos claros ou brancos, mas nunca negros; apesar de estes serem contratados para carruagens particulares ou de aluguel (p. 298).

Embora houvesse discrepância e distanciamento entre classes, as festas de Natal na casa de Elisabete e Roberto contavam com a presença dos *camaradas* – conforme já descritos nesta Tese, estes eram brasileiros livres contratados, chamados de parceiros. Com seus ponchos coloridos, eles agrupavam-se no chão, perto da porta de entrada, observando com surpresa o espetáculo.

Ao mesmo tempo em que Elisabete, Roberto e o capitão valorizam o modo “livre, altivo e agradável de se expressar desses ‘tipos marrons’, cuja única propriedade é somente a sua camisa, calça e poncho, além de esporas e um chicote”, permanece o desejo de “transmitir aos brasileiros um melhor conhecimento das tradições e do modo de vida alemão”. E o trabalho de manutenção desses costumes era, em grande parte, atribuído às mulheres:

[...] Os homens não seriam capazes de cuidar da organização e manutenção de tantos detalhes importantes; e, por outro lado, também temos de dizer com franqueza que mulheres e crianças decaem com muito mais frequência por desasseio e descuido por preguiça, porque devido à sua natureza frágil, elas desfalecem mais profundamente e perdem a beleza muito mais rápido do que os homens (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Sem dedicação não há ordem nem amenidades, 1862, p. 318).

A percepção de Roberto sobre as mulheres, quando as impõe um lugar de subalternidade e fragilidade, parece não ter incomodado

Elisabete, que não rebate suas posições sobre os papéis de gênero (GROSSI, 2013; MEAD, 1988; SCOTT, 1990). Sendo que ele parece referir-se ao papel, naturalmente, atribuído às mulheres, ainda mais demarcado entre ex-escravas ou descendentes de escravas<sup>110</sup>.

Cuidados com a casa, refeições, asseio, educação das crianças, lavagem, costura e engoma de roupas eram tarefas outorgadas às mulheres. Embora essas tarefas constituíssem os alicerces materiais do mundo social e político das elites e classes médias urbanas, esses trabalhos não eram reconhecidos (TELLES, 2014).

### **7.3.1 Classes e liberdade**

Como se pode perceber, as noites de Natal descritas no livro eram espaços de intensa conversa entre os imigrantes. Era o momento de refletir sobre o ano que passava e, ao mesmo tempo, planejar o que chegava. As pautas dos “colóquios” também giravam em torno de grandes temas, como liberdade e Justiça, comparações entre Brasil e Europa, ou amenidades como brincadeiras com os animais e interação com as crianças. A troca de presentes suscitava questões culturais sobre usos e costumes no Brasil e na Europa. Neste momento, é possível perceber com muita riqueza, o ponto de vista dos diferentes personagens citados por Julie e como eles se relacionavam com a alteridade que sua situação de estrangeiros lhes provocava, vivendo no Brasil.

Por muitas vezes, o imaginário dos imigrantes sobre os escravos envolveu a reafirmação de uma imagem dicotômica de negro bom e fiel em oposição a um senhor cruel. Uma história contada entre os imigrantes da terceira parte de “Noites de Natal” elucida este raciocínio.

Era consenso entre esses estrangeiros que a boa índole do brasileiro era uma característica inquestionável. E que a cor da pele não era considerada um motivo para uma discriminação severa, como costumava acontecer nos Estados Unidos. Também era unanimidade que o destino dos escravos no Brasil não era tão duro, se fossem consideradas as difíceis condições de vida que teriam se permanecessem em seu território nativo, onde ocorriam assassinatos com frequência.

Logo depois de atenuar a gravidade da Escravidão no Brasil, o grupo chamava a atenção para outros casos extremos, em que

---

<sup>110</sup> Refiro-me, aqui, aos papéis de gênero como aqueles que sofrem alterações de uma cultura para outra. Ao mesmo tempo em que há modelos de comportamento “determinados” e esperados para homens e mulheres nas diferentes sociedades, conforme explicitam as autoras citadas.

fazendeiros bons e indulgentes pudessem ter rompantes de mau humor, comportando-se de maneira muito cruel por motivos banais.

E mesmo existindo uma legislação que punisse o assassinato de escravos seria muito difícil de provar, já que somente brancos ou libertos poderiam servir de testemunhas. Enquanto que o depoimento de um escravo diante da Justiça não tinha valor, considerava o grupo.

- Ah, poderia se pensar - opinou o amigo, que os senhores de escravos deveriam estar preocupados em preservar a saúde e a vida de seus negros, uma vez que obteriam vantagens como isso.

- Pois é - respondeu Roberto.

- Normalmente, é este o caso, porém, a ira, às vezes, é mais forte que o simples cálculo dos prejuízos.

- Para os brancos, os senhores, a Escravidão, certamente, é muito mais prejudicial do que para os escravos - acrescentou Elisabete.

- Será que não serão destruídas as melhores virtudes de um ser humano, que se acostumou a olhar o outro como uma besta de carga que lhe pertence? Por aí, vemos que todo o mal carrega em si sua própria punição! - respondeu o capitão.

- Porém - ele disse, levantando-se:

- É tarde e os seus hóspedes parecem inquietos (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, 1862, p. 328).

Na terceira parte de “Noites de Natal no Brasil” (1862), um dos temas da discussão era a situação dos trabalhadores livres, que seriam considerados “bloqueadores” do caminho dos senhores de escravos, grandes proprietários de terra. No entanto, a posição dos colonos era de que, lentamente, o trabalho escravo fosse diminuindo por meio da crença no trabalho livre.

O motivo para o fenômeno, segundo Julie Engell, era a baixa expectativa de vida, já que as populações escravas poderiam morrer, muitas vezes, ainda em tenra idade. E com o fim do regime escravista,

concluía Julie, a escassez de trabalhadores, que já era tão significativa no Brasil, em breve, estaria ainda mais sensível.

### 7.3.2 Abolição

Além da carta de alforria, usar sapatos também era um sinônimo de liberdade destacado em “Noites de Natal” (p. 9, 43 e 44). Contando com um gradativo desaparecimento da Escravidão, o grupo de imigrantes de Julie Engell-Günther demonstrava convicções Abolicionistas, embora não participasse deste movimento, que tomou forma apenas na década de 1860, prolongando-se até 1871, com a aprovação da legislação que libertava os filhos recém-nascidos de escravas (CONRAD, 1978).

Um movimento mais contínuo só começou quando as autoridades brasileiras passaram a se dar conta de que a Escravatura era uma instituição “desacreditada no mundo Ocidental” e que não poderia mais continuar existindo.

Os homens e as mulheres que desencadearam esta fervente revolta nacional formavam um grupo diverso cujas qualidades comuns eram o talento, o entusiasmo e a dedicação. Três organizações ligadas entre si tinham-se formado rapidamente no Rio de Janeiro, em 1880, uma em volta de José do Patrocínio e Nicoláo Moreira e a Associação Central Emancipadora, outra em redor de José Ferreira de Menezes e a Gazeta da Tarde e a terceira com base na figura de Joaquim Nabuco e na sua Sociedade Brasileira contra a Escravidão (CONRAD, 1978, p. 185).

As vantagens econômicas do trabalho livre eram questões frequentes no grupo de imigrantes. Na opinião deles, expressa em “Noites de Natal...”, o rendimento de trabalhadores livres provava ser imensamente mais precioso e mais barato do que os serviços forçados e executados contra a vontade por escravos sem formação. Mesmo que, em tempos passados, a conscientização em todo o mundo era muito pequena e algumas pessoas acreditassem que poderiam justificar o seu bem-estar pessoal pela subjugação, como um direito concedido por lei.

Nenhum provérbio é mais certo do que este: “O hábito é a segunda natureza!” E mesmo assim,

aquilo que surgiu por falta de consciência fortaleceu-se pelo hábito: “Alguns se acostumaram ao poder injusto e os outros à Escravidão igualmente injusta”; e somente as más conseqüências, que ficam cada vez mais evidentes, conseguem nos vencer que esta ação é prejudicial e irresponsável (ENGELL-GÜNTHER/MARTHA, Subtítulo A origem da Escravidão, 1862, p. 105).

Porém, em 1823, a Grã-Bretanha começa a exercer pressão para o fim do comércio de escravos em troca do reconhecimento diplomático. A ideia do trabalho livre começa a ser estabelecida a partir de uma minoria liberal entre os membros da Assembleia Constituinte brasileira, uma oposição ao comércio de escravos que perdurou nos 25 anos seguintes<sup>111</sup>.

Os livros e panfletos com mensagens abolicionistas, publicados por brasileiros, começaram a circular na primeira metade do século 19. Já em 1848, o governo britânico fazia campanhas contra o comércio de escravos por meio da imprensa brasileira.

Antes de 1865, eram feitas algumas declarações Antiescravatura na Assembleia Geral brasileira, de forma esporádica, embora a maioria dos membros ficasse calada sobre o assunto. Mesmo assim, quase sempre existiram pessoas que fizeram oposição à Escravatura por razões morais, religiosas ou mesmo econômicas.

Também antes de 1865, os textos Antiescravatura eram pouco comuns no Brasil. O manifesto antiescravista do então primeiro-ministro José Bonifácio de Andrade Silva, publicado em Londres, em 1826, ficou desconhecido no Brasil, praticamente até 1880.

A Escravatura fora abolida por meio de uma dura e complexa luta na qual os abolicionistas tinham parecido Davids enfrentando Golias de tradição e de vasto poder econômico (CONRAD, 1978, p. 336, 337).

Afastados das atividades produtivas no contexto de raras possibilidades de emprego, restavam aos escravos poucas opções. Tanto homens quanto mulheres dedicaram suas vidas a trabalhos mal

---

<sup>111</sup> Annaes do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte, V, 12-24; Walsh, Notices, I, 234-235 apud CONRAD, 1978, p. 28.

remunerados, transitórios e desvalorizados socialmente. Vacilantes, sem poder conduzir o próprio destino, eles atendiam às necessidades de seus barões, marcados pela dependência antes e depois da liberdade concedida.

Os personagens da terceira parte de “Noites de Natal” concordavam, entre si, que o trabalho forçado saía caro. Roberto acreditava que embora fosse necessário avaliar as condições locais de maneira justa para que os imigrantes tentassem se adaptar a elas, a melhor escolha ainda era contratar trabalhadores livres, exigindo deles apenas tarefas que soubessem fazer. Este raciocínio era o oposto daquele apresentado pelos grandes fazendeiros da época, republicanos que desejavam garantir sua posse de terra e seu poder sobre os empregados.

Roberto insiste que esses trabalhadores mereciam ser recompensados por suas habilidades. Mesmo que outros estrangeiros defendessem o contrário, que o trabalho só poderia ser bem executado com a imposição das vontades de seus senhores a escravos próprios. O que, para ele, soava como absurdo:

- Eu não entendo como se quer alcançar alguma coisa, exercendo pressão. O trabalho obtido por pressão nunca é bem feito; como a experiência já mostrou há muito tempo que, em média, um homem livre é capaz de produzir mais do que cinco escravos, ainda mais que se deve levar em consideração que em um clima tão quente não é possível trabalhar tanto quanto em um clima mais ameno.

- No entanto, os nossos robustos camponeses europeus, certamente, não poderão se igualar aos negros que, no Rio de Janeiro, diariamente, carregam aquelas sacas de café pesadas na cabeça para fora dos armazéns, a bordo dos navios, onde serão embarcados - considerou o capitão.

- Não, certamente não - confirmou Elisabete, acrescentando:

- Devemos confessar que tanto os negros quanto os mulatos possuem uma resistência extraordinária para esforços pesados, da qual, na Europa, não se consegue encontrar similar. Com que persistência eles costumam, por exemplo,

superar as dificuldades de longas viagens nas piores tempestades e nos piores caminhos; enquanto que eles, é claro, não são tão apropriados para uma ocupação na qual eles teriam de pensar. Será que esses assim chamados negros do café, esses carregadores de cargas, dos quais falamos há pouco, não pertencem todos a mesma tribo? Quase sempre se trata de pessoas muito bonitas e fortes de cor preta reluzente e muito bem apessoadas. Sempre me dói quando penso que eles foram condenados a Escravidão eterna! (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Trabalho forçado sempre sai caro, 1862, p. 307)

Roberto esclarecia que os Negros-Mina tinham fundado uma sociedade entre eles para angariar fundos para a compra da liberdade:

“Deve-se saber que estes negros do café, bem como quase todos os outros escravos, gozam do privilégio de, aos domingos e feriados, trabalharem em benefício próprio. E, assim, eles colocam uma certa soma em dinheiro que eles retiram do seu trabalho aos domingos, em uma caixa comunitária. O conteúdo desta caixa é usado para a compra da liberdade daqueles, entre eles, que costumavam ser definidos por sorteio” (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Pacto entre escravos para a compra da liberdade, 1862, p. 308).

Em sua pesquisa sobre a Etnicidade no período colonial tardio, Maria Inês Cortês de Oliveira<sup>112</sup> apresentou uma análise da amostragem de 881 escravos em testamentos e inventários entre os anos de 1775 e 1815, concluindo que o gentio da Costa constituía 30,65% da amostragem. Enquanto que Angola estava em segundo lugar com quase 19%, seguida dos Gegês (11,81%) e Nagôs (11,35%). Depois, vinham os Benguelas, com 10,65%, e os Haussás, que compreendiam quase seis por cento (5,68%). Menos que cinco por cento eram os Minas (4,54%), Costas da Mina (1,70%) e Tapas (1,36%). Assim como aqueles

---

<sup>112</sup> Dissertação *Retrouver une identité: jeux sociaux des africains de Bahia (vers 1750-vers 1890)*, defendida na Sorbonne, em 1992, apud KARASCH, 1987.

identificados como Benins, Congos e São Tomés e outros somavam menos de 1%.

Sobretudo no Rio de Janeiro, os fazendeiros tinham o costume de utilizar o termo *Mina* para qualquer escravo vindo da África Ocidental e Calabar até aos da Nigéria Oriental. Porém, no decorrer do século 19, a palavra tinha ganhado outros significados, seguindo o costume português de empregar *Mina* para os que eram exportados da Costa da Mina (KARASCH, 1987).

A palavra *Mina* ainda esteve associada aos africanos muçulmanos que falavam árabe. Eles eram vistos como perspicazes e corajosos, trabalhando com muito afinco para a compra da liberdade. O viajante francês Jean-Baptiste Debret, elencou quatro tipos de Minas no Rio de Janeiro:

- 1) Minas;
- 2) Minas *néjo*;
- 3) Minas *mahij*;
- 4) Minas *callava*.

Em sua obra “Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850” (1987), a historiadora Mary C. Karasch suspeita que os nomes podem refletir uma divisão geográfica: Costa do Ouro (Minas), Costa do Dahomey (Mahij-Mahi), Nigéria ocidental (Néjo=Nagô) e Nigéria oriental (Callava=Calabar?).

Em “Noites de Natal”, Henrique, que acompanhava atentamente a conversa entre os adultos também quis dar sua opinião sobre os *Minas* que batalhavam sobre sua própria liberdade. Henrique acreditava que esses escravos teriam de aprender a ser trabalhadores livres, mais cedo ou mais tarde, para sobreviverem após a liberdade.

Elisabete concordou plenamente, dizendo que a liberdade era tudo o que possuíam, isto é, somente o direito de trabalhar para si. Por isso, os *Minas* tinham vantagens em relação ao pobre escravo que deveria entregar tudo o que tinha ao seu senhor.

Interessado, o capitão questiona qual seria a resolução possível no caso de um proprietário de escravos não concordar com a venda de seu negro. E Roberto logo responde que isso raramente acontecia:

- Talvez, há alguma relação com os costumes ou com os efeitos da religião; é certo, no entanto, que um ato de libertação deste tipo nunca é tentado em vão. Os senhores até se acham na obrigação de

permitir a alforria por um valor menor do que aquele que seria o preço de um escravo. Não raro, outros motivos em favor do escravo ainda podem ser levados em consideração, como, por exemplo, quando alguém volta para a Europa, onde os seus escravos seriam livres ou, em casos especialmente felizes, quando os senhores se encontram diante da morte, muitos escravos são presenteados com a sua alforria.

- Aqui, então, é bem diferente do que nos Estados Unidos, onde os senhores de escravos são proibidos por lei a conceder a alforria - considerou o capitão.

E Elisabete respondeu:

- Oh, não. Aqui, ninguém proíbe. Ao contrário, isso é visto como uma boa ação (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Boa morte, 1862, p. 310).

Ela ainda se lembrou de duas histórias comoventes sobre a outorga de liberdade. Um antigo cônsul da Prússia, que vivia há muitos anos no Rio, havia alforriado seus dois escravos ao voltar para a Europa:

Assim, o antigo cônsul da Prússia, que morou durante muitos anos no Rio, alforriou seus dois escravos quando voltou para a Europa. Um deles morreu de tristeza, devido à separação de seu senhor. Passado muito tempo, quando o filho daquele homem veio para o Brasil para ocupar a mesma posição de seu pai, o segundo dos antigos escravos do pai, que havia sobrado, logo, colocou os seus serviços à disposição, de maneira altruísta, não pedindo nada além de voltar a poder ser seu escravo. Ao mesmo tempo, ele trouxe uma parte da pequena fortuna que ele havia economizado, bem como os modestos bens de seu camarada morto, alegando que o seu novo senhor teria direito a ele e tudo aquilo. O novo cônsul, é claro, não queria concordar com isso, mas o bom caráter do negro fiel o comoveu profundamente e ele se sentiu feliz em poder contratar os seus serviços como os de um trabalhador livre, que este

cumpriu com grande dedicação até o dia de sua morte” (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Boa morte, 1862, p. 310).

### 7.3.3 Justiça para quem?

Rapidamente, e já no fim do último capítulo, o foco de “Noites de Natal no Brasil” (1862) se volta para amenidades, como a coleção de curiosidades brasileiras – um presente recebido por Henrique. Na caixa de metal, um besouro dourado e várias borboletas espetadas. Também havia pássaros empalhados com plumagens encontradas somente no Brasil, flores artificiais esculpidas e pintadas em noz de coco e outros adornos feitos de escamas, conchas e penas. Ocupada com a janta, Elisabete, sem cozinheira ou qualquer auxiliar, deixava a sala para servir a ceia.

Ela aproveitou este momento para resgatar dois homens que ela havia permitido que se escondessem nos barris que ficavam nos fundos da casa. Elisabete tratou de informar que eles seriam procurados pela polícia no porto, nos navios que iriam partir, sugerindo que fugissem para outra direção. Ao conferir se estava tudo bem lá fora, Elisabete se despediu dos dois foragidos da polícia, que agradeceram a hospitalidade recebida e saíram com seus cavalos. E os homens começaram a se questionar:

- Será que este assassino (no caso em que seja provado o delito) seria executado se ele fosse encontrado? - ouviu-se a voz do capitão após um período de silêncio.

- Provavelmente não, uma vez que a sentença de morte não é usual aqui; porém, isso só é válido para os brasileiros livres e os estrangeiros, enquanto que a lei não se aplica para os escravos. Estes são levados a morte, sem piedade, e enforcados como um espetáculo assustador por qualquer delito de pequenas proporções (que eles, muitas vezes, fizeram a mando de seus senhores) - respondeu Roberto.

- Lamenta-se muito o descaso com a Justiça neste país - disse seu amigo.

- E eu ouvi dizer que os libertos raramente ou nunca são considerados culpados; mesmo que os seus delitos tenham sido provados eles sempre saiam impunes (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Menos mesquinhas do que na Europa, 1862, p. 333).

Roberto deu de ombros ao capitão, respondendo que não se podia negar que, no Brasil, governava-se muito pouco, enquanto que na Europa, governava-se demais. Foi consenso no grupo que, no país onde agora viviam, pouca coisa era resolvida por meio dos serviços públicos, impelindo aos brasileiros que agissem por conta própria, aprendendo com os próprios erros.

Eles entendiam que o poder principal estava mais preocupado em facilitar a vida do que capturar os malfeitores, considerando-se que um Estado tem muitos cidadãos e poucos realmente criminosos, preferindo deixar algum culpado livre em vez de colocar pedras no caminho de um inocente.

- Para dizer somente uma palavra, aqui, no geral, as pessoas não são tão tacanhas, medrosas e mesquinhas, como acontece na Europa.

- Sim, isso acontece, mesmo. Se a gente vê, com que facilidade alguém que possui uma fama razoavelmente boa consegue dinheiro emprestado por aqui para iniciar algum negócio que promete sucesso - concordou o capitão.

- Sim, pelo negócio e pela probabilidade do seu êxito. É isso que importa - riu Roberto.

- A única coisa que importa é o bom nome em relação a sua dedicação e organização no trabalho, uma vez que o brasileiro nunca se interessa pelos assuntos particulares do outro. Ele só está interessado em saber o que iremos oferecer em troca dos seus serviços e deixa todo o resto de lado. Os estrangeiros, normalmente, não estarão inclinados em confiar no primeiro que cruza o seu caminho! - disse Roberto, enquanto Elisabete complementou:

- E isso, especialmente, porque os estrangeiros (principalmente os alemães), mesmo que gozem da maior confiança, normalmente, não possuem os meios de fazê-lo, porque eles não possuem dinheiro (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo Menos mesquinaria do que na Europa, 1862, p. 333).

A dependência de estrangeiros a seus credores levantou um caloroso debate. Para Roberto, o brasileiro que emprestasse dinheiro a um europeu sabia muito bem o que estava fazendo, já que se tornaria dependente dele na vida e na morte. E, além disso, eles não teriam dificuldade em forçá-lo a pagar as prestações da sua dívida com altos juros. Ainda na opinião de Roberto, um devedor europeu não seria capaz de fugir, já que as cidades portuárias possuem controles rigorosos e esconder-se nas regiões inóspitas do interior seria ainda pior.

- O credor também tem o direito de prender um devedor e fazer com que trabalhe para ele até que a sua dívida seja quitada.

Então, um estrangeiro que nasceu livre pode, facilmente, cair em um tipo de Escravidão, cujas más consequências não são possíveis prever! - exaltou-se o capitão.

E Roberto tentou acalmá-lo:

- É isso mesmo! E eu não vou tentar atenuar essa realidade! Eu confesso que ela me incomoda bastante! Isso é um exemplo do que sobrou dos tempos bárbaros, dos quais nós, na Europa, também deveríamos tentar nos livrar. Mas, como costuma acontecer, não tomamos tanta nota dos prejuízos europeus porque, desde sempre, estamos acostumados a eles, e também porque eles só atingem as classes mais baixas da sociedade, para cujas queixas nós costumamos fechar os ouvidos e os olhos, já que, cheios de presunção vazia, acreditamos que em um país onde não há mais Escravidão visível (isto é, aceita), cada qual deveria ser capaz de alcançar o mesmo patamar de prosperidade como aquele que nós imaginamos ter alcançado, caso cada qual tenha a vontade certa para isso!

- Como se a vontade não tivesse de ser desenvolvida no interior do ser humano, por meio de uma educação sensata, isto é, abarcando todas as forças da alma! - acrescentou Elisabete.

- E como as nossas crianças das classes trabalhadoras se ressentem da falta do interesse em oferecer uma atividade realmente boa e que traga aproveitamento!

- E como fica o brasileiro mais pobre que não pode pagar o seu credor, ele também fica obrigado a pagar as suas dívidas, como se exige dos estrangeiros? - questionou o capitão (ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo A ilegalidade da prisão solidária, 1862, p. 335).

Depois de percorrerem tantos assuntos, a constatação geral do grupo é a de que a referência exagerada que os brasileiros faziam à Europa não tinha fundamento. As palavras finais de “Noites de Natal...” apontam para a imagem de imigrantes “desamparados”, seja pelas companhias de colonização ou pelas leis brasileiras:

Roberto sorriu:

- E, afinal, não é bom que esses queridos brasileiros, da mesma maneira que os norte-americanos, dão tanto valor ao que se pensa deles na Europa? Principalmente para nós, pobres alemães, que estaríamos completamente desamparados aqui, eu só posso ficar feliz! Sim, para nós, esse respeito sobre a opinião europeia só pode ser bem vinda!

- Além disso, que pessoa alguma, por muito tempo, pode representar um papel de nobres virtudes sem conscientizar-se das vantagens que elas trazem e incorporá-las? - acrescentou Elisabete.

- Isso que pode ser considerada uma verdade e uma verdade consoladora por ocasião de um Natal feliz - disse o capitão, enquanto ele apertava a

mão da dona da casa carinhosamente, mas, neste momento, ouviram-se, de longe, sons familiares de canções alemãs, de forma simples, através da rua silenciosa.

- O que você pretende no exterior?  
Aqui, é tão belo, tão maravilhosamente belo!

...tão belo, tão maravilhosamente belo!”

Soava muito saudoso; como se quisessem trazer de volta, em um passe de mágica, a pátria, sob o céu estrelado do Sul!

Emocionados, os nossos três amigos ouviram a canção que se afastava.  
E mais uma vez, cumprimentaram-se com desejos de:

“Feliz Natal, também para aqueles, em casa, na pátria alemã. Bom, feliz e alegre Natal! Amém!  
(ENGELL-GÜNTHER/ELISABETE, Subtítulo De muito longe, 1862, p. 337)!”



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentada pela Teoria Feminista Pós-Colonial, procurei analisar criticamente a vida e a obra de Julie Engell-Günther, em especial, o seu único livro sobre o País: “Noites de Natal no Brasil”, lançado em 1862 e traduzido para o português em 2015.

O entendimento do trânsito de livres pensadoras e feministas e a formação de suas redes no século 19 é outra característica fundamental deste trabalho. A marcha pela educação, como constituinte das propostas feministas desde o século 19, também pode ser apresentado como peça fundante desta Tese, quando busquei refazer os primeiros passos de feministas que estabeleceram suas próprias escolas para meninas no Brasil e a presença de professoras estrangeiras no ensino.

Na análise da obra de Julie Engell-Günther, refletimos sobre como as questões de classe e etnia foram importantes na elaboração de sua narrativa sobre o Brasil. Perceber a América Latina pelo olhar de mulheres latinas pareceu uma postura primordial em uma Tese que busca aporte nas Teorias Feministas Pós-Coloniais.

Por outro lado, as poucas traduções de textos de feministas estrangeiras que escreveram sobre o Brasil trazem à tona o problema do acesso a essas memórias. Mesmo hoje, com a ampliação do campo dos estudos de gênero e o empoderamento das mulheres (apesar de alguns retrocessos políticos), Julie Engell não aparece na lista de autoras lidas e pesquisadas, seja no Brasil ou na Europa. Portanto, reconhecer o papel destas autoras, assim como das redes de tradutoras informais, também foi objetivo da pesquisa.

Apesar de Julie Engell-Günther ser uma livre pensadora do século 19 com muita proximidade com as nascentes teorias da social democracia, na Europa – o que, à primeira vista, poderíamos analisar como uma forte característica de feministas de primeira onda –, constatamos que sua atuação no Brasil focou-se no campo da educação, também espaço de sua sobrevivência. Na sua volta à Alemanha, Julie destacou-se pela publicação de textos em sua língua nativa, o alemão<sup>113</sup>. Língua que teve um papel importante na divulgação do ideário do

---

<sup>113</sup> Estas considerações são resultado de uma construção coletiva iniciada no Seminário de Tese do dia 28 de agosto de 2015, com a professora e orientadora desta Tese Miriam Pillar Grossi, a partir das contribuições da doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Jimena Maria Massa, a quem agradeço a análise dos primeiros esboços de Tese.

movimento de livres pensadoras de forma mundial, sobretudo pela presença de imigrantes alemães em diferentes partes do mundo.

Perseguida politicamente, como todas as mulheres que escapavam dos padrões de gênero, Julie Engell deixou seu lugar de nascimento por duas vezes. Primeiro, com o fracasso da Revolução de 1848, entre 1849 e 1859, e, depois, com a proibição de qualquer tipo de expressão da social democracia estabelecida por Bismarck entre 1878 e 1890.

Como livre pensadora de um “entre lugar” (BHABHA, 2005), ela morre na Suíça, em 1910, sozinha, já que também havia rompido com parte da família por causa de suas posições políticas. No entanto, a vida no Brasil, um país que a recebe depois de desilusões políticas, concede uma visão de mundo capaz de impulsionar sua militância no retorno à Europa. Certamente, o contato com outras culturas, e em particular com a Escravidão, nesses dez anos em que esteve no País, entre 1849 e 1859, mudou sua forma de ver o mundo.

É também na passagem pelo país que Julie Engell-Günther passa a valorizar sua atuação na educação. A vivência muito próxima com meninas africanas e portuguesas foi registrada e publicada, fazendo da escola privada do século 19 um espaço de lutas possível mesmo na fase da colonização do Sul e Sudeste brasileiros. Seja no relato de sua vida cotidiana, onde as mulheres escravas estavam presentes, nos discursos sobre liberdade ou na relação próxima com as alunas, Julie Engell preenche um espaço político de denúncia sobre a Escravidão ainda pouco ocupado no País.

Ao mesmo tempo, os “heróis europeus” não são questionados em “Noites de Natal...”. O Brasil é visto como um país onde há uma grande extensão de terra disponível para ocupação, reforçando uma premissa reconhecidamente colonizadora que sustentou o discurso e as práticas migratórias europeias no século 19.

É preciso reconhecer, porém, que, em “Noites de Natal no Brasil”, Julie Engell-Günther não escreve para brasileiros/as, mas para jovens alemães interessados em saber mais sobre o Brasil<sup>114</sup>. Mesmo assim, “Noites de Natal...” não inclui culturas praticadas pelos indígenas ou africanos que viviam no País. Ao contrário, prevaleceu, muitas vezes, a visão de insegurança que seria provocada por eles (principalmente nos temas sobre índios mansos x índios selvagens ou República de Zumbi).

---

<sup>114</sup> Objetivo explícito já no subtítulo de “Noites de Natal...”: “Impressões do cotidiano e dos costumes germano-brasileiros para a juventude alemã”.

Apesar de escrever sobre mulheres negras, Julie Engell-Günther está longe de alcançar os princípios da Teoria Feminista Pós-Colonial no reconhecimento de sua agência e espaço para suas falas. Também lhe falta a articulação entre as categorias da interseccionalidade (CRENSHAW, Kimberle, 1989 e 2002).

O tópico Escravidão/Negritude parte dos estereótipos criados pelas crianças – certamente aprendidos de adultos/as, na vida cotidiana. Em uma das passagens, Felizbella pergunta à professora alemã:

- Por que devemos estudar?

Seria lógico que essa comparação surgisse entre meninas da elite que estudavam muitas horas por dia em um internato. O questionamento exprime, na verdade, uma dúvida que reflete seus próprios papéis de gênero. Ao mesmo tempo, olhando ao seu redor, elas observavam, provavelmente, a falta de acesso à educação dos escravos. Uma grave consequência disso seria a sua “inabilidade” em compreender a essência da “mais alta civilização”, como escreve Julie?

O estudo como porta para civilização e as comparações com a Europa são argumentos utilizados por Mathilde, que, solitariamente, tenta convencer suas alunas de que os processos educacionais deveriam ser vistos como um bem comum (p. 39).

Apenas em certas ocasiões, conforme Julie cita, os imigrantes uniam-se aos brasileiros, negros e indígenas, em saraus, algumas missas e procissões ou Natais. O impacto do corpo branco e de mulher de Julie Engell-Günther neste ambiente não passa por um auto-exame. O/a outro/a é visto/a como uma identidade distante da sua.

Assim como a exaltação da língua alemã, adjetivada no livro como “maravilhosa”, e a comparação com outros idiomas, leva a uma hierarquização de culturas. Principalmente nos subtítulos da terceira parte: “As dificuldades de crianças alemãs aprenderem alemão no exterior” (p. 312) e “Problemas de fonética” (p. 313). Uma certa visão evolucionista permeia o livro nestes momentos onde compara o Brasil com a Alemanha

A falta de escolas alemãs no Brasil e a dificuldade da aprendizagem dos/as filhos/as de colonos/as também são consideradas problemas. Por outro lado, a “boa educação do mato” (p. 156) e a “vida de matuto” são vistas como improviso e estratégias para a nova vida no Brasil.

Da mesma forma, algumas vezes, uma palavra em português é mencionada, assim como expressões tipicamente brasileiras, como “Pelo

amor de Deus” (p. 328). A conversa em várias línguas (p. 160) entre tantas nacionalidades parece acontecer por ser maior a vontade de comunicação do que a vergonha de falhar no vocabulário.

Seu bom conhecimento em línguas, geografia e história do Brasil é apresentado como privilégio raro das poucas mulheres com capacidade de viajar. É enfatizado em seu texto o conhecimento sobre muitos Estados brasileiros e países da América do Sul, que Julie Engell revela sua distintividade, pois viajar era um privilégio que, usualmente, não teria uma “mulher de colono”, indígena ou escrava.

É justamente a dificuldade de “enquadramento” e “classificação” desta interlocutora que nos faz pensar na reivindicação de um espaço na memória de um feminismo aberto, livre e espaçoso, onde caibam quantas identidades e subjetividades forem necessárias.

Embora os propósitos da Tese tenham sido cumpridos, mais perguntas surgiram com documentos recém-acessados, abrindo pistas para pesquisas futuras. Entre as principais urgências está uma análise “do complemento de uma mulher” às obras do pensador J. Stuart Mill (ENGELL-GÜNTHER, 1872) – que envolvem as categorias “liberdade” e “sujeição”.

Também a descoberta de arquivos digitais de bibliotecas dos Estados Unidos ou Canadá abrem portas para novos projetos de pesquisa, a partir da disponibilidade de trechos e obras completas na Internet.

Os campos para entrevistas e investigação de novas fontes documentais são infinitos. Os relatos indicam que a família Engell, bastante grande, continuou gerando descendentes na Suíça. Assim, novos cenários de pesquisa foram se constituindo no próprio processo de escrita desta Tese.

O relançamento de “Noites de Natal no Brasil” (1862) em português, junto com a defesa desta Tese, deverá trazer parcerias com mais institutos e núcleos de pesquisa. Portanto, os elementos apresentados não significam o fim desta pesquisa. Como próximo objetivo, está a restituição do lugar de “Noites de Natal no Brasil” (1862) no Instituto Iberoamericano como obra de uma intelectual livre pensadora alemã.

Sem dúvida, a leitura desta obra, traduzida em português, após 153 anos de sua publicação original em alemão, permitirá também novos estudos sobre o papel de intelectuais estrangeiras na educação de mulheres no Brasil, sobre os processos de imigração europeia e, em particular, sobre a Escravidão e as relações interétnicas entre grupos indígenas, africanos e de diferentes origens étnicas europeias.







Fonte: Instituto Martius-Staden  
 Acesso em junho de 2011

ENGELL-GÜNTHER, Julie. Ein Kolonistenmädchen. Novelle aus Brasilien. (Filha de colonos. Novela brasileira). In: Helvetia Illustrierte Monatsschrift zur Unterhaltung und Belehrung des Vokes. Basel: Verlag Robert Weber, 1897, p. 490-544.

Texto “Vida de escravos no Brasil”



Fonte: Instituto Martius-Staden  
 Acesso em junho de 2011

ENGELL-GÜNTHER, Julie. Aus dem Sklavenleben Brasiliens (Vida de escravos no Brasil). In: Helvetia Illustrierte Monatsschrift zur Unterhaltung und Belehrung des Volkes. Basel: Verlag Robert Weber, 1901, p. 252-261.

Crônicas:

ENGELL-GÜNTHER, Julie. Aus Brasilien (Notícias do Brasil). In: Die Neue Zeit, Revue des geistigen und öffentlichen Lebens. Stuttgart: Johann Heinrich Wilhelm Dietz edit., 1º janeiro de 1883, p. 294-295.

Texto “O Brasil atual”



Fonte: Instuto Martius-Staden  
Acesso em junho de 2011

ENGELL-GÜNTHER, Julie. Das jetzige Brasilien (O Brasil atual). In: Jahrbuch der Mittelschweizerischen Geographisch-Comerciellen Gesellschaft (Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central), Bd. IV. Baden (Aargau), 1889, p. 52-80.

Antologia:

Texto “Lendas Suíças”

# Schweizersagen



J. Engell-Günther.



Grüningen.  
Druck und Verlag von J. Wirz  
1895.

Fonte: Instituto Martius-Staden  
Acesso em junho de 2011

ENGELL-GÜNTHER, Julie. Schweizersagen (Lendas Suíças).  
Grüningen: Verlag von J. Wirz, 1895.

Fonte: cópia no acervo do Instituto Martius-Staden do arquivo de  
Adolfo Bernardo Schneider, Joinville-SC.

ENGELL-GÜNTHER, Julie. Noch einmal: Die Kreuzer-Sonate (Mais  
uma vez: a Sonata Kreuzer), com o pseudônimo de Luminica, Freifrau  
von X. Zürich: Verlags-Magazin (J. Schabelitz), 1895 e 1896.

Fonte: cópia no Instituto Martius-Staden do arquivo de Adolfo Bernardo  
Schneider, Joinville-SC.

Texto “Faustiana”



Fonte: Instituto Martius-Staden  
Acesso em junho de 2011

Poema:

ENGELL-GÜNTHER, Julie. Faustiana. Splitter aus Goethe's Faust (Faustiana. Fragmentos do Fausto de Goethe). Bamberg: Verlag und Druck der Handels-Druckerei Bamberg, 1901.

Fonte: cópia no acervo do Instituto Martius-Staden do arquivo de Adolfo Bernardo Schneider, Joinville-SC.

Resenha:

ENGELL-GÜNTHER, Julie: Aus "Sybilla Dalmar" von Hedwig Dohm (1896). p. 287. In: Hedwig Dohm Sibilla Dalmar, Roman. Org. Nikola Müller & Isabell Rohner.

Berlin: Trafo Verlag, 2006, p. 289-292.

Narrativas:

Weihnachtsabende in Brasilien. Deutsch-brasilianisches Leben und Treiben. Für die reifere deutsche Jugend (Noites de Natal no Brasil. Impressões do cotidiano e dos costumes germano-brasileiros. Para a mocidade alemã). Berlin: Verlag von Julius Springer, 1862.

Fonte: Instituto Iberoamericano (Potsdamer Platz - Berlin).

Correspondências:

Para Fanny Lewald, escritora do movimento pela emancipação da mulher, chamada frequentemente de "George Sand" alemã (Quinteros, 2004).

Para Herman Grimm (quatro cartas), 340 Grimm, Nr. Br 2789-2792. Kassel, 1870.

Fonte: Repositório aberto da Universidade de Kassel (Disponível em <http://tinyurl.com/nzdanaw>).

Para Karl Kautsky (18 cartas a Karl Kautsky). In: Karl Kautsky Papers, Amsterdam. Fonte: International Institute on Social History, Arquivo D X 222-239, 1883-1887.

Para Meta von Salis. Citada na revista Ariadne, da Fundação Arquivo do Movimento das Mulheres Alemãs, de Kassel (Forum für Frauen- und Geschlechtergeschichte, 2005, Heft 48, S. 50-57). 19 de setembro de 1893.

Para Ricarda Huch (oito cartas trocadas entre 1886 e 1887). Citadas no livro “Du, mein Dämon, meine Schlange: Briefe an Richard Huch” (“Você, meu demônio, minhas serpentes: cartas a Richard Huch”), de Anne Gabrisch. Série: Publicações da Academia Alemã de Língua e Poesia em Darmstadt; Vol. 72, Wallstein, 1998. Fonte: <http://tinyurl.com/nu8wq28>.

### **Obras nas quais Julie Engell-Günther é citada**

ARIADNE. Forum für Frauen- und Geschlechtergeschichte, Heft 48, Kassel, 2005 p. 50-57. (Ariadne. Fórum para Mulheres e Sexo História – revista da Fundação Arquivo do Movimento das Mulheres Alemãs).

BRÜMMER, Franz. Lexikon der deutschen Dichter und Prosaisten vom Beginn des 19. Jahrhunderts bis zur Gegenwart (Enciclopédia de poetas e prosadores alemães do início do século 19 até hoje). Bd. 8. 6. Aufl. Leipzig, 1913.

CHEAURÉ, Elisabeth. Paletschek, Sylvia. Reusch, Nina (Org.). Geschlecht und Geschichte in populären Medien (Gênero e história em mídias populares), 2013.

Fonte: Universität Freiburg (Disponível em [portal.uni-freiburg.de/historische-lebenswelten](http://portal.uni-freiburg.de/historische-lebenswelten)).

Die rechtliche Stellung der Frau (O estatuto legal das mulheres). Nach Dr. Löwenfeld. In: Der Frauenberuf, 4. Jg. Weimar, 1890, Nr. 5, p. 153-162.

D. STUMP et al., Deutschspr. Schriftstellerinnen in der Schweiz (Escritoras na Suíça), 1700-1945, 1994, 63, (Werkverz.).

DISLICH, Elke. Biobibliografia de JEG. Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão, 2009. Fonte e disponível em <http://tinyurl.com/o663kw6>.

DISLICH, Elke. Julie Engell-Günther: memória de um perfil feminista. Trabalho apresentado na mesa redonda sobre literatura brasileira de expressão alemã do Programa de Pós-graduação em Língua e Literatura Alemã da USP. 2009.

FICKER, Carlos. História de Joinville – crônica da Colônia Dona Francisca. 1. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965. Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

FICKER, Carlos. História de Joinville – crônica da Colônia Dona Francisca. 3. ed. Joinville: Letra d'Água, 2008. Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

HAGELWEIDE, Gert. Personenregister - Verfasser und Biographien (Índice de nomes – autores e biografias). De Gruyter Saur Verlag, München, 2007.

HAUSTEIN, Jörg. Liberal-katholische Publizistik im späten Kaiserreich (Jornalismo católico liberal no final do Império). Vandenhoeck und Ruprecht Verlag, Göttingen, 2001.

HERKENHOFF, Elly. “Julie Engell”. In: “A Notícia”, Joinville, 8/07/76, 10/07/76 e fim em 13/07/76. Fonte: Arquivo Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão, Pasta G IVb no 336 e Pasta G Iib no 302.

HERKENHOFF, Elly. Julie Engell. Blumenau: Blumenau em cadernos. Tomo 28 – n. 2, fevereiro de 1977 (6 p.). Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

HERKENHOFF, Elly. Minha estada na Colônia Dona Francisca. Joinville: A Notícia, 08/03/1977 (1 p.). Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

HERKENHOFF, Elly. Em cada coração uma saudade. Joinville: A Notícia, 26/02/1978 (1 p.). Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

HERKENHOFF, Elly. Julie Engell - 1. Joinville: A Notícia, 8 de julho de 1976, 1 p.. Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

HERKENHOFF, Elly. Julie Engell - 2. Joinville: A Notícia, 10 de julho de 1976, 1 p. Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

HERKENHOFF, Elly. Julie Engell - 3. Joinville: A Notícia, 13de julho de 1976, 1 p. Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

PATAKY, Sophie. Lexikon deutscher Frauen der Feder (Enciclopédia das mulheres alemãs da pena). Bd. 1. Berlin, 1898, p. 526.

RIEDEL, Tanja-Carina: Gleiches Recht für Frau und Mann, die bürgerliche Frauenbewegung und die Entstehung des BGB. Köln: Böhlau, 2008, p. 148, 149, 150, 151, 155, 156, 157,159, 160, 162, 164, 166, 167 e 168.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil. Tradução de Júlia Chella. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC; Joinville: FCJ, 1992. Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

SCHLINDWEIN, Izabela Liz. Julie Engell-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca. Dissertação Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville. 2011.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Vor 125 Jahren – Wer war dabei? São Paulo: Brasil-Post, 06/03/1976 (1 p.). Fonte: Arquivo Municipal de Joinville.

SCHNEIDER, Adolfo B. A criação do Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Boletim do Arquivo Histórico de Joinville – AHMJ, Joinville (SC), n. 14, jan/jun. 1996, p.8.

SCHÖCK-QUINTEROS, Eva. Verehrter, lieber Freund...Julie Engell-Günther an Karl Kautsky. Eine Alt48erin schreibt an jungen Sozialdemokraten. (Caro amigo querido, ... Julie Engell-Günther Karl Kautsky. A revolucionária de 48 escreve para jovens social-democratas). In: Eva Schöck-Quinteros, Franklin Kopitzsch und Hans-Josef Steinberg (Hg.): Bürgerliche Gesellschaft – Idee und Wirklichkeit. Festschrift für Manfred Hahn. Berlin: trafo Verlag 2003. (im Druck ersch. zu Beginn des WS 2003/2004). Fonte: Arquivo pessoal de Elke Dislich.

SCHÖCK-QUINTEROS, Eva. Auf dem Weg nach Südastralien... und in Rio ging sie von Bord. Die 48erin Julie Engell-Günther blickt zurück (A caminho para o Sul da Austrália... ela desembarcou no Rio. Um olhar retrospectivo sobre a revolucionária de 48 Julie Engell-Günther). In: Harzig, Christiane (Hg.): Transculturalism and Memory. Understanding Transitions through Life Writings. Festschrift für Dirk Hoerder. Ersch. 2004. Fonte: Arquivo pessoal de Elke Dislich.

SCHÖCK-QUINTEROS, Eva. (Institut für Geschichtswissenschaft an der Universität Bremen), laufende Forschungsvorhaben: Biographie der Freidenkerinnen: Julie Engell-Günther (1819-1910) und Hedwig Heinrich-Wilhelmi (1833-1910) (Projeto de Pesquisa: biografia de livres-pensadores: Julie Engell-Günther e Hedwig Heinrich-Wilhelmi). Fonte: Arquivo pessoal de Elke Dislich.

SCHÖCK-QUINTEROS, Eva. Görtz, Eva. Frauenbewegte freidenkerinnen im dialog zwischen alter und neuer welt, (Livres pensadoras no diálogo entre antigos e novos mundos), in: Schöck-Quinteros u.a.: politische netzwerkerinnen. Berlin 2007, p. 103-127. Fonte: Arquivo pessoal de Elke Dislich.

SCHRÖDER, Iris. Arbeiten für eine bessere Welt. Frauenbewegung und Sozialreform 1890-1914. (Trabalhar para um mundo melhor: movimento das mulheres e de reforma social 1890-1914). Campus Verlag, Frankfurt am Main, 2001.

SCHUBERT, Werner. Schreibt in seiner Buchbesprechung zu “Gleiches Recht für Mann und Frau” von Tanja-Carina Riedel: “... In einem ihrer Organe wandte sich 1890 die aus Mecklenburg stammende, in Zürich lebende Julie Engell-Günther gegen einen Aufsatz des Berliner Rechtsanwalts William Löwenfeld, der die rechtliche Stellung der

verheirateten Frau nach dem 1. BGB-Entwurf positiv beurteilt hatte”.  
 Escreve em seu editorial sobre “Direitos iguais para homens e mulheres”, de Tanja-Carina Riedel: “... Em qualquer dos seus órgãos, em 1890, a partir da nativa de Mecklemburgo, que vive em Zurique, Julie Engell-Günther, voltou-se contra um ensaio do advogado William Löwenfeld, de Berlim, sobre o status legal das mulheres casadas após um projeto do Código Civil ser avaliado de forma positiva”.

### **Correspondência**

Correspondência trocada entre Joachim Tiemann (coordenador do Instituto Martius-Staden) e dra. Eva Schöck-Quinteros (Universidade de Bremen, Alemanha) no período de 15/11/2002 a 25/09/2003 (24 p.).  
 Fonte: Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão, São Paulo-SP.

### **BIBLIOGRAFIA**

ALVAREZ, Sonia. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A., ed. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelin; ESCOBAR, Arturo. Introduction: The Cultural and the Political in Latin American Social Movements. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelin; ESCOBAR, Arturo. Cultures of Politics. Politics of Cultures- Revisioning Latin American Social Movements. Boulder: Westview Press, 1998. p. 1-29.

ALVAREZ, Sonia. Articulación y transnacionalización de los feminismos latinoamericanos. In: ALVAREZ, Sonia; ESCOBAR, Arturo; DAGNINO, Evelin. Cultures of Politics/Politics of Cultures: Revisioning Latin American Social Movements. Boulder: Westview Press, 1997.

ALVES BENDOCCHI, Débora. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turúgia (1852-1853). Instituto de História Ibérica e Latinoamericana. Universidade de Colônia. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n<sup>o</sup> 45, 2003.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. A história da instrução pública no Brasil (1500-1889). São Paulo, Educ/Inep/MEC, 1889.

AMÂNCIO, Lígia. As assimetrias nas representações de gênero. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES). Revista Crítica de Ciências Sociais, fevereiro de 1992.

ANDRADE, Pedro Duarte de. Estio do tempo: o amor entre arte e filosofia na origem do Romantismo Alemão. 2009, 277 p. Tese de doutorado do Departamento de Filosofia PUC-Rio de Janeiro.

ANZALDUA, Gloria. La conciencia de la mestiza: towards a new consciousness. In: CONBOY, K. et al. Writing the body: female embodiment and feminist theory. New York: Columbia University Press, 1997, p 233-247.

ARNDT, Susan; HORNSCHIEDT, Antje (Hrsg.). Afrika und die deutsche Sprache. Ein kritisches Nachschlagewerk. Münster: Unrast Verlag, 2001.

ASAD, Talal. The Concept of Cultural Translation in British Social Anthropology. In: Clifford, James & Marcus, George (ed.). Writing culture. The poetics and politics of ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986, p. 141-164.

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1989, p. 365

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

BARTH, Fredrik. Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference. Illinois: Waveland Press, 1969.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 2000.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- BENJAMIM, Walter. A tarefa-renúncia do tradutor. Tradução de Susana Kampff Lages. In: HEIDERMANN, Werner (Org.): Clássicos da teoria da tradução. Vol. 1: Alemão-Português. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- BERNET, Claus. Bertha von Suttner. In: Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon (BBKL). Vol. 24, Nordhausen, 2005.
- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade, p.70-104.
- BINZER, Ina. Os Meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- BOAS, Franz. Antropologia cultural. CASTRO, Celso (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BÖBEL, Maria Thereza. Joinville – os pioneiros: documento e história: Vol. 1 – 1851 a 1866. Joinville: Univille, 2001.
- BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialista. Teoria literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2005. p. 222-239.
- BOSI, Ecléia. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. Queiroz, 1979.
- BOSI, Ecléia. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cad. Pagu, n. 26, Jun. 2006.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil – através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/EdUSP, 1980.

BUSS-SIMÃO, Márcia. Antropologia da Criança: uma revisão da literatura de um campo em construção. Revista Teias, v.10, n.20, julho de 2009.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro Colega: Exclusão lingüística e invisibilidade. Discurso & Sociedad, v. 1, n. 2, p. 230–246, 2007.

CAMARGO, Ana Maria. “Arquivos pessoais são arquivos”. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, n. 2, jul-dez. 2009.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CANDAU, Joel. Memoria e Identidad. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 2008. (Título Original "Mémoire e Identité", Traducción Eduardo Rinesi)

CANESSA, Andrew. Geschlecht, Sexualität und politische Kraft in (post-)kolonialer Perspektive. In: Frauen (und) Macht in Lateinamerika. Baden Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2013. p. 71-87.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

CARNEIRO DA SILVA, Maciel. Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910). Tese defendida em 2011. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

CARNEIRO, J. F. Imigração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro: FBF, Cadeira de Geografia, Publicação avulsa n. 2, 1950.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP/SMC, 1992.

CASTRO, Luciana Martins. A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. V. 7, número 10, dezembro de 2010 - Dossiê História e Educação. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A Inconstância da Alma Selvagem. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CAPUTO, Dante. Trad.: Mônica Hirts. A Democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos/preparado pelo PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Santana do Parnaíba, São Paulo: LM&X, 2004.

CAVERO, José. Los poderes fácticos en la democracia. Madrid: Espasa, Crónica, 1990.

CEREZER, Larissa (2008). No Recato da Intimidade Reflexões sobre a Mulher e a Família Burguesa no Brotar do Século XX. PerCursos, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 31-39, jan. / jun.

CERTEAU, Michel de; GIRARD, Luce; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 17-62.

COELHO DOS SANTOS, Sílvio. Índios e Brancos no Sul do Brasil: a Dramática Experiência dos Xokleng. Porto Alegre: Editora Movimento, 1987.

COELHO DOS SANTOS, Sílvio. Os índios Xokleng: memória visual. Florianópolis: Editora da UFSC; [Itajaí]: Editora da Univali, 1997.

COHN, Clarice. Antropologia da criança. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.

CONRAD, Robert Edgar. Os últimos anos da Escravatura no Brasil (1850-1888). 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.345.

COOK, Terry et alli. “Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna”. Registro [Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba], Indaiatuba-SP, n. 3, p. 18-33. Jul. 2004.

CORRÊA, Mariza. A natureza imaginária do gênero da história da antropologia. In: Antropólogas & Antropologia. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003, p. 20-32

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 14, 1989, p. 538-54.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org) História dos índios no Brasil São Paulo : Fapesp/Cia das Letras, 1992.

DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma Introdução à Antropologia. Social. Petrópolis: Vozes, 1983.

DELAMATA, Gabriela. 2013. Movimentos sociais, activismo constitucional y narrativa democrática en la Argentina Contemporánea, em: Sociologias, Porto Alegre, 15/32, jan / abr, p. 148-180.

DEL PRIORE, Mary. Festas e utopias no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 [1995].

DIAS, Maria Berenice. Manual dos Direitos das Famílias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

D’INCAO, Maria Ângela. Amor e família no Brasil. São Paulo: Contexto, 1989.

DISLICH, Elke. Julie Engell-Günther: memória de um perfil feminista. Trabalho apresentado na mesa redonda sobre literatura brasileira de expressão alemã do Programa de Pós-graduação em Língua e Literatura Alemã da USP. 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Niterói: Tempo, v. 12, n° 23, 2009. p. 100-122.

ECKERT, Andreas. Grundbesitz, Landkonflikte und Kolonialer Wandel: douala - 1880 bis 1960. Stuttgart: F. Steiner, 1999.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EVANS, Richard J. The feminist movement in Germany 1894–1933. London and Beverly Hills: Sage, 1976.

EVANS, Richard. Sozialdemokratie und frauenemanzipation im deutschen Kaiserreich. Berlin: Dietz, 1979.

FALQUET, Jules. Trad.: Renata Gonçalves. Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.212-225, set. 2006.

FERREIRA, Adriano de Assis. Questão de classes: direito, estado e capitalismo em Menger, Stutchka e Pachukanis. São Paulo: Alfaomega, 2009.

FICKER, Carlos. História de Joinville – crônica da Colônia Dona Francisca. 1. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

FICKER, Carlos. História de Joinville – crônica da Colônia Dona Francisca. 3. ed. Joinville: Letra d'Água, 2008.

FLORESTA, Nísia. Opúsculo humanitário. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

XXI Reunião da ANPEd. Caxambu, setembro 1998.

FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade I: a Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUQUET, Carlos. O imigrante alemão. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção do Brasil na Literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII. São Paulo: Editora José Olympio, 2012.

FREYCINET, Rose de. Diário de viagem ao redor do mundo. Florianópolis: Editora Mulheres, 2013.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 51<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Global, 2003.

GALVÃO, Eduardo. Índios e Brancos no Brasil: Encontro de Sociedades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e escrava. 2<sup>a</sup> edição. Curitiba: Editora Appris, 2013.

GILLISPIE, Charles Coulston. Dictionary of Scientific Biography, 1970, p. 203.

GOLDBERG, Ann. “Conventions of Madness: Bürgerlichkeit and the Asylum in the Vormärz”. *Central European History*. 2000, p 173-193.

GOMES, Orlando. *Raízes Históricas do Código Civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2007. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. RIO, IPHAN (Col. Museu, Memória e Cidadania).

GREVEN-ASCHOFF, Barbara. *Die bürgerliche frauenbewegung in Deutschland 1894–1933*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1981.

GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade. Antropologia em primeira mão*. Florianópolis, p. 1-18, 1998. (versão revisada – 2010)

GROSSI, Miriam Pillar. *Antropólogas do século 20: uma história invisível?* (Conferência) UFSC, 2010.

GROSSI, Miriam Pillar. *Um olhar de gênero sobre a história e a transmissão das antropologias contemporâneas em diferentes países do mundo*. Projeto de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar; MASSA, Jimena; SCHLINDWEIN, Izabela Liz. *Agora é com elas: discriminação tem gênero no País*. GV Executivo, v. 12. Sao Paulo. p. 37, 2013.

GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina; SCHLINDWEIN, Izabela Liz. “A participação de intelectuais feministas do século 19 na história da educação no Brasil”. In: *Jornada Gênero, Ciências e Feminismo*, Florianópolis: Editora Mulheres, v. 1, p. 1. 2013.

GUEDES, Sandra P. L. Camargo. 2007. *A Escravidão em uma colônia de “alemães”*. Trabalho apresentado no 24º Simpósio Nacional de História.

HABERMAS, Jürgen. *Ensayos políticos*. 2 ed. Barcelona: Península, 1994.

HAHNER, June. Trad. Eliane Lisboa. *Emancipação do sexo feminino*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HAHNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Basanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: dp&a, 2005.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial (1995). In: *Cadernos Pagu*. p. 7-41.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996.

HARVEY, David. *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*. Routledge: New York/London, 2001.

HAUSEN, Karin. “Die polarisierung der geschlechtscharaktere“ in H. Rosenbaum, ed., *Familie und gesellschaftsstruktur 1891–1917*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1978.

HEIMPEL, Elisabeth. Dohm, Hedwig. In: *Neue Deutsche Biographie (NDB)*. Band 4. Berlin: Duncker & Humblot, 1959.

HEMMINGS, Clare. “Contando estórias feministas”. *Revista Estudos Feministas*, V. 17 N,1/2009, Florianópolis, CCE/CFH- UFSC. p. 215-241.

HÉRITIER, Françoise. “Homem/Mulher”; “Masculino/feminino”. *Enciclopédia Einaudi*. Parentesco. V. 20. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1989. p 11-26.

HÉRITIER, Françoise. Masculino feminino: o pensamento da diferença. Tradução de Cristina Furtado Coelho. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HÉRITIER, Françoise. Valencia Diferencial dos Sexos (La Valence differentielle des sexes). In: Masculin, Feminin. Paris: Odile Jacob, 1996, p. 15-29.

HEYMANN, Luciana Q. "O indivíduo fora do lugar". Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, jul-dez. 2009.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. A era do capital: 1848-1875. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HUBER, Valburga. A literatura dos imigrantes alemães do Vale do Itajaí. Artigo publicado em Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação. Blumenau, v. 1, n. 3, p. 277 - 288, set./dez. 2007.

JACOBY, Susan. Freethinkers: a history of American secularism. New York: Metropolitan Books, 2004.

JOCHEM, Toni. (Org.) São Pedro de Alcântara 1829 - 1999: aspectos de sua história. São Pedro de Alcântara: Prefeitura Municipal, 1999.

JOERES, Ruth-Ellen Boetcher. Die Anfänge der deutschen Frauenbewegung: Louise Otto-Peters. Frankfurt a/M: Fischer, 1983.

KARASCH, Mary C. Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1987.

KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. Activists beyond borders: advocacy networks in international politics. Nova York: Cornell University, 1998.

KOK, Glória. Os vivos e os mortos na América Portuguesa. Campinas: Editora Fapesp, 2001.

KOLB, Eberhard. *Otto von Bismarck. Eine Biographie*. München: C.H.Beck, 2014.

KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiographie einer sexuell emanzipierten Kommunistin*. Editado por Iring Fetscher. München: Verlag Rogner & Bernhard, 1970.

LACERDA, J. B. *Sur les Métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LAFETÁ, João Luís. *A Dimensão da Noite e outros ensaios*. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo, Duas Cidades / Ed. 34, 2004. p. 79.

LAGO, Mara Coelho de S.. “Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções”. In: *Revista Estudos Feministas*. V. 18 N.1/2010. Florianópolis, CCE/CFHUFSC. p. 189- 204.

LAMAS, Nadja de Carvalho; JAHN, Alena Rizi Marmo. (orgs.). *Arte e Cultura: passos, espaços e territórios*. Joinville: Univille, 2012.

LANGSDORFF, Baronesa Emile de. *Diário da Baronesa E. de Langsdorff. Relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S.A.R. o Príncipe de Joinville, 1842–1843*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos e Marco Antônio Toledo Neder. Introd. Míriam Lifschitz Moreira Leite. Florianópolis: Mulheres, 1999.

LARAIA, Roque de Barros “Cultura: um conceito antropológico”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LATOUR, Bruno. *Por uma antropologia do centro*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, out. 2004.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. IN: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4° ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEIS, Hector Ricardo. *Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas*. In: PHILIPPI Jr., Arlindo e

SILVA NETO, Antonio J. (editores). Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação. Barueri, S.P: Editora Manole, 2011. p. 106-122.

LEITE, Ilka Boaventura. Antropologia da viagem. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça e História.” In LÉVI-STRAUSS, Claude Antropologia Estrutural Dois. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LIMA, Rossini Tavares de. A ciência do folclore. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LONGINO, Helen. The fate of knowledge. New Haven: Princeton University Press, 2001.

LONGINO, Helen. Science as social knowledge. Values and Objectivity in Social Inquiry. New Haven: Princeton University Press, 1990.

LONGINO, Helen. Can there be a feminist science? New Haven: Princeton Univ. Press, 1986.

LOPES, Mônica de Souza. 2006. Das origens da festa à brasileira. R. cient./FAP, Curitiba, v.1, p., jan./dez. 2006.

LpB. Baden. In: Wege der Revolutionäre. Wandererenten Deutsch Revolution in Baden 1848/49. Ute Grau: Frauen in der Revolution 1848/1849. P. 90-92. Stuttgart, 1998. Disponível em [https://www.lpb-bw.de/publikationen/sonstige/48\\_49/frauen.pdf](https://www.lpb-bw.de/publikationen/sonstige/48_49/frauen.pdf). Acesso em 14 de setembro de 2015.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. Tábula Rasa. Bogotá, Colômbia. Número 9: 73-101, julho a dezembro de 2008.

LÜHRSEN, Conrad Nikolaus: Die Familie Avé-Lallemant und ihre Töchternachkommen, Deutsches Familienarchiv (DFA) Band 23, Neustadt an der Aisch: 1963, p. 205-243.

MACHADO, Diego Finder. Artigo Tênuas: memórias e etnicidades em uma cidade cosmopolita. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de História Oral de 2008 da Unisinos.

MACHADO, Lisanea Weber. O romance epistolar de Ina von Binzer: um documento de interculturalidade brasileiro-alemão. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MACHADO ZANOTTA, Lia. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.

MACHADO ZANOTTA, Lia. Feminismo em movimento. São Paulo: Francis, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. História da escola: em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Rev. Estud. Fem. V.16, n.2. May/Aug. Florianópolis, 2008.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia. Egon Schaden, um alemão catarinense. Revista de Antropologia da USP, [S.l.], v. 56, n. 1, p. 441-468, jun. 2013.

MATTOS, Patrícia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero. XV Congresso Bras. de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, Curitiba, Paraná, 2003.

MATOS, Marlise. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político (DCP/UFMG). 38º Reunião da Anpocs. Caxambu, outubro 2014.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In Mauss, Marcel: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of me... Archives and Manuscripts, Camberra, v.24, n.1, p.28-45. 1996.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Bajo los ojos del Occidente*. In: NAVAZ, Lilian Suárez y HERNANDEZ, Rosalva Aída. *Descolonizando el feminismo*. Instituto de la Mujer, Valencia, Ediciones Cátedra. p. 117 – 163. 2008.

MOLYNEUX, Maxine. *Género y ciudadanía en América Latina*. Trad.: *Gender and Citizenship in Latin America: Historical and Contemporary Issues*. In: *Women's Movements in International Perspective*. London: Latin America and Beyond, 2001. p. 163-202.

MONTEIRO, John Manuel. *O Desafio da História Indígena no Brasil*. In : SILVA, A.L. & GRUPIONI, L.D. B. (Org) *A Temática Indígena na Escola: Novos subsídios para Professores de 1º e 2º Graus*. Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-237.

\_\_\_\_\_. *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros*. São Paulo: NHII/USP/Fapesp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Os Índios Na História do Brasil: informações, estudos, imagens*. [www.ifch.unicamp.br/ihb/](http://www.ifch.unicamp.br/ihb/).

MONTEZ, Luiz Barros. *Uma austríaca visita o Rio de Janeiro de 1847. Exame do relato de Ida Pfeiffer sob uma ótica transcultural*. *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.2, p. 4-19, dez. 2011.

MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; and JÁUREGUI, Carlos A. (eds.). *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debates*. Durham: Duke University Press, 2008. [Seção: Comparative (Post)colonialisms]

MOSER, Eliana Terezinha Viana. *Leitura semiótica dos monumentos ao imigrante e ao fundidor: uma experiência estética dos sentidos*. 2011.

Dissertação Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville.

MOSER, Rudolf. Emancipação e paridade de direitos da mulher casada no Brasil e nos outros países do Sistema Jurídico Francês. Revista da Faculdade de Direito, v. LXI, fasc. II. São Paulo, 1966.

MOSIMANN, João Carlos. Catarinenses – gênese e história. Florianópolis: edição do autor, 2010.

MOTT, Luiz. Santos e santas no Brasil Colonial. Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 1994.

NAZZARI, Muriel. Disappearance of dowry: women, families, and social change in São Paulo, Brazil, 1600-1900. Stanford: Stanford University Press, 1991.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. Integração: estudos sociais e históricos. São José: Indústria Gráfica e Editora Canarinho, 1984.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. 2007. “Homens bons” da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Uma “Elite Senhorial” do Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX. Revista do Arquivo Histórico de Joinville. Ano 1, v. 1, n. 1, 20.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. Cap. 8. In: BRANCHER, Ana Alice; AREND, Silvia Maria Fávero. História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terêna. 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976a.

\_\_\_\_\_. O diário e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükúna. Brasília: UNB, 2002.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Z; LAMPHERE, Louise (Orgs.). A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

ORTNER, Sherry. Teoria na Antropologia desde os anos 60', in *Mana* 17 (2), 2011.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007.

PEREIRA, Amauri. MENDES, Joselina da Silva. O Movimento Negro Brasileiro. Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Nandyala: Belo Horizonte, 2009.

PFEIFFER, Ida. Eine Frauenfahrt um die Welt. Reise von Wien nach Brasilien, Chili, Otahaiti, China, Wien, Ost-Indien, Persien und Kleinasien. Wien: Carl Gerold, v. 1, 1850.

\_\_\_\_\_. Eine Frau fährt um die Welt. Die Reise 1846 nach Südamerika, China, Ostindien, Persien und Kleinasien. Hg. von Gabriele Habinger. Wien: Promedia/Frauenfahrten, 2005.

PHILIP, Alston. "Relatório do relator especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias. Adendo. Missão ao Brasil", Naciones Unidas, Rio de Janeiro, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: Edusc, 1999.

PROPP, Vladimir. Morfologia do conto maravilhoso. Tradução de Jasna Paravich Sarhan. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

QUIJANO, Aníbal. “La nueva heterogeneidad estructural de América Latina” en Sonntag, Heinz r. (ed.) ¿Nuevos temas, nuevos contenidos? Las ciencias sociales de América Latina y el Caribe ante el nuevo siglo. Caracas: Nueva Sociedad/Unesco, 1989.

RAGO, Margareth. “Epistemologia Feminista, Gênero e História”. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (Orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p.: 21-42.

RAMOS, Donald. A influência africana e a cultura popular em Minas Gerais: um comentário sobre a interpretação da Escravidão. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). Brasil: Colonização e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

REITER, Rayna R. Introduction. In: Toward an anthropology of women. New York and London: Monthly Review Press, 1975, p. 11-16.34

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. A educação feminina durante o século 19. O Colégio Florence de Campinas 1863-1889. Campinas, Centro de Memória Unicamp, 1996.

RIBEIRO, Darcy. Suma Etnológica Brasileira (Coordenação: Berta Ribeiro). Petrópolis: Editora Vozes. v. 3, 1980.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. A formação e o Sentido do Brasil. – 1ª ed. 1995 – 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil. Tradução de Júlia Chella. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC; Joinville: FCJ, 1992.

RODRIGUES, Leda. A instrução feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República. São Paulo: Sedes Sapientae, 1962.

ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise (orgs.). *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

RUPP, Leila. *Transnational Women's Movements*, in: *European History Online (EGO)*, published by the Institute of European History (IEG), Mainz 2011-06-16. URL: <http://www.ieg-ego.eu/ruppl-2011-en>.

SANSONE, Livio. *Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil*. Salvador: Pallas, 2004.

SCHADEN, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

SCHILD, Verônica. *Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas “novas democracias”*. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

SCHLINDWEIN, Izabela Liz. *Julie Engell-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca*. 2011. *Dissertação Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade*, da Universidade da Região de Joinville.

SCHLINDWEIN, Izabela Liz; GROSSI, Miriam Pillar. “Relações de gênero e interétnicas no Brasil da jornalista que mais publicou no *Freidenker*, jornal americano das livres pensadoras alemãs do século 19”. In: *Comemorando os 20 Anos da REF, João Pessoa: Ártemis*. v. 15, Jan-Jul. 2013.

SCHLINDWEIN, Izabela Liz; GROSSI, Miriam Pillar. “Cartas para Karl Kautsky: o diálogo entre o líder político da social democracia e uma jornalista feminista alemã que migrou para o Brasil”. In: *Fazendo Gênero 10*. Florianópolis: UFSC, v. 1. p. 1. 2013.

SCHLINDWEIN, Izabela. BATH, Liviana. *Por onde caminham essas mulheres? Endereços e interesses dos movimentos feministas negros no Brasil - um exercício de cartografia da negociação com os poderes fáticos. Wohin gehen diese Frauen? Adressen und Interessen der*

schwarzen feministischen Bewegung in Brasilien – Eine Kartographie über die Verhandlung it den poderes fáticos. Trabalho apresentado no Congresso Nuevos Desafíos para la Inclusión Social y la Equidad en la Educación Superior. Proyecto Misesal, financiado por el programa Alfa III de la Unión Europea. Universitat Autònoma de Barcelona. De 16 a 18 de novembro de 2014.

SCHÖCK-QUINTEROS, Eva. „Auf dem Weg nach Südastralien...und in Rio ging sie von Bord. Die 48erin Julie Engell blickt zurück.“ In: Transculturalism and Memory, Festschrift für Dirk Hoerder; Harzig, Christiane (Hg.), 2004.

SCHÖCK-QUINTEROS, Eva. GÖRTZ, Eva. Frauenbewegte freidenkerinnen im dialog zwischen alter und neuer welt. (Livres pensadoras no diálogo entre antigos e novos mundos). In: Schöck-Quinteros u.a.: politische netzwerkerinnen. Berlin, 2007, p. 103-127.

SCHÖCK-QUINTEROS, Eva. SCHÜLER, Anja. WILMERS, Annika. WOLFF, Kerstin (Hg.). Politische Netzwerkerinnen Internationale Zusammenarbeit von Frauen 1830-1960. Beiträge der Tagung Kommunikation - Mobilität - Netzwerke an der Universität Bremen - September 2005. Berlin: trafo-Verlag, 2007. (Schriftenreihe des Hedwig Hintze-Instituts).

SCOTT, Joan W.. A invisibilidade da experiência. Trad. Lúcia Haddad. Projeto História, São Paulo, n. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. Brasília, Série antropologia, 1998. Disponível em [http://www.miniweb.com.br/historia/artigos/i\\_antiga/pdf/serie236empdf.pdf](http://www.miniweb.com.br/historia/artigos/i_antiga/pdf/serie236empdf.pdf). Acesso em 14 de outubro de 2015.

SEGATO, Rita. Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita Laura. Los cauces profundos de la raza latinoamericana. Crítica y emancipación, n. 3, p. 11-44, primeiro semestre, 2010.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

\_\_\_\_\_. Giralda. Colonização e conflito. Rio de Janeiro, PPGAS Comunicação, 1988.

\_\_\_\_\_. Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, 1988.

\_\_\_\_\_. Giralda. A Liga pangermânica e o ‘perigo alemão’ no Brasil. História: Questões & Debates, ano 10, 1989.

SEYFERTH, Giralda. 2011. A dimensão cultural da imigração. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, n. 77. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2015.

VELHO, Octávio (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 23-57.

SILVA, Elisângela. A ocorrência de agentes fúngicos em acervos de suporte de papel. Estudo de caso: Arquivo Histórico de Joinville. 2012. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Unville. Joinville.

SILVA, Francisco Ribeiro. A legislação seiscentista portuguesa e os índios do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). Brasil: colonização e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SILVA, Jaime José S. Entre a Diversão e as Proibições: as Festas de Escravos e Libertos na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONAN, B. G.; VIDAL, J. Z.. (Org.). História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. 1ª ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2013, v. 1, p. 109-130.

SILVA, Janine Gomes da. Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século 19. 1997. Dissertação de mestrado em história da Brasil defendida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

SILVEIRA, Wivian Nereida & KOBIYAMA, Masato. Histórico de inundação em Joinville/SC – Brasil, no período de 1851-2007. Artigo apresentado no XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2007, 16 p.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. Uma São Paulo Alemã. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de Sao Paulo, 2003.

SOMMER, Friedrich. Vom Matthias-Strom zum Tieté. Ein Betrag zur 100 Jahr-Feier von Joinville, v. 1, 25/03/1951, 3 p.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade?. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994, p 187-205.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “¿Puede hablar el subalterno?”. Revista Colombiana de Antropología, (39), 2003, p. 297-364.

STAUDT, Kathleen. Montoya, Gabriela. Violence and Activism at the México-United States Border. In: Jaquette, Jane S. (ed.): Feminist Agendas and Democracy in Latin America. Durham & London, 2009, p. 186-207.

STRATHERN, Marilyn. Um lugar no debate feminista. In: O gênero da dádiva. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 53-77.

STOLER, Ann Laura Stoler. Race and the education of desire: Foucault's history of sexuality and the colonial order of things. Durham: Duke University Press, 1995.

STOLER, Ann Laura Stoler. 2002. Colonial archives ante arts of governance, Archive Science, 2, p. 87-109.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Libertas entre sobrados - mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Editora Alameda, 2014.

TUIDER, Elisabeth, Hans-Jürgen Burchard und Rainer Öhlschläger (Org.). *Frauen (und) Macht in Lateinamerika*. Baden Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 2013.

TWELLMAN, Margrit. *Die deutsche Frauenbewegung im Spiegel repräsentativer Frauenzeitschriften: Ihre Anfänge und erste Entwicklung 1843–1889*, v. 2. Meisenheim am Glan: Hain, 1972.

VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar*. In: NUNES, Edson de Oliveira – *a aventura sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VELHO, Octávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

VIGOYA, Mara Viveros. *Die Sexualisierung von raza und die Rassisierung von Sexualität im aktuellen lateinamerikanischen Kontext*. In: *Frauen (und) Macht in Lateinamerika*, Baden Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 2013. p. 21-39.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. e Carneiro da Cunha, Manuela. *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: Editora da USP, 1993.

ZAPATA GALINDO, Martha. “Der Kampf um Geschlechtergerechtigkeit in Lateinamerika. Zur Geschichte eines ungeahnten Erfolges und einer dramatischen Ernüchterung”. In: *Frauen (und) Macht in Lateinamerika*. Baden-Baden: Nomos, 2013. p. 53-70.

ZIMERMAN David E., *Etimologia de termos psicanalíticos*. Editora Artmed, 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6. ed. Tradução: M. Irene de Q. F. Szmrecsányi & Tomás J.M. Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *O direito de família no mundo luso-brasileiro. Períodos pombalino e pós-pombalino*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, v. 404, 1999.

WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1946.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. 267 p.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 4, p. 205-238, nov. 2000.

WRIGHT, John. *História da Guerra Civil Americana*. São Paulo: M. Books Editora, 2008.

### **Sites consultados**

Texto de apresentação do Fórum-Teatro Kuringa  
Disponível em [http://www.kuringa.org/en/home\\_en.html](http://www.kuringa.org/en/home_en.html)  
Acesso em setembro de 2015.

Texto de apresentação do Fórum Brasil  
Disponível em <http://www.forum-brasil.de/>  
Acesso em setembro de 2015.

Texto de apresentação do Eye Tracking Lab – Instituto de Radiologia  
Clínica do Hospital Universitário de Münster  
Disponível em  
<http://www.marketingcenter.de/iwm/forschung/eyetlab/eyetracking.html>  
Acesso em 5 de setembro de 2015.

Texto de apresentação do Susi Frauen  
Disponível em <http://www.susi-frauen-zentrum.com/>  
Acesso em setembro de 2015.

Texto de apresentação da Rádio União FM  
Disponível em <http://www.uniaofm.com.br/>  
Acesso em setembro de 2015.

Texto de apresentação do Iberoamerikanisches Institut (IAI).  
Disponível em <http://www.iai.spk-berlin.de/pt/o-iai.html>  
Acesso em junho de 2015.

Hedwig Hintze-Gesellschaft für historische Forschung, Associação mantida pela professor Eva Schöck-Quinteros. Disponível em <http://www.hhi-bremen.de/>. Acesso em 17 de setembro de 2015.

Publicações sobre a cidade de Baden.

Disponível em :<http://www.lpb-bw.de/publikationen/politischelandeskunde/territorien.pdf>  
Acesso em 17 de setembro de 2015.

Edição simbólica para a Internet de “Licht Freund”

Disponível em <http://freethought.mbdojo.com/freethinker.html>  
Acesso em 17 de setembro de 2015.

Postagens sobre a vida de Bettine von Arnim (1785-1859).

Disponíveis em:

- <http://www.goethehaus-frankfurt.de/>;
- <http://www.wortblume.de/>;
- [http://www.jiii.de/dichterinnen-2002/arnim](http://www.jiii.de/dichterinnen-2002/arnim;);
- [http://www.gutenberg.spiegel.de/arnim](http://www.gutenberg.spiegel.de/arnim;);
- [http://www.onlinekunst.de/liebesgedichte/liebe\\_arnim.html](http://www.onlinekunst.de/liebesgedichte/liebe_arnim.html);
- <http://www.uni-koeln.de/phil-fak/idsl/arnim>;

Acessadas em setembro de 2015.

Dados de fundação do hotel centenário

Disponível em <http://www.giessbach.ch/en/>  
Acesso em 17 de setembro de 2015

Informações sobre a associação responsável pelo acervo de Clara Von Rappard em Matten, Bernese Oberland, Suíça

Disponível em <http://claravonrappard.ch/cms/die-kuenstlerin.html>  
Acesso em setembro de 2015.

Resenha de Eric Neiseke sobre o livro de Tanja-Carina Riedel. Die bürgerliche Frauenbewegung und die Entstehung des BGB. Köln 2008, in: H-Soz-Kult, 26/02/2009.

Disponível em <http://www.hsozkult.de/publicationreview/id/rezbuecher-11742>

Acesso em 22 de setembro de 2015.

MUEHL, Eduard. *Hermanner Wochenblatt*. 29 de outubro de 1852.  
Disponível em <http://freethought.mbdojo.com/germanhistorymissouri.html>. Acesso em 16 de setembro de 2015.

Site oficial da Women's International League for Peace & Freedom  
Disponível em <http://wilpf.org/>  
Acesso em setembro de 2015.

Informações sobre a vida de George Sand  
Disponível em <http://biography.yourdictionary.com/george-sand>  
Acesso em 8 de outubro de 2015.

Informações sobre a vida de Rosa Bonheur  
Disponível em <http://www.arthistoryarchive.com/arthistory/realism/Rosa-Bonheur.html>  
Acesso em 8 de outubro de 2015.

MATOS, Aline. Paulina Chiziane: por uma nova visão de mundo.  
Postada em 13 de julho de 2014. Disponível em <http://www.geledes.org.br/paulina-chiziane-por-uma-nova-visao-mundo/#gs.3naekv8>. Acesso em 8 de outubro de 2015.

Site oficial Organisation for Economic Co-operation and Development  
Disponível em <http://www.oecd.org/>  
Acesso em 3 de setembro de 2015.

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1

Índice remissivo – “Noites de Natal no Brasil” – Edição original de 1862

#### **Divisão por categorias de análise:**

- Educação
- Território/Classe
- Gênero
- Imigração/Memórias Europa
- Escravidão/Negritude
- Indígenas/Brasileiros
  
- **Parte 1 – Primeira Noite de Natal no Brasil**

#### Educação

No Colégio de Meninas, 7

Temporada de férias, 8

Carruagens e cocheiros, 9

Visita, 10

Ensino. Educação, 11

O valor do conhecimento de línguas estrangeiras, 13

A professora alemã, 50

Por que devemos estudar, 51

#### **Território/Classe**

Zona portuária e relações comerciais, 16

Porto e subúrbio do Rio, 17

Construção e localização das chácaras, 18

Interior das vivendas do campo, 19

Uma varanda brasileira, 20

A cozinha e o quintal, 23

Cão, mula, cavalos e ovelhas, 24

O mico e os galináceos, 25

Traquinagens de macaco, 26

O entorno atrás da casa, 27

As bananas e as caixas de bananas, 28  
 O pomar de bananas (Bananal), 29  
 O almoço, os hóspedes e a hospitalidade, 30  
 Comportamento das crianças em relação aos seus pais eo que você pode  
 jantar no Brasil, 31  
 Descendentes de afro-portugueses e luso-americanos, 33  
 Comparações infantis de padrões africanos e brasileiros, 35  
 O açúcar no Brasil, 44  
 Muares e pampas, 45  
 Doma e transporte de equinos, 46  
 Cruzes pelos assassinatos ao longo do caminho, 47

## **Gênero**

O retorno da senhorinha, 21

## **Imigração/Memórias Europa**

As comemorações natalinas na Europa, 54  
 A celebração do solstício de verão nos tempos antigos e agora, 55  
 A Saturnália dos romanos, 56  
 Lenda do declínio dos tempos, 57  
 Imitação dos tão sonhados Tempos Áureos, 58  
 Aniversário do deus Mitra, 59  
 Conteúdo e formas de manifestação das religiões, 61  
 A Banda Infernal. Vaticínios  
 Costumes supersticiosos e interpretações, 64  
 Transformação da comemoração do Sul, 65  
 A festa do nascimento do Cristo, 66  
 Sul e Norte, 81  
 Uma lenda, 82  
 Quase um conto de fadas, 83  
 O valor da alma pura, 84  
 Vitória da bondade, 85  
 Paz e reconciliação, 86  
 A véspera da festa, 87  
 A baía do Rio de Janeiro, 88  
 A dor da distância, 89  
 Cruzeiro do Sul, 90  
 Reuniões noturnas, 91

## **Escravidão/Negritude**

- Os animais na África, 36
- Agregado e onça, 37
- O que é Escravidão?, 52
- Por que somente o homem livre gosta de trabalhar, 53
- Festas de negros, reis e escravos, 67
- Visita de São Benedito à Santa Virgem, 68
- Procissões e anjo, 69
- Morte e sepultamento de uma criança, 70
- Alianças entre os escravos, 71
- O maior dos Quilombos, 72
- A República dos Palmares, 73
- Constituição e costumes, 74
- Instituições religiosas e sociais, 75
- Ataque dos portugueses a Palmares, 76
- Batalha de vida ou morte, 77
- Fim do Estado negro, 78
- O carinho dos pais negros em relação aos filhos, 79
- Cristianismo e Escravidão, 80
- A auto-estima do homem livre, 92

## **Indígenas/brasileiros**

- Rio de Janeiro, 6
- A luta do Isidoro com a onça, 38
- O filho salva seu pai, 39
- Morte da mulher do caçador de onças Jerônimo, 40
- O abate da tigresa, 41
- Encontro com orangotangos asiáticos, 42
- Luta de macacos contra uma cobra, 43
- Índios selvagens, coroados e bugres, 48
- Crueldade dos indígenas, 49
- Missa, 93
- Na Igreja 94
- Após a missa de Natal, 95
- A noite de festa na rua, 96
- O desfecho de uma comemoração natalina no Brasil, 97

## ○ **Parte 2 – Segunda Noite de Natal no Brasil**

### **Imigração/Memórias Europa**

- A roça com a primeira cabana, 120
- O palácio como “construção”, 121
- Inundações, 122
- O início da Colônia, 123
- Repouso noturno na Colônia, 146
- Preparo da refeição, 147
- Volta ao lar e alegria da festa, 148
- Bem-vindos à floresta, 149
- Os galos favoritos, 150
- O canto do galo, 151
- Outros novos conhecidos, 152
- Personalidade canina, 153
- Caça como diversão, uma raridade, 154
- A boa educação no mato, 156
- A cabra fiel, 157
- Camaradas e ponchos, 158
- A reza do terço, 159
- Conversa em várias línguas, 160
- Viagem de canoa após a tempestade, 161
- A emergência ensina a sabedoria, 162
- A impossibilidade do comércio da madeira, 163
- Adubagem do solo com cinza, 164
- Capoeira, a mata renovada, 165
- A colônia de São Leopoldo, 166
- Luta entre imperialistas e republicanos, 167
- Falta de escolas alemãs, 168
- Contradições da imigração, 169
- Senhores de escravos contra trabalhadores livres, 170
- Dificuldades de uma colônia, 171
- Regularidade do vento e do tempo, 172
- A canoa da entrega de encomendas, 187
- “Bem-vindos” em alemão, 188
- Na tempestade no mar, 189
- A canoa na tempestade, 190
- Você ainda pode me salvar?, 191
- Uma outra viagem, 192
- Patachos, samacas e camarotes, 193
- As baratas, 194
- A guarda de honra e a ponte, 214
- Amor filial dos macacos, 215

O ninho de colibris, 216  
 O filhote de mico, 217  
 Os perigos da carne de porco, 218  
 Um assassinato horrível, 219  
 Filosofia simples, 220  
 Vagalumes como lâmpadas noturnas, 221  
 Vida noturna na floresta, 222  
 Sonhos no novo mundo, 223  
 Deixem eles sonharem, 224

### **Gênero**

As mulheres entre os selvagens, 126  
 Antes da tempestade, 128  
 As mulheres dos colonos, 129  
 As árvores de Natal, 130  
 Os filhos de colonos, 131  
 A raiva da tempestade, 132  
 Preparação para a festa, 133  
 Ao cair da noite, 134  
 Rio Amazonas, 177  
 Desbravamento do Amazonas, 178  
 A lenda de um Estado de mulheres, 179  
 O desfecho da expedição de Orellana, 180  
 Poligamia dos indígenas, 181  
 Inveja entre mulheres, 182  
 Carafbas da terra firme, 183  
 Poliandria pelos mesmos motivos, 184  
 Servidão das mulheres, 185  
 Liberdade, 186

### **Escravidão/Negritude**

Indígenas e negros, 106  
 Algo mais sobre a Escravatura, 142

### **Território/Classe**

A localização do Brasil, 99  
 A Pororoca e as montanhas no Brasil, 101  
 Como se pode gerar um clima saudável, 102

O Paraná, o Paraguai e o Uruguai, 103  
 Viagem para o Sul nas festas de Natal, 109  
 Estradas e construção de pontes, 110  
 Adiante, pela costa do Oceano Atlântico, 112  
 O butiá de vinagre, 113  
 Seguindo em frente pela costa solitária, 114  
 Passando pela cidade portuária, 115  
 No meio da floresta virgem, 116  
 Peculiaridades da mata virgem, 117  
 Samambaias gigantes e taquara, 118  
 Cipó e palmito, 119  
 Coritiba, acima da Serra Geral, 124  
 Descobrimento do Brasil, 135  
 Pedro Álvares Cabral, 137  
 Desbravamento da Costa, 138  
 Fé e virtude, 143  
 Lenda de São Tomé, 144  
 Pegadas santas, 145  
 Não há pousadas, 195

### **Indígenas/Brasileiros**

Indígenas e negros, 106  
 Uma balsa brasileira, 203  
 Vigília solitária na praia, 204  
 O feitiço, 205  
 O vulcão artificial, 206  
 O retorno dos bugres, 207  
 A população do Brasil, 108  
 Índios mansos e índios do mato, 125  
 O capitão do mato, 127  
 Anoitecer, 134  
 Aventura do alemão Hans Staden, 139  
 Hostilidades entre indígenas e europeus, 140  
 Acontecimentos graves em tempos remotos, 141  
 O capitão do Patacha, 196  
 O direito deve prevalecer, 197  
 Um pouso na costa, 198  
 Pão por laranjas, 199  
 A família do pescador, 200  
 Perigos do carro de boi, 201

Bela noite nos trópicos, 202  
 A cobra do mar, 208  
 Despertar curioso, 209  
 O pobre dono de terras, 211  
 Compra de terras, 212  
 Como as terras podem ser valorizadas, 213

○ **Parte 3- Terceira Noite de Natal no Brasil**

**Imigração/Memórias Europa**

Imigração e colonização, 100  
 Partida do Porto do Rio, 292  
 Tarde demais, 293  
 Fidelidade do cachorro, 294  
 Da morte para a vida, 295  
 Passeio ao ar livre, 296  
 Nossa nova amiga, 301  
 Soldados que comem carne de cachorro, 302  
 O astuto “Guarda”, 303  
 Como ele sabe distinguir, 304  
 Algo mais sobre o Guarda, 311  
 A dificuldade de crianças alemãs aprenderem alemão no exterior, 312  
 Problemas de fonética, 313  
 Cipreste como árvore de Natal, 314  
 Presentes de Natal brasileiros, 319  
 Muitas doenças decorrem de resfriados noturnos, 320  
 Cachorros pequenos são muito apreciados no Rio, 321  
 Como o cachorro provou a sua fidelidade, 322  
 Não há motivo para subestimar os animais, 323  
 A diversidade dos dons materiais, 324  
 Ao final, uma convicção satisfatória, 336  
 De muito longe, 337

**Políticas do Império**

O Pão de Açúcar, 230  
 O gigante deitado, 231  
 A cidade de Niterói, 232  
 Ilha de Villegagnon, 233  
 A instalação das Capitânicas Hereditárias, 234

O famoso Caramuru, 235  
 O primeiro monumento no Brasil, 236  
 A fundação da mais antiga cidade do Brasil, 237  
 Os primeiros donatários, 238  
 Porto Seguro, São Vicente e Pernambuco, 239  
 Caramuru na Bahia, 240  
 A instalação da primeira Capitania Real, 241  
 Localização da Bahia de todos os santos, 242  
 Fundação da cidade da Bahia, 243  
 Os franceses na baía do Rio de Janeiro, 244  
 A colônia de Villegagnon, 245  
 Empecilhos para o desenvolvimento da colônia, 246  
 Volta do cavaleiro Villegagnon para a França, 247  
 Transferência da cidade para o Morro do Castelo, 253  
 O desenvolvimento das duas capitanias reais  
 Proclamação da Constituição, 270  
 O rei deve voltar a Portugal, 271  
 Dom Pedro para os brasileiros, 272  
 Luta entre brasileiros e portugueses, 273  
 Dom Pedro pretende manter as duas coroas, 274  
 Somente Personal Union, 276  
 Chamada para união e independência, 277  
 A Proclamação da Independência, 278  
 O Império do Brasil, 279

## **Gênero**

Sem vida social, 226  
 Casamentos precoces, 227  
 Mais homens do que mulheres, 228  
 Vida de navegante, 229  
 Caprichos das mulheres, 284  
 Um antídoto eficiente, 285  
 Por que se deve casar?, 286  
 Mágoa, 287  
 Violação ao Direito da Defesa do Lar, 288  
 Tristeza sem motivo, 289  
 Receber uma lição, 290  
 Como algumas profecias se realizam, 291

## **Escravidão/Negritude**

Leis são ineficazes para a Escravidão, 327  
 O mal nunca traz vantagens, 305  
 Força de trabalho cara em países jovens, 306  
 Trabalho forçado sempre sai caro, 307  
 Pacto entre escravos para a compra da liberdade, 308  
 Apego aos libertos, 309  
 Boa morte, 310

### **Território/Classe**

O país dos contrastes, 257  
 A Carioca e o Passeio Público, 260  
 O Jardim Botânico, 261  
 O mercado com suas construções, 263  
 Artigos para compra, 264  
 Trapiches, alfândega e arsenal, 265  
 O surto de febre amarela, 266  
 Cemitério de protestantes, 268  
 Palácio e bairro de São Cristóvão, 269  
 Petrópolis e Morro Queimado, 280  
 As fronteiras naturais, 281  
 Bancos de areia movediça abaixo do nível do mar, 282  
 Ainda não há divisão do trabalho no Brasil, 315  
 Modéstia e inércia em excesso, 316  
 Não existe classe média no Brasil, 317  
 Sem dedicação não há ordem nem amenidades, 318

### **Indígenas/Brasileiros**

A ação dos jesuítas, 254  
 Processo de civilização dos índios, 255  
 Trabalhadores chineses e chá, 262  
 Hospitalidade brasileira, 325  
 Pelo amor de Deus, 328  
 O Direito da Defesa do Lar vale também para os estranhos, 329  
 O salvamento, 330  
 “Não julgais para não serdes julgados”, 331  
 Onde a justiça humana tem pouca influência, 332  
 Menos mesquinaria do que na Europa, 333  
 Como é possível, por dívidas, tornar-se dependente, 334

A ilegalidade da prisão solidária, 335

## ANEXOS

## ANEXO A

## Captura de tela “Dicionário de escritores de língua alemã na Suíça”, de Doris Stump

| Historisches Lexikon der Schweiz   | Dictionnaire historique de la Suisse  | Dizionario storico della Svizzera        |
|------------------------------------|---|--|
| No 1                               |   | 24/10/2005   Rückmeldung   PDF   drucken |
| <b>Engell [- Günther], Juliane</b> |   |  |
| français                           | <p>✱ 3.8.1819 Sülze (Mecklenburg). † 24.9.1910 Basel, prot., aus dem Grossherzogtum Mecklenburg-Schwerin. Tochter des Wilhelm. ⚭ Hermann August Gustav Günther, Ingenieur, Lehrerin. 1849-58 wollte E. mit ihrem Gatten in Brasilien und leitete ein Erziehungsinstitut. Danach lebte sie in England, Frankreich, Deutschland und in der Schweiz, arbeitete 1872-77 als Chefredaktorin des "Bazar" und 1883-89 an einem Internat. Erziehungsinstitut für Knaben in Zürich. Sie publizierte unter den Namen Juliane E.-Günther, Juliane Günther, Luminica und Freifrau von X polit. Essays, insbesondere zur Stellung der Frau (u.a. "Die Lösung der sozialen Frage durch die Frau" 1872), Erzählungen (u.a. "Brasilian. Novellen" 1890) sowie Sagen ("Schweizersagen" 1895). Wiederholt forderte sie die recht. und ökonom. Gleichstellung von Frau und Mann.</p> |  |
| italiano                           | <p><b>Literatur</b><br/>         – Kosch, <i>Deutsches Literatur-Lex.</i>, 312<br/>         – D. Stump et al., <i>Deutschspr. Schriftstellerinnen in der Schweiz, 1700-1945</i>, 1994, 63, (Werkverz.)</p>  |  |
|                                    | <b>Autorin/Autor:</b> Doris Stump   |  |

Fonte: <http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/d/D32286.php>

Acesso em 3 de julho de 2015

N 1

Engell [- Günther], Juliane

Nascida em 03/08/1819, em Mecklemburgo. Morreu em 24/09/1910, na Basileia. Filha de Wilhelm. Casou-se com o engenheiro Hermann August Gustav Günther. Com ele, morou no Brasil e fundou um instituto de educação (1849-1859). Depois, ela viveu na Inglaterra, França, Alemanha e Suíça, trabalhando como editora-chefe da revista "Bazar" (1872-1877) e em um instituto educacional para meninos em Zurique. Ela tem textos publicados sob os nomes Juliane E. Günther, Juliane Günther, Luminicà e Freifrau von X. Publicou ensaios, em particular, sobre a posição das mulheres (incluindo "A solução do problema social pela mulher", 1872), contos (incluindo "Novelas Brasileiras", 1890) e lendas ("As lendas suíças", 1895). Seus textos costumavam abordar temas que envolviam direito, economia e igualdade entre homens e mulheres.

## Literatura

- Kosh, Alemão literatura-Lex, 312.
- D. Stump et al, Escritores de língua alemã na Suíça, 1700-1945. 1994.

Writer / Author: Doris Stump.

## ANEXO B - BIBLIOTECAS DIGITAIS QUE DISPÕEM DE OBRAS DE JULIE ENGELL-GÜNTHER

### a) Columbia University Libraries

Sistema de bibliotecas da Universidade de Columbia é um dos cinco principais sistemas de bibliotecas acadêmicas na América do Norte. A organização tem mais de 450 funcionários profissionais e de suporte e está localizado em Morningside Heights campus da universidade em New York City.

Fonte: <http://library.columbia.edu/>

Acesso em 4 de julho de 2015

### b) Deutsche National Bibliothek

A Biblioteca Nacional da Alemanha tem sede em Leipzig e Frankfurt. Desde 1913, sua principal tarefa é coletar, registrar e fornecer obras de mídia para o público de forma gratuita.

Fonte: [http://www.dnb.de/DE/Home/home\\_node.html](http://www.dnb.de/DE/Home/home_node.html)

Acesso em 4 de julho de 2015

### c) Deutsches Text Archiv

Faz parte da Berlin-Brandenburgischen Akademie der Wissenschaften, o arquivo de textos em língua alemã possui digitalizações de textos de 1600 a 1900.

Fonte: <http://www.deutschestextarchiv.de/>

Acesso em 4 de julho de 2015

### d) Kalliope Verbund

Banco de dados composto por coleções (manuscritos, notas, correspondência) de bibliotecas, arquivos e museus. É um projeto da Fundação Alemã de Pesquisa (DFG) operado pela Biblioteca Estadual de Berlim.

Fonte: <http://kalliope.staatsbibliothek-berlin.de/de/ueber-kalliope/historie.html>. Acesso em 4 de julho de 2015

e) **HathiTrust**

Repositório de colaboração em grande escala de conteúdo digital.

Fundada em outubro de 2008 por 13 universidades, a parceria inclui mais de 60 bibliotecas de pesquisa nos Estados Unidos, Canadá e Europa.

Fonte: <https://www.hathitrust.org/>

Acesso em 4 de julho de 2015

f) **Internet Archive**

Biblioteca sem fins lucrativos com milhões de livros gratuitos, filmes, softwares, música e outros arquivos.

Fonte: <https://archive.org/index.php>

Acesso em 4 de julho de 2015

g) **Münchener Digitalisierung Zentrum/Bayerische Staatsbibliothek Digital**

O Centro de Digitalização de Munique funciona desde 1997 com obras da Biblioteca Estadual da Baviera (BSB) para a Internet.

Fonte: <http://www.digitale-sammlungen.de/>

Acesso em 4 de julho de 2015

h) **The University of Chicago-Library Catalog**

Acervo online possui arquivos e manuscritos, livros e diários e mapas. Sempre que possível, as coleções digitais da biblioteca podem ser acessadas livremente.

Fonte: <http://www.lib.uchicago.edu/e/index.html>

Acesso em 4 de julho de 2015

i) **Trove**

Biblioteca online agregadora de banco de dados da Biblioteca Nacional da Austrália. É um dos mais acessados serviços da Austrália.

Fonte: <http://trove.nla.gov.au/>

Acesso em 4 de julho de 2015

## j) York University

Arquivo da universidade localizada em Toronto, Ontário, Canadá, uma das maiores do país, responsável pela educação de mais de 50 mil estudantes.

Fonte: <http://www.library.yorku.ca/web/>

Acesso em 4 de julho de 2015

## k) WorldCat

World Catalog, ou Catálogo Mundial, em português, é gerido pelo Online Computer Library Center (OCLC), considerado o maior catálogo em linha do mundo. Foi criado no ano 1971. Em 2009 a cifra de registos bibliográficos já atingia os 150 milhões em 470 idiomas.

Fonte: <https://www.worldcat.org/>

Acesso em 4 de julho de 2015

## l) Zeno.org

Maior biblioteca de texto completo em língua alemã. Foi fundada em 2007 pelo Zenodot Verlagsgesellschaft mbH (a empresa-irmã Directmedia Publishing).

Fonte: <http://www.zeno.org/>

Acesso em 4 de julho de 2015